

O II Congresso de História Econômica e 3ª Conferência Internacional de História de Empresas, realizados na Universidade Federal Fluminense, de 13 a 16 de Outubro de 1996, obtiveram uma ampla resposta do mundo acadêmico e versaram sobre temas que se estendem da história agrária, urbano-industrial, a políticas públicas, finanças, economia internacional, pensamento econômico e história de empresas.

Ambos os eventos propiciaram a apresentação de trabalhos originais e pesquisas em andamento. As comunicações serão publicadas na íntegra, em quatro volumes temáticos, integrando contribuições de especialistas nacionais e estrangeiros, cujos trabalhos enfatizaram os casos brasileiro e latino-americanos. Trata-se de mais uma iniciativa da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE), entidade fundada em 1993.

# II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA

## 3ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS

# ANAI S

ANAI S  
330.9  
C749b  
1996  
Vol. 1

## VOLUME I

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES  
EM HISTÓRIA ECONÔMICA (ABPHE)  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
NITERÓI - 13 A 16 OUTUBRO DE 1996

MEC. UFF - NDC  
DST SEÇÃO DE REGISTRO-LIVROS  
REG. Nº 4485 1 97

08-04-97

UF-00003240-B

[45,919]

73368

UFF-NDC  
BIBLIOTECA  
COD. DA OBR. 45919  
EXEMPLAR 73368

**COMISSÃO ORGANIZADORA DO EVENTO:** Eulália Maria Lahmeyer Lobo (coord.); Cezar Teixeira Honorato; Sonia Regina de Mendonça; Carlos Gabriel Guimarães; Theo Lobarinhas Piñeiro; Newton A. C. De Oliveira; Almir Pita Freitas Filho.

**APOIO TÉCNICO :** Iraídes Coelho

**ORGANIZAÇÃO DOS ANAIS:** Sonia Regina de Mendonça

**PATROCÍNIO**

*Universidade Federal Fluminense (UFF)*

*Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE)*

Presidente: Tamás Szmreczanyi

Vice-Presidente: Eulália Maria Lahmeyer Lobo

Secretários: Flávio A. M. de Saes e Cezar Teixeira Honorato

Tesoureiros: Wilson Suzigan e Sonia Regina de Mendonça

**APOIO**

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB/UFRJ)

Pós-Graduação em História da UFF

CORECON - CONFECON

GRUPO UNILEVER

UNIBANCO

Obs.: Os textos estão reproduzidos de acordo com os originais enviados.

## SUMÁRIO

### CONFERÊNCIA DE ABERTURA

#### **Alguns Aspectos da Infra-Estrutura Econômica no Brasil na Perspectiva Histórica**

*Annibal V. Villela*..... 9

### HISTÓRIA AGRÁRIA

#### **1 QUESTÕES SOBRE O ACESSO E A POSSE DA TERRA: DA ANTIGÜIDADE AOS NOSSOS DIAS**

##### **A “Questão da Terra” e a Formação da Sociedade Nacional no Brasil**

*Lígia Maria Osório Silva*..... 35

#### **2 AGRICULTURA E TECNOLOGIA: NOVAS PERSPECTIVAS**

##### **Agricultura Escravista Brasileira: Gerenciamento Impossível?**

*Douglas Cole Libby*..... 51

##### **A Economia Agrária Brasileira na Visão dos Agrônomos Italianos Viajantes**

*Amilcar Baiard*..... 62

##### **Modernização da Agricultura e Imprensa: Uberlândia, MG, 1966-1971**

*Wenceslay Gonçalves Neto e Henrique Carvalho Lobato*..... 76

##### **Conocimiento e Innovación Tecnológica en la Producción Agrícolapecuaria del Sudeste Bonaerense, Necochea, 1881-1914**

*Maria Verónica Secreto*..... 93

### 3 TERRA E CONFLITOS SOCIAIS

**A Questão da "Terra Livre" no Brasil Colônia e Conflitos Sociais**  
*Sheila Siqueira de Castro Faria* ..... 105

***Las Raíces del Zapatismo - Hacienda, Pueblo, Campesiano y Diferenciación Social en la Modernización Porfirista en Morelos***  
*Horacio Crespo* ..... 114

**Conflitos no Campo: Terra e Movimentos Sociais nas Primeiras Décadas do Império**  
*Marcia Maria Menendes Motta* ..... 137

### 4 AGRICULTURA E FORMAÇÃO DE MERCADOS NO BRASIL

**Agricultura e Abastecimento no Sul do Brasil**  
*Paulo Afonso Zarth* ..... 148

***Concentração da Riqueza e Crescimento Econômico no Litoral Norte Paulista 1788-1836***  
*Ramón García Fernández* ..... 157

### 5 FORMAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA AGRICULTURA

**Mercado Interno, Família e Parentesco: A Formação do Sistema Agrário na Zona da Mata Mineira - 1780/1860**  
*Mônica Ribeiro de Oliveira* ..... 171

**Além dos Cafezais - A Diversificação Produtiva na Economia Cafeeira: O Caso de Juiz de Fora (1850-1888)**  
*Sonia Maria de Souza* ..... 178

**Structural Change and Employment: The Development of Brazilian Agro-industrial System**  
*Fábio Dória Scatolin* ..... 183

### 6 AGRICULTURA E EXCLUSÃO

**Considerações Sobre a Presença Indígena na Economia do Rio de Janeiro Colonial**  
*Maria Regina Celestino de Almeida* ..... 198

**Hierarquias da Pobreza: Manaus (1840-1880)**  
*Patricio de Melo Sampaio* ..... 210

***Estrutura Agrária e Campesinato (Capela-Sergipe)***  
*Lourival Santana Santos* ..... 218

**Condições Econômicas do Sul de Mato Grosso no Início do Século XX**  
*Paulo Roberto Cimó Queiroz* ..... 232

### 7 CAPITAL E MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA

**Capital Agrário e Investimento na Cafeicultura da Zona da Mata Mineira - 1870 / 1929**  
*Anderson Pires* ..... 249

**Agricultura e Progresso Técnico: O Uso da Informática na Gestão e na Produção**  
*José Carlos Tartaglia* ..... 255

**Soja: A Reconquista do Brasil à Economia Agro-Industrial do Comércio Internacional (1960-1990)**  
*Geraldo Moreira Prado* ..... 269

## CONFERÊNCIA DE ABERTURA

### ALGUNS ASPECTOS DA INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA NO BRASIL NA PERSPECTIVA HISTÓRICA

*Annibal V. Villela*

*"In the interpretation of the past we must not isolate the different phases of economic growth into water-tight compartments. There is no hiatus in economic development, but always a constant tide of progress and change in which the old is blended almost imperceptibly with the new".*

E. LIPSON in *The Economic History of England*. Vol. III, p. 53. London, 1943. Third Edition. Adams and Charles Black.

#### Introdução

Este trabalho tem como objetivo dar uma visão histórica sumária do desenvolvimento da infra-estrutura econômica no Brasil até o início da década de cinquenta a fim de que se possa comparar os problemas enfrentados nesse período com aqueles com os quais hoje se depara a sociedade brasileira. Sendo a década de cinquenta considerada o *divortium aquarium* do desenvolvimento econômico do Brasil acreditou-se ser proveitoso mostrar como ocorreram as várias mudanças que formaram o processo evolutivo do setor de infra-estrutura econômica e que parecem corroborar a opinião de Lipson acima citada.

A disponibilidade de informações fez com que se desse maior ênfase aos sub-setores de energia elétrica, ferrovias e rodovias.

Sendo os serviços da infra-estrutura econômica considerados de utilidade pública, foram examinados, sempre que possível, os aspectos institucionais desse setor, tais como legislação, regulamentação, etc. a fim de permitir visualizar o quadro institucional em que estavam inseridos as empresas prestadoras desses serviços.

Como a infra-estrutura econômica é uma pré-condição para o desenvolvimento da economia, foram feitas algumas comparações da evolução da capacidade instalada desse setor com alguns indicadores macroeconômicos e com a população.

Nas considerações finais tenta-se sumariar as principais razões que levaram às mudanças ocorridas no setor de infra-estrutura econômica a partir da década dos cinquenta, fazendo-se algumas perguntas sobre a adequação do que está ocorrendo na presente década.

## Energia Elétrica

Em 1883 foi instalada a primeira usina elétrica, de origem térmica. No ano da Proclamação da República, segundo dados do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, a potência instalada não alcançara 1MW. Já os dados da Divisão de Águas do Ministério da Agricultura registram uma potência instalada de 4,6 MW. Embora a diferença relativa seja bastante grande nos níveis absolutos, em ambos os casos são bem pequenos. Na tabela 1 (apêndice) nota-se que, em 1900, a potência instalada de origem térmica ainda era superior à de origem hidráulica. De fato, foi a partir de 1901 que a capacidade instalada de origem hidráulica tornou-se predominante, 32,7 MW contra 4,9 MW de origem térmica. Deve-se esse crescente predomínio da energia de origem hidráulica ao enorme potencial hidráulico do país.

A concentração das bacias hidráulicas na região Centro-Sul é refletida na localização da capacidade instalada na região "Estado do Rio de Janeiro - São Paulo (tabela 2, apêndice). Por sua vez, foi nessa região que se desenvolveu e se concentrou a atividade industrial do país. Por outro lado, esse desenvolvimento da geração de energia elétrica de origem hidráulica foi estimulado pela pobreza do Brasil em matéria de combustíveis de origem fóssil, no caso carvão mineral, que era importado e constituía um ônus nas contas externas, cronicamente desequilibradas.

A partir de 1904 o Governo passou a autorizar concessões para a exploração dos serviços de energia elétrica. Em 1906, o Congresso autorizou o Governo a elaborar fundamentos de um Código de Águas, que, no entanto, só foi concluído em 1934.

O desenvolvimento da indústria de energia elétrica dependia do sistema de concessões. A concessão era dada pelo contrato e freqüentemente a autoridade que a outorgava concordava em incluir a cláusula de privilégio exclusivo. Assim, embora no início não houvesse um monopólio legal, ocorria de fato um monopólio pois o executivo (Governo Federal, Estadual ou Municipal), de quem dependia a concessão, outorgava um privilégio exclusivo.

Não havendo diretrizes legais as autoridades municipais tinham a autonomia para outorgar concessões através de contratos, em que normalmente constava a cláusula de privilégio exclusivo.

Só com o Código de Águas em 1934 é que esses monopólios de fato passaram a ter proteção legal, tendo, em contrapartida, que obedecer a diversos preceitos de regulamentação. Aliás, o Código de Águas seguia em boa parte as regulamentações existentes em outros países em que se considerava que o uso dos recursos hidráulicos era matéria do superior interesse do país, e, portanto, sua exploração era sujeita à concessão do Governo Federal.

As concessões tinham um prazo fixo e previa-se que as instalações reverteriam à autoridade que outorgava a concessão, com ou sem indenização, de acordo com o que era estipulado no contrato. No caso de haver indenização prevalecia o critério do custo histórico dos investimentos.

Garantia-se ao concessionário uma remuneração líquida de 10% sobre o valor histórico do capital investido. Lucas Lopes, em seu excelente estudo para a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos<sup>1</sup>, em 1952, relata que as tarifas eram calculadas de modo a cobrir todas as despesas administrativas, impostos sobre as operações (quando os mesmos não estivessem englobados na ampla gama de isenções fiscais gozadas pelas empresas de energia elétrica) e um grande número de itens como reserva legal das sociedades anônimas, reservas para depreciação, para reversão para devedores duvidosos, para benefícios sociais, etc. etc. Cada três anos as tarifas eram normalmente revisadas e podiam ser reajustadas sempre que qualquer aumento de despesa imposto à empresa afetasse o montante líquido dos 10% de remuneração do capital. Além do mais, a lei previa a revisão da própria taxa de 10%, que poderia ser mudada futuramente pelo Governo Federal, no caso de ocorrer qualquer mudança séria no mercado monetário e na Bolsa de Valores.

Além de uniformizar a aplicação em todo o país dos princípios da legislação sobre a eletricidade, o Governo Federal concentrou em si todos os poderes, substituindo (com a aprovação do Supremo Tribunal Federal) os estados e os municípios em qualquer contrato celebrado entre o executivo e as concessionárias antes de o Código de Águas entrar em vigor.

Para dirimir os problemas entre o Governo Federal, as concessionárias e os usuários foi então criado, em 1939, o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE).

No entanto, nem a Divisão de Águas do Ministério da Agricultura, nem o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica tiveram os recursos necessários para exercer os amplos poderes de fiscalização dados ao Governo Federal, resultando daí que, fora dos grandes centros urbanos, a ação desses órgãos foi praticamente nula<sup>2</sup>. Por isso, em vastas áreas do país as concessionárias tinham grande liberdade de ação. Assim, os serviços eram de baixa qualidade, embora a estabilidade financeira das empresas fosse garantida através das revisões tarifárias autorizadas sempre que solicitadas pelas concessionárias.

Será que a capacidade instalada da indústria de energia elétrica evoluiu a um ritmo consentâneo com o requerido pelo setor produtivo como um todo? Comparando os dados para o período 1920-1951 a tabela A mostra que nos anos 1930/1920 o crescimento da capacidade instalada foi 1,51 vezes o crescimento do produto físico (agricultura e indústria) da economia como um todo. Já nos períodos seguintes o crescimento da capacidade instalada tendeu a decrescer em relação ao crescimento do produto físico, sendo que em 1945/1940 (Segunda Guerra) foi 0,91. Em 1950/1945 foi 1,05. Em outras palavras, observa-se que, no longo prazo, a capacidade instalada, ao contrário do que ocorreu em 1920/1930 expandiu-se a um ritmo apenas ligeiramente mais rápido do que o da produção agregada. Isso indica, por um lado, que as empresas do setor produtivo tiveram que instalar geradores térmicos, prática essa que ainda

<sup>1</sup> LOPES, L. (1954). "Electric Energy in Brazil". *Brazilian Technical Studies*. Institute of Inter-American Affairs-Foreign Operations Administration. Washington, D.C., pp. 273-308. Tradução inglesa do Relatório da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, C.M.B.E.U.

<sup>2</sup> LOPES, L. *ibid.*

persistiu na década de cinquenta. Por outro lado, como se mostra mais adiante, ocorreu um significativo aumento no rendimento técnico das instalações geradoras de energia elétrica.

#### TABELA A

BRASIL - Crescimento da Capacidade Instalada de Energia Elétrica e do Produto Físico da Economia, 1920/50.

Anos	A/Capacidade Instalada	B/Produto Físico	C - A/B
1930/20	2,12	1,40	1,51
1940/30	1,59	1,55	1,02
1945/40	1,07	1,17	0,91
1950/45	1,44	1,37 (*)	1,05

Fonte: Dados absolutos - Tabelas 1 e 3 (apêndice)

(\*) Índice do Produto Real, Tabela 3 (apêndice)

A Tabela B mostra que em termos per capita a capacidade instalada nos anos 1935/50 cresceu 1,36 vezes e que a produção de energia elétrica cresceu 2,58 vezes. Significa isso que, apesar de todas as dificuldades para expandir a capacidade geradora, houve grande aumento na eficiência do sistema, isto é, no rendimento técnico dos equipamentos.

#### TABELA B

BRASIL - Energia Elétrica: Capacidade Instalada, Produção, População 1935/1950.

Anos	Capacidade 1.000 KW	Produção Milhões Kwh	População 1.000 hab.	KW per capita	KWh/Ano per capita
1935	800	2.318	37.113	22	62
1940	1.106	3.188	41.286	27	77
1945	1.319	4.914	46.143	29	106
1950	1.882	8.208	51.944	30	160

Fonte: Lopes, L. *ibid.* p. 289.

O crescimento apontado na tabela B, todavia, esconde a real situação do setor elétrico quando se coteja o Brasil com outros países, como se vê abaixo, na tabela C.

#### TABELA C

Índices da Produção de Energia Elétrica em Países Seleccionados, 1948

País	Kwh/per capita/ano
Noruega	3.875
Canadá	3.457
USA	2.290
Suécia	2.073
Inglaterra	930
África do Sul	788
França	674
Japão	416
Itália	297
Brasil	160 (*)

Fonte: LOPES, L. *ibid.*, p. 289

(\*) dado de 1950

É fato histórico que a implantação do Grupo Canadense Brazilian Traction no início do século marca o início da indústria de energia elétrica no país em larga escala e que foi essa capacidade geradora que possibilitou em boa parte, como já foi mencionado, o desenvolvimento industrial. Bem mais tarde, nos anos vinte, instalou-se o grupo americano filiado à American Foreigner Power, conhecido como Empresas Elétricas Brasileiras. Em 1949 estes dois grupos em conjunto representavam cerca de 62% da potência instalada e geravam 70% da eletricidade produzida.

No fim dos anos quarenta a região servida pela Brazilian Traction passou a sofrer racionamento de energia elétrica, principalmente devido ao atraso na execução das obras de expansão, afetando seriamente o setor industrial. Coisa semelhante ocorreu nas regiões servidas pelas Empresas Elétricas Brasileiras. Começaram, então, na imprensa, os debates sobre a pouca confiabilidade das empresas estrangeiras para continuar suprindo com eficiência a energia elétrica necessária à industrialização do país.

Duas eram as correntes engajadas no debate sobre a expansão da capacidade geradora de energia elétrica. De um lado, os que argumentavam que o ajuste das tarifas pelo custo histórico dos investimentos não permitia a geração de recursos internos em montante suficiente para financiar as expansões. De outro, os que afirmavam, como Américo Barbosa de Oliveira<sup>3</sup>, que o ajuste pelo custo histórico nunca havia sido implantado, pois as empresas se recusavam a permitir uma auditoria de suas contabilidades, mas que as tarifas haviam tido reajustes contínuos sempre que solicitado pelas empresas. Essa opinião estava em concordância com o que dizia Lucas Lopes, anteriormente citado.

Como foi visto, o Código de Águas dava um tratamento generoso em termos de reajustes tarifários, o que torna difícil aceitar em sua totalidade o argumento de que as tarifas não eram adequadamente ajustadas porque os reajustes eram feitos pelo princípio do custo histórico.

Permanece a impressão de que o argumento de que a rentabilidade das empresas havia caído porque o reajuste tarifário pelo custo histórico não só não permitia às empresas existentes gerarem excedentes para serem investidos no aumento da capacidade, como também não atraía novos investimentos (de vez que a rentabilidade em outros setores era muito mais elevada), não faz sentido quando se olha para trás. Na verdade, a rentabilidade em setores industriais não regulados era e é mais alta do que no setor de energia elétrica!

Outro ponto de extrema importância é lembrado por Francisco Rangel<sup>4</sup>, que ao estudar o problema da eletricidade nos países em desenvolvimento conclui que o capital internacional, naquela época (fim da década de quarenta

<sup>3</sup> BARBOSA DE OLIVEIRA, A. (1957). "Tarifas de Serviço Público e Empresa Privada". *Econômica Brasileira*. No. 1, Vol. III, pp. 239-252.

<sup>4</sup> RANGEL, F. (1956). "O Problema da Eletricidade nos Países Subdesenvolvidos". *Econômica Brasileira*. No. 3, Vol. 2, pp. 107-119.

e início da de cinquenta), não era atraído para investimentos em eletricidade nesses países e cita Jacob Viner, ilustre professor de economia em Chicago e insuspeito aos liberais, que afirma:

*"Os Estados Unidos são atualmente os únicos exportadores importantes de capital (líquido). O investimento americano no estrangeiro (sic) é de pequenas dimensões. O que existe é concentrado em produção mineral, especialmente em petróleo, no qual as expectativas de lucros elevados e rápidos compensam as também elevadas estimativas de riscos políticos e outros. Se se excluem alguns pontos favorecidos como o Canadá e alguns países do mar das Caraíbas, é provavelmente verdade que não existindo circunstâncias muito especiais, o capital privado americano não se aventure no estrangeiro (sic) sem que haja boas perspectivas de que os lucros, afora os riscos políticos, amortizem o investimento em cerca de cinco anos" (The Progress of Underdeveloped Areas. Editor Bert Hoselitz, Chicago University Press, 1952, p. 184) [tradução de Rangel]*

É importante recordar, antes de prosseguir com a discussão dos problemas que afetaram a indústria de energia elétrica no fim dos anos quarenta e início de cinquenta, que aquele período se caracterizava pelo que se chamava "escassez de dólares" no mundo em geral e pela estatização do setor de infraestrutura econômica - em especial de energia elétrica - na Europa ainda lutando para se recuperar das destruições da Segunda Guerra. Portanto, as soluções para expandir a capacidade geradora de energia elétrica foram influenciadas por esse quadro.

A Constituição Federal de 1946 previa a criação de um imposto único sobre energia elétrica, que seria cobrado na forma de uma sobretaxa nas contas de luz (20 centavos por KW). Segundo a Constituição, a receita do imposto único seria distribuída na proporção de 60% para os estados e municípios e 40% para o Governo Federal, que desejava aplicar esses recursos para executar um plano nacional de eletrificação, que estava em estudo. Observa-se, assim, que o Governo Federal passou a se preocupar em ter uma visão geral do setor, através de um plano nacional.

Só em 1954 é que foi sancionada a Lei 2.308 que instituiu o Fundo Federal de Eletrificação, que seria formado principalmente pelo imposto único. A participação do Governo Federal seria inicialmente administrada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), criado em 1952, no financiamento dos projetos mais urgentes.

A necessidade de resolver os graves problemas da infraestrutura econômica do país, que tinha sido seriamente afetada pela Segunda Guerra, pois ele

dependia das importações de bens de capital, levou à criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (C.M.B.E.U.) no início dos anos cinquenta. No período de sua vigência, de cerca de dois anos e meio (19/7/1951 a 31/12/1953) foram realizados importantes estudos, que culminaram com a formulação de um programa de investimentos em infra-estrutura, constituído por 41 projetos, a serem financiados do lado das importações pelo Banco de Exportações e Importações - EXIMBANK e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, e no que dizia respeito aos gastos em moeda nacional, pelo BNDE, criado por recomendação da C.M.B.E.U. A parte relativa ao programa de expansão da capacidade geradora de energia elétrica correspondia a 33,1% do programa total de cerca de US\$ 1 bilhão<sup>5</sup>.

No fim da década de quarenta e início da de cinquenta já se observa que o Estado estava se envolvendo de maneira crescente no setor de energia elétrica, mais por necessidade, pois as empresas privadas do setor não tinham condições de expandir sua capacidade instalada (qualquer que fosse a razão) do que por razões ideológicas. Os exemplos mais importantes dessa intervenção eram:

1. Companhia Hidroelétrica do Rio São Francisco, inspirada na filosofia da Tennessee Valley Authority (TVA), para a geração e transmissão;

2. Comissão Estadual de Energia Elétrica (C.E.E.E.) do Rio Grande do Sul, para facilitar a canalização dos recursos do Governo Federal para a construção e operação dos sistemas locais;

3. Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG), uma companhia *holding* inteiramente controlada pelo Estado e quatro companhias operacionais de capital misto, com forte participação do capital privado. O objetivo do Estado era intervir apenas nas áreas de produção e transmissão, deixando a distribuição para a iniciativa privada.

Aquela época, início dos anos cinquenta, a expansão da indústria de energia elétrica lutava com duas fortes limitações: (a) a debilidade da indústria produtora de equipamento elétrico, o que fazia com que cerca de um terço do valor do projeto correspondesse a importações e, (b) a baixa competência administrativa e de engenharia das empresas brasileiras do setor de energia elétrica e dos órgãos governamentais (federais, estaduais e municipais) para projetar e acompanhar a execução dos investimentos. Exercício efetuado pela C.M.B.E.U.<sup>6</sup> estimava que, para a capacidade instalada de geração de eletricidade existente em 1952 - cerca de 2 milhões de KW - seriam necessários 41.700 engenheiros, em contraste com o número de engenheiros existente em todo o país - 19.875! Estimava, ainda, que para a capacidade instalada prevista para 1958, da ordem de 3,5 milhões de KW, seriam necessários 58.500

<sup>5</sup> THE DEVELOPMENT OF BRAZIL (1954?). Institute of Inter-American Affairs-Foreign Operations Administration. Washington, D.C., p. 79. Tradução inglesa do Relatório Geral da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, C.M.B.E.U.

<sup>6</sup> LOPES, L. IBID.

engenheiros, isto é, um acréscimo de 16.800. Ora, previa-se que o acréscimo de engenheiros naquela data seria de apenas 4.200! Mesmo que o pessimismo das estimativas da C.M.B.E.U. fosse exagerado, não há dúvida que o desafio era enorme. E, o importante, é que o país conseguiu vencer todos esses obstáculos.

## Transportes <sup>7</sup>

### Ferrovias

A evolução a longo prazo das ferrovias brasileiras é apresentada na Tabela 4 (Apêndice). Nos primeiros dezenove anos o crescimento foi bastante lento, acelerando no final do Império, devido principalmente aos investimentos estrangeiros e diminuindo nas duas primeiras décadas da República. Nos anos 1908-1914 ocorreu o mais rápido crescimento, pois nesse período foram tomados grandes empréstimos externos para a construção de ferrovias. E, o que foi mais importante, a importação de equipamentos e material ferroviário em geral foi fortemente beneficiada pela taxa de câmbio mantida estável pela Caixa de Conversão. Nos anos seguintes, a I Guerra Mundial e a Grande Depressão constituíram restrições importantes ao crescimento das ferrovias. Nos anos trinta, 1935-38, observou-se um novo surto ao se tentar interligar os diversos sistemas regionais. A II Guerra Mundial levou novamente a restrições à importação de equipamentos e combustíveis. Em síntese, a rede ferroviária teve sua expansão limitada a partir do final da década de vinte, pela crise econômica geral e pelo advento do caminhão, que estimulou a construção de rodovias na década de trinta.

Em 1935, pela Lei 101, o Governo Imperial estabelecia as regras relativas à outorga de concessões para a exploração de ferrovias, oferecendo alguns privilégios como isenção de tarifas alfandegárias na importação de equipamentos e materiais, assim como o monopólio do transporte durante um período de quarenta anos, às empresas que fossem criadas para ligar a capital do Império às capitais dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia.

Foi só após 1852, quando a Lei 641 introduziu a garantia de juros sobre o capital investido em ferrovias, que os primeiros empreendimentos se concretizaram. A primeira ferrovia brasileira, construída pelo barão de Mauá e ligando o Porto de Mauá à Raiz da Serra de Petrópolis foi inaugurada em 30 de abril de 1854. Em 1858, foram abertos ao tráfego os primeiros quilômetros da Estrada de Ferro D. Pedro II (mais tarde Central do Brasil). Claramente a primeira ferrovia tinha efeito meramente promocional da nova tecnologia, pois atravessava terrenos pantanosos e terminava em uma serra difícil de ser galgada e sem perspectiva de carga potencial a curto prazo, enquanto a

<sup>7</sup> Esta seção usa livremente VILLELA, A. E. SUZIGAN, W. (1975). Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889 - 1945. 2ª Edição, p. 369-393.

segunda tinha como objetivo suprir meio de transporte para uma região de agricultura próspera, especialmente a lavoura cafeeira do Vale do Paraíba.

Como o ritmo de desenvolvimento das ferrovias não se acelerou, apesar dos incentivos, as Províncias passaram a dar uma garantia de juros adicional de 2% (os juros do Governo Imperial eram de 5%). Com isso os capitais estrangeiros foram atraídos, sendo que quatro estradas de ferro foram financiadas por capitais britânicos, ligando os portos de Recife, Salvador, Rio de Janeiro e Santos ao interior. Estas ferrovias exemplificaram durante longo tempo o padrão típico do sistema ferroviário brasileiro: linhas de pequena extensão, não interligadas e com o único propósito de escoar a produção do interior do país.

A Guerra do Paraguai retardou a expansão ferroviária e as pesadas perdas causadas pela falta de uma rede de transportes levou o Governo Imperial a intensificar a construção de ferrovias. Para isso, mais uma lei (Lei 2.450 de 24 de setembro de 1873) elevou a taxa de juros garantidos para 7%. Ademais, o Governo assegurou a taxa cambial de paridade (27d por mil réis) para as remessas das empresas estrangeiras, numa época em que a taxa de câmbio estava cotada cerca de 15% abaixo do par. Com esses novos incentivos, a rede ferroviária expandiu-se fortemente no final do Império, passando de 932 Km em 1872 a 9.321 Km em 1888.

A legislação relativa às concessões conduziu freqüentemente a casos de corrupção, como aconteceu em outros países, quando elas eram dadas a pessoas influentes que as vendiam como um privilégio monopolista. Já a garantia de juros sobre o capital aplicado fez com que os traçados não fossem racionais do ponto de vista econômico, sendo muitas vezes desnecessariamente longos e tecnicamente imperfeitos, o que causava ineficiência no transporte. Só a partir de 1878 é que isso melhorou um pouco, pois o Governo não mais deu garantias ao custo total da construção, mas sim sobre as estimativas de custo previamente examinadas e aprovadas. Todavia, a causa do mal, a garantia de juros, continuou até o início do século XX, quando foi suspensa para a maioria das empresas.

Com a finalidade de encampar algumas ferrovias com garantia de juros, em 1901, o Governo tomou um grande empréstimo externo. É ilustrativo mencionar que estimativas feitas para o ano de 1887 mostravam que para um capital aplicado da ordem de L 18 milhões, correspondia uma despesa anual, à taxa de 7% a.a., de L 1,3 milhões, o que correspondia a cerca de 6% do total das receitas de exportação. Na opinião de alguns autores da época, esse empréstimo no montante de L 16 milhões constituiu um mau negócio, pois muitas ferrovias estavam com os prazos de sua concessão para terminar, e a despesa com os juros desse empréstimo praticamente não melhorava a situação do Governo quanto aos compromissos anuais.

Tendo se tornado proprietário das ferrovias, o Governo adotou o regime de arrendamento. Em 1912, a rede ferroviária da país totalizava 23.491,4 Km, dos quais 19.296,6 Km eram explorados por empresas privadas.

Seis anos mais tarde, em 1918, Pires do Rio, Inspetor das Estradas de Ferro, citado por Américo Barbosa de Oliveira <sup>8</sup> escrevia:

*“Excluído o regime da garantia de juros confiou-se demasiado na política ferroviária dos arrendamentos: podemos hoje proclamar que falhou no Brasil a solução do problema ferroviário pelo arrendamento, da maneira porque falhara a solução tentada pela garantia de juros”.*

Para Américo Barbosa de Oliveira <sup>9</sup> todos os expedientes anteriormente citados (garantia de juros, subsídios, arrendamentos, etc) falharam porque a densidade de tráfego era pequena, sem deslocamentos maciços de minérios e carvão. Lembra ainda que o produto básico do país, o café, era um bem de grande valor por tonelada, exigindo menor capacidade de transporte por unidade de valor do que o trigo, o que explicava as cifras mais altas do tráfego ferroviário na Argentina e a melhor situação econômica de seus serviços ferroviários. Como será visto, embora o fator densidade de tráfego fosse muito importante, havia outros também que contribuíram para a baixa rentabilidade das ferrovias brasileiras.

Após suspensão da garantia de juros em 1901 os investimentos diretos estrangeiros em ferrovias foram desestimulados. Iniciou-se, então, uma fase que durou até o começo da I Guerra Mundial, na qual as construções de ferrovias subsidiadas pelo Governo Federal e financiadas por empréstimos externos, com o aval do Tesouro Nacional, foram importantes. Daí para a frente observou-se uma crescente estatização das ferrovias brasileiras. Os Governos Federal e Estaduais, que em 1929 eram proprietários de 67% da extensão total, em 1953 já tinham a propriedade de 94% do total.

Deve-se recordar que o crescimento da propriedade governamental não resultou de expropriações e confiscos arbitrários, mas sim da não lucratividade das operações ferroviárias. No que diz respeito à situação financeira, já em 1907, dentre 48 ferrovias de propriedade do Governo Federal, administradas por ele ou concedidas, 20, que correspondiam a 21% da extensão total, eram deficitárias. Em 1910, 21 dentre 51 tinham deficits e representavam cerca de 36% da extensão total das ferrovias do Governo Federal.

A administração governamental só fez piorar a situação deficitária por razões diversas: falta de continuidade administrativa, excesso de pessoal, pressões políticas e inadequação da política tarifária. Ademais, as ferrovias federais tinham suas receitas contabilizadas como receita do Governo Federal, o que não incentivava a administração das empresas a aumentar a receita.

A seguir, são sumariadas as outras causas que contribuíram para a não lucratividade das ferrovias brasileiras em seu conjunto:

(1) A atomização de empresas. Assim, em 1910, de 51 empresas de propriedade do Governo Federal, 45 (88% do total) operavam linhas com menos

<sup>8</sup> Barbosa de Oliveira, A. *ibid.*

<sup>9</sup> Barbosa de Oliveira, A. *ibid.*

de 500 Km, num total de 7.174 Km (56% do total). Em 1952, 25 ferrovias (61% de todas as empresas) operavam apenas 3.732 Km (10% da extensão total).

(2) O equipamento. A variedade de bitolas (havia cinco tipos de bitola: 1,60 m; 1,00m; 0,76 m; 0,66 m e 0,60m) foi sempre uma grande limitação à expansão da rede. Em 1952, dos 36.854 Km de linha, apenas 2.376 Km eram de bitola larga (1,60m). O resto era principalmente de bitola de 1,00 m. Isso dificultava muito a conexão entre as diversas linhas e a diversidade de equipamento exigia um grande estoque de peças.

(3) O combustível. A escassez de combustível implicou utilizar-se desde a lenha, que em 1945 ainda era o combustível mais utilizado, ao carvão importado que, a partir de 1937, era obrigatoriamente misturado ao carvão nacional (de baixo rendimento). Com a guerra, foi crescente a utilização do carvão brasileiro, o que agravou ainda mais a ineficiência das ferrovias.

(4) O sistema tarifário, chamado de “sistema de compensação”. Esse sistema datava da época em que as ferrovias tinham de fato o monopólio do transporte terrestre. As mercadorias eram classificadas em tabelas tarifárias graduadas de acordo com seus valores de venda, de maneira que os produtos de valor mais baixo eram favorecidos com fretes baixos, à custa de fretes mais altos nos produtos de maior valor. A compensação seria feita quando a receita derivada do transporte de mercadorias nobres excedesse o déficit ocorrido no transporte de mercadorias de baixo valor. Isso dependia, portanto, de que os fluxos de tráfego de mercadorias nobres tivessem intensidade suficiente para gerar o excedente. Ora, a partir do momento em que as ferrovias perderam o monopólio do transporte terrestre, o sistema fracassou.

(5) Controle de tarifas. A partir de 1943, o Governo passou a controlar as tarifas, que foram sujeitas a períodos de congelamento. Com isso, ocorreram perdas de receita no transporte de bens de primeira necessidade, cujas tarifas foram congeladas. Similarmente, a manutenção de tarifas baixas no transporte de minérios também causou perdas importantes de receita.

(6) Outros fatores. (a) a partir de 1939, as ferrovias de propriedade do Governo (maior parte do sistema), foram obrigadas a cobrar baixas tarifas de carga <sup>10</sup>; (b) a partir de 1946, tanto as ferrovias federais como as arrendadas foram forçadas a conceder redução de 50% nos carregamentos de matérias-primas e animais para uso na agricultura e pecuária <sup>11</sup>.

No que concerne à regulamentação e controle das ferrovias, o número de órgãos envolvidos era muito grande, o que, aparentemente, resultou na baixa eficiência de suas funções <sup>12</sup>.

Como as ferrovias sujeitas à administração dos Estado, exceto São Paulo, eram de pequena extensão e pouco tráfego, na prática só importavam a

<sup>10</sup> Freitas Abreu, R. (1954). “The Panorama of Brazilian Railway Transportation”. *BRAZILIAN TECHNICAL STUDIES*. *Ibid.*, pp. 3-106.

<sup>11</sup> Freitas Abreu, R. (1954), *Ibid.*

<sup>12</sup> Freitas Abreu, R. (1954), *Ibid.*

regulamentação e controle exercidos pelo Estado de São Paulo e pelo Governo Federal. Assim, o Estado de São Paulo, através de vários órgãos, tinha autoridade sobre as ferrovias de sua propriedade e sobre as ferrovias privadas em seu território, exceto sobre as linhas com concessão federal, então existentes em São Paulo. A regulamentação do Governo Federal antes de 1941 foi exercida pela Inspetoria Federal de Ferrovias e, a partir desta data, até 1946, pelo Departamento Federal de Estradas de Ferro (D.N.E.F.).

A Constituição Federal de 1946 tirou os amplos poderes do D.N.E.F. adquiridos pela sua reorganização em 1946 (Decreto 20.351 de 8/1/46), deixando fora de sua autoridade as ferrovias federais sob a jurisdição dos Estados. Além do mais, legislação subsequente colocou em subordinação direta ao Ministério de Viação e Obras Públicas as ferrovias federais que operavam como autarquias. O D.N.E.F. passou a ser apenas um órgão de assessoria.

Entre os outros órgãos que exerciam regulamentação e controle das ferrovias destacavam-se a Contadoria Geral de Transportes e o Conselho de Tarifas e Transportes, que trabalhavam em conjunto. A Contadoria centralizava os serviços de contas a receber e a pagar do tráfego mútuo entre as diversas ferrovias que participavam da mesma. O Conselho, além de ser um órgão assessor do Ministério da Viação e Obras Públicas, tinha a função de estudar e, em certos casos, decidir questões de interesse comum das linhas. A Contadoria era um órgão privado, que prestava serviços para as várias ferrovias, em uma base cooperativa.

Em resumo, pode-se afirmar que, ao contrário do que ocorreu em outros países, a ferrovia no Brasil não teve a mesma importância em seu processo de desenvolvimento. Desde o início ela esteve ligada aos surtos econômicos regionais, sendo adversamente afetada com o declínio das culturas agrícolas a que servia. Sua expansão foi feita com grande diversidade de equipamentos e bitolas, o que dificultou a formação de um sistema nacional integrado. Sendo um meio de transporte complementar ao fluvial e de cabotagem entrou em decadência com o desenvolvimento das rodovias, a partir dos anos vinte. No término da II Guerra Mundial ela estava mal administrada (grande parte nas mãos dos Governos Federal e Estadual), operando equipamento obsoleto, utilizando combustíveis ineficientes e com reduzida extensão de linhas eletrificadas. A situação não melhorou no pós-guerra, aumentando a estatização, o que agravou ainda a sua decadência. É curioso, entretanto, que apesar de reconhecer que as ferrovias tinham chegado a um elevado nível de degradação e que a concorrência das rodovias seria cada vez maior, a C.M.B.E.U. em seu Programa de Investimentos, deu prioridade clara ao reequipamento das ferrovias, que deveriam absorver 48,6% dos investimentos programados; bem mais, portanto, que o programa de expansão da capacidade instalada de energia elétrica, 33,1%<sup>13</sup>.

<sup>13</sup> THE DEVELOPMENT OF BRAZIL (1954). op. cit., p. 79.

## Rodovias

Ao se observar a evolução das rodovias brasileiras é possível distinguir três períodos: primeiro, um período de auge, quando as primitivas "estradas gerais" foram convertidas em "estradas carroçáveis" para o tráfego de veículos a tração animal. Nesse período, foram construídas as primeiras rodovias brasileiras, inaugurando-se, em 1861, a Estrada União e Indústria, entre Petrópolis e Juiz de Fora, com uma extensão de 144 Km e, por onde se escoou a produção cafeeira de Juiz de Fora, Posse, Entre Rios, Paraíba do Sul, etc. Ainda nesse período foram construídas as Estradas da Serra da Estrela (ligando Petrópolis ao litoral); D. Francisca (Santa Catarina -Paraná); Estrada da Graciosa, 1866 (caminho para o interior: Mato Grosso, Paraná e Repúblicas do Prata), entre outras. O segundo, é um período de decadência, que vai do fim do Império até a década de vinte, quando a rápida expansão das ferrovias inibiu o desenvolvimento de novas rodovias, levando não só a uma queda na construção de novas rodovias, mas até ao abandono de muitas delas, quando trechos de seus leitos foram cedidos às ferrovias. O terceiro período, uma era de expansão, começou com o aperfeiçoamento dos veículos automotores, que necessitavam de novas estradas e da reconstrução das já existentes.

Foi na década de vinte que se iniciou realmente a era rodoviária no Brasil. Em 1926, foi inaugurada a primeira estrada Rio-Petrópolis, cogitando-se, pouco depois da construção da final do anos vinte, a extensão total das ferrovias brasileiras já alcançava cerca de quatro vezes a extensão total da rede ferroviária Rio-Bahia, que só entraria em tráfego no fim dos anos quarenta. Como mostra a Tabela D, no final dos anos vinte a extensão total das rodovias brasileiras já alcançava cerca de quatro vezes a extensão total da rede ferroviária.

### TABELA D

Brasil - Evolução da Rede Rodoviária, 1928-1943 (em km)

Anos	Extensão no final do período	Média anual acrescentada no período	Extensão p/1000 Km <sup>2</sup> de área no final do período
1928/30	121.784	4.107	14,3
1931/39	258.390	15.178	30,4
1940/43	276.700	4.578	32,5

Fonte: SILVA, MOACIR. GEOGRAFIA DOS TRANSPORTES NO BRASIL. IBGE, 1949, p. 129; ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL (1939/40), p. 275.

A crescente ineficiência da rede ferroviária estimulou o surto de construção rodoviária na década de trinta, quando mais do que dobrou a extensão da rede. O menor custo inicial de implantação das rodovias tornou-as o meio de transporte preferido para a integração das diversas regiões econômicas, apesar de não se haver discutido a questão importante do custo por quilômetro transportado.

Em 1934, tentou-se, pela primeira vez, a integração do sistema de transportes no país através de um Plano Nacional de Transportes. Embora não tivesse sido implementado, o Plano previa a construção de mais de vinte mil quilômetros de vias de transporte terrestre. Numa primeira etapa seriam rodovias, que posteriormente poderiam ser transformadas em ferrovias, uma vez que o desenvolvimento econômico da região o justificasse. Como se nota, na mentalidade dos planejadores da época, ainda persistia o viés pela ferrovia, não obstante a precária situação das mesmas. Em 1938, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem propunha um Plano Rodoviário Nacional, no qual era pleiteada a construção de 19.000 Km de rodovias, em um período de vinte anos.

Com a II Guerra Mundial a expansão da rede rodoviária foi seriamente afetada, caindo para 4.578 Km a média da construção no período 1940/43, ou seja, menos de um terço da média dos anos 1931/39. O ritmo de expansão da rede rodoviária só voltou a crescer no pós-guerra.

É importante ter em mente que, apesar das condições precárias das rodovias, nos anos trinta elas passaram a desafiar a hegemonia das ferrovias, conquistando-a no pós-guerra. Embora em 1939 96% das estradas fossem de terra e 75% não tivessem qualquer tipo de melhoramento, o transporte rodoviário era mais rápido e eficiente que o transporte por ferrovia, que como foi visto já estava em decadência.

As rodovias brasileiras no pós-guerra começaram a ser melhoradas devido à criação do Fundo Rodoviário Nacional, pelo Dec. Lei 8.463 de dezembro de 1945. Esse Fundo era alimentado pelas receitas dos impostos sobre os derivados do petróleo. Esses recursos passaram a ser distribuídos na proporção de 60% para os Estados e 40% para o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (D.N.E.R.), que foi reorganizado e dotado de autonomia financeira e administrativa. Por sua vez, os Estados tiveram que criar departamentos estaduais de estradas de rodagem, também com autonomia. Além disso, foi determinado que tanto a União como os Estados adotassem planos mestres para seus sistemas rodoviários <sup>14</sup>.

Foi adotado um Plano Rodoviário Nacional, que contemplava a construção de 46.164 Km, dos quais 6.772 Km constituíam um programa de primeira prioridade a ser implementado no quinquênio 1946-50. Os 40% da cota do D.N.E.R. deveriam ser usados na construção desse novo sistema prioritário, na administração do departamento e na manutenção das rodovias já existentes no sistema nacional. Aumentos de custos e outras dificuldades não permitiram a ultimateção do sistema prioritário no final de 1950, tornando-se necessário o prolongamento do período <sup>15</sup>.

<sup>14</sup> G WILKINS, G. (1954) "Comments on the Brazilian Highway Problems". *BRAZILIAN TECHNICAL STUDIES*. Ibid., pp. 265-272.

<sup>15</sup> G Wilkins, G. op. cit.

Tanto os estados como os municípios progrediram bastante em seus próprios programas, financiados nos primeiros pelos 60% do Fundo Rodoviário Nacional e por seus orçamentos e, nos segundos, por seus orçamentos.

Exemplo importante do progresso na expansão da rede rodoviária federal foi a construção da estrada Rio-Bahia (com leito de cascalho, que permitia tráfego em qualquer condição de tempo), completada em 1948. Até àquela data não havia nenhuma ligação terrestre entre o norte e o sul!

Quanto ao avanço na expansão da rede rodoviária pavimentada nos estados e a nível federal, entre 1946 e 1952, os dados da Tabela E mostram que aqueles a multiplicaram por 6, enquanto este a multiplicou por 3,6.

#### TABELA E

Brasil - Extensão das Rodovias Pavimentadas, 1946-1952 (Em Km)

	1946	1948	1950	1952
Estaduais	453	588	1.188	2.714
Federais	174	208	588	676
Total	627	796	1.776	3.390

Fonte: WILKINS, Galyn G. "Comments on the Brazilian Highway Problem". In: *BRAZILIAN TECHNICAL STUDIES*, Relatório da C.M.B.E.U., p. 267.

As estimativas de tráfego quilométrico na Tabela 5 (Apêndice) sugerem que os investimentos em rodovias contemplados no Plano Rodoviário Nacional e nos Planos dos Estados, no período 1946-52, anteriormente mencionados, contribuíram para tornar o transporte rodoviário progressivamente mais importante na movimentação de passageiros e carga a partir de 1950, quando o tráfego quilométrico nas rodovias atingiu a 8,1 bilhões de ton-km, superando o tráfego ferroviário que foi de 6,1 bilhões de ton-km. Sete anos depois, em 1957, já alcançava 15,1 bilhões de ton-km, em contraste com 10,2 bilhões ton-km nas ferrovias e 16,9 bilhões de ton-km na cabotagem.

#### Portos

Desde a abertura dos portos em 1808 até o início da década de 1850 pouco se fez para incentivar o melhoramento dos portos. Foi a partir de 1851-52 quando foram criadas as primeiras linhas regulares de navegação entre o Brasil e a Inglaterra e ao longo do rio Amazonas, que se realizaram os primeiros estudos para melhorar os portos. Entretanto, somente em 1869 é que o Governo Imperial procurou estimular a iniciativa privada, estabelecendo pela Lei 1.746, de 13 de outubro de 1869, um sistema em que as obras dos portos seriam autofinanciáveis através da cobrança de uma tarifa adicional sobre o movimento comercial dos mesmos.

Daquela data em diante, foram dadas várias concessões a particulares, mas nenhuma delas foi levada a cabo. Por fim, pela Lei 3.314, de 16 de outubro de 1886 (Lei Orçamentária para 1887), o Governo decidiu aumentar as vantagens previstas na lei básica de 1869, criando a garantia de juros e de

amortização do capital privado aplicado em obras portuárias, estabelecendo para isso taxas especiais *ad valorem* sobre as exportações e importações. Foi bem modesta a reação do setor privado, tendo sido poucas as concessões que se concretizaram. Apenas as obras dos portos de Santos e Manaus tiveram os primeiros trechos de cais inaugurados em 1892 e 1903, respectivamente.

Ao se iniciar o presente século só estavam construídas as docas da Alfândega do Porto do Rio de Janeiro e as primeiras extensões dos portos de Santos e Manaus. Nessa época foi elaborado um plano geral de melhoramentos dos portos cujo financiamento seria feito por empréstimos no exterior, e os serviços de juros e amortização seriam garantidos pela cobrança de taxas sobre o movimento de cada porto a ser melhorado. Pela Lei Orçamentária de 1903 (Lei 957, de dezembro de 1902) o Governo foi autorizado a tomar os empréstimos e a determinar o tipo de exploração comercial de cada porto da maneira julgada mais conveniente.

Os fundos provenientes dos empréstimos foram recolhidos a uma Caixa especial criada para cada porto. Mais tarde, como se tornara inviável financiar as obras dos pequenos portos por Caixas isoladas, em 1907 criou-se uma Caixa única, a Caixa Especial de Portos, que recebia os recursos para o melhoramento dos portos. Simultaneamente, determinou-se a cobrança da taxa de 2% ouro sobre o valor da importação dos portos e fronteiras da República. Esses recursos, juntamente com a totalidade das rendas alfandegárias seriam dados como garantia dos empréstimos tomados e formaram a principal fonte de renda da caixa Especial de Portos. Durante a vigência da Caixa, que foi extinta em 1923, completou-se a construção dos mais importantes portos do país. Até o início da década de trinta foram terminadas as obras dos seguintes portos: Santos, Manaus, Salvador e Ilhéus (explorados por concessão particular); Belém, Rio de Janeiro e Natal (explorados pelo Governo Federal sob a forma de autarquia) e, Recife, Rio Grande, Porto Alegre, Niterói e Angra dos Reis (explorados por concessão aos Estados de Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro).

Até a II Guerra Mundial foram concluídas as obras de vários outros portos: Cabedelo, Paranaguá, Pelotas, Vitória, Maceió, Imbituba e Laguna. Com a exceção de Imbituba, uma concessão particular, e Laguna, administrado pelo Governo Federal, os demais foram concessões aos Estados.

Mais uma vez, no pós-guerra, o Governo teve que modificar a legislação portuária, criando uma receita especial, a taxa de emergência, pelo Decreto-lei 8.311, de dezembro de 1945, a ser cobrada sobre o movimento comercial de todos os portos, para financiar as obras civis de ampliação e compra de equipamento.

Apesar do esforço realizado nas décadas de vinte e trinta, no final da II Guerra Mundial os portos brasileiros eram obsoletos no que se referia a equipamentos para movimentar mercadorias, as extensões de cais eram pequenas, a dragagem era deficiente, etc sendo comuns os congestionamentos nos portos principais como os de Santos e Rio de Janeiro.

Na falta de dados estatísticos sobre a capacidade de movimentação de

carga dos portos, serão usados como *proxy* os dados sobre o comércio de cabotagem. A Tabela F mostra que, exceto nos anos da grande depressão, o comércio de cabotagem cresceu sempre, mesmo durante a II Guerra Mundial. Afinal, a navegação de cabotagem era o único meio de transporte entre o norte e o sul do país.

#### TABELA F

Brasil - Comércio de Cabotagem (1921 - 1950) Médias Anuais dos Períodos

Períodos	1.000t
1921/23	1.190
1924/29	1.781
1930/33	1.697
1934/39	2.442
1940/45	3.124
1946/50	3.805

Fonte: IBGE, *Brasil em Números*. 1960, p. 94

A frota costeira, em 1952, tinha 307 navios com uma tonelagem total de 609.000 toneladas *deadweight*. Mais de um quarto dessa tinha mais de 40 anos e cerca de 40% mais de 30 anos. Era uma frota obsoleta, com menos de 30 navios modernos e eficientes, especificamente projetados para a navegação costeira.

O número de empresas operando a navegação costeira era 115. Duas delas eram governamentais: o Lloyd Brasileiro e a Companhia Nacional de Navegação Costeira. Suas frotas totalizavam 108 navios com uma capacidade total de 432.000 toneladas *deadweight*. A única empresa privada importante, a Cia. Comércio e Navegação operava 26 navios. As demais 112 empresas operavam embarcações pequenas.

Com base em dados do IBGE para 1949 (único ano disponível) foi possível estimar que a cabotagem no período 1939-1957 manteve a supremacia no transporte de mercadorias embora sua participação passasse a decrescer continuamente a partir de 1951. Em suma, não obstante toda a ineficiência do sistema portuário e da frota de cabotagem, esse sub-setor da infraestrutura de transportes ainda era a espinha dorsal da mesma.

\* \* \*

Uma vez visto como evoluíram os principais meios de transporte, passa-se a fazer um exercício comparativo, com todos os *caveats* habituais, pois trabalha-se com estimativas precárias do crescimento global da economia e do crescimento do tráfego-quilométrico global no período 1939-1950. Os dados da Tabela G sugerem que nos triênios 1939/41 e 1942/44 o tráfego-quilométrico cresceu a um ritmo semelhante ao da economia como um todo, enquanto que nos demais triênios a economia cresceu a um ritmo mais rápido. Em outras palavras, a capacidade instalada na infraestrutura de transportes não gerou um fluxo de serviços consentâneo com o fluxo da produção real da economia.

Isso faz sentido, porque a economia aumentou sua taxa de crescimento no pós-guerra, não havendo uma resposta na infraestrutura de transportes, que se tornara um óbice ao crescimento da economia.

#### TABELA G

Brasil - Crescimento da Produção Real e do Tráfego-quilométrico dos Diversos Meios de Transporte (1939 - 1950)

Anos	a Produção Real	b Tráfego-quilométrico	c
1941-39	1,09	1,11	0,98
1944/42	1,10	1,08	1,01
1947/45	1,13	1,04	1,08
1950/48	1,14	1,09	1,04

Fonte: Tabelas 3 e 5 (apêndice)

#### Telecomunicações

O sistema telegráfico nacional era operado pelo Governo Imperial e, posteriormente, pelo governo Federal. Entre 1889 e 1913 a extensão das linhas telegráficas cresceu mais de três vezes, passando de 10.522 km em 1889 a 34.377 km, em 1913. O número de estações, que em 1893 era 272, cresceu para 740 em 1913<sup>16</sup>.

Até o fim da década de 40 a rede telegráfica brasileira evoluiu como mostra a Tabela H

#### TABELA H

Brasil - Evolução da Rede Telegráfica, 1913-1950, (km)

Anos	Extensão das Linhas no fim do período	Aumento	Aumento médio anual	Número de estações
1913-22	45.934	11.557	1.156	1.058
1923-32	60.012	14.078	1.408	1.446
1933-39	61.223	1.211	173	1.609
1939-48	67.735	6.512	723	.....
1949	69.804	2.581	2.581	.....
1950	71.783	1.979	1.979	.....

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil - diversos números.

Dos dados acima ressalta que as décadas 1913-22 e 1923-32 constituíram o auge da expansão da rede telegráfica nacional. Somente no fim da década de 40 observa-se a retomada da expansão da mesma.

Em síntese, entre 1889 e 1950, a rede telegráfica nacional foi multiplicada por 6,8 passando de 10.522 km a 71.783 km. Enquanto isso, a população do país cresceu de 14,3 milhões em 1890 a 51,9 milhões em 1950, ou seja, foi multiplicada por 3,6. Portanto, em termos quantitativos, a rede telegráfica do país cresceu bem na frente da população. Infelizmente, não foram obtidos indicadores qualitativos dos serviços prestados.

<sup>16</sup> Anuário Estatístico do Brasil, Anno I, Vol. II, Rio de Janeiro, 1917, p. 80.

Havia empresas estrangeiras que exploravam o serviço de cabo submarino entre o Brasil e outros países, tais como a Western Telegraphic, a Italcable, etc. Todavia, as estatísticas oficiais não publicam qualquer indicador de suas atividades.

Em 1907, havia 15.203 aparelhos telefônicos, operados por 86 empresas, em 16 Estados da União. Duas empresas no Distrito Federal tinham 3.356 aparelhos; 22 empresas no Rio Grande do Sul tinham 2.815 aparelhos e 36 empresas em São Paulo tinham 5.839 aparelhos<sup>17</sup>.

As concessões mais antigas eram as das empresas telefônicas da Bahia (Centro Telefônico da Bahia) e de Campinas (Empresa Telefônica Campineira), ambas datando de 1884. Os prazos das concessões variavam entre 10 e 30 anos, embora existissem umas poucas concessões com prazos de 40 e 50 anos.

Os dados sobre a evolução dos serviços telefônicos no Brasil são escassos e intermitentes. Para os anos de 1937 e 1938 há dados relativos aos municípios das capitais dos Estados, que mostram que naqueles anos, em todos os municípios, existiam, respectivamente, 170.663 (1937) e 187.230 (1938) aparelhos. Dos quais, em média, 26,4% em São Paulo e 51,3% no Distrito Federal. O número de assinantes era, respectivamente, de 134.624 em 1937 e 140.078 em 1938. Dos quais, em média, 26,0% em São Paulo e 49,0% no Distrito Federal<sup>18</sup>.

Para os anos de 1942 e 1950 existem dados sobre o número de aparelhos e de assinantes para todos os Estados, que são apresentados na Tabela I

#### TABELA I

Brasil - Indicadores do Serviço Telefônico (1942 e 1950)

	Total de aparelhos	Nº de assinantes	Nº de municípios dotados do serviço	Nº de empresas
1942	379.981	295.917	633	.....
1950	521.222	405.441	778	191

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil - diversos números.

A nível dos estados continuou a preponderância do Estado de São Paulo e do Distrito Federal, que concentravam, respectivamente, 41,7% (1942) e 32,4% (1950) e, 34,6% (1942) e 35,7% (1950) do número de assinantes. Em suma, o número total de assinantes (o indicador mais expressivo) cresceu 37,1% entre 1942 e 1950.

Na ausência de séries de indicadores de crescimento da capacidade instalada dos serviços telefônicos, não se pode avaliar se ela cresceu em ritmo compatível com o da população.

#### Sumário e Considerações Finais

1 - O setor de infraestrutura econômica, em sua acepção moderna (eletricidade, ferrovias, portos, telégrafos e telefones) surgiu durante o Império

<sup>17</sup> Anuário Estatístico do Brasil, etc op. cit. pp. 88/93

<sup>18</sup> Anuário Estatístico do Brasil, diversos números.

e foi inicialmente explorado (exceto telégrafos) por empresas privadas (muitas delas estrangeiras), mediante o regime de concessões. No caso dos portos, houve várias exceções, em que eles eram explorados pelo Governo Federal, como autarquias e, pelos Governos Estaduais, como concessões.

2 - A construção das ferrovias e portos teve que ser incentivada através da garantia de juros, subsídios e empréstimos tomados no exterior, que no caso dos portos eram garantidos por taxas sobre o movimento comercial de cada porto. A garantia de juros para as ferrovias tornou-se tão onerosa que a partir de 1901 ela foi suspensa para um grande número de empresas de propriedade estrangeira, que foram encampadas pelo Governo Federal, após a tomada de empréstimos no exterior, para esse fim. Essas ferrovias foram, então, arrendadas a empresas privadas.

3 - As ferrovias brasileiras eram basicamente regionais, destinadas a transportar produtos agrícolas para os portos. Não tendo sido interligadas, não foi constituída uma malha ferroviária nacional. Conseqüentemente, a maioria delas não tinha densidade de tráfego suficiente para permitir uma operação lucrativa. Já a partir de 1907 surgiram deficits operacionais que resultavam não só da baixa densidade de tráfego, como do sistema tarifário, traçados defeituosos, diversidade de bitolas, etc

4 - Com a concorrência do transporte rodoviário a partir dos anos trinta agravou-se ainda mais a situação das ferrovias, levando a uma crescente estatização do setor, por parte dos Governos Federal e Estaduais.

5 - A regulamentação e controle das ferrovias brasileiras parece ter sido freqüentemente deficiente a julgar pelo número excessivo de órgãos envolvidos, estaduais e federais.

6 - Os portos brasileiros sempre tiveram dificuldades para ser mantidos, não obstante as inúmeras mudanças na legislação portuária visando gerar recursos adicionais aos recursos próprios representados pelas taxas e emolumentos portuários. Ao fim da II Guerra Mundial, o obsolescência do equipamento de movimentação de carga, a insuficiente extensão dos cais e a deficiência de dragagem mostram uma infraestrutura obviamente inadequada. Paralelamente, a navegação de cabotagem também estava em péssimo estado e, dos 307 navios que a operava, apenas 30 haviam sido projetados para aquele tipo de navegação e estavam em bom estado.

7 - As rodovias, que só passaram a ter importância nos anos vinte, cresceram fortemente na década de trinta. A II Guerra Mundial reduziu drasticamente a construção de rodovias. Apesar disso, elas que desde os anos trinta já desafiavam a supremacia do transporte ferroviário, recuperaram seu ritmo de crescimento no pós-guerra. Com a criação do Fundo Rodoviário Nacional em 1945, constituído pelas receitas dos impostos sobre os derivados de petróleo, das quais 60% iam para os Estados e 40% para o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (D.N.E.R.), que havia sido reorganizado

e dotado de autonomia administrativa e financeira, a rede rodoviária voltou a se expandir e melhorar de qualidade. Por sua vez, os Estados foram obrigados a criar departamentos estaduais de estradas de rodagem autônomos e, tanto a União como os Estados, foram instruídos a elaborar planos mestres para seus sistemas rodoviários.

8 - A geração, transmissão e distribuição de energia elétrica desde o tempo do Império até quase o início da década de 50, era (exceto talvez no caso de alguns pequenos municípios que se ocupavam diretamente disso) preponderantemente explorada por empresas privadas, mediante o regime de concessão. Em 1906, o Congresso autorizou o Governo a elaborar as bases de um Código de Águas, o qual só foi concluído em 1934.

9 - O Código de Águas passou a centralizar as concessões que até então eram outorgadas pelos Governos Federal, Estaduais e Municipais. Esse Código seguia o modelo de regulamentação praticado em outros países, em que se considerava que o uso dos recursos hidráulicos era assunto do superior interesse do país e, assim, sua exploração era sujeita à concessão do Governo Federal.

10 - Garantia-se pelo Código uma remuneração líquida de 10% sobre o valor histórico do capital investido. Além disso, as tarifas eram calculadas de maneira a cobrir uma extensa gama de despesas; havendo ainda ampla isenção de impostos. Normalmente, as tarifas eram revisadas a cada 3 anos, podendo, entretanto, ser reajustadas sempre que qualquer aumento de despesa imposto à empresa afetasse o montante líquido dos 10% de remuneração do capital. Previa ainda a lei a revisão do próprio montante de 10%, que poderia ser alterado futuramente pelo Governo Federal, se ocorressem mudanças sérias no mercado monetário e na bolsa de valores.

11 - Em 1939, foi criado o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (C.N.A.E.E.) para resolver problemas entre o Governo Federal, as concessionárias e os usuários. No entanto, nem o C.N.A.E.E. nem a Divisão de águas do Ministério da Agricultura receberam os recursos necessários para exercer os amplos poderes de fiscalização dados ao Governo Federal. Por isso, fora dos grandes centros urbanos e, às vezes, até mesmo neles, a ação desses órgãos foi quase nula.

12 - O debate "capital privado x capital público" surgido na ocasião de levar a cabo a expansão da capacidade instalada de energia elétrica, aparentemente acabou conduzindo à solução estatal muito mais pelas circunstâncias da época: clara insuficiência de capitais privados (nacionais e estrangeiros) no volume necessário, do que por razões meramente ideológicas. Não parece ter sido a questão tarifária através da famosa cláusula de reajuste das tarifas de modo a se obter um rendimento de 10% sobre o valor histórico do capital (cláusula essa que nunca foi aplicada) que afastou o capital privado, pois sempre haveria alternativas mais vantajosas para esse capital em outros setores, do que entrar em um setor regulado. Quanto ao capital

estrangeiro, àquela época, só os Estados Unidos tinham alguma capacidade de investimento no exterior, mas desejavam repatriar seu capital em um prazo máximo de 5 anos!

13 - Na década de 50 foram criadas agências destinadas a resolver os problemas de infraestrutura econômica, destacando-se entre elas o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), a ELETROBRÁS e a Rede Ferroviária Federal S. A. (R.F.F.S.A.).

14 - Na década de 60 surgiram outros órgãos estatais para atuarem também na área de infraestrutura econômica, como a EMBRATEL, a TELEBRÁS e a PORTOBRÁS. Completava-se, dessa maneira, a intervenção estatal visando modernizar a infraestrutura econômica do país.

15 - Na década de 80 começou a debacle financeira do Estado, fenômeno esse não peculiar ao Brasil. Na área de infraestrutura, quase toda ela de propriedade estatal, observou-se crescente degradação da capacidade instalada, causada em parte pela desatualização tarifária, em parte pela má administração, pois, de maneira crescente as diretorias das empresas estatais foram perdendo o profissionalismo, passando a ser preenchidas por indicações políticas. No caso específico das rodovias a situação se agravou ainda mais porque a Constituição de 1988, na ânsia de reduzir as vinculações de receita terminou com os impostos sobre combustíveis líquidos, tornando o D.N.E.R. e os D.E.R.s órgãos sem poder, porque sem recursos específicos (ao contrário do que ocorre na maioria dos países).

16 - Na década de 90, finalmente, opta-se pela privatização crescente da infraestrutura econômica, acompanhando-se a onda de repúdio à presença estatal que vem ocorrendo em vários países e em alguns setores da infraestrutura. Pode-se, então, perguntar: será que os tomadores de decisão deste país estão lembrados que até os anos 50 a infra-estrutura econômica estava em boa parte (exceto nas ferrovias e nos portos com concessões estaduais ou federal) nas mãos da empresa privada?

17 - Será que os tomadores de decisão recordam-se que no passado a infraestrutura econômica operada pela iniciativa privada foi feita sem regulamentação e controle adequados? Isso se deu num período de cerca de oito décadas, quando a população cresceu de 9,9 milhões em 1872, para 51,9 milhões em 1950. O que pensar, então, da situação atual, quando se está partindo de um estoque de capacidade instalada obsoleto ou quantitativamente insuficiente? Como será feita a regulamentação e o controle da vasta onda de novos investimentos destinados a gerar sofisticados serviços de utilidade pública (principalmente na área das telecomunicações e portos), em um país com uma população mais de 3 vezes superior à que existia em 1950 e, na sua maioria, vivendo em áreas urbanas?

18 - Pari-passu com os estudos destinados a estabelecer e definir as funções das agências reguladoras no setor de infra-estrutura econômica, impõe-se que se retome o esforço de elaboração de planos indicativos

setoriais para os diversos subsetores (experiência das décadas de 60 e 70), mostrando os projetos que deverão ser realizados pelas empresas estatais e os que estão a cargo de empresas privadas (privatizações, concessões, etc). Só assim será resguardado o interesse público.

Rio de Janeiro, 12 de Agosto de 1996

## APÊNDICE

### TABELA 1

**Brasil - Desenvolvimento da Indústria de Energia Elétrica - Capacidade Instalada, 1889 - 1952 (1.000kw)**

	Total	Térmica	Hidráulica
1889	4,6	3,1	1,5
1900	12,1	6,6	5,5
1910	159,9	22,2	137,8
1920	357,2	77,8	279,4
1930	747,1	128,6	618,5
1940	1.106,5	182,3	924,2
1950	1.882,5	346,8	1.535,7
1951	1.939,9	355,2	1.584,7
1952	1.975,0	372,4	1.612,6

Fonte: Divisão de Águas, Ministério da Agricultura, citado em *BRAZILIAN TECHNICAL STUDIES*, op. cit., p. 287

### TABELA 2

**Brasil - Crescimento Regional da Capacidade de Geração de Energia Elétrica, 1920 - 1951 (em 1.000kw)**

Região	1920	1930	1940	1945	1951
Norte	5,7	10,0	15,7	16,0	12,6
Nordeste	16,9	56,7	91,9	101,6	110,7
BA. e SE.	22,4	26,1	31,0	31,7	41,7
E.S.	4,0	8,3	9,0	9,0	12,1
M.G.	42,5	90,7	144,6	158,7	246,6
R.J. e D.F.	100,4	193,6	279,3	317,6	465,8
S.P.	150,7	331,2	564,7	576,8	855,1
PR.	7,1	10,1	17,8	23,4	43,8
S.C.	7,3	9,3	16,7	19,7	38,4
R.S.	9,5	40,2	65,7	78,4	99,9
Cento Oeste	0,7	2,6	7,4	8,7	12,9
BRASIL	367,2	778,8	1.243,8	1.341,6	1.939,6

Fonte: Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (C.N.A.E.E.)

**TABELA 3**

Brasil - Índices do Volume Físico da Produção (1920 - 1945) e da Produção Real, 1939-1950 - (1939 = 100)

Anos	a Produto Físico	b Produto Real
1920	47,4	...
1921	49,0	...
1922	50,5	...
1923	53,3	...
1924	52,9	...
1925	51,7	...
1926	53,1	...
1927	57,6	...
1928	67,0	...
1929	66,9	...
1930	66,4	...
1931	64,4	...
1932	67,9	...
1933	74,9	...
1934	80,0	...
1935	81,4	...
1936	90,4	...
1937	92,5	...
1938	96,9	...
1939	100,0	100,0
1940	102,8	103,0
1941	112,4	109,0
1942	107,5	106,0
1943	115,5	113,0
1944	118,3	117,0
1945	120,7	118,0
1946	...	130,0
1947	...	134,0
1948	...	142,0
1949	...	153,0
1950	...	162,00

Fontes: Coluna a - Villela, A e Suzigan, W. op. cit., p. 417; coluna b - "The Development of Brazil" etc op. cit. p. 308

UFF - SEÇÃO DE REGISTRO-LIVROS  
REG. Nº 4485 / 97

**TABELA 4**

Brasil - Desenvolvimento das Linhas Ferroviárias (1854-1952), em km

Período	Total	Aumento	Aumento Médio Anual	Observações
1854-72		932	49	Primeiros anos de construção de ferrovias. Ritmo fraco e irregular.
1873-80	3.398	2.466	308}	Período de expansão durante o Império.
1881-88	9.321	5.923	740}	Ritmo crescente.
1889-1907	17.605	8.284	436	Primeiros anos da República. A revolução político-social reduz o ritmo de construção.
1908-14	26.062	8.457	1.208	Forte desenvolvimento nos anos anteriores à I Guerra Mundial.
1915-26	31.333	5.271	439	Cai o ritmo de construção durante e após a I Guerra Mundial.
1927-41	34.283	2.950	197	Com a grande depressão e novas concepções de desenvolvimento de ferrovias a construção declina e torna-se irregular.
1942-52	36.854	2.571	234	A necessidade de construir uma rede entre as ferrovias isoladas causa um pequeno aumento no ritmo de construção.

Fonte: Freitas Abreu, R. E., op. cit., p. 95

**TABELA 5**

Brasil - Tráfego-Quilométrico dos Diversos Meios de Transporte (1939-1957)  
Bilhões de ton-km

Ano	Ferrovia	Rodovias	Cabotagem	Total
1939	6,1	3,1	7,0	16,2
1940	6,1	3,5	7,2	16,8
1941	6,4	3,8	7,8	18,0
1942	5,9	3,6	7,4	16,9
1943	6,3	3,7	6,9	16,9
1944	6,5	3,9	8,0	18,4
1945	6,6	4,0	8,1	18,7
1946	6,5	4,1	8,5	19,1
1947	6,6	4,9	8,1	19,6
1948	7,0	6,1	9,6	22,7
1949	7,3	7,0	9,7	24,0
1950	6,7	8,1	10,1	24,9
1951	8,5	8,8	11,6	28,9
1952	8,4	10,3	11,4	30,1
1953	8,4	12,2	11,7	32,3
1954	8,6	13,7	12,3	34,6
1955	9,6	14,0	13,5	37,1
1956	9,7	14,8	16,1	40,6
1957	10,2	15,1	16,9	42,2

Fonte: *Análise e Perspectivas da Indústria Automobilística*. Confederação Nacional da Indústria. 1960, pp. 137-38.

UFF-NDC  
BIBLIOTECA CENTRAL DO GOIAGUATÁ  
CÓD. DA OBRA / CÓD. DO EXEMPLAR  
65010 12208

## HISTÓRIA AGRÁRIA

### 1 QUESTÕES SOBRE O ACESSO E A POSSE DA TERRA: DA ANTIGUIDADE AOS NOSSOS DIAS

#### A “QUESTÃO DA TERRA” E A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE NACIONAL NO BRASIL

*Ligia Maria Osorio Silva\**

Em meados do século XIX, o Estado imperial elaborou a primeira legislação agrária de longo alcance da nossa história, que ficou conhecida como a Lei de Terras de 1850. Esta intervenção do Estado na “questão da terra” foi parte das grandes transformações que neste período começaram a introduzir a sociedade brasileira, ainda escravista e arcaica, nos rumos da modernidade. A Lei de terras visava promover o ordenamento jurídico da propriedade da terra que se fazia necessário devido à situação confusa herdada do período colonial e pretendeu iniciar a transição da forma de apropriação territorial adaptada à sociedade colonial para a moderna propriedade territorial.

A característica marcante do processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil foi a passagem das terras do domínio régio e, depois, do domínio público para o domínio privado. Este processo que se iniciou com a colonização e ainda não chegou ao término (ainda restam terras devolutas<sup>1</sup> da nação) foi assumindo características diferentes à medida que a sociedade e o Estado brasileiros foram se constituindo.

#### **Sesmarias e Latifúndios**

A primeira forma que tomou a ordenação da propriedade territorial ainda nos tempos coloniais foi a de concessão de sesmarias. O aspecto mais importante do instituto de sesmarias foi a sua adaptação aos objetivos da produção colonial, constituindo uma parte da história das relações do colono com a terra: grandes propriedades produzindo para exportação com base no trabalho escravo.

Os legisladores metropolitanos acreditaram, durante todo o período colonial, na possibilidade de determinarem os rumos da apropriação territorial, através,

\* Professora - Departamento de Política Econômica - Instituto de Economia - Universidade de Campinas

<sup>1</sup> O sentido primeiro do termo devoluto era “devolvido ao senhor original”. Terra doada ou apropriada, não sendo aproveitada, retornava ao senhor de origem, isto é, a Coroa Portuguesa - assim determinava a Lei de Sesmarias (Código Filipino ou Ordenações do Reino de Portugal, 1603, edição de Cândido Mendes de Almeida, RJ, 1870). Entretanto, com o uso que a Lei de 1850 sacramentou, devoluto passou a ser sinônimo de “não apropriada” ou ‘Pública”.

primeiro, da transposição da legislação do reino para a colônia e, segundo, através da elaboração de uma copiosa legislação específica, visando “corrigir” os desvios que a aplicação do sistema sofrera. Na realidade, a distorção do objetivo primeiro do sistema sesmarial (tal como fora concebido para Portugal) deveu-se às especificidades da produção nos marcos do antigo sistema colonial, e contou por isso com a cumplicidade ou pelo menos com a tolerância das instâncias administrativas coloniais nos primeiros tempos da colonização. As transformações ocorridas no século XVIII, tanto a nível da metrópole, quanto a nível da colônia - principalmente a crescente dependência econômica da primeira em relação à segunda -, acabaram por determinar uma mudança no padrão de relacionamento entre as duas. Em relação à questão da apropriação territorial, não foi possível à metrópole reverter os marcos dentro dos quais este processo viera ocorrendo, tendo em vista que as características da produção colonial não se alteraram. A disponibilidade de terras, em particular, representava um papel importante dentro deste sistema, e era assegurada ao senhoriato rural pela manutenção do escravismo como solução para o problema da mão de obra. Os escravos estavam excluídos do processo de apropriação por definição. Por outro lado, a agricultura rudimentar que se praticava esgotava rapidamente o solo, tornando necessária a incorporação contínua de terras. Note-se que o objetivo da metrópole nunca foi combater a grande propriedade ou o escravismo, mas retomar o controle do processo de apropriação que escapara das suas mãos.

Abolido em 1822, quando apenas uma pequena parte do território brasileiro estava apropriado<sup>2</sup>, o sistema sesmarial não pode ser apontado como o único responsável pelo caráter altamente concentrado da estrutura agrária.<sup>3</sup> Durante a época colonial, desenvolveu-se uma outra forma de apropriação que aos poucos obteve o reconhecimento das autoridades. Esta nova forma, a *posse*, era mais adaptada à agricultura móvel, predatória e rudimentar que se praticava. Aos poucos, ela tornou-se a forma principal de apropriação territorial.

O sistema sesmarial contribuiu, sem dúvida, para a formação do latifúndio colonial na medida em que se adaptou aos imperativos do sistema de colonização. Não se pode esquecer, contudo, que quando foi extinto, apenas uma parcela pequena do território brasileiro estava apropriada.

A questão da avaliação do significado do sistema sesmarial não se esgota, entretanto, aí. A lei de sesmarias foi gerada na metrópole para dar conta de uma situação marcada principalmente pela especificidade do feudalismo português e pela crescente centralização do poder em torno da monarquia,

<sup>2</sup> De acordo com o Censo de 1920 existiam ainda 79,4% de terras devolutas no Brasil. Embora não existam dados para o século XIX, não há dúvida de que quando a Lei de 1850 foi promulgada restava uma porção ainda maior do território brasileiro não apropriada, que pertencia à nação.

<sup>3</sup> Esta avaliação pode ser encontrada em José da Costa Porto, O sistema sesmarial no Brasil, Brasília, ed. da Universidade de Brasília, 1978, Messias Junqueira, As terras devolutas na Reforma Agrária, SP, Gráfica da Revista dos Tribunais, 1964 e Alberto Passos Guimarães, Quatro séculos de latifúndio, 3a. edição, RJ, Paz e Terra s/d.

fato este que significava em última instância o crescente predomínio dos interesses da burguesia mercantil dentro do Estado português. Sem nos determos sobre o significado e o alcance do regime de sesmarias para a metrópole, acreditamos justificada a suposição de que a elaboração da lei teve por objetivo mediar as relações entre as diversas forças que compunham a nação portuguesa. Neste sentido, como afirmou o historiador E.P. Thompson referindo-se à legislação inglesa do século XVIII, “a lei pode ser vista instrumentalmente como mediação e reforço das relações de classes existentes; e, ideologicamente, como sua legitimadora”.<sup>4</sup> O problema em relação ao sistema sesmarial colonial é exatamente o fato de que ele não foi fruto de uma acomodação interna e, portanto, não resultou da necessidade de mediar “as relações de classes existentes”. Foi imposto pela metrópole à colônia e neste sentido mediava as relações entre a metrópole e o senhoriato rural que foi se formando na colônia. Em função disso, compreende-se que quanto mais se desenvolvia a colônia e mais problemáticos se tornavam os vínculos coloniais, menos legítima se tornava a legislação imposta pela metrópole. Compreende-se também, porque, paralelamente, foi se gestando internamente uma outra forma de aquisição de domínio, a *posse*, que desafiava abertamente a autoridade colonial.

É natural, em consequência disso, que a multiplicação das exigências, as ameaças de supressão das concessões, a cobrança de foro, etc., tivessem como principal efeito, criar um campo de interesse comum entre sesmeiros em situação irregular e posseiros, contra as autoridades coloniais.

Deste modo, a suspensão do regime de concessão de sesmarias quase que simultaneamente à declaração da Independência, não pode ser vista como uma coincidência. As contradições entre o senhoriato rural da colônia e a metrópole, em torno da questão da apropriação territorial, contribuíram significativamente, também, para a ruptura definitiva dos vínculos coloniais. Desta perspectiva, o ocaso do regime de sesmarias confunde-se com o processo de emancipação da colônia.

Embora não se encontre menção na bibliografia especializada sobre as contradições que opunham os sesmeiros e os posseiros à política metropolitana de concessão de terras, o fato é que a Independência liberou o senhoriato rural do peso da burocracia lusitana.

Tendo participado de forma importante no processo de emancipação da colônia, o senhoriato rural foi responsável pela manutenção da base produtiva apoiada no trabalho escravo e na disponibilidade de terras. Isto explica porque a questão da terra não sofreu alterações profundas logo após a emancipação política. A *posse* já conquistara um certo reconhecimento por parte das autoridades, principalmente a partir da Resolução do Príncipe Regente que lhe dava prevalência sobre as sesmarias. O entendimento que se teve da

<sup>4</sup> E.P. Thompson, Senhores e Caçadores, RJ, Paz e Terra, 1987, p.353.

Resolução suspendendo as concessões de sesmarias foi de que ela não se aplicava às posses. No período entre 1822 e 1850 a posse se tornou a única forma de aquisição de domínio sobre as terras, ainda que apenas de fato, e é por isso que na história da apropriação territorial este período ficou conhecido como a "fase áurea do posseiro".<sup>5</sup>

Podendo continuar com o processo de ocupação sem entraves, os posseiros e sesmeiros não pressionaram o Estado a regulamentar a questão da terra. Entretanto, sem a expedição de títulos de propriedade por parte das autoridades competentes, ficava faltando um elemento importante para a constituição da classe dos proprietários de terras, na acepção que o conceito de classe ganha na sociedade burguesa, qual seja a sua forma de inserção nas leis do país, que em última instância corporificam a existência mesma do Estado. Em outras palavras, faltava o reconhecimento no plano jurídico do monopólio da terra existente na prática social.

Para que tal ocorresse, no entanto, era preciso que se consolidasse o processo que o ato de D. Pedro apenas inaugurara, ou seja, o processo de formação do Estado nacional. Com o desatamento dos vínculos coloniais, abriu-se na verdade um período de transição no qual os proprietários de terras, embora exercendo um papel importante na organização do novo Estado, não formavam ainda uma classe. Os dois processos - a consolidação do Estado nacional e a formação da classe dos proprietários de terras - ocorreram simultaneamente, nem sempre de forma tranqüila, implicando em conflitos e acomodações que estão registrados nos desdobramentos da história da apropriação territorial e seu ordenamento jurídico. Por um lado, a ordenação jurídica da propriedade da terra era uma necessidade intrínseca ao próprio desenvolvimento do Estado, não sendo aceitável que a questão da apropriação territorial passasse ao largo da autoridade estabelecida. Por outro, somente neste momento de reconhecimento pleno da propriedade privada da terra é que a classe dos proprietários de terras estaria em condições de se constituir, de fato e de direito.<sup>6</sup> Este aspecto, visto como uma das motivações da adoção da Lei de Terras de 1850 tem sido, em geral, desprezado pela bibliografia especializada. Costuma-se destacar apenas a motivação relacionada com a questão da mão de obra, isto é, a perspectiva do fim do tráfico, que é sem dúvida um aspecto importante.

### A Política de Terras do Império

A Lei de Terras de 1850 foi elaborada dentro de uma conjuntura bastante complexa. As alterações econômicas e políticas que se produziram na Europa na primeira metade do século XIX, modificaram o padrão de relacionamento

<sup>5</sup> Cf. Paulo Garcia, Terras devolutas, BH, ed. da Livraria Oscar Nicolai, 1958, p.30.

<sup>6</sup> Propriedade plena é tomada aqui no sentido romano, de propriedade absoluta, livre: um proprietário deveria ter o direito de usar e abusar dos seus bens.

entre as ex-colônias Ibéricas e a potência européia mais desenvolvida na época, a Inglaterra. Transitando da fase dita de "acumulação primitiva" para o capitalismo plenamente desenvolvido, a Inglaterra transformou-se numa ferrenha opositora do tráfico internacional de escravos do qual o Brasil dependia. Em 1850, o Brasil acabaria por curvar-se ante os interesses da política econômica inglesa.<sup>7</sup> A partir desse momento a questão da transição para o trabalho livre estava colocada no horizonte do Império e começaram a se definir as vias possíveis dentro das quais esta transição se efetivaria.

Internamente, o florescimento da economia cafeeira no Centro-Sul e a solidificação da base sócio-política do regime monárquico, nucleada no Partido Conservador, propiciaram a continuidade do processo de consolidação do Estado Nacional. O desenvolvimento da economia cafeeira impulsionava o Estado a assumir novas tarefas, como a construção de ferrovias e a melhoria dos portos, que por sua vez demandavam a obtenção de recursos adicionais.

A adoção da Lei de Terras estava relacionada com estas duas ordens de fatores. Deveria representar um papel fundamental no processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, aberto com a cessação do tráfico e, ao mesmo tempo, dar ao Estado imperial o controle sobre as terras devolutas que desde o fim do regime de concessão de sesmarias vinham passando de forma livre e desordenada ao patrimônio particular. Só assim seria possível ao Estado implementar algum tipo de política fundiária.

A sustação do tráfico teve um papel fundamental nas transformações que afetaram a sociedade brasileira na segunda metade do século XIX porque representou a implosão da matriz espacial dentro da qual se movera a economia brasileira até então - zonas de plantações escravistas brasileiras e zonas africanas de reprodução de escravos.<sup>8</sup> "Nenhum outro acontecimento da nossa história teve talvez repercussão tão profunda", afirma Caio Prado Jr. "Por suas conseqüências, mediatas ou imediatas, ele se (fez) sentir até os últimos anos do Império".<sup>9</sup>

Os efeitos da lei Euzébio de Queiroz perduraram por um longo período. Foram efeitos de dois tipos: efeitos gerais que se fizeram sentir imediatamente e efeitos sobre o problema da mão de obra que não se fizeram sentir logo.

No que tange aos aspectos gerais, o efeito mais importante foi a liberação de capitais antes aplicados no tráfico. Ao deslocarem-se para outras atividades econômicas, estes capitais dinamizaram a economia dando assim um impulso modernizante ao conjunto da sociedade. Esta dinamização espelhou-se na

<sup>7</sup> Cf. Leslie Bethell, Abolição do tráfico de escravos no Brasil, RJ/SP, ed. Expressão e Cultura/Edusp, 1976.

<sup>8</sup> Luis Felipe de Alencastro aprofundou a análise das implicações políticas e sociais decorrentes da permanência de um sistema produtivo organizado em torno do trabalho escravo, baseado no aporte externo de elementos africanos e, por conseguinte, dependente da continuidade do tráfico negreiro. Ver entre outros trabalhos, "La Traite négrière et l'unité nationale brésilienne", Revue Française d'Outre-Mer, t.LXVI (1979), n. 244-245, p. 395-419.

<sup>9</sup> Caio Prado Jr., Evolução Política do Brasil, 6a. edição, SP, Brasiliense, 1969, p.80.

constituição de grande número de sociedades anônimas, na formação do segundo Banco do Brasil, reorganizado em novos moldes com unidade e monopólio das emissões, na inauguração no Rio de Janeiro da primeira linha telegráfica, na fundação do Banco Rural e Hipotecário, etc. Mais importante, talvez de tudo, abriu-se o período de construção das ferrovias: em 1854 ficou pronto o trecho de 14 km e meio da primeira linha de estrada de ferro do país, ligando o porto de Mauá à estação de Frágoso. A segunda linha, que ligava o Rio a São Paulo começou a ser construída em 1855.<sup>10</sup>

Os efeitos do fim do tráfico sobre a mão de obra não se fizeram sentir de imediato, a não ser no aspecto de relançar com mais vigor a discussão sobre a necessidade, a longo prazo, de uma solução para uma eventual escassez. A curto prazo seus efeitos não se fizeram sentir por vários motivos. Primeiro, porque entre 1840 e 1850 entraram no país aproximadamente 500 mil escravos, desafiando as necessidades da lavoura cafeeira. Em segundo lugar, porque o processo de decadência das culturas tradicionais (açúcar, algodão, tabaco) tendeu a acentuar-se e, em consequência, além de não precisarem do aporte de novos trabalhadores, esses setores para se defenderem da crise começaram a vender os seus escravos para o Centro-Sul, isto é, desenvolveu-se o tráfico inter-provincial de escravos. E, finalmente, em terceiro lugar, porque a introdução das ferrovias, principalmente a partir dos anos sessenta, tornou possível a concentração de escravos nas plantações, liberando-os dos serviços de transporte do café.

Mesmo assim, o golpe representado pelo fim do tráfico no antigo sistema não era de molde a passar despercebido, e, naturalmente, foi relançada a discussão sobre as formas possíveis de realizar a transição para o trabalho livre sem traumas para a grande lavoura de exportação. A imigração, solução já aventada para resolver este problema, mas que até então quase que se resumira nos experimentos não muito bem sucedidos da parceria, voltou à ordem do dia monopolizando a atenção dos administradores imperiais.

Foi como parte deste processo de busca de novas soluções para os problemas colocados pela continuidade do crescimento do Estado e pelos desafios da modernização da sociedade, ambos em larga medida devedores da expansão da ordem capitalista em escala mundial, que alguns dias após a promulgação da lei que interrompia o tráfico de africanos, o governo fez passar a Lei de Terras (lei n.601 de 18 de setembro de 1850).

Desde a década de 1840 a questão da terra estava, na visão do governo imperial, associada à questão da imigração. O projeto de 1843 sobre sesmarias e imigração, que ficara esquecido no Senado durante a vigência dos gabinetes liberais, foi retomado com a volta dos conservadores ao poder, em 1848, e adotado na nova forma da Lei de Terras, no contexto do fim do tráfico.

É importante observar que a vinculação da questão da regularização da propriedade territorial à imigração, nos termos da Lei de Terras, expressou a

<sup>10</sup> Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 14a. edição, RJ, José Olympio, 1981, p.42.

forma de conduzir o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre própria da fração dominante dentro do Estado imperial, a elite "Saquarema", abrigada principalmente no Partido Conservador.<sup>11</sup> A história posterior da imigração e da regularização da propriedade da terra demonstra que a primeira não dependia tão estreitamente da segunda, como até o final do Império acreditaram os "Saquaremas".

A visão "Saquarema" consistia, do ponto de vista da substituição do trabalho escravo num gradualismo que levaria à natural extinção do escravismo pelos efeitos da lei Euzébio. Na prática, esta concepção se expressou na estratégia da emancipação gradual, uma forma de ajustar a manutenção da escravidão aos anseios emancipacionistas de parcelas cada vez maiores da sociedade.

Retomava, por outro lado, as idéias de povoamento do amplo território nacional existentes desde os tempos de D.João VI, enfatizando a necessidade do "branqueamento" da população através da introdução de imigrantes europeus e da difusão da pequena propriedade a partir da venda de lotes de terras recortadas nas terras devolutas da Coroa. Mas era também sensível aos reclamos da grande lavoura de exportação e por isso pretendia subsidiar a vinda de trabalhadores pobres para trabalharem nas fazendas.

No centro da política imperial estava a questão da demarcação das terras devolutas. A demarcação era o passo inicial para a utilização destas terras num projeto de colonização que deveria financiar a vinda de trabalhadores imigrantes para as fazendas e remediar uma eventual falta de braços com o fim do tráfico. Demarcar e vender as terras devolutas e financiar a imigração de trabalhadores era, em síntese, a proposta implementada pela Lei de 1850. Para que o esquema funcionasse era necessário o fim do apossamento e é por isso que o item primeiro da Lei de Terras determinava a proibição da posse.

Uma copiosa legislação auxiliar - três leis, dois regulamentos, oito decretos, e mais de cem avisos - não foi suficiente para que o objetivo inicial do projeto se tornasse realidade.<sup>12</sup> Em grande parte a fraqueza do sistema decorria da determinação de demarcar as terras devolutas *após* as terras particulares. Isto colocava todo o projeto imperial dependente da iniciativa dos fazendeiros. A resistência dos particulares a demarcarem suas terras e legalizarem os seus títulos, associada à continuação do apossamento, impediu a implementação do projeto imperial de colonização com a pequena propriedade.

A questão da mão-de-obra foi resolvida sem a demarcação das terras devolutas. Nos últimos anos do Império impôs-se, nesta matéria, o ponto de vista dos cafeicultores de São Paulo, no sentido da constituição de um amplo contingente de trabalhadores livres, através da imigração subsidiada. A regularização da propriedade territorial permaneceu em suspenso.

<sup>11</sup> Sobre a elite "Saquarema" ver Ilmar Rohloff de Matos, *O Tempo Saquarema*, SP, Hucitec, 1977.

<sup>12</sup> Ministério da Agricultura, Terras (Compilação para estudo), organizada por Machado de Assis para o ministro da Agricultura, Antônio da Silva Prado, RJ, Imprensa Nacional, 1886.

## Federalismo e Coronellismo: a Lei de 1850 nos Estados

Com a passagem das terras devolutas para o domínio dos estados, a Constituição de 1891 levou para o âmbito estadual, a decisão a respeito das duas políticas: terra e mão-de-obra. Esta medida contou com o apoio da esmagadora maioria dos representantes eleitos para a Assembléia Constituinte e apareceu como uma consequência quase natural do federalismo, doutrina que inspirara os republicanos desde suas primeiras manifestações públicas.

Na realidade, se enfocarmos a questão da perspectiva da apropriação territorial, o federalismo se adequava muito bem ao desejo de controle das oligarquias estaduais sobre o processo de passagem das terras devolutas para o domínio privado e de regularização da situação da propriedade territorial. Assim, o ideal federalista, conquanto já existisse há muito tempo na história brasileira, foi retomado pelos "republicanos históricos" e agitado como a solução para os problemas que alimentavam a crise do Estado imperial.

A partir da entrada em vigor da nova Constituição iniciou-se uma fase de transição em que os Estados ainda não haviam assumido totalmente os encargos da organização dos Serviços de Terras e o governo Federal não dispunha nem dos meios, nem da disposição de fazê-lo. Apesar do grande número de imigrantes entrados no país em 1891, o maior da nossa história, 216 760<sup>13</sup>, daí em diante, a tendência a uma certa diminuição do fluxo migratório começou a se manifestar, devido às condições internas do país.<sup>14</sup>

Isto aconteceu quando justamente, no plano internacional, as condições se apresentavam muito favoráveis. As dificuldades econômicas por que passavam a Itália, fornecedora de imigrantes, e os Estados Unidos e a Argentina, concorrentes do Brasil no campo da imigração, poderiam ter provocado uma aceleração na política de colonização tão sonhada pelos políticos imperiais. Mas os problemas políticos e as dificuldades econômicas atrapalharam o estabelecimento de uma política de assentamento que já sofria toda sorte de vicissitudes devido à tenaz oposição que a ela moviam principalmente os cafeicultores de São Paulo, interessados apenas na imigração de trabalhadores para as fazendas. De todo modo, as outras frações regionais das classes dominantes também não se interessaram, na maioria, pela imigração (a exceção foi talvez o Rio Grande do Sul) e defendiam outras destinações para as verbas gastas com este objetivo, como comprovam as discussões travadas na Assembléia Constituinte.

A Constituição de 1891, no seu artigo 83, estabelecia que cada estado passaria a reger-se pela Constituição e leis que adotasse, contanto que fossem respeitados os princípios constitucionais da União. Em relação à legislação de terras, os estados foram adotando os princípios básicos estabelecidos pela Lei de 1850 e por seu Regulamento de 1854. Cada estado legislou, portanto,

<sup>13</sup> Pedro de Toledo, Relatório do Ministério da Agricultura, vol. I, RJ, 1912, p. XL1.

<sup>14</sup> Revolta da Armada e Revolução Federalista de 1893.

à sua maneira no tocante à discriminação das terras devolutas, revalidação de sesmarias e legitimação de posses.

A passagem das terras devolutas para o domínio privado, através da posse, continuou a ser praticada e contou para isso com uma legislação de apoio que alterava, em alguns aspectos, a Lei de 1850. As modificações mais importantes diziam respeito: 1) à data de validade das posses que foi prorrogada até pelo menos o início do século XX e, em alguns casos, até bem depois; 2) à alteração dos prazos para as revalidações de sesmarias e legitimações de posses.

Assim, a Bahia com a lei n. 198 de 21/8/1897 permitiu a legitimação das posses ocorridas até 2 de julho de 1891 e marcou novos prazos para a entrada dos pedidos de legitimação. Diversas outras prorrogações foram sucessivamente sendo adotadas de 1899 até pelo menos 1921.<sup>15</sup>

Minas Gerais, além de modificar a data limite das posses legítimas, alterou através do decreto n. 1351 de 11/01/1900, os prazos para legitimação. Ainda em 1916 (lei n. 675 de 12/9) concedia mais dois anos para os ocupantes de terras devolutas legitimarem as suas posses. Na década de 1920, novos prazos ainda foram concedidos.<sup>16</sup>

O Pará, através dos decretos n. 410 de 8/10/1891 e n. 82 de 15/9/1892, alterou a data limite para as posses legítimas. E, através de decretos expedidos quase que anualmente, de 1895 a 1929, prorrogou os prazos para que as legitimações fossem feitas.<sup>17</sup>

Santa Catarina, pelo decreto n. 70 de 22/5/1893, legislou no mesmo sentido, estabelecendo nova data limite para as posses legítimas e dando novos prazos para a legitimação destas, que foram sendo prorrogados até pelo menos 1926.<sup>18</sup>

No Rio Grande do Sul, já na Constituição promulgada a 14 de julho de 1891, estava estabelecido que seriam respeitadas as posses efetuadas até 15 de novembro de 1889.<sup>19</sup>

Em matéria de legislação favorável aos posseiros São Paulo constituiu um caso exemplar. A lei n. 545 de 2/8/1898 facilitou enormemente a vida dos posseiros pois suprimiu a instância de processo de legitimação para as posses anteriores a 1878. Poderiam ser legitimadas através de processos de legitimação as posses estabelecidas até 22/7/1895. Ao mesmo tempo, alterava os prazos para a abertura desses processos e continuou-se a fazê-lo até o final da década de 1920. Mais notável ainda é que em 1921 (lei n. 1844 de 27/12) foi alterado mais uma vez o prazo de validade das posses novas. O governo poderia conceder títulos de domínio aos possuidores de terras devolutas, em posses começadas um ano antes da promulgação da lei, extensivo a todos os

<sup>15</sup> Governador José Marcelino de Souza, Mensagem à Assembléia Geral da Bahia, 1906, p. 47.

<sup>16</sup> José Afonso Mendonça de Azevedo, Índice Ementário de Legislação Mineira, 1889-1933, B.H., 1935.

<sup>17</sup> Paulo Lamarão (coord.), Legislação de terras do estado do Pará, vol. 1, 1890-1963, Belém, 1977.

<sup>18</sup> Coleção de Leis do Estado de Santa Catarina, volumes referentes aos anos de 1893 a 1926.

<sup>19</sup> Joaquim Luís Osório, Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul: comentário, Brasília, ed. da Universidade de Brasília, 1981, p. 134.

possuidores de terras devolutas com títulos ilegítimos e aqueles que estivessem na posse de terras por decisão judicial. A lei permitiu ainda a concessão gratuita de terras devolutas, revogando assim, explicitamente, o artigo da Lei de Terras que o proibia.<sup>20</sup>

Seria ocioso continuar descrevendo todas as legislações de terras de todos os estados pois sabemos que nelas encontraríamos sempre a mesma benevolência em relação aos ocupantes das terras devolutas.

É preciso reconhecer que a adoção de uma legislação "liberal" em relação aos posseiros foi conseqüência da pressão e da resistência oferecidas por eles, desde que a Lei de 1850 procurou pôr um paradeiro no processo de apossamento das terras devolutas. Seria possível supor que a atitude dos estados, cedendo às pressões dos posseiros, adaptando a legislação de terras às suas conveniências, marcasse o início de uma fase de tranqüilidade no campo, enquanto se processava pacificamente o ordenamento jurídico da propriedade territorial. A realidade, entretanto, esteve longe de se adequar a esta suposição.

Embora a transição do trabalho escravo para o trabalho livre já fosse uma realidade, a benevolência da política de terras dos estados para com os posseiros não significou a democratização do acesso à terra. Outros mecanismos, associados à existência da Lei, selecionaram o acesso à terra. As condições sociais e políticas que imperaram no campo brasileiro, principalmente na virada do século, foram decisivas para operar esta seleção. O processo de passagem das terras devolutas para o domínio privado esteve especialmente vinculado a um fenômeno típico da Primeira República, o coronelismo. Controlando a vida municipal através de meios que iam do paternalismo à violência, os coronéis "fiéis" às oligarquias que dominavam a política estadual, representaram um papel central no modo pelo qual as terras devolutas se incorporaram ao patrimônio privado.

Neste período, o campo foi palco de diversas formas de violência que estiveram, de um modo ou de outro, vinculadas à questão da terra. A violência exerceu-se fundamentalmente contra a população pobre do campo, os pequenos posseiros, agregados, ex-escravos e índios. Destino particularmente trágico tiveram as populações indígenas das regiões próximas dos pólos de desenvolvimento. A Constituição de 1891 não garantiu aos índios a posse dos seus territórios e a cobiça pelas suas terras motivou o extermínio de tribos inteiras.

A violência gerava uma situação de permanente instabilidade no campo. A condição essencial para um posseiro vir a constituir-se em proprietário, era manter-se por longo tempo sobre as terras que pretendia legalizar. Manter-se nela não significava necessariamente cultivá-la, mas impedir que outros viessem se instalar nelas e/ou evitar ser expulso das terras pelas autoridades municipais ou estaduais zeladoras do patrimônio público, que agiam com escandalosa parcialidade. Para manter-se nas terras, os fazendeiros-posseiros contavam

<sup>20</sup> Coleção das Leis do Estado de São Paulo, volumes referentes aos anos de 1898, 1900 e 1921.

com recursos próprios (jagunços armados) e procuravam estar bem relacionados com as autoridades do Estado. Esta condição estava bem expressa no comportamento característico dos coronéis, que era ficar próximo do governo, ser "situacionista".

A longo prazo não adiantava, portanto, ao pequeno posseiro a pouca vigilância que se exercia sobre as terras públicas. Sua permanência nas terras era temporária e instável; durava apenas até que forças mais poderosas os viessem expulsar. Assim eles eram empurrados cada vez mais para longe dos centros econômicos beneficiados pelos melhoramentos materiais, tais como as vias de comunicação, açudes, mercados, etc.

Todavia a existência de grandes extensões de terras devolutas possibilitou no período em questão (e certamente até bem mais tarde) a contínua penetração dos pequenos posseiros nas regiões distantes. A permanência da "fronteira aberta" contribuiu provavelmente, para a acomodação relativa da situação social no campo.

Estas observações nos levam a afirmar, que de 1822 a 1930 o termo posseiro não se refere apenas (nem principalmente), ao pequeno lavrador sem recursos. Posseiros foram os grandes fazendeiros do café, do algodão, da maniçoba, do cacau, os criadores de gado, etc. E também que a existência do latifúndio e da grande exploração agrícola, não constituíram sobrevivências do passado, mas foram continuamente recriados durante o século XIX e até onde alcançou nossa pesquisa no século XX. Isto aconteceu através e ao largo dos diferentes institutos jurídicos que regularam a questão da terra.

A ausência de uma política de apoio ao desenvolvimento da pequena propriedade e as condições sociais imperantes no campo, contribuíram para que, na prática, o Estado republicano excluísse da propriedade da terra uma parcela importante da população e assegurasse mão-de-obra barata e abundante para outra parcela da população. Esta constatação reforça a idéia de que a abundância de terras era um dado relativo e socialmente determinado.

Vista sob um prisma bastante geral, a promulgação da Lei de Terras foi parte integrante das grandes mudanças que se iniciaram em 1850 e se acentuaram no final do século. Cabe ressaltar neste processo amplo de transformações o fato de que constitui parte integrante do processo de consolidação do Estado moderno o fim do apossamento. Esta forma de apropriação denota, em geral, uma fraqueza do Estado. Tal aspecto já foi observado a propósito de outros processos de "state-building", como fez, por exemplo, Virgínia Rau para Portugal.<sup>21</sup> A Lei de 1850 desempenhou o importante

<sup>21</sup> Durante a Reconquista, a posse (pressúria) foi um meio legítimo de aquisição de domínio, mas a partir do momento em que o Estado português expulsou os mouros e conquistou a total soberania sobre as suas terras as pressúrias cessaram de ser toleradas. Comenta a autora: "A pressúria como sistema de aquisição de terras só é possível em épocas e regiões em que as necessidades guerreiras e sociais tudo permitem ao conquistador; só é possível, digamos, em época de violência e em regiões fronteiriças. Fixado o limite territorial de um Estado, à medida que este se fortalece e organiza, tal processo de obtenção de bens imóveis desaparece inelutavelmente." *Sesmarias Medievais Portuguesas*, Lisboa, 1946, p.24.

papel de delimitar o espaço de relacionamento entre o poder público e os proprietários de terras numa fase de transição.

A forma predominante da ocupação das terras devolutas (através da iniciativa privada), colocou em questão, na prática, o aspecto da Lei de 1850 que reafirmava os direitos do Estado (enquanto poder público) sobre a determinação da política de ocupação das terras devolutas. Este direito permanecia, no entanto, na letra da Lei. As intervenções federais ensaiadas após 1911 representaram uma nova investida neste campo, embora não tivessem alterado substancialmente o padrão vigente.

As transformações sociais e políticas que começaram a surgir no governo Hermes da Fonseca e se acentuaram após a Primeira Guerra Mundial, reflexos basicamente, do processo de industrialização, abalaram o compromisso coronelista e tornaram mais premente a necessidade de conformar o ordenamento jurídico à prática.

A Lei de 1850 estabeleceu as normas pelas quais os sesmeiros em situação irregular e os posseiros se transformariam em proprietários de pleno direito das terras que ocupavam. Isto seria feito através da via administrativa. Os processos de legitimação e revalidação eram julgados por um juiz comissário, nomeado pelo governo, e a última instância decisória eram os Presidentes de Província. Depois da passagem das terras devolutas para o âmbito estadual, guardou-se o mesmo esquema da época imperial, com pequenas modificações.

Ao mesmo tempo que consagrava a via administrativa como instância para regularizar a propriedade da terra (preterindo a Magistratura), a Lei de 1850 excluía da definição de terras devolutas as terras que estivessem na posse de particulares com um título legítimo de domínio. Assim sendo, a partir do momento que um ocupante das terras devolutas regularizasse a sua situação, suas terras não poderiam mais reverter ao patrimônio público (salvo por desapropriação), como no caso das sesmarias, que eram concessões condicionais. Estava-se assim transitando da forma concessionária para a forma plena da propriedade territorial pela qual sesmeiros e posseiros transformar-se-iam em proprietários plenos.

Apesar de todas as facilidades oferecidas pela legislação republicana para a regularização da sua situação, poucos posseiros e sesmeiros mediram e demarcaram as suas terras e estiveram, portanto, em condições de tirar um título de domínio expedido pelo Estado. As razões para esta atitude eram semelhantes àquelas que haviam colocado a grande maioria dos sesmeiros na ilegalidade: em primeiro lugar, a agricultura predatória que esgotava rapidamente o solo e impelia os fazendeiros a incorporarem incessantemente novas terras ao cultivo. Enquanto fosse possível incorporar terras devolutas, não havia necessidade de alterar o padrão do cultivo. Em segundo lugar, porque a falta de clareza da Lei permitia uma interpretação favorável aos posseiros, tornando opcional a regularização das suas posses. A dubiedade da Lei neste aspecto justificava a eterna dilatação dos prazos para as legitimações, regularizações, etc.

Embora no geral o projeto de colonização para a pequena propriedade não tivesse sucesso, alguns estados promoveram a venda de lotes de terras devolutas e expediram títulos de domínio para os colonos que neles se instalaram. Isto aconteceu principalmente nos estados do Sul. As pendências entre posseiros, sesmeiros e colonos por questões de terras ocorreram em muitas dessas colônias. O Estado acabou sempre por indenizar os particulares nesses casos.

## O Usucapião

Após a promulgação do Código Civil em 1916, começou a se manifestar com firmeza a idéia de que a regularização da propriedade da terra deveria sair do âmbito administrativo e passar para a esfera judicial. Asseveravam os advogados desta causa que os títulos de domínio expedidos pelo Estado não eram válidos porque não eram conformes às normas estabelecidas no Código Civil para a transmissão da propriedade entre particulares. Muitos afirmavam que, mesmo antes da promulgação do Código, as leis hipotecárias de 1864 já obrigavam a transcrição dos títulos de domínio nos registros públicos e, portanto, todos os proprietários com títulos expedidos pela via administrativa, sem a devida transcrição, estavam em situação ilegal. Adentrou-se assim a década de 1920 sem que o caos em matéria de títulos de propriedade estivesse resolvido.

Na realidade havia outra discussão associada à questão da via administrativa versus via judicial. Tratava-se da discussão sobre a possibilidade da prescrição aquisitiva (usucapião<sup>22</sup>) sobre os bens públicos (como as terras devolutas). Interpretaram alguns o artigo 67 do Código Civil no sentido de ser perfeitamente possível o usucapião sobre as terras públicas.<sup>23</sup> Os adeptos desta posição defendiam também a via judicial e a obrigatoriedade da transcrição dos títulos expedidos pelo Estado. Esta posição formava portanto, um todo, que consistia, fundamentalmente, na alteração da condição do Estado frente às terras devolutas. Defendiam a transformação do Estado num proprietário como os outros, com as mesmas obrigações (em particular, a transcrição) e sujeito às mesmas vicissitudes (o usucapião nas suas terras). Dissemos "transformação do papel do Estado", porque pelo que estava estabelecido na Lei de 1850, tal não era o caso. Assim argumentavam aqueles que consideravam os bens públicos imprescritíveis e não consideravam o Estado um proprietário como

<sup>22</sup> A importância do usucapião na formação da propriedade da terra não costuma ser destacada nas análises sociológicas brasileiras. Max Weber frisou o papel do usucapião na história agrária da Roma antiga. É interessante notar que a ação possessória nas terras públicas romanas não dava ao ocupante todos os direitos dos proprietários privados quirítários, como a capacidade eleitoral, por exemplo. Cf. Max Weber, *História Agrária Romana*, Madri, Akal ed., 1982, p. 66-68 e 89-90.

<sup>23</sup> Foram neste sentido os juristas brasileiros da época J.M. de Azevedo Marques, *Revista dos Tribunais*, vol. 62, SP, 1921 e Clóvis Beviláqua, *Soluções Práticas do Direito*, vol. III, SP, 1930. Na posição contrária temos Mário de Assis Moura, *Revista dos Tribunais*, vol. 69, SP, 1928.

os outros, e sim como o guardião dos bens públicos, bens que só podiam ser alienados, conforme o estabelecido na Lei de 1850, e em função dos interesses da coletividade, no caso, a colonização e o povoamento do solo.<sup>24</sup>

Discutiu-se muito a propósito da possibilidade do usucapião nas terras públicas durante a Primeira República e mesmo depois de 1930. A prescrição aquisitiva não estava claramente estabelecida no Código Civil, e a vigência da Lei de Terras tornava muito problemática a sua aceitação legal, embora na prática a posse sobre as terras devolutas continuasse imperando. Aceitar a possibilidade do usucapião das terras devolutas significava derrubar um dos pilares sobre os quais se assentava a Lei de Terras, que embora não tivesse conseguido estancar o apossamento, permanecia como um marco definidor das atribuições do Estado e dos proprietários de terras.

Em 1930, um decreto federal reconheceu a validade dos títulos de domínio expedidos pelo Estado nas repartições públicas e, ao mesmo tempo, consagrou a necessidade da transcrição, dando ganho de causa àqueles que consideravam a venda de terras devolutas uma operação regida pelas mesmas normas que regiam as compras e vendas entre particulares.<sup>25</sup>

O Governo Provisório encerrou também definitivamente a via administrativa como forma de regularização da propriedade territorial. Os posseiros que não tivessem regularizado a sua situação só poderiam fazê-lo a partir de 1930 através da via judicial (pelo usucapião). Proibiu também o usucapião dos bens públicos daquela data em diante, mas isto foi inútil pois a possibilidade de usucapião das terras devolutas foi introduzida na Constituição de 1934 (artigo 125), na de 1937 (artigo 148) e na de 1946 (artigo 156). Apenas limitou-se o tamanho das posses a 100 hectares.

Embora sofrendo do mal crônico que afetou, desde o início, a legislação de terras brasileira - a falta de clareza -, a consagração do usucapião das terras públicas significou a adaptação da legislação às características assumidas pela ocupação territorial desde os tempos coloniais.

Este processo de ocupação teve suas peculiaridades. Em contraste com outros países de grandes proporções físicas, como os Estados Unidos, por exemplo, a ocupação territorial no Brasil quase não implicou na expansão da sua fronteira externa. A fronteira externa do Brasil, tal como existe hoje, já estava basicamente definida no século XVIII. O Estado nacional, portanto, que começou a se formar em 1822 não precisou estender significativamente o território político sobre o qual exercia a sua soberania. Por outro lado, a parte efetivamente ocupada do território nacional, não passava de uma estreita faixa que acompanhava grosso modo a linha do litoral, e alguns corpos mais ou menos integrados de ocupação na região central do país. A fronteira interna,

<sup>24</sup> Esta é a interpretação do clássico trabalho sobre a história da apropriação territorial de Ruy Cirne Lima, *Pequena História Territorial do Brasil. Sesmarias e Terras Devolutas.*, 2a. edição, P.A., ed. Sulina, 1954.

<sup>25</sup> Decretos do Governo Provisório de 27/4/1931 e de 31/5/1933.

pois, moveu-se lentamente. Seu processo de expansão foi determinado por um complexo conjunto de fatores.

A ocupação começou pelas feitorias esparsamente distribuídas pela Costa, que serviam de entrepostos comerciais para o comércio de pau-brasil com os indígenas. Como observou Frederick Jackson Turner para o caso dos Estados Unidos, no seu clássico trabalho sobre a fronteira americana, nestes primeiros tempos da colonização, a Costa Atlântica era na verdade uma fronteira da Europa.<sup>26</sup> Desde que começou a exploração mais sistemática das terras, com o cultivo da cana-de-açúcar, a criação de gado, a mineração, a exploração da borracha, os ciclos cafeeiros, etc., esses fatores do desenvolvimento econômico e da integração nacional foram também responsáveis pelo desenho da linha da fronteira. Esta história desenvolveu-se em ritmos diferentes. Os acréscimos não foram grandes até o século XVIII quando o ritmo da ocupação incrementou-se. Já no século XIX havia alterações significativas na linha da fronteira a cada década, principalmente depois de 1830.

Na época colonial, a metrópole tentou manter o controle da ocupação das terras interioranas. Intencionava encontrar metais preciosos e não queria deixar nas mãos dos colonos a exploração do território e das eventuais descobertas. A história do controle dos caminhos que levavam à região das Minas testemunha a existência desta preocupação. Por outro lado, a progressiva perda de controle da metrópole sobre a colônia demonstra, por sua vez, que esta tentativa foi debalde.

Durante o Império, o projeto de colonização consubstanciado na Lei de 1850, pretendeu enfeixar nas mãos do governo imperial os rumos da colonização interna. Os obstáculos apostos à política de criação de núcleos coloniais manteve a expansão da fronteira interna basicamente a cargo da iniciativa privada.

Com a federalização e a República, custou-se a estabelecer normas para a participação do governo federal na colonização interna. Enquanto isso, os estados deixaram o movimento de ocupação nas mãos da iniciativa privada. Isto pode ser exemplarmente observado em relação às duas ondas cafeiras que deslocaram a fronteira no Estado de São Paulo, de modo expressivo, para o interior.

Os processos de ocupação e apropriação territorial foram partes integrantes do processo de consolidação do Estado nacional e da formação das classes. O papel desempenhado pela iniciativa privada na ocupação territorial e, a forma como as políticas governamentais na "questão da terra" forma adaptadas na prática, em razão da pressão exercida pelas camadas predominantes no campo, atestam a participação dinâmica da sociedade na definição das características assumidas pelo Estado.

<sup>26</sup> Turner foi o autor de uma série de trabalhos que analisaram o significado da fronteira na história americana, e, e, particular, do seu papel na consolidação da democracia. Os principais artigos estão reunidos em *The Frontier in American History*, NY, Henry Holt and Company, 1940.

A presença dos interesses da agricultura de exportação desde os primeiros momentos da constituição do Estado nacional é indiscutível, mesmo que as suas relações com o capital mercantil ainda não estejam totalmente esclarecidas. Os representantes da aristocracia açucareira, os cafeicultores do Rio de Janeiro e os cafeicultores de São Paulo, tiveram papéis destacados neste processo de formação, embora seus momentos de predomínio se alternassem ao longo do tempo. O desempenho do Estado, no geral, direcionou-se no sentido de atender aos interesses mais imediatos destas frações, mas esta caracterização não esgota a matéria. Perpassando todo o século XIX, problemas como o tráfico negreiro, a escravidão, a imigração e a política de terras, constituíram elementos de acomodação e ruptura que influenciaram as relações entre estas frações, e cindiram a base política do Estado imperial, sobretudo a partir de 1870.

Com o fim do tráfico iniciou-se o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre. A forma como foi conduzido este processo resultou do enfrentamento de forças sociais com interesses diversos e com projetos em diferentes níveis de elaboração. Este enfrentamento se deu principalmente em torno da questão da imigração e em torno da regularização da propriedade da terra.

A Lei de 1850 constitui, neste aspecto, um objeto privilegiado de análise. Através do estudo da elaboração e da aplicação da Lei é possível detectar camadas sociais do campo movimentando-se, resistindo, pressionando e adaptando a legislação aos seus interesses mais prementes. Entre as intenções dos legisladores do Império e a aplicação da Lei interpuseram-se os interesses de parcelas significativas da sociedade brasileira, em especial os fazendeiros posseiros. O dispositivo mais questionado da Lei foi, sem dúvida, aquele que determinava a proibição da posse. Evitou-se a aplicação desta norma através das interpretações duvidosas que a letra da Lei permitia e através das alterações implementadas pelas legislações estaduais na República. A continuidade da posse associada à não discriminação das terras impediu o sucesso da política de colonização para a pequena propriedade que não era do agrado da maioria dos fazendeiros.

Embora a posse não tenha sido estancada, a Lei continuou por muitos anos fornecendo os parâmetros dentro dos quais se processou a regularização da propriedade da terra. A constituição da moderna propriedade territorial se deu, portanto, nos marcos estabelecidos (e adaptados) pela Lei de 1850.

Em última análise, pode-se dizer que as "distorções" sofridas pela Lei de 1850 constituíram o processo da sua aplicação. A Lei foi elaborada como parte de um projeto global para a sociedade - a estratégia "Saquarema" de transição para o trabalho livre -, mas a sua aplicação à sociedade foi o resultado de um processo no qual as diferentes camadas sociais interessadas entraram em conflito e encontraram os meios de acomodar o ordenamento jurídico aos seus interesses. Neste sentido, não existe uma resposta simples à questão de saber-se se a Lei de 1850 foi efetivamente aplicada. Tomar um dos resultados

do processo - a exclusão das camadas mais pobres da população, em especial os ex-escravos e os imigrantes, da propriedade da terra - como um efeito da aplicação da Lei de Terras seria uma forma simplista de encarar a questão. Perde-se, assim, de vista o processo histórico real que consistiu exatamente na adaptação da Lei aos interesses de algumas camadas da população, em detrimento de outras. Por outro lado, deduzir que a Lei não foi aplicada, porque não conseguiu acabar com a posse, significaria desprezar o fato de que, até 1930, a Lei serviu de base à regularização da propriedade da terra.

A análise das condições sociais concretas imperantes no campo brasileiro durante a vigência da Lei nos mostrou a importância do papel desempenhado por alguns elementos da sociedade rural, em especial, o coronel, no processo de apropriação das terras devolutas. Neste sentido, achamos que o estudo do fenômeno coronelista se enriqueceria se, além dos aspectos já destacados nas análises clássicas sobre o tema, se levasse em conta o papel desempenhado pelos coronéis no processo de passagem das terras devolutas para o domínio privado, ao invés de assumir-se que a classe dos proprietários de terras estava plenamente constituída ou em decadência. Na realidade, no período áureo do coronelismo a constituição da propriedade privada da terra estava em plena efervescência e a classe dos proprietários de terras em formação.

Por outro lado, a exclusão de parcelas significativas da população brasileira da propriedade da terra não deve obscurecer o fato de que a continuidade do apossamento, defendida pelos fazendeiros, tornou menos rígida a situação social no campo (em comparação com outros países) e, permitiu a ocupação da terra pelo pequeno posseiro, mesmo que de maneira instável e secundária. Neste sentido, seria possível talvez (só um estudo específico poderia confirmá-lo), falar-se no exercício de uma hegemonia por parte dos grandes fazendeiros, organizada em torno do acesso continuado às terras devolutas e integrando de modo subordinado os pequenos posseiros.

## 2 AGRICULTURA E TECNOLOGIA: NOVAS PERSPECTIVAS

### AGRICULTURA ESCRAVISTA BRASILEIRA: GERENCIAMENTO IMPOSSÍVEL?

*Douglas Cole Libby\**

Falar em técnica na agricultura escravista brasileira, desde seus primórdios até pelo menos os meados do século XIX, é lidar com um objeto estanque, imóvel, quase que imutável. É bem verdade que, como aponta Mauro, os primeiros engenhos de açúcar no Brasil dos séculos XVI e XVII representaram as mais complexas unidades industriais do mundo daquela época.<sup>1</sup> Poder-se-

\* Universidade Federal de Minas Gerais

<sup>1</sup> Frederic Mauro. "Pode-se falar de uma indústria brasileira na época colonial?". Estudos Econômicos 13 (nº Especial): 733-44, 1983.

la acrescentar que a organização da força de trabalho que supria tais engenhos com a preciosa cana - caracterizada por uma precisa divisão técnica das tarefas desempenhadas por gangues de cativos - certamente figurava entre as mais complexas conhecidas na agricultura do mundo ocidental de então. Não obstante, apesar desta base inicial "avançada", é difícil, senão impossível, vislumbrar qualquer progresso substantivo nas técnicas agrícolas durante o regime escravista, com a exceção parcial das últimas décadas que antecederam a Abolição.<sup>2</sup> Com efeito, os engenhos de açúcar da primeira metade do século XIX em quase nada se diferenciavam dos do século XVII<sup>3</sup>, enquanto a sucessiva introdução do cultivo de novas mercadorias coloniais seguia o modelo de organização do trabalho desenvolvido nos primeiros canaviais. Em suma, a ponderável expansão das atividades agropastoris no Brasil que se verificou durante quase todo o regime escravista deu-se de maneira meramente extensiva.

Nos últimos anos o revisionismo historiográfico vem derrubando muitos dos mitos que povoavam as análises sobre a escravidão no Brasil: a reificação absoluta do escravo, por exemplo, é hoje altamente discutível em face aos estudos empiricamente bem embasados que revelam uma constante luta em surdina, quotidiana, entre cativos e senhores. Em substituição a tradicional dicotomia entre os poucos e heróicos rebeldes e a grande massa de submissos, surge um meio termo bem mais razoável: o escravo que soube, apesar das limitações, ser agente de sua própria história. A colcha de retalhos revisionista, que se vai tecendo, desafia, de maneira cada vez mais contundente, a noção de que o escravismo era marcado por uma extrema rigidez em todos seus aspectos. A notável diversificação e a adaptabilidade do trabalho escravo sugerem uma surpreendente fluidez e, com efeito, poder-se-ia argüir que, em termos econômicos e sociais, o sistema escravista brasileiro constituía o mais diversificado do Novo Mundo. A despeito de tais importantes avanços analíticos, parece que, por falta de interesse dos estudiosos da História Econômica, pelo menos um mito segue incólume: o de que o atraso tecnológico dos processos produtivos no Brasil escravista era fruto da incapacidade inerente do trabalhador escravo.<sup>4</sup> Voltar-se-á a esta questão em breve. O que importa assinalar agora

<sup>2</sup> É na segunda metade do século XIX que a indústria açucareira de Pernambuco começa a se modernizar com a instalação de engenhos centrais e usinas. Cf. Peter Eisenberg. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910*. Rio de Janeiro, 1977.

<sup>3</sup> Stuart B. Schwartz. *Sugar Plantations in the Formations of Brazilian Society: Bahia, 1550-1853*. Cambridge, 1985. pp.125-31,422-34.

<sup>4</sup> No caso específico da agricultura, é de lamentar que não se tem procurado estimar a produtividade do trabalho escravo seguindo o modelo desenvolvido em Roberto Fogel & Stanley Engerman. *Time on the Cross: The Economics of American Negro Slavery*. Boston, 1974. Em que pese a aparente não inclusão da produção doméstica das mulheres das fazendas do Meio Oeste no cálculo, comparando a produtividade destas com a das plantations, não resta dúvida de que a agricultura escravista sulista do oitocentos - com seu aprimorado gerenciamento - figurava entre as mais produtivas do mundo.

é que a referida diversificação demonstra o alto grau de consolidação do sistema escravista brasileiro. Essa consolidação, por sua vez, sugere o enraizamento de normas culturais intimamente ligadas à instituição da escravidão, normas estas, que teriam sido pouco condizentes com o avanço qualitativo dos processos produtivos.

Em um sistema escravista, é claro, a instituição social da escravidão constitui a forma predominante de trabalho. Significa que o braço escravo foi indispensável para o funcionamento dos setores mais dinâmicos da economia, a agricultura de exportação e, no caso brasileiro, a mineração. Também emergia uma sociedade escravista na qual as relações senhor/escravo afetavam, de uma forma ou de outra, o comportamento, as atitudes e as maneiras de interação de todos os membros daquela sociedade. Nem todos os homens livres numa sociedade escravista, muito menos no Brasil, eram senhores de escravos, mas, de acordo com observadores de época, parece que todos aspiravam a tal *status*.<sup>5</sup> Os escritos desses observadores sugerem que a proeminência social do senhor de escravos influenciou decisivamente no desenvolvimento histórico de normas culturais dentro da sociedade escravista e, deste modo, sua maneira de agir, pensar e se relacionar com os outros foi imitada até a base da hierarquia social, isto é, até nas senzalas.

Isto não quer dizer que a sociedade escravista não tenha sido marcada pelas contradições de interdependência que formavam o cerne das relações senhor/escravo<sup>6</sup>, e que se caracterizavam pela resistência, acomodação ou, talvez melhor ainda, por "*um complexo leque de reações à realidade da escravidão*"<sup>7</sup> por parte dos cativos. É óbvio que, de maneira tópica e intermitente, muitas das reações de escravos a sua condição eram pouco condizentes com o desenvolvimento econômico ou o avanço tecnológico. Tais reações, porém, constituíram apenas uma parte, e uma parte sem maior expressão, da inércia estrutural da quase totalidade das sociedades escravistas no promoção ou absorção da modernização econômica e/ou tecnológica.

Argumentar-se-á que, no caso do Brasil, esta inércia se originou pelo menos parcialmente, nas atitudes e no comportamento inerentes à sociedade escravista plenamente consolidada. O desdém difuso pelo trabalho e a identificação da liberdade com a ausência da necessidade de trabalhar

<sup>5</sup> O engenheiro militar Wilhelm Ludwig von Eschwege fez observações particularmente lúcidas a respeito de tais aspirações em seu *Pluto brasiliensis*. São Paulo/Belo Horizonte, 1979. vol. 2, pp. 248, 263-4. Deve-se notar, no entanto, que de acordo com um estudo recente, após a extinção do tráfico negreiro internacional em 1850 as atitudes com relação à liberdade entre a população livre e liberta menos abastada começaram mudar substancialmente. Cf. Hebe Maria Mattos de Castro. *As cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil século XIX*. Rio de Janeiro, 1995.

<sup>6</sup> Eugene D. Genovese. *The Political Economy of Slavery: Studies in the Economy and Society of the Slave South*. New York, 1967. pp. 31-34.

<sup>7</sup> Rebecca Scott. *Slave Emancipations in Cuba: The Transition to Free Labor, 1860-1899*. Princeton, 1985. p. 169.

acabaram por se traduzir em arraigado desinteresse pelo funcionamento de processos produtivos os quais passavam a ser regidos pela rotina. Tais atitudes com relação ao trabalho também se traduziram em uma valorização exagerada do lazer em detrimento das lides produtivas. Essas normas culturais de comportamento e pensamento perduraram entre a população livre, mesmo diante das pressões do "progresso" oitocentista. Antes de examinar as evidências que apontam nesta direção, no entanto, será necessário questionar as correntes predominantes da historiografia brasileira em sua insistência sobre a suposta má qualidade do próprio trabalho escravo como causa última do subdesenvolvimento durante a Colônia e o Império.

A maioria dos estudiosos da escravidão brasileira, e especialmente aqueles inspirados no marxismo, tende a enfatizar a incompatibilidade do trabalho escravo com o avanço tecnológico, com melhoramentos na organização produtiva e, portanto, com o desenvolvimento econômico e social em geral. Nos anos 70, aceitava-se quase que unanimemente que o escravo era um mau trabalhador: sob constantes pressões de coerção física e psicológica, o seu trabalho era feito relutantemente e era destituído de qualquer preocupação com a qualidade da produção. Por motivos de segurança, o escravo foi mantido na ignorância, excluindo-se, assim, qualquer possibilidade de treinamento mais sólido; o próprio uso de ferramentas ou maquinaria ficou limitado àquelas mais rudimentares. Esta mesma ignorância, aliada à necessidade de manter o escravo ocupado mesmo durante os hiatos do calendário agrícola, dificultavam qualquer tentativa de aperfeiçoar a divisão de trabalho.<sup>8</sup>

Ora, que a escravidão fosse marcada por defeitos sistêmicos que se constituíram em obstáculos ao desenvolvimento técnico e econômico não se pode negar. É também óbvio que os esforços investigativos para explicar tais defeitos devem se concentrar em nível do processo produtivo. O que não se pode mais aceitar, porém, é que se continue a ignorar as evidências que demonstram que escravos brasileiros eram capazes de desempenhar ocupações altamente especializadas, podiam ser sujeitos à formas racionais e complexas de organização do trabalho e empregados em associação com certos melhoramentos tecnológicos que se tornaram disponíveis durante o século XIX. Salienta-se desde já, no entanto, que estas evidências não provêm de atividades agrícolas, por excelência as atividades nobres do mundo escravista e os *locus operandi* da construção e consolidação de normas culturais.

Talvez em nenhum outro sistema escravista houvesse mais possibilidade do escravo se tornar um artesão que no brasileiro. Os observadores estrangeiros não se cansaram de elogiar as habilidades de artesãos cativos e estudos mais recentes corroboram a noção de que a participação de escravos

<sup>8</sup> Dois exemplos deste tipo de análise são: Jacob Gorender. O escravismo colonial. São Paulo, 1978 e Fernando Henrique Cardoso. Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, 1977.

nos ofícios, em especial entre a população masculina dos centros urbanos, foi generalizada e diversificada.<sup>9</sup>

A antiga indústria da construção naval sempre foi dependente do braço escravo. Como demonstra um recente estudo dos estaleiros instalados no litoral do Rio de Janeiro, o trabalhador cativo se adaptou a todo tipo de tarefa na construção naval, inclusive aquelas que demandavam grandes habilidades. É interessante notar que, em vez de resultar na expulsão do trabalho escravo, a introdução da máquina a vapor na construção naval assistiu a emergência de maquinistas escravos. Os estaleiros brasileiros entraram em um rápido processo de declínio após 1850, não porque tivessem problemas em absorver as novas tecnologias, e sim em função da redução a zero da demanda por navios negreiros - o principal esteio de indústria.<sup>10</sup>

A evidência mais convincente da plena adaptabilidade do trabalho escravo ao avanço tecnológico e à organização racional do trabalho provêm das mineradoras estrangeiras implantadas na província de Minas Gerais a partir de 1824. Como já tivemos oportunidade de notar<sup>11</sup>, poucos destes empreendimentos foram bem sucedidos. Não obstante, a combinação de grandes forças de trabalho - pelo menos até 1880 majoritariamente escravas -, a uma gerência racional, a uma divisão técnica do trabalho bastante complexa e uma ampla subordinação das atividades à força hidráulica ou a vapor fez destas operações verdadeiros colossos industriais. Na verdade, em que pese o relativo atraso tecnológico do setor mineratório oitocentista no mundo inteiro, as instalações nas Gerais constituíram minas baseadas no sistema fabril e, enquanto tal, seguramente as maiores unidades industriais do Brasil Império.<sup>12</sup>

Entre os mais rentáveis investimentos britânicos em toda a América Latina durante o século XIX<sup>13</sup>, a Saint John d'El Rey Mining Company e sua Mina de Morro Velho servirão como exemplo das dimensões e da complexidade que estes empreendimentos podiam alcançar. Em 1867, no auge de suas operações, a força de trabalho na Mina somava 2.510 - 58% escravos, 36% trabalhadores livres brasileiros e 6% empregados europeus. Mas importante que o número de trabalhadores foi a afinada organização produtiva da Mina de Morro Velho: força hidráulica abundante foi utilizada para acionar um extenso

<sup>9</sup> Mary Karash. Slave Life and Culture in Rio de Janeiro, 1808-1850. Princeton, 1986. Maria José de Souza Andrade. A mão-de-obra escrava em Salvador. São Paulo, 1988. pp. 127-62.

<sup>10</sup> Cf. Geraldo de Beauclair Mendes de Oliveira. "A pré-indústria fluminense, 1808-1860." Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo, 1987. pp. 146-63, 210-14.

<sup>11</sup> Douglas Cole Libby. "A Brief Evaluation of Foreign Investments in Brazilian Gold Mining during the Empire", Anais. Conferência Internacional de História de Empresas. UFRJ, 1991. pp. 273-83.

<sup>12</sup> Sobre os investimentos estrangeiros na mineração aurífera em Minas no século XIX ver: Douglas Cole Libby. Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX. São Paulo, 1988, capítulo 5.

<sup>13</sup> J. Fred Rippy. British Investments in Latin America, 1822-1949. Minneapolis, 1959. pp. 174-78.

sistema de bombeamento e havia uma pequena ferrovia que servia ao poço principal e às galerias, carregando o minério bruto até o departamento de refinamento na superfície. Força hidráulica foi também empregada para operar os pilões, os barris giratórios, bem como outros mecanismos usados nos processos de refinamento e para acionar uma serraria e os foles dos ferreiros. Na década de 1850, motores a vapor foram instalados como força auxiliar para a ferrovia e para o sistema de bombeamento, enquanto em meados da década de 1860 uma estilhaçadora a vapor substituiu as dezenas de mulheres escravas que até então realizavam o trabalho manualmente. A extensão da mecanização em Morro Velho significou que a maior parte da força de trabalho subterrânea e da superfície esteve sujeita a um ritmo de trabalho que pode perfeitamente ser denominado de industrial — daí o termo mina baseada no sistema fabril.

À mecanização da área de produção da Morro Velho foram acrescentadas uma estrutura administrativa racional e uma complexa divisão técnica de trabalho. Além da superintendência, a Mina era dividida em sete departamentos. Para dois destes foi possível, parcialmente, reconstituir a divisão de trabalho que incluía cerca de 40 categorias distintas, excluindo ofícios tradicionais de apoio (carpinteiro, ferreiro, etc.). Escravos participaram de **todas** as categorias, inclusive as de supervisão.<sup>14</sup>

É preciso reconhecer que o complexo Saint John/Morro Velho e os demais empreendimentos estrangeiros de mineração em Minas constituíram unidades produtivas excepcionais no contexto do Império. Como participantes em um setor dos mais dinâmicos da economia, no entanto, nada havia de excepcional na notável e persistente dependência com relação ao trabalho escravo. Que o trabalho escravo seja compatível com a produção baseada no sistema fabril não nos deve surpreender, uma vez que a história oitocentista do sul dos Estados Unidos é repleta de exemplos semelhantes.<sup>15</sup> Assim, as interpretações tradicionais que insistem que o trabalho escravo e a industrialização eram mutuamente excludentes são simplesmente incorretas.

Por outro lado, é bastante tentador sugerir o que realmente distinguia as empresas de mineração em Minas de outros empreendimentos baseados em trabalho escravo, tanto os industriais quanto os agrícolas, eram suas equipes administrativas, compostas por europeus que nunca se transformaram em senhores de escravos nos moldes tradicionais. Em outras palavras, há questões mais importantes para uma melhor compreensão da falta de avanços tecnológicos e da lentidão da modernização econômica que àquelas relativas

<sup>14</sup> Para um estudo pormenorizado deste empreendimento ver: Douglas Cole Libby. Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil: o caso de Morro Velho. Belo Horizonte, 1984. Nota-se que os trabalhadores livres brasileiros raramente ocupavam posições exigindo habilidades especiais e nunca as de supervisão.

<sup>15</sup> Cf. Robert S. Starobin. Industrial Slavery in the Old South. Oxford, 1970. e Richard C. Wade. Slavery in the Cities: The South 1820-1860. Oxford, 1972.

ao trabalho escravo em si. Trata-se de problemas associados a uma administração falha, ou mesmo inexistente, praticada por senhores de escravos. Uma leitura das obras de observadores de época e outras evidências sugere que tais problemas se fizeram sentir em função de arraigadas tradições culturais que, por assim dizer, desviavam senhores de escravos de envolvimento no processo produtivo. Além disso, essas mesmas tradições parecem ter também prevalecido entre a maioria do resto da população livre.

Não há nenhuma novidade na noção de que, em sociedades escravistas, senhores de escravos e homens livres, inclusive forros, desenvolviam um singular desdém com relação ao trabalho, especialmente qualquer atividade que pudesse ser rotulada como "trabalho de preto". De Aristóteles a Benjamin Franklin, pensadores contemporâneos tiveram consciência destas posturas.<sup>16</sup> No Brasil não foi diferente e as observações de viajantes estrangeiros sobre o desprezo pelo trabalho, a sobrevalorização do lazer e o desejo até dos recém libertados de se tornarem proprietários de cativos são inúmeras.<sup>17</sup> No caso, parece claro que o senhor de escravos, mais particularmente o senhor de muitos escravos e terras, servia como modelo para toda a sociedade livre (e também para as camadas cativas). Afinal, competia ao senhor ostentar, além de sua autoridade sobre escravos, agregados e familiares, um ócio quase que estudado em que as funções de supervisão se limitavam à cavalgada perfunctória por suas propriedades para admirar o desempenho **rotineiro** das atividades produtivas. A figura protótipa e, portanto, sujeita à ampla emulação, teria sido a do senhor de engenho ou, mais tarde, a do proprietário de uma grande fazenda de café. Exageros à parte, é difícil não reconhecer que tal comportamento praticamente excluía qualquer envolvimento efetivo nos processos produtivos. Existem exemplos de como, em função desta cultura escravista, os processos produtivos caíam na mera rotina e de como eram perdidas as oportunidades de aumentar a produtividade através da organização racional e do aperfeiçoamento técnico. Sintomaticamente, os exemplos não provêm do setor agrícola talvez porque, para os observadores do século passado, a falta de progresso - técnico ou organizativo - já era considerada de praxe.

A pesca da baleia e o refinamento de seu óleo compreenderam atividade industrial que data dos primórdios da Colônia. Embora a escala das operações parece ter sido reduzida, ao longo dos séculos XVII e XVIII, a indústria baleeira havia se espalhado desde o litoral da Paraíba até a ilha de Santa Catarina e a

<sup>16</sup> Ver: The Politics of Aristotle. Oxford, 1962, p. 104 e The Papers of Benjamin Franklin. New Haven, 1961. p. 230

<sup>17</sup> Entre outros, ver: John Luccock. Notes in Rio de Janeiro the Southern Parts of Brazil. London, 1820. pp. 106-7; Johann Baptist von Spix & Carl Friedrich Philipp von Martius. Viagem pelo Brasil. São Paulo, 1976. vol. 1, p.163; George Gardner. Travels in the Interior of Brazil. London 1849. pp. 256-57; 304-5, Richard Burton. Explorations of the Highlands of Brazil. London, 1869. vol. 1, p. 112 e as citações de Eschwege constantes de nota 5 abaixo.

costa do Rio Grande do Sul e empregava um número razoável de trabalhadores, mormente escravos. A virada do século XVIII foi marcada por uma crise no setor causada pela exaustão dos cardumes e, sobretudo, pelas concorrências européia e norte-americana. Os únicos viajantes a visitarem uma refinaria de óleo de baleia, Spix e Martius, apontam um problema mais fundamental ainda. Após fazerem observações acerca das instalações a "armação" de Itapeçerica, na Bahia, julgadas pelos autores como inadequadas, comentam:

*"...e parece que toda a empresa está entregue a negros e mulatos ignorantes. Com essas imperfeições, não é de admirar que o óleo de peixe brasileiro seja tido como inferior ao óleo preparado nas refinações do norte da Europa, não só pela sua cor parda, como por conter pedaços de toicinho e pelo cheiro mais desagradável".<sup>18</sup>*

Pode-se presumir que os "negros e mulatos ignorantes" mencionados pelos autores eram escravos. Mais importante, no entanto, é o fato de que claramente faltava à refinaria uma administração efetiva. É quase certo que, quando da visita destes alemães, o processo de refinamento já havia se tornado uma rotina e, assim, pouco merecedor das atenções dos proprietários do empreendimento, os quais, ademais, parecem não terem se interessado em aplicar recursos na contratação de supervisores. Não se sabe quem eram os proprietários da refinaria, mas a falta de interesse em tratar da administração do dia-a-dia certamente sugere um desinteresse pelos detalhes do processo produtivo, como resultado das normas culturais prevaletentes. Baseado em informações sobre a indústria de ferro em Minas Gerais, que serão examinadas adiante, há boa razão para se imaginar que nada mais que uma cota diária fosse exigida dos trabalhadores da armação e que esta mesma cota devesse ser preenchida da maneira como os trabalhadores quisessem. De qualquer forma, se esta refinaria baiana era minimamente típica, não é muito difícil imaginar porque a indústria como um todo se encontrava em declínio.<sup>19</sup>

Como já se teve oportunidade de demonstrar<sup>20</sup>, a indústria têxtil caseira em Minas Gerais na primeira metade do século XIX era de dimensões gigantescas. Mais de 200.000 indivíduos, quase todos mulheres, encontravam-se engajados na fiação e tecelagem de tecidos de algodão que eram usados como vestimenta padrão de escravos em várias regiões do Brasil nas primeiras décadas do oitocentos. Sabe-se que esta indústria remontava pelo menos a segunda metade do século XVIII<sup>21</sup> e que, portanto, houve tempo mais que suficiente para que ela passasse pelas etapas organizativas que conduziram a

<sup>18</sup> Spix & Martius. Viagem, vol. 2, p. 125.

<sup>19</sup> Cf. Myriam Ellis. A baleia no Brasil colonial. São Paulo, 1969.

<sup>20</sup> Douglas Cole Libby, "Proto-industrialisation in a Slave Society: the Case of Minas Gerais" Journal of Latin American Studies 23(1):1-35, 1991.

<sup>21</sup> Ver a transcrição: "Inventários dos teares existentes na capitania de Minas Gerais 1786", Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano XL. 1995

protoindustrialização européia à industrialização plena. Não obstante, a partir de meados do século XIX iniciou-se um processo de desindustrialização sem que tivessem surgido quaisquer traços de um sistema de *putting out* em Minas.<sup>22</sup> Já se argumentou que a predominância feminina na indústria e a provável rejeição da fiação e tecelagem à desprezível categoria de "trabalho de mulher" talvez tenham bloqueado a penetração de homens empreendedores no setor. O outro lado desta moeda seria o rígido patriarcado escravista que, por sua vez, bloqueava as pretensões de mulheres empreendedoras.

Para compreender por que não se aproveitou desta oportunidade, quando o potencial era tão grande e, pelo menos em retrospectiva, bastante óbvio, é preciso voltar às normas culturais da sociedade escravista. A penetração na esfera da produção pelo sistema de *putting out* geralmente se dava através do comércio, com os negociantes inicialmente suprindo os produtores diretos com matérias primas e, mais tarde, alugando os instrumentos de trabalho; nas etapas finais da penetração a divisão de trabalho fica bem mais complexa até chegar à inovação da manufatura centralizada. Apenas os vínculos com o comércio, no entanto, importam para o caso em pauta. Ora, tal como "trabalho de mulher", o comércio estava longe de ser considerado uma atividade nobre na sociedade escravista. Com efeito, acumular capital tocando uma tropa ou administrando uma loja era um dos caminhos mais certos para se chegar à propriedade em escravos e terras o que significava ocupar a única posição social realmente aceitável naquela sociedade hierárquica. Uma vez adquiridas tais propriedades, o comércio, quando não simplesmente abandonado, era relegado a um segundo plano.<sup>23</sup> Uma possível interpretação desta preferência pela agricultura escravista é a de que simplesmente se procurava maximizar a renda e, neste caso, seria de se supor que o setor era o principal foco de esforços individuais e coletivos no sentido de encontrar melhoramentos técnicos e organizativos. No entanto, como vem-se insistindo aqui, as evidências que apontam nesta direção são praticamente inexistentes. Um último exemplo do setor de transformação pode elucidar o questão.

<sup>22</sup> A importância do *Verlagsystem* ou do *putting out* como etapa no posterior desenvolvimento do sistema fabril é tratada em: Jürgen Schlumbohm. "Relations of Production - Productive Forces - Crises in Proto-industrialization", in: Peter Kriedte, Hans Medick & Jürgen Schlumbohm. *Industrialization before Industrialization*. Cambridge/Paris, 1981. pp. 94-125.

<sup>23</sup> Vejamos dois exemplos deste tipo de comportamento. Em 1867 o diplomata inglês Richard Burton se hospedou em Diamantina na casa de um comerciante português que havia iniciado sua vida como tropeiro. Naquela época, o anfitrião, Sr. Amarante, era considerado o homem mais rico de todo o distrito diamantífero, tendo consolidado uma extensa rede comercial ao norte e ao oeste da cidade. Amarante era também proprietário de uma grande fazenda dedicada à pecuária e à produção de alimentos básicos, açúcar e aguardente. Sua única ocupação visível, no entanto, era cuidar de seus 50 "turbulentos" escravos. (Burton, *Explorations*, vol 2, p. 97) Vinte anos antes o médico inglês Gardner ficou na casa do agricultor/comerciante mais rico de Montes Claros, o Coronel Versiani. O anfitrião, porém, havia se ausentado, pois estava inspecionando suas propriedades (e, portanto, seus escravos), enquanto seus negócios comerciais ficaram confiados a um empregado fiel. Gardner comentou que esta "prática [é] bem comum entre os ricos fazendeiros desta província". (Gardner, *Travels*, p.331)

Ao longo de todo o século XIX floresceu em Minas Gerais uma indústria de ferro baseada em pequenas e médias fundições. Como já se demonstrou, na maioria das vezes, estas fundições faziam parte de fazendas diversificadas típicas da região e, mesmo na segunda metade do século, dependiam de maneira decisiva do braço escravo.<sup>24</sup> Nas décadas de 1870 e 1880 as fundições foram objeto de vários estudos de campo realizados por professores e alunos da recém estabelecida Escola de Minas em Ouro Preto. Em 1883, portanto apenas seis anos antes da Abolição, o Professor Armand de Bovet publicou interessante artigo relatando suas observações sobre a indústria de ferro em Minas. Seria difícil encontrar um exemplo melhor do desleixo gerencial escravocrata que o explicitado no trecho que se segue.

*"[Os proprietários] possuem forjas mas não as dirigem, fornecem ao ferreiro escravo um forno e as ferramentas precisas e exigem que façam por dia uma certa quantidade de ferro, sem, em geral, se importarem com o trabalho senão para verificar a quantidade produzida. O escravo faz o que sabe, e por pouco habil que seja, sabe mais do que seu senhor, que, em geral, aparece apenas na forja. Compreende-se que assim tudo quanto pôde haver de delicado ou difícil no trabalho é depressa deixado de lado, que os bons processos degeram rapidamente, á custa da produção e da qualidade. Todo esse pessoal entregue á produção de ferro não é menos interessante, pois que ao menos estabeleceu e mantém uma industria que virá a faser um dia a principal riqueza da provincia, mas como esta má organização de trabalho quasi que provam elles que não é sufficiente forjar para se faser ferreiro. Basta uma prova; citei uma forja perto de Santa Barbara que, abandonando systema italiano, voltou ao systema de cadinhos; o único motivo desta transformação foi ter o proprietario perdido o escravo que trabalhava sua forja e não ter podido encontrar um outro que soubesse trabalhar na forja italiana; o substituto que achou, conhecendo só o processo de cadinhos, substituiu a forja italiana por uma de cadinhos."*<sup>25</sup>

<sup>24</sup> Cf. Libby, *Transformação e trabalho*, capítulo 3.

<sup>25</sup> Armand de Bovet. "A industria mineral na Provincia de Minas Geraes". *Annaes da Escola de Minas* 2, pp. 48-9, 1883.

Na verdade, trata-se aqui de um exemplo de **retrocesso** tecnológico, pois o sistema italiano era bem mais produtivo que o de cadinhos. Como acertadamente coloca Bovet, a causa deste retrocesso não foi a má qualidade do trabalho escravo, e sim a virtual inexistência de um gerenciamento por parte do proprietário que se contentava, diante das circunstâncias, com técnicas puramente rotineiras.

Um século antes um fiel militar português, vinte anos estacionado no distrito de Cocais, capitania das Minas, relatou ao seu Rei sobre as múltiplas experiências por ele realizadas na busca de cultivos e criações que pudessem reanimar a economia regional que sofria os efeitos da diminuição da produção aurífera. Tratava-se, sem dúvida, de um homem embuído de um espírito empreendedor, pois tentou cultivar algodão, cochinilha, anil, baunilha, cacau, café e trigo, além de se entregar à cultura da seda e a criação de ovelhas cuja lã seria utilizada na fabricação de chapéus. As inúmeras pragas e problemas climáticos fadaram todas as experiências ao insucesso verdadeiramente patético. Porém, apesar de empreendedor, pode-se depurar do trecho que se segue que o Capitão Mor Manoel Furtado Leite não deixava de aderir as normas culturais escravistas prevaletentes na Colônia.

*"... Como tenho alcansado V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> dezeja saber a porduSam das terras da sua capitania; ninguem melhor do que eu o pode informar, que há mais de 20 annos estou fazendo experienSias em que se poSa fundar hum habitante neste Pais para poder subsistir (...) mandei comprar ovelhas, ajustei sombreireiro para me fazer chepeos, e emSinarme hum escravo que já os fazia munto bem... [após relatar o desastre que havia sido o plantio de algodão] da mesma forma seSaram os chepeos entrando a morrer as ovelhas; faleSeu o sombreireiro..."*<sup>26</sup>

Parece que o Capitão Mor não estudou junto com o seu escravo a arte de fazer chapéus, pois a morte deste, junto com a das ovelhas, é verdade, encerrou mais uma de sua admiráveis experiências.

Como se vê, não faltavam empreendedores no setor agrícola durante o regime escravista no Brasil e, com efeito, a criação da Sociedade Nacional da Agricultura, cujas atividades em prol da modernização foram apoiadas pelo próprio Pedro II, atesta o fato de que existia uma consciência da necessidade de buscar melhoramentos técnicos para que o País pudesse progredir. Para aplicar novas técnicas, no entanto, seria preciso transformar arraigados costumes prescritos pela sociedade escravista. Está-se a sugerir que, antes de procurar maximizar a renda, para o senhor de escravo e, por extensão, para todos os homens livres da sociedade escravista, o essencial era exercer

<sup>26</sup> "Inventário do teares", pp. 126-7.

o *status* de livre. Tal exercício implicava em distanciar-se o máximo possível do trabalho, com efeito, implicava em ostentar, de maneira estudada, a ausência da necessidade de trabalhar. Ser proprietário de escravos significava possuir um aparato produtivo que se administrava ritualisticamente, aquinhoando castigos e benesses e, para parafrasear Bovet, apenas aparecendo nos locais de trabalho. Significava pautar-se em rotinas seculares. Ora, como já se mencionou, o agricultor escravocrata representou o ápice da hierarquia social do mundo escravista; foi nas lides agrícolas que se consolidaram e se aperfeiçoaram as normas culturais que predominaram no Brasil durante mais de três séculos. Logo, foi na agricultura que a administração teria sido mais caracteristicamente rotineira e ritualística. A rotina e o rito são inimigos mortais da inovação e, portanto, de avanços técnicos. Equivale dizer que na agricultura escravista o gerenciamento efetivo era impossível.

Aliás, a ausência de gerenciamento no empreendimento escravista agrícola no Brasil foi duplamente lamentável: primeiro, porque estagnou por três séculos as técnicas e a organização do trabalho no setor; segundo, porque, hoje, dificulta em muito o nosso trabalho como historiadores. Em nota anterior lamentou-se que praticamente inexistem esforços no sentido de estimar a produtividade do nosso trabalhador escravo nos moldes do famoso e polêmico estudo *Time on the Cross*. Porém, a bem da verdade é que nossos senhores de escravos, maus gerenciadores que eram, legaram à posteridade nulidade em termos de documentos sobre o funcionamento cotidiano de suas plantações e seus plantéis. Sem tais documentos, os quais em muito enriquecem a história da escravidão no Caribe e no sul dos Estados Unidos, fica bem mais difícil reconstituir aquele cotidiano. Afinal, para que perder tempo com livros caixa, registro de escravos, diários, etc. quando os deleitos do ócio nobre nos esperam?

## A ECONOMIA AGRÁRIA BRASILEIRA NA VISÃO DOS AGRÔNOMOS ITALIANOS VIAJANTES

*Amilcar Baiardi\**

### Introdução

Em 21 de abril de 1906, por iniciativa do engenheiro agrônomo toscano Gino Bartolomei Giolo, consultor técnico do governador civil da Eritréia Ferdinando Martini, foi criado em Florença, Itália, o atual Istituto Agronomico per l'Oltremare, IAO, com a denominação de Istituto Agricolo Coloniale. O objetivo do IAO era, então, desenvolver a agricultura nas colônias italianas da África, capacitando os imigrantes em técnicas de lavouras de clima sub-tropical e tropical uma vez que os mesmos, embora majoritariamente fossem oriundos

\* Amilcar Baiardi é professor do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Agricultura e do Núcleo de Pós-Graduação em Administração da UFBA.

do meio rural, vinham de regiões da Península Italiana que se situavam acima da latitude de 40 ° N.

As primeiras atividades do IAO estavam relacionadas com o ensino agrícola, com a publicação de um periódico e com a constituição de um centro de documentação que fosse uma referência na Itália em termos de agricultura tropical e sub-tropical, todas elas desenvolvidas em sua sede, em Florença. Nos seus primeiros anos de vida, já contava o IAO com cerca de cinquenta agrônomos, cuja metade trabalhava fora da Itália, nas colônias e nas regiões de colonização italiana nos países que recebiam imigrantes.

Durante, regime fascista, quando o governo italiano reforça suas pretensões de potência colonialista, o IAO intensificou e deu consequência à sua missão precípua, instituindo na Somália, Líbia e Eritréia atividades de ensino, pesquisa e experimentação, voltadas para a agropecuária. Estas atividades eram coordenadas pela sede, onde, além do centro de documentação, passaram a funcionar laboratórios de pesquisa básica e aplicada e também instalações de experimentação aclimatadas para lavouras tropicais. Neste mesmo período, definido na história do IAO como aquele *Dell'Agricoltura Coloniale* (1904-1944), em decorrência das tentativas de aproximação política de Mussolini em relação às ditaduras nacional-populistas da América Latina - sobretudo as da Argentina, governada por Peron, e a do Brasil, governada por Vargas -, e atendendo as recomendações de se associar ao esforço de emigração, participando dos estudos dirigidos a novos assentamentos e apoiando e relacionando-se com os imigrantes mais antigos que tinham vindo para a América do Sul e também com seus descendentes que permanecessem na condição de colonos, o IAO enviou missões ao Brasil e a outros países do continente sulamericano. Estas missões técnicas geraram os primeiros relatórios, datados principalmente da década de trinta, se bem que haja registro de alguns redigidos anos antes.

Os relatórios inauguraram uma nova maneira de atuar do IAO. Seus temas e abordagens já não se circunscriviam, exclusivamente, ao âmbito da ciências agrárias. Enveredavam também pelas ciências sociais aplicadas à agricultura e até por aspectos relacionados à de política externa da Itália e às relações com os países que acolhiam imigrantes.

Uma vez que emigração na América Latina era um programa do Estado italiano - inclusive contando com financiamento do *Istituto di Credito per il Lavoro Italiano all'Estero* - conviria ao governo que a mesma apresentasse resultados, tivesse êxito, não somente do ponto de vista de reduzir as pressões sociais na Itália. Sua continuidade, a adesão de novos colonos dependia também do sucesso em termos de adaptação na *America*, da melhoria da condição de vida e da perspectiva de ascensão social para o emigrante. Era fundamental que não existissem dúvidas quanto a estes aspectos. A imagem do programa de emigração era fundamental, sobretudo diante dos mitos e das fantasias sobre as dificuldades dos colonos no novo mundo, "enfrentando os perigos dos *selvaggi* e da *giungla*", como bem retrata Brunello (1994). Para atender esta exigência da política de emigração italiana, o IAO passou a

contemplar, além dos estudos e pesquisas agronômicas, estudos socioeconômicos que visavam reduzir os riscos dos assentamentos.

A partir desta nova orientação, intensificam-se os estudos realizados pelos agrônomos italianos viajantes sobre a agricultura brasileira. Estes estudos se dão em um momento no qual o IAO passa a se interessar por toda a área de influência da colonização italiana no mundo, cobrindo um espectro mais amplo de temas, que tratavam desde da análise do potencial de produção até o comércio internacional, passando por aqueles que focalizavam os aspectos particulares da institucionalização da organização produtiva nos núcleos de colonização. Entre estes - que interessam mais de perto nesta comunicação - encontram-se levantamentos localizados de recursos naturais, estudos socioeconômicos, avaliações agroeconômicas e recomendações sobre técnicas agropecuárias referentes a diversas lavouras, diretrizes para a colonização, planos e projetos de assentamento, documentos sobre a institucionalização da colonização, avaliações de assentamentos mais antigos e outros estudos de caráter mais genérico.

Muitos dos relatórios não contêm nem data de elaboração nem autoria. Entretanto, a depender do contexto e como parte significativa dos mesmos integram uma cadeia, é possível se reconstruir estas referências. Quanto à concentração temporal, é evidente que - embora o arco se estenda dos anos trinta aos anos cinquenta - a maioria deles foi escrita depois da Segunda Guerra Mundial, quando a Itália intensifica a assistência técnica e a orientação aos antigos e recentes assentamentos de colonos italianos na América Latina, visando, principalmente, avaliar as potencialidades naturais e as possibilidades migratórias no continente (Brandolini, 1990) e, por extensão no Brasil. São em menor número os com data anterior à Segunda Guerra Mundial e pouquíssimos os casos de relatórios escritos antes de 1930 e depois de 1960.

Estima-se que o IAO tenha enviado mais de uma centena de missões, cujos participantes, na quase totalidade dos casos, eram agrônomos do seu quadro. Não existem indícios de missões que não tenham gerado relatórios de viagem.

Este material se encontra devidamente preservado e organizado no IAO e, diferentemente do que aconteceu com acervos congêneres formados para outras áreas de colonização como a Austrália, o Canadá, a Nova Zelândia e a Argentina, o que trata do Brasil ainda não foi pesquisado por brasileiros ou "brazilianistas". O objetivo deste trabalho é noticiar a existência do acervo para a comunidade de historiadores e antecipar alguns elementos relativos à sua composição, temas abordados, disponibilidade para consulta, possibilidades de convênios para pesquisa-lo, fazendo, portanto, uma espécie de inventário de fundo de arquivo.

### **Evolução do Instituto Agronomico per L'Oltremare e o IAO na Atualidade**

Malgrado sua história estar ligada a um momento muito especial da vida do Estado italiano - a criação do IAO se dá em uma época na qual ainda se

fazia sentir o impacto do *Risorgimento*<sup>1</sup> e quando já tomava vulto a ideologia nacionalista e de potência colonial que viria ensejar um ambiente propício para emergência do fascismo - o Instituto Agronomico per l'Oltremare não só sobreviveu como reciclou-se em relação ao seu escopo original, por três vezes. A **primeira** foi quando se dá inviabilidade moral e política do colonialismo italiano após a Segunda Guerra Mundial. Em que pese o Governo de Badoglio ter estabelecido um armistício com os aliados após a deposição e prisão de Mussolini, a Itália permaneceu com o status de nação derrotada. Demais, o Comitê de Libertação Nacional e os governos democráticos que se sucederam após a promulgação da Constituição e fim da Monarquia, redimensionaram e redefiniram a atuação além fronteiras. Nesta redefinição ficava claro que como atuação relevante de política externa estava um compromisso com os colonos e seus descendentes, no sentido de apoiá-los em suas novas pátrias e, através dos mesmos, resgatar valores da cultura italiana. À primeira reciclagem corresponde ao encerramento do *Periodo dell' Agricoltura Colloniale* e ao nascimento do período Pós-Segunda Guerra (*periodo post-bellico*), que vai de 1945 a 1960. A **segunda** se dá quando o Estado italiano avalia que, diante da geração de postos de trabalho ensejada pelas elevadas taxas de crescimento da economia, a emigração agrícola já não deveria ser fomentada e que os colonos italianos estavam suficientemente integrados em suas novas pátrias. Estava claro que a ligação com os *oriundi*<sup>2</sup> deveria se dar em outras bases e não mais através da assistência técnica e financeira aos projetos de colonização. Muitos colonos já não se encontravam na condição de agricultores e aqueles que nela remanesciam eram assistidos pelos serviços de extensão rural e recebiam financiamento dos bancos dos países onde foram viver. É o denominado *Periodo della riconversione*, que vai de 1961 a 1980, quando o IAO se concentra basicamente em atividades de pesquisa, em boa medida destinadas a dar apoio à atuação da FAO na África e na América Latina. A **terceira** - mais recente e que marca a filosofia atual da instituição - é a que tem início em 1981 com denominado *Periodo della Cooperazione allo Sviluppo*. A mesma se dá em contexto de emergência da Itália como potência industrial, passando a integrar o G 7<sup>3</sup>. Neste período o IAO envolve-se progressivamente com os países em vias de desenvolvimento, dando prioridade àqueles nas quais as populações vivem mais dramaticamente a questão da insegurança alimentar.

A partir desta última mudança o IAO passa a funcionar como elo de ligação entre a estrutura político-diplomática de ajuda pública ao desenvolvimento e o ambiente cultural, científico e técnico italiano. Muito embora depois desta última

<sup>1</sup> O *Risorgimento* foi um movimento de retomada do orgulho nacional e que teve como principal resultado a afirmação da nação italiana e a sua unificação.

<sup>2</sup> Denominação genérica dada aos italianos que se naturalizaram e a seus descendentes.

<sup>3</sup> Grupo dos sete países mais industrializados, formado pelos USA, Japão, França, Alemanha, Itália, Inglaterra e Canadá.

mudança a prioridade seja atuar junto a países necessitados de ajuda - sobretudo no caso dos países africanos em decorrência da proximidade e dos laços históricos - o IAO mantém projetos de cooperação e intercâmbio com os países de industrialização mais recente ou tardia e que contam com setores agrícolas modernos, como a Argentina e o Brasil, com vistas à atualizar e ampliar o seu estoque de conhecimentos em agricultura tropical e sub-tropical, para facilitar sua atuação na África. Esta política faz com que o IAO tenha interesse em que os relatórios dos agrônomos italianos viajantes venham a ser exaustivamente investigados, também por pesquisadores brasileira. No caso do Brasil, tais pesquisa poderão resgatar e reconstruir o percurso do relacionamento dos dois países na colonização agrícola dirigida e dar subsídios para o entendimento do papel dos imigrantes italianos na constituição de uma agricultura de base familiar, na dinamização do cooperativismo e na conformação dos bolsões de colônia de povoamento dentro de uma estrutura hegemônica de colônia de exploração, legado da economia colonial.

### Relação e Características dos Documentos que Compõem o Acervo

Neste item procurar-se-á apresentar o acervo, relacionando os documentos por temas e por ordem cronológica, para aqueles que foram datados. A ordenação por temas não chega, contudo, a exibir grande rigor porque o acervo é formado, na sua quase totalidade, por documentos técnicos, e não científicos, e com enfoques interdisciplinares. Demais, a prejudicar este rigor, estava, em muitos casos, o objetivo do relato. Se procurava, quase sempre, dar respostas a determinados problemas ou elevar o nível de informações para que uma determinada intervenção - com muita probabilidade um projeto de colonização - se desse com menor risco político, econômico e social. Uma outra característica do acervo, à qual já se fez referência, é a não informação da autoria. Quanto ao estado físico, os documentos estão acondicionados em instalações adequadas e apresentam condições de serem manuseados, fotocopiados e microfilmados, até mesmo os que, literalmente, são manuscritos.

A moldura histórica onde se inserem os documentos é elemento chave para entender a natureza das abordagens feitas pelos viajantes. Ela se estende do início dos anos trinta - quando, segundo Smrecsányi (1984), ocorrem profundas transformações que levam ao rompimento do isolamento do setor agropecuário brasileiro, o qual passa a estabelecer relações com o "resto do mundo" e a explicitar vínculos com o mercado interno e com os setores urbanos e industriais emergentes - até o fim dos anos cinquenta - quando se consolidam as bases da industrialização pesada e quando a dinâmica da acumulação passa a basear-se nos setores de bens de produção e de bens de consumo duráveis. Este período, de aproximadamente trinta anos, estaria dividido em duas etapas: a **primeira**, que vai de 1930 até 1950, seria marcada por vínculos unilaterais da agricultura para indústria e a **segunda**, que tem início a partir da década de 1950, caracterizar-se-ia por vínculos bilaterais da agricultura com o setor industrial. Nesta última, o setor agropecuário passa a se constituir

importante mercado para os produtos industrializados, inicialmente importados - entre 1950-60 - mas depois produzidos no País - de 1960 em diante (Szmrecsányi, 1990).

De acordo com Linhares e da Silva (1979), que aduzem outros elementos para entender os contextos históricos e os contornos das políticas públicas, os anos compreendidos entre 1930 e fins da década de cinquenta seriam aqueles em que se elaboram novos mecanismos de intervenção estatal para tornar a agricultura brasileira funcional ao mercado interno e menos fundada na monocultura - políticas aplicadas entre 1930 e 1945 - e nos quais se passa a considerar a política de abastecimento baseada na produção agrícola do País como prioritária para o projeto nacional-desenvolvimentista - de 1945 a 1960.

### 1) Levantamentos Localizados de Recursos Naturais e Considerações Sumárias Sobre o Local:

- Relazione tecnica sui terreni del Rio Muriti, richiesta a scopo di colonizzazione in concessione al Governo Brasiliano (1949), Tozzi, R.;
- Colonia Agricola di Ceres (1949), Conforti, E.;
- Studio sulla acidità dei terreni (1950), Ferrante, N.;
- Rapporto sommario sulle condizioni della Fazenda Nova Gratahu nel municipio di Angra dos Reis (1950), Trigona, G.;
- Comprensorio di Herval Grande, municipio de Santa Cruz do Sul (1951), Trigona, G. e Rocchetti, G.;
- Valutazione sommaria e prudenziale della fazenda Atlantida - S. Paulo (1951), De Benedictis;
- Appunti sulla sistemazione delle strade nella Fazenda Pedrinhas (1951), Casolo;
- Relazione sulle terre che la Compagnia di Colonizzazione ha in animo di acquistare a Joinville e S. Francisco a S. Caterina (1952), Trigona, G.;
- Le costruzioni rurali in Brasile e quelle dei nuclei coloniali di colonizzazione della Compagnia Brasiliana di Immigrazione e Colonizzazione (1953), Moglia, R.;
- Relazione sullo studio idrologico del nucleo di Macaé, Stato di Rio de Janeiro (1954), Setzer, J. ;
- Studio preliminare sulla situa zione idraulica della regione di Umburo-Macaé (1956), Cuomo, A. ;
- Terreni destinati alla colonizzazione nello Stato del Mato Grosso, s/d, s/a;
- Possibilità di colonizzazione nella proprietà della Compagnia Territoriale Sul Brasil, s/d, s/a;
- Rapporto sul sopralluogo effettuato alla fazenda Giulia (municipio di Tres Rios, Stato di Rio de Janeiro, s/d, Conforti, E. e Gatti V. ;
- Relazione sul sopralluogo effettuato nella zona de Nord Bahia-municipio di Entrerios, Fazenda Italo Franco, s/d, Conforti, E.;

- Relazione del sopralluogo in zona di Assis (S.Paulo), s/d, Rochetti, G.;
- Fazenda Atlântide, proprietà Carraro - estratto della relazione del Dott. Trigona, s/d, s/a;
- Relazione sulla Fazenda Forquilha, Diamantina, s/d, Grieder, A. e Joviano, J.;
- Rapporto sulla Fazenda Santa Cruz nel municipio di Diamantina (MG), s/d, Conforti, E.;
- Breve notizia sulle terre di Aquidauna - Rio de Janeiro, s/d, Dorsa, F.;

## 2) *Levantamentos/estudos Socioeconômicos Relacionados com a Colonização Italiana no Brasil:*

- L'emigrazione italiana al Brasile nei risultati di una inquisita della Camera Latina di Commercio di S.Paulo (1925), Baldi, P.F.;
- Il nord Paraná e la Compagnia Di Terra Norte do Paraná (1941), Baldi, P. F.;
- L'immigrazione italiana in Brasile (1945), Sgroi, V.;
- Appunti sull'emigrazione agricola italiana al Brasile - vicende e risultati (1945), Trigona, G.;
- Varie di caratteri economico-agrario relative alla colonizzazione in Brasile (1948-49), Cazzagon, G.;
- La colonizzazione del Brasile Meridionale in rapporto alla emigrazione italiana (1949), Trigona, G.;
- Sulla colonizzazione italiana in Brasile: calcoli economici relativi alla emigrazione e progetti sulla colonizzazione (1949), Nicola;
- Relazione sulla indagine effettuata nel comprensorio della Southern Brazil Timber and Colonization Company (1950), Baldi, P.;
- Fazenda Bahus- Mato Grosso (1950), Baldi, P.F.;
- Elementi per una memoria sintetica sul Brasile (1950), IAO;
- Emigrazione e colonizzazione italiana in Brasile: discorso del prof. Ronchi alla Radio di Rio de Janeiro (1950), Ronchi, V.;
- Considerazioni sull'immigrazione italiana nel Brasile (1950), Conforti, E.;
- Colonizzazione italiana in Brasile (1950), Direzione Generale Emigrazione Roma;
- Saggi di colonizzazione in Brasile in questi ultimi due anni a mezzo di cooperative italiane (1951), Bonaderli, E.;
- Primo rapporto sulla possibilità di immigrazione e colonizzazione nello Stato di Rio Grande do Sul (1951), Gatti, L. e Trigona, G.;
- Relazione sulla Fazenda Prato (1951), Missione Assistenza Tecnica;
- Emigrazione italiana in Brasile (1951), Guadagnini, P.;
- L'agricoltura brasiliana e suoi problemi attuali (1952), Ambasciata d'Italia;
- Informazione sulle condizioni di vita sull'agricoltura brasiliana e in quella italiana (1952), Ambasciata d'Italia;
- Visita alle famiglie coloniche italiane recentemente nel Parana (1952), Bertuccioli;

- Aspetti tecnici, economici e psicologici della colonizzazione agricola (1952), Ronchi;
- Relazione sulla Fazenda "Oratorio" di proprietà dell'On. Borghi, per richiesta famiglie coloniche (1953), Ambasciata d'Italia a Rio;
- Compagnia Brasiliana di Colonizzazione ed Immigrazione Italiana - attività svolta nel nucleo di colonizzazione Pirabeiraba, Joinville, S.Caterina (1953), s/a;
- Situazione dei lavoratori italiani immesi nel secondo semestre 1952 in varie fazende dello Stato di S.Paulo, Brasile (1953), Mangini, A.;
- Espansione colonizzatrice nel Mato Grosso (1953), Ambasciata d'Italia a Rio;
- La colonizzazione oltremare nell'esperienze di Pedrinhas (1954), Cappelletti;
- La colonizzazione italiana in Brasile nel dopo guerra (1955), Ambasciata d'Italia a Rio, Ufficio Emigrazione;
- Realazione sull'attività colonizzatrice italiana (1955), Consolato d'Italia a Belo Horizonte;
- Spese per il mantenimento di una famiglia colonica italiana di otto persone nell'interno dello Stato di S.Paulo (1955), Ministero degli Affari Esteri;
- Appunti sulla Compagnia Brasiliana di Colonizzazione e Immigrazione Italiana - sue realizzazioni - attività future (1956), De Benedictis;
- Rapporto su una visita alle zone di colonizzazione agricola in Brasile (1956), CIME;
- Relazione sulla Colonia Agricola di Volla Elvio, S.Paulo, Brasile (1956), Macri, F.;
- Alcuni dati sulle anticipazioni date alle famiglie coloniche di Pedrinhas e loro attività (1956), Baldi, P.;
- Dati economici, finanziari e tecnici rilevati per dieci famiglie coloniche di Pedrinhas dopo tre/quattro anni di insediamento (1957), Compagnia Brasiliana di Colonizzazione e Immigrazione Italiana;
- Situazione della Fazenda S. Geraldo della Compagnia Brasiliana di Colonizzazione e Immigrazione Italiana, C.B.C.I.I., (1957), Rocchetti;
- Studi e indagini sulla Colonia Agricola Pedrinhas (1957), Rocchetti, G.;
- Attività della Compagnia Brasiliana di Colonizzazione ed Immigrazione e prospettive future (1957), Compagnia Brasiliana di Colonizzazione ed Immigrazione Italiana;
- La collettività italiana nella circoscrizione consolare di Pernambuco (1957), Ministero Affari Esteri;
- Documentazione di caratteri economico e demografico raccolta presso la Compagnia Brasiliana di Colonizzazione ed Immigrazione Italiana (1957) Rocchetti, G.;
- Composizione e proprietà delle undici famiglie di S. Geraldo (1957), Rochetti, G.;
- Documentazione raccolta al Consolato Generale d'Italia in S. Paulo sull'immigrazione organizzata delle famiglie per il caffè nel 1952 e sul loro

- parziale rimpatrio, S.Paulo (1957), Dott. Rocchetti;
- Rapporti su Pedrinhas; sulla Colonia Italiana Goiaz e sul viaggio a Tocantinópolis (1961), Baldi, P.;
  - Possibilità di sviluppo rurale dei municipi di Campos e São João da Barra - studio preliminare (1965), s/a;
  - Relazione preliminare sul viaggio nel Goiaz, s/d, Baldi, P.;
  - Relazione sulla colonia agricola italiana nella Fazenda di Monte Alegre (M.G.), s/d, Conforti, E.;
  - Relazione finale su due missioni in Brasile del Dr. Conforti, s/d;
  - Lo Stato di Minas Gerais in rapporto all'immigrazione italiana, s/d, Conforti, E.;
  - Appunti relativi alla colonizzazione Volksdeutsch, presso Guarapuava, s/d, Bolongna, L.;
  - Colonizzazione della zona di Sta. Cecilia, Stato di S. Caterina - Impresa Sasulucci, s/d, s/a;
  - Appunti nella regione di vecchia colonizzazione italiana del Rio Grande do Sul, s/d, Gabbato, C.;
  - Due anni di esperienza colonizzatrice in Brasile, s/d, s/a;
  - Colonia di Santana de Japuíba della Cooperativa di Abruzzo e Gentili, s/d, Missione di Assistenza Tecnica;
  - Relazione sullo stato organizzativo e sull'attività della Cooperativa Agricola C.P.A.A., nello Stato di Minas Gerais, s/d, s/a;
  - Gli italiani nel nord dello Stato di S. Caterina, s/d, Savoia, G. P. P.;
  - Struttura economica del Brasile in relazione all'emigrazione italiana, s/d, IAO;
  - Studio comparativo sull'esperienze di emigrazione agricola in Brasile, s/d, Ambasciata d'Italia a Washington;
  - Sviluppo dei rapporti brasiliani e italiani nel campo dell'immigrazione, s/d, Ambasciata d'Italia a Rio;
  - Aspetti tecnico-economici della Colonia Agricola Zootechnica Olandese di Carambei - Brasile, s/d, Gatti, L.;
  - Relazione della missione compiuta in Brasile nel 1953 dal Dott. Luigi Bologna, s/d, Bologna, L.;
  - Cooperative italiane di emigrazione e colonizzazione in Brasile, s/d, Conforti, E.;
  - Colonizzazione in Bahia - Cooperativa SCLAPIV, s/d, Conforti, E.;
  - Relazione sulla colonizzazione della Serra Bocaina, s/d, Conforti, E.;
  - Cooperativa Agricola Industriale in Brasile, CAIUB, s/d, Rapporto dell'Ambasciata d'Italia a Rio;
  - Appunti sul programma d'emigrazione e colonizzazione in Brasile, s/d, Bata, J.;

### 3) *Avaliações Agroeconômicas e Recomendações sobre Técnicas Agropecuárias e Agroindustriais Referentes a Diversas Lavouras:*

- Instalazione di una fazenda - progetto generale - parassiti e insetti nocivi del caffè (1936), Peviani, F.;
- La coltura del caffè all'ombra (1936), Peviani, F.;
- Cenni sulla coltura del cotone e le sue malattie (1936), Peviani, F.;
- Cenni sulla coltura della manioca (1936), Peviani, F.;
- Informazione sopra il ramie in Brasile (1936), Peviani, F.;
- Caffè brasiliano - situazione campagna 1940-41 (previsione) (1940), Ambasciata d'Italia a Rio;
- Ricerche sugli agrumi (1947), Boninceni, S.;
- SCLAPIV relazione tecnico economica sull'azienda di Dias Tavares, Stato di Minas Gerais (1949), Tozzi, R. e Murgo, A.;
- SCLAPIV relazione tecnico economica sull'azienda Bodecos, Borborema, Minas Gerais (1949), Tozzi, R. e Murgo, A.;
- Fazenda Morganti a Guatapa (Mogiana), zona di Ribeirão Preto - Orlanda, Batatais, Franca - problemi di orientamento sulla colonizzazione (1950), Trigona, G.;
- Progetto schematico di una azienda agricola di orientamento e di avviamento da impiantarsi su terre vergini della Compagnia di Terra Nord Paraná (1950), IAO;
- Impianto di una azienda pilota nella zona cafeeicola del Brasile - scelta di località (1950), Trigona, G. e Baldi, P.F.;
- Progetti - relazione, preventivi di case coloniche e studio urbanistico di un centro rurale nel Brasile (1951), Rosario, M.;
- Sul problema foraggeri in Brasile - lettera del Dott. G.B. Bottazzi, del Istituto Nazionale di Genetica per la Cerealicoltura Nazareno Strampelli al Dott. Chierichetti (1952), Bottazzi, G.B.;
- Relazione agricolo-economica sui nuclei coloniali di Boa União e Itirussu - Bahia (1952), Mainardi, G. e Di Maio, L.;
- Ramie (Bahemeria nivea) coltivazione nel Brasile/ dati statistici sulla produzione (1953), Paiva de Castro, G.A e Cusnir, I.;
- Sopralluogo effettuato nella zona di Londrina allo scopo di reperire e accappare rizomi di ramie, varietà Muracami necessari agli impianti in Pedrinhas (1953), Ricchello;
- Appunti sulla coltivazione del ramie in Parana (1956), Ricchello;
- La coltivazione del ramie nel Stato del Parana (1956), Ricchello;
- Situazione agronomica di Pedrinhas (1959), Brumori;
- Progetto di azienda agraria pilota nello Stato di Rio Grande do Sul, s/d, Trigona, G. e Baldi, P.F.;
- Progetto di azienda agraria pilota in zona cafeeicola con 30 e 60 anni di sfruttamento sull'altopiano dello Stato di S. Paulo, s/d, Trigona, G. e Baldi, P.F.;

- Il cocco babassu (*Attalea spesiosa*) in Brasile e acclimatazione in Africa Orientale Italiana, s/d, Cesare, L.;
- Piante tropicale brasiliane "carnauba, babassu e oiticica", s/d, Ambasciata Italiana a Rio;
- La sperimentazione del sisal in Brasile, s/d, s/a;
- La cera di carnauba (*Copernicia cerifera*), s/d, Segre, S.;
- Ortagi vari in Brasile, s/d, s/a;
- La coltura dell'acacia nera da tannino nel Stato di Rio Grande do Sul, s/d, s/a;
- Come si coltiva la canna da zucchero nel Brasile, s/d, Salvini, R.O.;
- L'importanza della coltivazione della canna da zucchero in S.Paulo, s/d, Morganti, H.;
- La coltivazione del cacao nello Stato di Bahia, s/d, s/a;
- Come si coltiva il cacao nel Brasile, s/d, Salvini, R.O.;
- Coltivazione della manioca e della patata dolce, s/d, Ambasciata Italiana a Rio;
- Sintesi storica della crisi e della difesa del caffè in Brasile dal 1900 al 1935, s/d, Nigra, L.;
- Aziende pilota di Minas Gerais e di Brelão, S.Paulo, s/d, Conforti, E.;
- Istruzione pratiche per la coltivazione del cotone, ramie e gran turco, s/d, Compagnia Brasiliana di Colonizzazione ed Immigrazione Italiana;
- Organizzazione tecnica della STIG e progetto d'irrigazione dei municipi di Barreiras, Angical e Cotegipe, nella vale del Rio Grande - Stato di Bahia, s/d, s/a;
- SCLAPIV, varie di carattere tecnico economico a essa relative, s/d, Tozzi, R. e Murgo, A.;
- Progetto di azienda agricola di orientamento di impiantarsi su terre vergine della Companhia de Terras do Norte do Parana, s/d, Trigona, G. e Baldi, P. F.;

#### 4) *Diretrizes para a Colonização, Planos e Projetos de Assentamento:*

- Studio per il trasferimento nelle Baixada Fluminense di 200 famiglie di agricoltori italiani attraverso la SCLAPIV (1949), SCLAPIV;
- Piano di colonizzazione olandese nel Rio Grande do Sul, Brasile (1949), Consolato Generale d'Italia;
- Piano di massima colonizzazione della Cooperativa CITAG nella zona di Rio Verde (1949), Conforti, E.;
- Organizzazione delle aziende agricole durante il primo periodo di avvaloramento e mezzi necessari (1949), SCLAPIV;
- Piani di colonizzazione aziende Rahun, Mato Grosso, Brasile (1949), Secondo, U. R. S.;
- Appunti sulle nuove controproposte brasiliane relative alla costituenda Compagnia di Colonizzazione ed Immigrazione (1950), Ministero Affari Esteri;
- Condizioni offerti ad una eventuale colonizzazione agricola italiana della colonia S. Maria (1950), Trigona, G.;

- Scelta delle zone e delle forme per una immigrazione agricola italiana nel Brasile meridionale (1950), Trigona, G.;
- Fascicolo sulla documentazione di acquisto di un lotto sito in Morretes, Parana, Brasile (1952), SCLAPIV;
- Prospettive per una colonizzazione in Brasile nel comprensorio di Virgem Santa (1952), ICLE;
- Bozza di stampa di un contratto di compartecipazione stesso del Dott. Guinle per l'introduzione di alcuni coloni italiani nella sua fazenda sita nel municipio de Tres Rios, Rio de Janeiro (1953), Ministero Affari Esteri;
- Ante progetto presentato alla Direttoria Esecutiva del l' INIC (Instituto Nacional de Imigração e Colonização) (1954), De Benedicti;
- Costituzione di nuclei coloniali nello Stato del Paraná (1954), s/a;
- Insediamenti di agricoltore italiane nelle colonie agricole del'INIC (1955), Vice-Consolato d'Italia in Pará;
- Colonizzazione cattolica nel Paraná (Progetto del sign. Console Generale), (1955), Parenti;
- Promemoria sulle forme nelle quali si è svolta fino al oggi l'emigrazione agricola italiana organizzata in Brasile (1956), Mangini, A.;
- Progetto per la colonizzazione agricola nello Stato di S.Paulo com emigranti italiani (1957), Rocchetti, G.;
- Fazenda Mandaçais (S.Paulo, Brasile) - Progetto per il completamento della sistemazione dello piana e trasformazione agraria, 1957 - Conti colonici delle famiglie italiane per 1955-56 (1957), Chierichetti, Rocchetti, G. e Trigona, G.;
- Considerazioni e proposta di massima per la concreta impostazione di un progetto realizzabile a favore della colonizzazione ed immigrazione agricola triangolare in Brasile (1957), Chierichetti;
- Proposta di accordo fra la Compagnia Brasiliana di Colonizzazione e Immigrazione Italiana, C.B.C.I.I., e la Paranapanema per la trasformazione della colonizzazione della Fazenda Mandacaia (1957), Paranapanema;
- Notizie sintetiche sulla Compagnia Brasiliana di Colonizzazione e Immigrazione Italiana, C.B.C.I.I., e sulla Colonia di Pedrinhas (1958), s/a;
- Proposte e suggerimenti per la cessione a riscato dei podere della Colonia di Pedrinhas (1961), De Benedictis;
- Relazione della Commissione Svevo-Danubiana sulle possibilità di colonizzazione nello Stato di Goiaz, s/d, Unione Svizzera di Carità;
- Possibilità di colonizzazione nella valle del Rio Deneke in territorio del municipio di Ibirama, S. Catarina, s/d, Cappelletti, F.; Petrin, C. e Pignatelli, G.;
- Possibilità di colonizzazione nella proprietà della Companhia Territorial Sul Brasil s/d, Cappelletti, F.; Rocchetti G. e Pignatelli, G.;
- Progetto di colonizzazione sull'Alto Paraguay, Stato di Mato Grosso-Brasile, s/d, Carreras e Cabizza;

- SCLAPIV, Progetto per la valorizzazione di due aziende nello Stato di Minas Gerais, s/d, Tozzi, R. e Murgo, A.
- Rapporti preliminari sui progetti di colonizzazione agricola, s/d, Comitato Intergovernatoriale per la Migrazione Europee;
- Accertamento sulla Fazenda Vinte Maggio nel municipio di Getulina per l'impiego di 128 famiglie rurali italiane della Provincia di Venezia, s/d, Ciotti, L. e Trigona, G.;
- Missioni ACLI in Brasile/ ricerca di alcuni migliaia di ha di terreno in Brasile per sistemare un centinaio di famiglie italiane, s/d, Alvi;
- Terre già preparate per il ricevimento di coloni emigranti dall'Italia - obbligazione acquisto dei titoli da parte della Compagnia Brasiliana Di Emigrazione e Colonizzazione Italiana, s/d, s/a;
- Relazione sulle possibilità di colonizzazione nella Fazenda di Boa Vista (municipio de S. M<sup>a</sup> Madalena) Stato di Rio de Janeiro, s/d, Conforti, E. e Gatti, V.;
- Relazione sulle possibilità di colonizzazione della Fazenda Coronel Cardoso (di proprietà Cardoso) Rio de Janeiro, s/d, Cappeletti, F. e Conforti, E.;
- Localizzazione di alcune fra le più importanti aziende di colonizzazione in Brasile - prezzi medi di terreni in alcune zone del Brasile, s/d, Baldi, P. F., Conforti, E. e Trigona, G.;
- Progetto di trasformazione ed appoderamento della Fazenda Guaxupé, Norte Paraná - Brasile, s/d, Trigona, G.;
- Piano di colonizzazione della Bocaina - cenni descrittivi dell'ambiente della regione, s/d, Tassitro;
- Contrato di colonizzazione di un podere del nucleo coloniale di Pedrinhas, s/d, Trigona, G.;
- Possibilità di immigrazione e colonizzazione agricola in Brasile, s/d, Trigona, G. (due rapporti);
- Relazione sulla possibilità di colonizzazione della gleba di Missões nel municipio Clevelandia, s/d, Missioni di Assistenza Tecnica;
- Finanziamenti da parte del D.L.F. per l'ampliamento coloni di Castrolandia, Carambei e Pedrinhas in Brasile e considerazioni relative, s/d, Weizzman;
- Trasferimento di un primo nucleo di famiglie italiane nella Fazenda Bemposta - Brasile, s/d, s/a;

#### 5) *Documentos sobre a Institucionalização da Colonização:*

- Eventuale iniziativa del Governo Italiano a carattere particolare e privato al fine di costituire una piccola proprietà coltivatrice in Brasile (1949), estrato dalla lettera del agr. Volterani, a Guatapava;
- Progetto schematico di un ente di colonizzazione di nuovo impianto che intende svolgere la sua attività in Brasile (1950), Baldi, P.F. e Trigona, G.;
- Scelte delle zone e delle forme per una immigrazione agricola italiana nel Brasile Meridionale (1950), Trigona, G.;

- Schema approssimativo di accordo fra i governi italiano e brasiliano per il trasferimento in Brasile, al cambio ufficiale di capitale italiano destinato alla colonizzazione agraria com mano d'opera italiana di nuova immigrazione (1950), Trigona, G.;
- Progetto di colonizzazione di vasta portata in Brasile (1953), Ambasciata d'Italia a Rio;
- Copia del rapporto Waizzman con il quale riferisce al CIME in merito alla possibilità di attuare programmi di colonizzazione su base triangolare in terre del Brasile (1956), Waizzman;
- Programma della Compagnia Italo-Brasiliana di Collaborazione Economica per l'istituzione della colonia S. Antonio nello Stato di Espirito Santo, s/d, CIBE;
- Riassunto dell'ICLE sulla relazione colonizzazione in Bahia, s/d, s/a;
- Guida elementare per l'immigrante in Brasile, s/d, Baldi, P.F.;
- Auspicabile azione futura in favore dell'emigrazione agricola italiana in Brasile, s/d, s/a;
- Informazioni indispensabili a chi aspira emigrare in Brasile tramite il CIME, s/d, CIME.

#### 6) *Outros Estudos e Avaliações Relacionados com a Colonização Italiana no Brasil:*

- Sulla colonizzazione italiana in Brasile (calcoli economici relativi all'immigrazione e progetti sulla colonizzazione) (1949), Ferranti, N.;
- Corrispondenza fra S. Ecc Tacoli e l'ICLE Brasile (1950), ICLE;
- Cenni sui problemi dell'ingegneria agraria in alcune zone del Brasile (1951), Casolo;
- La Compagnia Esperia ICLE in Brasile (1955), s/a;
- Accertamento sulle possibilità di esportazione di banane brasiliane in Italia (1960), Pezzi;
- L'agricoltura, l'industria ed il commercio nel Stato di S. Caterina, s/d, Savoia, G.P.P.;
- Sfruttamento industriali dei boschi nel comprensorio di Rio Deneke, Ibirama, Santa Caterina, s/d, Petrini, C., Cappeletti, F e Pignatelli, G.;

#### Comentário Final

Os contatos com vistas a se ter acesso ao acervo do IAO devem ser estabelecidos diretamente com a pessoa encarregada da sua guarda na sede do Instituto Agronomico per L'Oltremare. Os interessados devem dirigir-se à Dottorosa Agr. Marina Puccioni Segatta.

End: Via Cocchi, 4 - 50.131 Firenze, ITÁLIA

Tel: 0039/ 55 -573201

Telex: 574549 IAO I

Eventualmente poderá utilizar-se também o E-mail, o qual é, no momento, ignorado pelo autor desta comunicação.

### Bibliografia

- BRANDOLINI, A. *L'Istituto Agronomico per l'Oltremare di Firenze*. Firenze, IAO, 1990.
- BRUNELLO, P. *Pioneri, gli italiani in Brasile e il mito della frontiera*. Donzelli Editore, Roma, 1994.
- LINHARES, M. Y. L. e da SILVA, F. C. T. *A História Política Do Abastecimento*. Brasília, Edições BINAGRI, 1979.
- SMRECSÁNYI, T. *O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970)*, capítulo III de *O Brasil Republicano. 4-Economia e e Cultura (1930-1964)*, vol 11 da *História Geral da Civilização Brasileira*, organizado por Boris Fausto, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Pequena História Da Agricultura No Brasil*. São Paulo, Contexto, 1990.

## MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E IMPRENSA: UBERLÂNDIA, MG, 1966-1971

*Wenceslau Gonçalves Neto\**  
*Henrique Carvalho Lobato\*\**

O tema da modernização da agricultura no Brasil tem sido bastante discutido entre os pesquisadores, existindo um certo consenso sobre a importância das décadas de 60 e 70 no aprofundamento da chamada industrialização da agricultura brasileira, através de uma modernização acelerada de sua base técnica, com conseqüências profundas nos níveis econômico, político e social.

Normalmente, trabalha-se com indicadores quantitativos, relativos a esta mudança da base técnica, a incrementos de produtividade e de área plantada, movimentos populacionais, rendimentos, etc. Acrescidos da análise das medidas de política empreendidas pelo governo durante o período, das teorias de transformação (social, econômica, técnica, etc) e do dimensionamento do peso das conseqüências, formam um conjunto explicativo, largamente difundido, que tem embasado os estudos recentes sobre esta problemática.

Contudo, este privilegiamento do econômico, secundado pelos aspectos sociais e políticos, enriquecido pela análise teórica tem dado mostras de um certo esgotamento, perceptível através do grande número de trabalhos promovendo pequenas variações e, mesmo, pelo não questionamento destes indicadores. Escasseiam os estudos de maior abrangência e multiplicam-se

\* Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Uberlândia. Doutor em História Econômica pela FFLCH da USP.

\*\* Aluno do Curso de História da UFU. Bolsista do PIBIC/CNPq.

as análises conjunturais e de alcance limitado. Paul Veyne nos chama a atenção para um aspecto da produção historiográfica que merece ser lembrado aqui:

*"Toda historiografia depende, por um lado, da problemática que ela se formula, e, por outro, dos documentos de que dispõe. E, se uma historiografia encontra-se bloqueada, isto se deve às vezes à falta de documentos, às vezes a uma problemática esclerosada. Ora, a experiência prova que a esclerose da problemática sobrevem sempre muito mais cedo que o esgotamento dos documentos: mesmo quando a documentação é pobre, há sempre problemas que não pensamos formular"<sup>1</sup>.*

No campo da agricultura talvez estejamos passando por uma situação semelhante. É preciso, por um lado, repensar os problemas que são colocados como estimuladores da pesquisa e os grandes eixos teóricos que direcionam a análise; e, por outro, buscar nova documentação, diferentes indicadores ou, pelo menos, novos ângulos de visão sobre o que existe.

É nesta segunda perspectiva que se coloca o presente trabalho. Seu objetivo é buscar novas fontes, ou novos olhares, para a compreensão da história da agricultura brasileira recente e, no seu interior, do candente processo que foi a modernização desigual do setor processada num determinado período. Pretende-se, portanto, abrir um novo viés, complementar ao econômico, que contribua na formação de uma visada mais rica sobre o rural brasileiro.

### História e Imprensa

A utilização de jornais na análise histórica é prática largamente conhecida, mas normalmente utilizada por aqueles que trabalham com cultura, mentalidades, discurso, etc<sup>2</sup>. Na área econômica e, particularmente, na agricultura, normalmente o jornal é apenas um recurso complementar. Certas análises sociológicas também o utilizam, mas normalmente de forma ilustrativa, quando não como testemunha de determinadas situações conflituosas.

Nossa observação inicial é de que o trabalho de historiar, de recuperar as relações que os homens estabelecem em determinados períodos, como respostas ao desafio cotidiano da sobrevivência, juntando-as em um corpo explicativo, pode ser enriquecido através da utilização de fontes que descrevam o impacto de medidas governamentais sobre a população, o entrelaçamento de interesses de grupos divergentes de caráter nacional e local, a ênfase assumida em determinadas temáticas pelos veículos de comunicação, a reprodução de

<sup>1</sup> O Inventário das Diferenças: História e Sociologia, São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 11.

<sup>2</sup> Conferir, por exemplo, Arnaldo D. Contier, *Imprensa e Ideologia em São Paulo, 1822-1842: Matizes do Vocabulário Político e Social*, Petrópolis Vozes, 1979; Maria Rosa Duarte de Oliveira, *João Goulart na Imprensa: De Personalidade a Personagem*, São Paulo, Annablume, 1993.

discursos de lideranças políticas, a atuação de grupos de interesse, o “esquecimento” de determinados grupos sociais ou de temáticas “inconvenientes”, etc.

Estes dados encontram-se, por exemplo, nos jornais. É claro que existem inúmeras outras fontes, igualmente ricas, mas o jornal congrega num único espaço, ainda que de uma forma razoavelmente anárquica, a maior parte destes indicadores. Se bem que todo jornal contenha uma tendência ideológica, os fatos relatados em si não possuem uma unidade organizativa. Como diz Matinas Suzuki Jr.,

*“... o jornal é um tipo de vitrine da História evacuada de qualquer teleologia, sem finalidade. O presente é flagrado e fixado como um momento desvinculado do acontecer”<sup>3</sup>.*

Cabe, portanto, ao historiador aplicar a este “ajuntamento” de fatos uma perspectiva teórica, retirando desse caleidoscópio uma certa racionalidade, identificando a “história” de cada jornal e as outras diferentes “histórias”, na tentativa de construir uma História inclusiva, menos excludente.

É evidente que se deve ter presente o caráter subjetivo e direcionado de boa parte das informações - da mesma forma que no trato de outras fontes. O jornalista não deve ser mais nem menos suspeito que os responsáveis por outros tipos de documentos: todos são submetidos à suspeição do historiador. Os resultados do trabalho histórico dependem tanto da riqueza dos dados como da problematização que lhe é aplicada, de uma ordenação teórica. Como nos lembra Maria Helena R. Capelato<sup>4</sup>, a subjetividade do articulista ou a pretensa neutralidade do jornal não devem levar ao descarte desta fonte, pois são itens que devem ser filtrados a partir da perspectiva do historiador. Nicolau Sevckenko descreve com propriedade esta fonte:

*“Nem espelho do real, nem falsificação grosseira. Há muito que aprender sobre o processo pelo qual o jornal não só fala do mundo, mas participa efetivamente da produção da imagem que todos nós compomos da realidade e do cotidiano”<sup>5</sup>.*

Historiar é seguir as pistas contidas na documentação iluminado pela teoria, já o vimos. Portanto, cabe buscar estas pistas onde quer que elas estejam, daí o caráter investigatório do trabalho historiográfico, o que o aproxima de uma atividade detetivesca, muitas vezes próxima também da atitude jornalística. Os resultados, contudo, são bem diferenciados pois o jornalismo constrói apenas uma memória coletiva, não estruturada. A compreensão é ampliada com a entrada em cena do historiador. No entanto, como diz Alberto Dines,

<sup>3</sup> “A Maquiagem do Mundo”, In: **Primeira Página**, São Paulo, Folha de São Paulo, 1985, p. 10.

<sup>4</sup> *Imprensa e História do Brasil*, São Paulo, Contexto/EDUSP, 1988, p. 21.

<sup>5</sup> “O Rosto do Mundo”. In: *Primeira Página*, op. cit. p. 14.

*“Jornalismo e Historiografia são primos - quando se pratica um deles com proficiência, chega-se, inevitavelmente, ao outro”<sup>6</sup>.*

### Fontes para a História da Agricultura

O Brasil não apenas é um país grande mas apresenta ainda uma enorme complexidade nas relações que se estabelecem em sua superfície, notadamente marcadas pela disparidade e excludência. Como essas relações não ocorrem de forma isolada, é preciso buscar a explicação principalmente na estrutura econômica, rural e urbana. O agro nacional, objeto deste estudo, jamais apresentou uma característica única. A necessidade de utilização de diversas tipologias que encontramos na análise atual, guardadas as proporções e variações, pode ser estendida também ao passado. É preciso, portanto, sempre que se trabalha com a agricultura notar-se que se trabalha com um setor nuançado, marcado por contrastes profundos, dificilmente açambarcável por uma única explicação teórica. Tamás Szmrecsányi afirma não existir

*“... um único setor agropecuário no Brasil, ou uma agricultura brasileira em geral. O que existe são sistemas de produção agropecuária regionalmente diferenciados quanto aos seus graus de capitalização, no que se refere à tecnologia que adotam, e quanto às suas relações com o setor industrial e com o Estado”<sup>7</sup>.*

Continuando, o autor identifica como sendo três os “sistemas de produção” presentes na nossa realidade: um, relativamente desenvolvido, localizado no Sudeste e Centro-Sul; outro, tradicional, situado no Nordeste; e um terceiro, de áreas de expansão, compreendendo a região Amazônica e o Centro-Oeste. Apenas esta diferenciação já é suficiente para exemplificar a complexidade a que estamos nos referindo, o que amplifica as dificuldades do pesquisador. Não se trata de estudar uma, mas “várias” agriculturas. Daí a importância de se trabalhar com modelos teóricos que comportem a diversidade e permitam a reconstituição da racionalidade do concreto ao nível da análise.

Esta diversidade detectada está presente no universo delimitado para a nossa pesquisa, a região do Triângulo Mineiro, na segunda metade da década de 60, com enfoque particular para o município de Uberlândia. E na apreensão deste momento e desta temática devemos utilizar diversas fontes e indicadores, desde os conhecidos dados do IBGE, fundamentais para o início e continuidade de qualquer análise, até outras formas ainda intocadas na região, como os registros cartoriais. O objetivo é sempre a compreensão cada vez mais completa da realidade rural brasileira. O certo é que o problema das fontes sempre se

<sup>6</sup> O Papel do Jornal, São Paulo, Summus, 1986, p. 19.

<sup>7</sup> História da Agricultura Brasileira, São Paulo, Contexto, 1990, p. 83.

coloca para o aprofundamento deste tema. Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva observam, trabalhando esta questão sob a ótica da história quantitativa, que

*"... o limite do historiador é imposto pela documentação que está a seu alcance, assim como o documento é limitado pela história que o gerou. A teoria que o inspira, bem como o método e as técnicas que ele desenvolve, estão intimamente relacionados com a realidade na qual penetra"<sup>8</sup>.*

Ora, se os horizontes do historiador são limitados é preciso aproveitar bem esta documentação problematizando-a, mas, principalmente, crivando-a com as indagações pertinentes. E se as fontes forem insuficientes ou se o conhecimento gerado requer novos questionamentos, é preciso buscar documentação complementar que permita um olhar diferente ou uma maior "definição" de imagem da problemática em foco. E aí encontramos o espaço para a utilização da fonte jornalística no trato da agricultura nacional: neste primeiro momento como um aprofundamento da compreensão de um real já razoavelmente descrito através dos indicadores econômicos, mas ainda não totalmente analisado em sua densidade.

Estamos propondo, portanto, a utilização, de forma conjugada, de fontes "numéricas" e "não estruturalmente numéricas"<sup>9</sup> em um tema de natureza econômica, qual seja, a modernização da agricultura. Dependendo do alcance dos resultados, será possível aquilatar a importância deste veio para a História da Agricultura.

### **A Modernização da Agricultura Brasileira**

A profunda transformação sofrida pelo agro nacional, principalmente durante as décadas de 60 e 70, tem sido comumente chamada de modernização - conservadora, desigual, "dolorosa", etc. Tamás Szmrecsányi anota seus principais aspectos:

*"... de um lado, a expansão da fronteira agrícola e, de outro, o aumento da produtividade do trabalho - ou seja, das quantidades produzidas por pessoa ocupada no setor"<sup>10</sup>.*

Este aumento da produtividade do trabalho estará calcado na ampla utilização de insumos modernos na agricultura, através da incorporação de máquinas (tratores, colheitadeiras, etc), sementes melhoradas, fertilizantes, defensivos, etc, além da reestruturação mesma do processo de trabalho no

<sup>8</sup> História da Agricultura Brasileira: Combates e Controvérsias, São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 74.

<sup>9</sup> Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, op. cit., p. 91.

<sup>10</sup> Op. cit., p. 73.

interior do empreendimento rural. O custo deste processo foi altíssimo e bancado pelo Estado brasileiro, através de subsídios ao setor, notadamente pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) criado em 1965, que será o elemento chave na sustentação de toda a política agrícola pelos próximos 15 anos (o ponto de inflexão é 1977). Apesar do processo de transformação ter continuado nos anos oitenta, há um certo arrefecimento no ritmo, perceptível principalmente através da diminuição dos estímulos creditícios. O certo é que, comparado aos quinquênios anteriores, o período 1980-85 demonstra uma certa "estabilidade" nos diversos indicadores da base técnica, quebrando uma seqüência de ascensão iniciada nos anos sessenta<sup>11</sup>.

Nosso período de estudo concentra-se, portanto, na fase da política autoritária brasileira recente, quando os mecanismos mais conhecidos de estímulo à agricultura estão sendo gestados ou estimulados. Diversos elementos da política agrícola já haviam sido iniciados anteriormente, como os preços mínimos e o próprio financiamento rural, mas a criação do SNCR e a canalização de recursos para outros mecanismos como o seguro agrícola (Proagro), a pesquisa, etc, demonstram que o rural nacional estava atingindo um novo limiar. Este esforço do Estado, com iniciativas seqüentes e que vão se complementando através do tempo, acaba demonstrando que o

*"... o governo tinha uma política agrícola, uma vez que recorreu a um conjunto amplo de medidas, durante todo o período estudado (1960-1980), procurando superar os obstáculos que se colocavam à transformação da base técnica do setor rural, e que poderiam dificultar os objetivos de aumento da produção e da produtividade, da geração de excedentes exportáveis, da utilização de insumos modernos..."<sup>12</sup>.*

De uma forma geral, acompanhando Tamás Szmrecsányi e Pedro Ramos, podemos identificar nesta história recente três períodos básicos e sucessivos de formulação de políticas para o setor agropecuário brasileiro:

*"1930 a 1945, época do primeiro Governo Vargas; 1946 a 1964, época da chamada democracia liberal; e 1965 a 1980, durante a qual prevaleceu o regime autoritário"<sup>13</sup>.*

É nesta última fase que estamos nos detendo, para indagar do processo de modernização da agricultura em uma dada região, onde os esforços de

<sup>11</sup> José Graziano da Silva, "Condicionantes Para Um Novo Modelo Agrário e Agrícola". In: APPY, Bernard et alii, Crise Brasileira: Anos Oitenta e Governo Collor, São Paulo, Instituto Cajamar, 1993, p. 191-194.

<sup>12</sup> Wenceslau Gonçalves Neto, Estado e Agricultura no Brasil: Política Agrícola e Modernização Econômica Brasileira 1960-1980, São Paulo, FFLCH/USP, 1991, p. 332 (Tese Doutorado)

<sup>13</sup> "O Papel das Políticas Governamentais na Modernização da Agricultura Brasileira". História & Perspectivas, n. 10, p. 60, jan/jun 1994.

modernização da economia como um todo, que é o processo maior que está por trás dos governos militares, parecem ter-se adequado de forma eficiente, projetando o Triângulo Mineiro como importante pólo industrial, comercial e agroalimentar. Haveria aqui alguma especificidade, ou o processo segue dentro das características gerais de discriminação anotadas para o conjunto do agro nacional? Quais são os fatores que maximizam o alcance das medidas de política? Como agem os grupos de influência e pressão? etc.

Sobre esta última observação caberia acrescentar que, assim como a nível nacional, onde a ação de entidades ou indivíduos direta ou indiretamente ligados ao setor agropecuário, foi importante na composição da política agrícola governamental, determinando privilegiamentos na alocação de verbas para produtos, regiões, ramos industriais, etc, nossa percepção inicial é de que esta prática está presente também na região do Triângulo Mineiro no período estudado, onde, através da leitura dos jornais, identifica-se intensa movimentação de lideranças político-econômicas rurais (e urbanas) junto ao poder central. Percebe-se, nesta movimentação, a atuação do poder econômico, via poder de mercado, de associações empresariais e da ação lobista, na garantia ou expansão de seus interesses. A agricultura brasileira não pode ser analisada ou compreendida sem que se identifique e dimensione o peso dessa ação e suas conseqüências. Geraldo Müller descreve o espaço desse poder lembrando, inclusive, do papel da chamada "elite econômica":

*"a) a noção de poder econômico parece ser uma categoria mediadora pertinente a uma melhor compreensão de vários processos, como por exemplo, a disponibilidade de incentivos ou bloqueios à inovação tecnológica nos vários segmentos do CAI; a formação de preços das várias cadeias produtivo-comerciais; a elaboração das estratégias empresariais; o estudo das opções político-sociais sobre o papel da agricultura (...), etc. b) a noção de poder econômico integraria o conceito de elite econômica, a fina flor dos interesses corporativos econômicos, que inclui os aspectos sociais, políticos e culturais; tema esquecido por muitíssimos de nós"*<sup>14</sup>.

Para que se tenha uma idéia da interligação dos interesses dos jornais estudados com os dos ruralistas, é interessante investigar o tratamento dispensado nas reportagens às lideranças do setor que, na maior parte das vezes, são os principais próceres políticos regionais. Em 1970, por exemplo, é eleito prefeito de Uberlândia o Sr. Virgílio Galassi. Em entrevista, discutindo

<sup>14</sup> "O Poder Econômico no Complexo Agroindustrial Brasileiro e Suas Expectativas Políticas". In: Anais do Seminário Sobre a Agricultura Brasileira nos Anos 90: Desafios e Perspectivas, Curitiba, UFPR, 1989, p. 84.

seus planos, a pergunta do jornalista, muito mais que a resposta - que nada de novo apresenta - indica claramente o poder do agro municipal:

*"O ilustre homem público, em quem a cidade deposita a máxima confiança, pelas suas atividades no Sindicato Rural e no extinto INDA, é homem plenamente identificado com o meio rural. Diante disso, a classe ruralista aqui está presente, por nosso intermédio, para saber o que será feito em seu benefício"*<sup>15</sup>.

Também com relação aos empresários o tratamento não é menos respeitoso. Tratando da CAGIGO, Companhia Agro Industrial de Goiás, pertencente a um grupo econômico de Uberlândia (CARFEPE S.A.), o ufanismo jornalístico assim se expressa:

*"As empresas que nascem sob a orientação dos homens de visão de Uberlândia, em pouco tempo alcançam seu objetivo espansional (sic), situando nas mais espetaculares situação (sic) econômica e financeira do Brasil"*<sup>16</sup>.

Perde-se o vernáculo mas não a ocasião de demonstrar a submissão ao poder econômico, que acaba por fazer de determinados jornais verdadeiros porta-vozes de classe. Na região não foi diferente.

### Metodologia da Pesquisa

A pesquisa trabalha com dois jornais de Uberlândia, MG, "Correio de Uberlândia" e "Tribuna de Minas", buscando recuperar uma parte complementar deste processo de modernização na região a partir das publicações - artigos, reportagens, editoriais, propaganda, etc - que aparecem na imprensa, procurando compreender como as principais medidas de política governamental que estão sendo implementadas repercutem no agro local e como os jornais noticiam, criticam ou direcionam o processo. O horizonte do estudo é 1985, cobrindo todo o período militar, mas, por enquanto, foram compulsados apenas os dados de 1966 a 1971.

O primeiro tratamento dado - fase em que nos encontramos atualmente - é quantitativo, tentando identificar o "peso" que o setor agrário possui nos jornais e, conseqüentemente, na sociedade uberlandense: número de publicações, tipos de publicações, páginas onde são colocadas, áreas privilegiadas, principais produtos, espaço utilizado.

A seguir, numa análise qualitativa, pretende-se mapear, também, "temas" de interesse para a compreensão do processo de modernização e que ocupam manchetes, causam polêmicas, etc: presença, destaque e significado do capital

<sup>15</sup> "Este é o Homem! Este é o Plano!", Jornal Tribuna de Minas (TDM), 19/11/70, p. 1. Virgílio Galassi foi presidente do Sindicato Rural de Uberlândia; diretor do INDA até sua fusão com o IBRA para a criação do INCRA (1970); prefeito de Uberlândia por três períodos (1972-74), 1978-82 e 1988-92); deputado federal (1986). Atualmente é candidato, mais uma vez, à prefeitura.

<sup>16</sup> "CAGIGO Cresce e Produz Divisas", TDM, 06/10/70, p. 4.

estrangeiro; adoção de modernas tecnologias e seu impacto junto à população, como a generalização do uso do leite pasteurizado na cidade de Uberlândia, por exemplo; ação do poder econômico-político junto às administrações municipais, estaduais e federais, envolvendo o prestígio de lideranças locais na abertura de novas estradas, busca de créditos e de agências de assistência técnica e extensão rural, etc; conjugação da modernização com o conhecimento científico, perceptível através da presença nos jornais de diversos artigos assinados por técnicos sobre a atividade rural e, também, pela luta na abertura do Colégio Técnico Agrícola de Uberlândia; quase ausência de temas "inconvenientes" em termos políticos, como a reforma agrária; destaque amplo de campanhas governamentais visando aumento de produtividade, utilização de insumos modernos; etc.

Da junção dos dados quantitativos e da análise qualitativa dos jornais (acrescida dos indicadores do IBGE e de outros encontrados) esperamos obter uma visão mais "refinada" do processo de modernização da agricultura na região.

Na seqüência, apresentamos uma visão global dos dados já colhidos, que permite identificar temas, produtos, períodos, etc, importantes para a compreensão da História da Agricultura da região.

#### A Agricultura nos Jornais de Uberlândia, MG

Os números indicados abaixo trazem informações interessantes a respeito do processo de modernização rural. As séries ainda não estão completas e as categorias definidas poderão sofrer alterações. Contudo, certas permanências vão se delineando ao lado de "espasmos" quantitativos, que nos permitem aquilatar o poder de determinadas culturas, áreas, temas, etc, bem como o momento de irrupção de outros na cena jornalística.

**TABELA 1** Relação de Áreas do Setor Rural Identificadas nos Jornais Tribuna de Minas e Correio de Uberlândia, 1966-1971.

ÁREAS	ANOS						TOTAL
	1966	1967	1968	1969	1970	1971	
Agricultura	157	166	518	190	340	482	1.853
Modernização	149	118	252	144	209	393	1.265
Comérc.Prod.Rurais	203	65	368	144	58	150	988
Agropecuária	95	141	176	132	98	142	784
Pecuária	np	np	np	np	246	318	564
Agroindústria	06	34	16	76	221	165	518
Silvicultura	np	np	np	np	10	85	95
Educação	np	np	np	np	31	47	78
Assistência Técnica	07	20	05	09	07	24	72
Armazenamento	np	np	np	np	22	37	59
Financiamento Rural	04	02	01	01	11	39	58
Horticultura	01	05	02	-	13	13	34
Piscicultura	-	-	02	-	07	23	32
Eletificação	np	np	np	np	11	20	31
Avicultura	np	np	np	np	19	06	25
Suínocultura	-	-	01	-	08	02	11
Fruticultura	np	np	np	np	-	08	08
TOTAL	622	551	1.341	696	1.311	1.954	6.475

np = Não pesquisado ou não significativo.

Pela Tabela 1 podemos ver, por exemplo, que apesar das variações, temas tradicionais como agricultura e agropecuária se destacam bastante, sendo que a primeira deixa de liderar apenas em 1966, quando perde para comercialização de produtos rurais. No entanto, o que mais chama a atenção é a projeção que tomam algumas áreas, em determinados momentos. Assim, modernização e pecuária se afirmam em 1971, agroindústria se destaca nos dois últimos anos, silvicultura surge forte e financiamento rural começa a firmar-se como tema usual ao final da série.

De qualquer forma, pelos dados já se percebe o crescimento de áreas "novas" no agro regional, desvinculando-se das tradicionais agricultura e pecuária ou da mista agropecuária. Temas especificamente ligados ao processo modernizador, como agroindústria, assistência técnica, modernização, armazenamento, eletrificação, etc começam a ganhar destaque e se tornam freqüentes nas publicações. Dois outros fatos chamam a atenção: a queda de importância da comercialização de produtos rurais, talvez significando um patamar mais avançado do processo, onde a parte técnica não se sustenta sozinha, necessitando da incorporação de novas alternativas; e o surgimento de um tema não especificamente rural que é a educação, ligado à Escola Agrotécnica de Uberlândia e a um grande número de cursos oferecidos para o homem do campo, principalmente pelo sistema ACAR/EMATER.

Sobre este item, contudo, duas reportagens merecem atenção. Uma, a respeito do ensino rural, no ano de 1970, demonstra preocupação não apenas com o tema mas com a melhoria da qualidade educacional, assunto que não pode ser descuidado no desenvolvimento do processo de modernização. A Secretaria Municipal de Ação Social de Uberlândia se anima com o inusitado de uma situação detectada que poderia causar espanto até a nível nacional, quando

*"... diz acreditar que os oitenta alunos matriculados no quarto ano primário, na zona rural, possam concluir o ano letivo sem nenhuma reprovação, o que significará um progresso para o município"<sup>17</sup>.*

A outra, também inusitada, refere-se à concessão de bolsas de estudo no curso de Odontologia, mantido por uma autarquia uberlandense, a alunos que se dispõem a prestar serviços no meio rural após a formatura:

*"O agraciado obrigar-se-á, mediante contrato, que lhe dará direito ao curso todo, a dar assistência odontológica aos moradores da zona rural pelo menos dois anos após a sua diplomação profissional"<sup>18</sup>.*

<sup>17</sup> "Aproveitamento Total na Zona Rural: TDM, 07/11/70, p. 02. Nesta e nas citações seguintes trabalharemos apenas com publicações dos dois últimos anos da série pesquisada, por razões de espaço e por considerarmos suficientes para os objetivos do presente estudo.

<sup>18</sup> "Para Ganhar Bolsa Precisa Prestar Serviço", TDM, 20/06/70, p. 1.

Ambas as passagens demonstram que a preocupação com a modernização na região não se limitava a aspectos técnicos, mas havia pressões e preocupações pela entronização de mudanças também nas formas de pensar e numa assistência mais qualificada ao homem do campo.

Este surgimento de produtos "novos" pode ser melhor visualizado através da Tabela 2. Nela podemos perceber como o arroz, por exemplo, cultura mais típica de região de fronteira, à medida que o processo avança vai perdendo fôlego, apesar de permanecer como a mais importante. Percebe-se, também, conforme já observado acima, a perda de ritmo do segmento de implementos e tratores. Entram em cena produtos mais diretamente ligados à diversificação, como floresta, soja, algodão e café, além de fertilizantes, defensivos e do comércio de terras que começa a se tornar significativo.

**TABELA 2** Relação de Produtos Relativos ao Setor Rural Identificados nos Jornais Tribuna de Minas e Correio de Uberlândia, 1966-1971.

ÁREAS	ANOS						TOTAL
	1966	1967	1968	1969	1970	1971	
Implementos	149	08	204	162	19	78	620
Gado	28	39	130	99	213	56	618
Arroz	04	23	246	25	126	56	480
Trator	64	37	160	58	31	12	362
Milho	12	10	202	15	36	35	310
Leite	42	63	10	32	42	99	291
Feijão	04	09	195	13	15	24	260
Fertilizante	03	12	21	53	23	103	215
Café	01	01	47	-	24	37	110
Floresta	np	np	np	np	07	77	84
Carne	np	np	np	np	20	56	76
Ensino	np	np	np	np	32	43	75
Defensivo	np	np	np	np	16	52	68
Hortifrutí	05	10	01	04	09	10	39
Silo/Armazém	np	np	np	np	20	18	38
Soja	04	02	03	02	06	20	37
Suíno	03	04	06	-	13	10	36
Vacina	np	np	np	np	02	33	35
Eletricidade	np	np	np	np	11	19	30
Terra	np	np	np	np	-	30	30
Peixe	-	-	01	01	06	21	29
Frango	np	np	np	np	20	08	28
Cana-de-Açúcar	04	-	-	-	06	16	26
Trigo	np	np	np	np	09	15	24
Algodão	np	np	np	np	-	19	19
Banana	np	np	np	np	02	12	14
Outros	01	01	-	-	09	18	29
Sem Identificação	134	115	128	75	272	418	1.142
TOTAL	460	335	1.354	530	989	1.458	5.126

(np = Não pesquisado ou não significativo.)

Nesta tabela é interessante, também, fazer-se um corte anual para alguns detalhes. 1968, além de ser um ano onde o setor rural conta com amplo destaque na imprensa, também chama a atenção pelo grande espaço ocupado por produtos de mercado interno, como feijão, arroz e milho, o que não se repete nos demais. E 1971 é um ano de arrancada em termos de projeção nos jornais, com um crescimento da ordem de 50% em relação a 1970, só comparável a 1968.

O destaque que certos produtos vão tomando normalmente está acoplado a estímulos externos, como incentivos fiscais e creditícios. Algodão e reflorestamento, por exemplo, passam a ocupar diversas reportagens onde se descreve a ação de grupos estrangeiros mas, principalmente, de órgãos governamentais, como CAMIG (Companhia Agrícola de Minas Gerais), BDMG (Bando de Desenvolvimento de Minas Gerais), BEMGE (Bando do Estado de Minas Gerais), etc estimulando a adoção destes produtos<sup>19</sup>. Já a soja, além de ir se firmando com destaque, tem sua importância industrial identificada:

*"O cultivo da soja está se alastrando em todo T. M. (Triângulo Mineiro) e importará no surgimento de novas indústrias, aproveitando assim, no futuro, a abundância da matéria prima. Nesse sentido já estão sendo mobilizados recursos para instalação nas áreas de maior produção, de indústrias de transformação, visando assegurar ao produtor mercado mais acessível. Os órgãos de agricultura no Estado fornecerão os recursos básicos para o cultivo da soja, com assistência técnica e científica"<sup>20</sup>.*

**TABELA 3** Relação dos Tipos de Publicação Sobre o Setor Rural Identificados nos Jornais Tribuna de Minas e Correio de Uberlândia, 1966-1971.

ÁREAS	ANOS						TOTAL
	1966	1967	1968	1969	1970	1971	
Reportagem	134	120	243	153	433	808	1.891
Propaganda	199	110	465	203	316	253	1.546
Editais	28	11	17	16	84	71	227
Artigo Assinado	07	21	-	-	28	37	96
Editorial	16	29	03	-	02	08	58
Entrevista	01	-	-	-	02	01	04
Outros	21	06	14	11	07	02	61
TOTAL	406	297	742	384	872	1.123	3.883

<sup>19</sup> Conferir, por exemplo, as seguintes reportagens do Jornal Correio de Uberlândia (CDU): "BDMG Concede Empréstimo Para Ajudar Triângulo", 26/09/71, p. 1; "Algodão Lidera Plantio Nesta Zona Triangulina", 28/09/71, p. 1; "Banco Incrementa Cultura do Algodão", 01/10/71, p. 1; "Grupo Japonês Atuará em Minas", 18/11/71, p. 3. Reflorestamento aparece de forma complementar na primeira e na última reportagem.

<sup>20</sup> "Mais Soja no Triângulo", TDM, 24/08/71. Cf. também "Araguari Promove Agropecuária: Bovinos e Soja", TDM, 14/10/71, p. 6.

Pela Tabela 3 podemos melhor aquilatar o destaque do campo, através do crescimento do segmento reportagem sobre o setor rural no interior dos jornais. Em 1971 há uma verdadeira "explosão" de reportagens, com um salto de cerca de 90% em relação ao ano anterior. Mas, mais importante que a quantidade é o conteúdo das mesmas. Tratam, é claro, do movimento de transformação do agro regional, mas não perdem de vista a dimensão nacional, acompanhando os pronunciamentos de ministros, do presidente e identificando os pontos-chave da política agrícola brasileira, como pode ser depreendido da citação de uma fala de Delfim Netto onde vemos indicada uma síntese de todas as medidas empreendidas pelo governo até então:

*"Foi dentro dessa concepção que o governo libertou o crédito agrícola dos limites do orçamento monetário, decidindo financiar tudo o que for plantado; que se generalizou a aplicação dos preços mínimos (dentro dos limites permitidos pelo mercado externo); que se concederam todos os incentivos à utilização de fertilizantes, inseticidas e corretivos (a taxa de juros subsidiadas); que se eliminou toda a tributação sobre tratores e implementos agrícolas, e que finalmente, se formulou uma lei de imposto de renda que estimula de maneira substancial os investimentos"*<sup>21</sup>.

Ou a opinião do Ministro da Agricultura, Cirne Lima, discutindo os principais problemas do setor, considerando que é nas cidades que estão explodindo as transformações processadas na agricultura:

*"O principal fato social gerado pela mecanização e utilização da moderna tecnologia nas lavouras, é a liberação crescente de mão-de-obra"*<sup>22</sup>.

Outra modalidade de publicação que chama a atenção é a de artigos assinados, principalmente por técnicos ligados ao setor rural, entre os quais se destacam os agrônomos do escritório da ACAR em Uberlândia, que se debruçam sobre temas variados, como soja, milho, produtividade e correção dos solos de cerrado, preços mínimos, abastecimento, etc. Entre 1970 e 1971 estas opiniões abalizadas funcionam como verdadeiros legitimadores do processo de modernização da agropecuária, promovendo novas técnicas, novas culturas, discutindo preços, comercialização, etc, tentando promover, enfim, uma verdadeira mudança cultural. A ciência se coloca a serviço do progresso<sup>23</sup>.

<sup>21</sup> "Desenvolvimento Agrícola Vai Integrar População Brasileira", CDU, 15/01/70, p. 4. A reportagem também chama a atenção para a integração agricultura/indústria.

<sup>22</sup> "Batalha da Terra Está nas Cidades, 21/09/71, p.2

<sup>23</sup> Cf., por exemplo, João de Castro Neto, "Calagem e Produtividade", CDU, 21/08/70, p. 7; João Benko Neto, "Milho com Técnica Produz Mais", CDU, 16/10/70, p. 5; Mario Ramos Vilela, "Problemas de Abastecimento Urbano", TDM, 17/10/70, p. 4; e João Benko Neto, "Porque a Soja", CDU, 20/08/71, p. 5.

**TABELA 4** Espaço Ocupado (cm<sup>2</sup>) Pelas Publicações Sobre o Setor Rural nos Jornais Tribuna de Minas e Correio de Uberlândia, 1966-1971.

ÁREAS	ANOS						TOTAL
	1966	1967	1968	1969	1970	1971	
Reportagem	36.111	33.741	65.377	29.804	72.203	149.831	387.067
Propaganda	44.758	17.531	79.948	45.055	60.049	81.413	328.754
Editais	10.256	1.900	2.525	5.623	19.616	14.766	54.686
Artigo Assinado	2.133	5.784	-	-	11.669	15.144	34.730
Editorial	8.069	5.381	8.459	-	677	2.523	19.728
Entrevista	153	-	-	-	1.221	459	1.833
Outros	5.181	2.803	8.616	3.803	1.738	3.300	25.441
TOTAL	104.661	67.140	159.544	84.285	169.173	267.436	852.239

A Tabela 4 nos remete à dimensão espacial das publicações sobre o setor rural nos jornais, transmutando em centímetros quadrados o que vínhamos falando. É interessante notar-se que há um certo equilíbrio entre propaganda e reportagem, mais nítido até 1970, quase a demonstrar que se dedica espaço a um tema de acordo com o que se vende com o mesmo. Para se ter uma idéia, se somarmos reportagem com entrevista e propaganda com editais (que é também espaço pago), desprezando editorial e artigo que expressam opiniões pessoais ou institucionais, teremos totais bastante próximos, reforçando o que observamos acima: os jornais destinam ao setor agrário um espaço semelhante ao que lhe vende.

Isto demonstra que os jornais participam da campanha de modernização não apenas por espírito progressista, mas também e antes de tudo por razões econômicas. É claro que não estamos nos esquecendo que estes jornais, por sua vez, podem estar ligados a interesses do setor, seja por razões de proximidade política ou pela simples determinação dos proprietários. De qualquer forma, um espaço significativo é ocupado com reportagens, propagandas, artigos, etc de interesse para o setor rural.

Ainda com relação às propagandas, é importante observar o conteúdo das mesmas, já que seus textos ou imagens vêm carregados de uma mensagem modernizante e, às vezes, ufanista, onde o papel da ciência, do lucro, da pátria, etc são sobrelevados, principalmente nos anúncios do governo federal, apesar de estarem refletidos também nas propagandas locais. Merece destaque, entre outras, uma matéria que traz uma grande foto de um trator trabalhando a terra e acompanhado de uma conclamação onde se combinam técnica, lucro e sensualidade:

*"Você pode exigir tudo da terra. Mas dê algo em troca, além de amor. Dê fertilizantes. Corretivo de solo. Use sementes e mudas selecionadas. Inseticidas. O Governo oferece crédito fácil, com juros reduzidos, para você adquirir tudo isto. (...) Acaricie a sua terra com um trator. (...) O Governo*

*está convocando os agricultores a ganharem mais dinheiro. (...) Existe o mercado externo, que o Brasil quer inundar, colocando os seus produtos. (...) Plante*<sup>24</sup>.

**TABELA 5** Relação de Páginas com Publicações Sobre o Setor Rural nos Jornais Tribuna de Minas e Correio de Uberlândia, 1966-1971.

PÁGINAS	ANOS						TOTAL
	1966	1967	1968	1969	1970	1971	
01	94	32	143	99	224	344	956
02	18	13	127	105	145	81	489
03	73	63	93	46	97	138	510
04	78	12	75	31	80	137	413
05	73	46	65	29	58	137	408
06	34	19	106	41	109	178	487
07	14	46	17	12	74	64	227
08	15	16	90	11	56	92	280
09	03	47	-	02	04	02	58
10	-	-	02	03	05	05	15
11	02	02	01	01	02	01	09
12	-	-	02	01	02	03	08
Outras	02	01	01	02	16	01	23
TOTAL	406	297	742	383	872	1.183	3.883

Além de dimensionar o tipo de publicação presente na “explosão” do setor agrário nos jornais de Uberlândia em 1971 (reportagens) e o espaço fisicamente ocupado no seu interior, poderemos visualizar agora, com a Tabela 5, as páginas dos jornais onde estão situadas as reportagens. E é exatamente na primeira e mais nobre página da imprensa que se localiza a maior parte das publicações, totalizando cerca de um quarto das mesmas e quase o dobro daquelas incluídas na página 2. É interessante notar, inclusive, que a primeira página só perde a liderança em um único ano, 1969, e por pequena margem.

A significância do setor permanece até as páginas 6 e 8. Isto se justifica porque, neste período, um dos jornais (Tribuna de Minas) tem normalmente 6 e o outro (Correio de Uberlândia) 8 páginas, sendo as demais relativas a edições e cadernos especiais, encartes, etc. De qualquer forma, após o destaque da primeira página, as demais apresentam um certo equilíbrio na distribuição das publicações sobre o agro regional.

A primeira página é fundamental em qualquer jornal para a “sedução” do leitor, para que este identifique nas folhas impressas suas indagações, aspirações ou mesmo cólera. Daí que, apesar dos jornais se direcionarem normalmente para públicos específicos, a folha de rosto deve ser

<sup>24</sup> “Alimente Quem Lhe Dá Alimentos”, CDU, 26/07/70, p. 7. Existem diversas outras propagandas interessantes sobre formicida, assistência técnica a tratpres., campanha contra a febre aftosa, etc.

suficientemente atrativa para atingir um espectro social razoavelmente mais amplo. Além disso, os mecanismos de “sedução” devem se encadear, de forma a atrair o leitor e levá-lo a cometer, primeiro, o ato da aquisição e, em seguida, o da leitura.

Esta forma de produzir uma página, com critérios múltiplos e arbitrados pelo editor, de olho no mercado, choca o historiador, acostumado a trabalhar com arquivos ordenados, temáticas encadeadas, uma racionalidade explícita. Nicolau Sevckenko descreve este espanto do historiador frente a esta folha, que pretende ser o “espelho do mundo”, onde

*“... aparecem lado a lado a irrupção de uma guerra sangrenta que põe em risco a própria sobrevivência da humanidade, o casamento de uma atriz de TV nacionalmente conhecida, um gol anulado numa disputa entre times locais e um chimpanzé que fugiu do circo e subiu num poste de iluminação”*<sup>25</sup>.

Nos jornais pesquisados em Uberlândia encontramos esta mesma projeção multifacetada na primeira página. O jogo da “sedução” é o mesmo, tanto nas capitais como no interior. Mas os instrumentos variam, as temáticas e a linguagem se afunilam nos “pequenos” interesses locais. Sem perder de vista o nacional (e internacional) tem-se uma amplificação do regional: o que está próximo deve saltar mais aos olhos.

Independente da postura política ou de seus compromissos com o mercado, o jornal precisa, antes de mais nada, chegar às mãos do leitor e ser lido. Sem isto, o periódico não se consolida e não consegue vender seus espaços comerciais. Para alcançar este intento, a página de rosto é fundamental: deve tornar-se o centro da edição. Como nos relembra Matinas Suzuki Jr:

*“O editor da primeira página - espaço privilegiado para o qual convergem todos os outros assuntos das demais seções do jornal - monta as peças de um quebra-cabeças imaginário; cada notícia é cuidadosamente confrontada com as demais para saber qual será a sua posição estratégica na disposição do diagrama: o resultado será um encaixe perfeito entre as sinuosidades dos blocos informativos, condensando múltiplos acontecimentos num todo coerente aos olhos do leitor, que assim poderá vislumbrar o jornal como o espelho do mundo”*<sup>26</sup>.

Pelo destaque que o setor rural ocupa na primeira página dos dois jornais de Uberlândia, podemos inferir que o mesmo é um importante elemento de

<sup>25</sup> Op. cit., p. 13.

<sup>26</sup> Op. cit., p. 9

“sedução” no imaginário do leitor do período, mas também uma boa fonte de lucro para a empresa jornalística, em função do espaço que lhe vende, principalmente nas páginas interiores.

### Considerações Finais

Inicialmente, deve ser observado que o processo de modernização da agropecuária brasileira, que ocorre nas décadas de 60 e 70, pode ser detectado com bastante intensidade no Triângulo Mineiro, a partir da análise dos jornais nos anos pesquisados. A grande incidência de reportagens, artigos, propagandas, etc, relativos ao tema, bem como o espaço ocupado, permite afirmar que o processo foi bastante profundo - e noticiado - ainda que os informativos consigam dar conta de apenas uma parte da realidade. De qualquer forma, os indícios deixados nos jornais permitem rastrear nuances do processo ainda não totalmente dimensionados pelos pesquisadores da área, como a utilização de artigos científicos, assinados por técnicos ligados ao setor, intensa propaganda, etc. Ao lado da observação quantitativa estes dados podem oferecer um novo viés para se discutir os problemas agrários no período.

Julgamos, portanto, ainda que de forma incipiente, haver demonstrado a importância de se incorporar a análise de jornais de forma mais decisiva na composição da História da Agricultura brasileira, tanto na condição de fonte “numérica” quanto “não estruturalmente numérica”, da análise quantitativa e qualitativa conjugadas, definindo-se categorias que auxiliem na abertura de novas frentes de indagações.

Metodologicamente, contudo, alguns desdobramentos se impõem. O primeiro é de que se deve observar, sempre que possível, o ciclo completo de análise, completando-se as séries. Neste caso específico, o horizonte deve ser estendido até meados da década de oitenta, quando se completa o ciclo político-militar e é possível, também, avaliar-se as conseqüências do esgotamento do modelo modernizador implementado em meados dos anos sessenta.

O segundo é uma definição mais clara das categorias a serem utilizadas no levantamento e processamento dos dados, principalmente em termos de áreas e produtos, o que só pode ser feito no correr ou ao final da pesquisa, uma vez que as projeções iniciais sempre se apresentam insuficientes para conter o concreto. De qualquer forma, é a partir dessas indagações projetadas nas categorias que será possível encontrar novas ou diferentes respostas sobre o tema.

Terceiro, será preciso uma correlação histórica dos dados relativos ao setor rural - em termos qualitativos e quantitativos - com a realidade político-econômica, tanto da região quanto do país. Existe contemporaneidade entre as medidas de política tomadas pelo governo central e sua repercussão na região? O regional é um espelho do geral, ou há variações? Por enquanto, estes dados ainda não estão definidos mas algumas respostas se delineiam: temas “proibidos” no período Médici, como a reforma agrária, também quase inexistem no noticiário local; há uma resposta da produção, por exemplo, na super safra que se espera para 1972 em função principalmente da “campanha

da produtividade” lançada pelo governo no segundo semestre de 1971; e, em certos casos, como o do posicionamento da imprensa “assinada” e técnica a favor da modernização, o regional parece tomar a dianteira do processo.

Da mesma forma, é preciso aproximar o processo de modernização do perfil da elite político-econômica da região, procedendo-se a uma análise histórica de personagens, projetos e fatos. Para se ter uma idéia da riqueza desta correlação, da proximidade entre poder rural e poder político, basta lembrar que nos últimos 24 anos, de 1972 a 1996, dois ex-presidentes do Sindicato Rural ocuparam a prefeitura de Uberlândia (um por três vezes), totalizando 14 anos de poder, e um terceiro ex-presidente reelegera-se em 1994 para deputado federal. Também a nível estadual esta análise é importante, pois é preciso não esquecer que o governador de Minas Gerais escolhido por Médici em 1970 é Rondon Pacheco, filho de Uberlândia.

Em quarto lugar, deve-se proceder a uma separação da análise entre primeiro semestre, quando a temática está mais voltada para a colheita, armazenamento e comercialização dos produtos rurais, e segundo semestre, quando a discussão se concentra principalmente no plantio, tipos de produtos estimulados, uso de fertilizantes, defensivos, etc. Esta periodização deve ser observada com cuidado na análise dos jornais e pode ser detectada, inclusive, através do conteúdo das propagandas.

Em quinto, pode ser importante observar com cuidado a primeira página dos jornais, buscando-se perceber a importância do setor e a forma como o mesmo é apresentado aos leitores, para o que a página de rosto de qualquer informativo assume grande significação.

Por último, mas não menos importante, deve-se procurar observar, a nível regional, o ritmo e a extensão da diversificação e da integração da produção rural com o setor industrial. Tipos de produtos, voltados para o mercado interno ou externo, para a indústria ou para o consumo direto, presença da agroindústria, utilização de insumos modernos, etc são indicadores fundamentais para a análise.

Todos estes elementos encontram-se nos jornais: nosso trabalho está sendo o de fazê-los vir à luz e confrontá-los com a bibliografia e os indicadores já existentes.

## CONOCIMIENTO E INNOVACIÓN TECNOLÓGICA EN LA PRODUCCIÓN AGRICOLAPECUARIA DEL SUDESTE BONAERENSE, NECOCHEA, (ARGENTINA) 1881-1914

*Prof. María Verónica Secreto\**

### Introducción

El siglo XIX es el siglo de los grandes avances tecnológicos, se

\* Grupo de trabajo en Historia Social Argentina (HiSA), Departamento de Historia, Facultad de Humanidades, Universidad Nacional de Mar del Plata (UNMDP). Master en Historia Social por la Universidad Federal Fluminense (UFF).

produjeron cambios e innovaciones que afectaron casi todas las actividades desarrolladas por el hombre. La revolución industrial significó la difusión de muchos de los avances mencionados y generó la gran necesidad de alimentos para los centros industriales. Esto llevó a la investigación y experimentación para una mayor productividad de las actividades primarias. Con respecto al ganado dichas experiencias se basaron en el mejoramiento del mismo a través del cruzamiento. La modernización de los establecimientos ubicados en la región pampeana fue conducida, según Colombo, por una "vanguardia técnica". La modernización propiciada por estos alcanzó al ganado ovino, que experimentó la mestización en busca de mejorar la calidad de los productos finales, y también al ganado bovino. (Cf. Colombo, 1995:235-237).

Todo el proceso de modernización fue acompañado por la circulación impresa de materiales que informaban y propagaban las nuevas técnicas. Tanto el periódico de la Sociedad Rural Argentina como los Anales de Agricultura de la República Argentina bregaban por la modernización de las técnicas ganaderas:

"El objetivo del ganadero hoy en Europa, es el de producir una oveja que supla las necesidades de la época, es decir, producir un animal que rinda abundancia de carne y una producción satisfactoria de lana; esto es el **beau ideal** del ganadero científico"<sup>1</sup>.

Las publicaciones de los Anales y de la Sociedad Rural no reflejan la realidad sino el **beau ideal**; aunque comenzaban a notarse cambios en la cría rumbo a los objetivos señalados por estos organismos.

Con respecto a la agricultura las innovaciones implicaron el mejoramiento de las semillas a través de una cuidadosa selección, pero también de los instrumentos, maquinaria y métodos de labranza. En este período de producción masiva de alimentos a nivel mundial, la agricultura sufre una verdadera revolución. En la Argentina se parte del arado simple hasta llegar a máquinas automóbiles en un período relativamente corto. Todo este proceso es acompañado por investigaciones a nivel local que intentan adoptar y mejorar instrumentos y técnicas diseñadas en otras partes del mundo, como así también desarrollar investigaciones propias. El intercambio estadístico e informativo en general es sumamente importante, lo que ocurre en Europa y Estados Unidos en materia de agricultura y ganadería es esperado ansiosamente en las pampas; en una de las primeras páginas en las que relata su viaje agrícola, Eduardo Olivera, les garantiza a sus lectores información actualizada:

<sup>1</sup>.- Olivera, Eduardo "Estudios y viajes agrícolas" Tomo I: Alemania, Holanda y Bélgica; Tomo II: Francia, Italia y Suiza. Imprenta del Porvenir, Bs.As., 1879, pág.9.

"Durante el tiempo empleado en mis viajes, he estado en contacto con los principales criadores y agricultores de la época, he conservado con ellos y recibido muy buenas lecciones"<sup>2</sup>.

### Enseñanza y Conocimiento Agrícola

Desde que Eduardo Olivera deja el Puerto de Buenos Aires, para formarse en el conocimiento de la agricultura y la ganadería en la afamada escuela "...científico práctica de Grignon a donde tendría ejemplos diarios de todo cuanto debe conocer y ver un buen agricultor"<sup>3</sup>. Hasta la creación del Instituto Experimental de Mecánica Agrícola, dependiente de la Universidad de Buenos Aires, en 1917, la ciencia agronómica y su enseñanza se afianzaron en la República Argentina. Los conocimientos agronómicos y veterinarios salieron del campo, se instalaron en las aulas para volver nuevamente al campo, pero científicamente.

Se institucionalizó el conocimiento agropecuario y este cambio comenzó a operarse también en la década de 1880. En el período anterior este conocimiento era consecuencia de la práctica, como el que se desprende de los manuscritos de Juan Harrat. Sus editores valorizan esta obra expresando que:

"Hojeamos esos originales y encontramos en ellos fuente preciosa de útil enseñanza para nuestros criadores de ovejas"

Harrat era de origen irlandés y llegó a Buenos Aires en 1817, donde se dedicó en una primera etapa al comercio, con bastante éxito, para luego especializarse en la cría del lanar como estanciero del partido de San Vicente<sup>4</sup>. A partir de la observación y la práctica escribió sobre la actividad, un trabajo que no deja de lado la erudicción y el empirismo. La institucionalización del conocimiento agroveterinario chocó con el menosprecio de los prácticos y aún de los hombre ilustrados, como nos informa un especialista sobre la enseñanza agrícola<sup>5</sup>. La primer tentativa de una escuela práctica de agricultura pertenece a Bernardino Rivadavia, también Sarmiento consideró esta posibilidad. La primera funcionó durante muy poco tiempo, y la segunda sólo quedó en los planes.

En 1867, Eduardo Olivera presentó un proyecto de ley a la legislatura bonaerense para crear una escuela de agricultura. Si bien esta ley es

<sup>2</sup>.- Olivera, E.: Ibidem, pág.44.

<sup>3</sup>.- Knauer, Ferdinand: "La oveja del porvenir" trad. y comentado por Ernesto Oldendorff, IN: "Anales de Agricultura de la República Argentina" Año 1 N°3, Bs.As., 1873.

<sup>4</sup>.- Harrat, Juan Estudios sobre la cría y refinamiento del ganado lanar Establecimientos topográficos de La Pampa, Bs.As., 1885.

<sup>5</sup>.- Amadeo, Tomas: La enseñanza y la experimentación agrícolas en la República Argentina, Talleres Gráficos del Ministerio de Agricultura de la Nación, Buenos Aires, 1916. Pág.8

sancionada un año después, la inauguración efectiva del que se denominaría Instituto Agronómico Veterinario Santa Catarina, se demoró hasta 1883. En 1888 se gradúan los primeros diez ingenieros agrónomos argentinos. En 1899 este instituto es incorporado como anexo a la Universidad Nacional de La Plata. Ya para este entonces el Ministro Frers había establecido las bases para establecer escuelas agrícolas y estaciones agronómicas; la Universidad de Buenos Aires instauró la Facultad de Agronomía y Veterinaria, y el Ministerio de Agricultura a través de la Dirección General de Enseñanza Agrícola inauguró escuelas de mecánica agrícola en distintos puntos de la provincia. No faltaron campos experimentales y hasta trenes escuela, que tenían la función de informar a los agricultores sobre los cultivos más conveniente para cada época del año. El agrónomo regional se desplazaba en él, llegándose a las estaciones en donde daba las conferencias. Marotta señala que la vida social pasa y se concreta los domingos en la estación, motivo por el cual este era un excelente día para el agrónomo regional. En la provincia de Buenos Aires funcionaban dos convoyes en la línea del Ferrocarril del Sur con asiento en Bahía Blanca y Olavarría<sup>6</sup>.

En la Universidad Popular de La Boca, por ejemplo se dictaban clases teórico prácticas, para los trabajadores "especializados", así son frecuentes las "cartillas", que cumplieron las funciones de manuales para conductores de máquinas agrícolas. La '*cartilla práctica del conductor de máquinas para cosecha*', nos permite observar la vinculación entre lo más avanzado de la investigación, el conocimiento técnico desarrollado en el Instituto Experimental de Mecánica Agrícola y los trabajadores, los conductores de máquinas<sup>7</sup>. Las escuelas agrícolas prácticas tienen la finalidad de formar personal idóneo en todos los trabajos sistematizados de la especialidad que comprenden<sup>8</sup>.

### Enseñanza Técnica y Maquinas Agrícolas

La agricultura de toda la región pampeana no posee características homogéneas en cuanto a las subregiones que componen su espacio. Dentro de las diferencias que presenta la misma cabe mencionar la que compete

<sup>6</sup>- Marotta, Pedro "Los ferrocarriles y la agricultura" Bs.As., 1916.

<sup>7</sup>- La tarea de difusión también fue realizada por centros anarquistas, socialistas y de enseñanza popular en general. El proyecto pedagógico de los hombres del '80 en cuanto a la organización de la enseñanza primaria no fue todo lo popular y abarcativo que pensaron sus mentores; para cubrir el vacío que dejaba la educación oficial, hacia finales de siglo surgieron formas alternativas de educación popular; cursos dictados por sindicatos y sociedades extranjeras, cursos y bibliotecas en los centros socialistas y anarquistas, etc.

<sup>8</sup>- Ferré, José Adolfo, Maquinas para la cosecha de cereales, Sección Escuelas Prácticas y Viveros, Dirección de Enseñanza e Investigaciones Agrícolas, Buenos Aires, Talleres Gráficos del Ministerio de Agricultura de la Nación, N 77, 1917.

al uso de tecnología mecánica, así, hacia comienzos de siglo, Santa Fe es una subregión que no puede considerarse la más avanzada en cuanto al uso de tecnología agropecuaria, en cambio el sur de Buenos Aires es la subregión que marca la iniciativa en la utilización de esta. (Cf. Sartelli, 1993:270). En el sur de la provincia de Buenos Aires además del tren escuela que hemos mencionado funcionaban dos escuelas prácticas de las siete que habían en el país para 1917.

En cuanto a la utilización de instrumentos y maquinarias en los campos del Sudeste de Buenos Aires, el revelamiento realizado por los censos nos permiten acompañar el proceso de complejización que se opera al respecto. El censo de 1881 reconoce como instrumentos de labranza: *arados, máquinas de segar, rastrillos, trilladoras, máquinas a vapor, norias, máquinas movidas por fuerza animal y las movidas por el viento*. El de 1881 agrega: *rastras, locomóviles, prensas y bombas*, desaparecen las máquinas movidas por fuerza animal y pasan a formar parte de "demás máquinas e instrumentos". El censo de 1908 incorpora: *desgranadoras, espigadoras, rodillos, sembradoras, cosechadoras, máquinas de cortar pasto, vagones de segadoras, renovadoras, picadoras de pasto y quebradoras de maíz*. Es evidente que se produce una especialización de las tareas y de los instrumentos, de las técnicas y de los métodos. Otro fenómeno que se aparece es la generalización del uso de máquinas específicas que está relacionado con la envergadura de la empresa agrícola.

El cuadro N°1 fue construido con datos de los censos de 1881, 1888 y 1908. Hemos cruzado la cantidad de las hectáreas sembradas en cada período con las máquinas específicas.

Hacia 1881 en que la región comienza a experimentar en agricultura, el arado es el único instrumento realmente difundido, y en menor proporción, la segadora. La máquina de trillar aparece sólo en dos partidos. En 1888, la situación no era muy distinta, la desproporcionada cantidad de hectáreas por máquina indica que su uso no era generalizado. Ya para 1908 las cifras que representan esa cantidad comienzan a ser más homogéneas, pudiéndose las considerar como cifras promedio. Por otra parte, el alto número de hectáreas por cada máquina se debe a la mayor capacidad operativa de estas, como así también a las características de la explotación. Los terrenos ejidales pasan a ser dedicados sólo a la horticultura, y la agricultura pasa a practicarse en los terrenos que en 1881 eran de pastoreo. La pequeña propiedad ejidal permitía relaciones como la de Gral Pueyrredón que hacia 1881 tenía 117 arados para 276 hectáreas.

## CUADRO Nº1

Maquinaria, Hectárea por máquina y hectáreas sembradas (1881, 1888, 1908)

Partidos	Has. Sembr.	Has.x Arados	x	Has.x Segadora	x	Has.x Trilladora	x
<b>1881</b>							
Balcarce	361	49	7.36	-	-	-	-
Juarez	4782	296	16.15	33	144	1	47
Necochea							
G.Puey.	276	117	2.35	-	-	-	-
Tandil	4871	289	16.85	48	101	7	695
<b>1888</b>							
Balcarce	2266	219	10.34	19	119	1	2266
Juarez	16920	927	18.25	150	112	5	3384
Lobería	8496	240	35.40	10	849	1	4896
Necochea	10052	418	24.04	45	223	1	10052
G.Puey.	6400	190	33.68	22	290	1	6400
Tandil	20849	983	21.20	129	161	11	1 8 9 5
T.Arroyos	8178	509	16.06	38	215	-	-
<b>1908</b>							
Alvarado	6136	146	42.02	40	153	4	1534
Balcarce	9617	695	13.83	54	178	5	1923
Juarez	42477	1075	39.51	427	100	34	1249
Lobería	14966	366	11.07	113	132	13	1151
Necochea	88873	1351	65.78	475	187	43	2066
G.Puey.	6558	349	18.79	36	182	3	2186
Tandil	28373	566	50.12	235	120	22	1289
T.Arroyos	89116	1527	58.36	547	162	70	1273

Fuentes: Censos 1881, 1888 y 1908.

La compra de maquinarias implica cada vez más de una mayor inversión debido a la complicación de estas, y si en las décadas de 1870 y 1880 cualquier pequeño propietario o arrendatario podía comprar un arado simple, eso cambia con el nuevo siglo. Comienzan a surgir otras formas alternativas de acceder a la tecnología. Aparecen los "tanteros"<sup>9</sup>. Un equipamiento relativamente moderno permitía realizar las tareas en más de un campo; por una parte era una forma de amortizar la inversión y permitía el mantenimiento de una maquinaria cada vez más cara. Bjerg en su trabajo sobre la colectividad danesa en el Sudeste Bonaerense, sostiene que gran parte de los arrendatarios daneses invirtieron en tecnología, contradiciendo la teoría de que los arrendatarios no invertían en ningún tipo de mejora en su afán por llegar a ser propietarios. Claro que determinada tecnología como la maquinaria permite mayor productividad con menores costos, lo cual abreviaría los plazos para llegar a la tierra y por otra parte permite su dislocación.

<sup>9</sup>. - Esta forma de trabajo existe hoy en día, las diferencias temporales entre la cosecha de Santa Fe y Buenos Aires hace que las empresas familiares o grandes empresas se desplacen con la maquinaria de una provincia a la otra para cosechar y trillar campos ajenos a un porcentaje de la cosecha.

"Los daneses trataban de sacar provecho de la introducción de tecnología importada... no sólo para capitalizar sus explotaciones o abaratar costos de producción, sino que también por la necesidad de realizar prácticas económicas complementarias a las que efectuaban dentro de la misma explotación" (Bjerg, 1991:235-236).

Adolfo Ferré, en un informe presentado luego de realizar una campaña práctica con sus alumnos de la escuela mecánica agrícola que tenía asiento en Bahía Blanca, nos brinda un calculo estimativo de lo que se podía cosechar y trillar con un equipamiento de máquinas. Luego de reparar la siguiente maquinaria de la Estancia "La Peregrina" ubicada en el partido de General Pueyrredón:

"...una espigadora Deering de 12'; una espigadora atadora Champion de 12' modelo viejo y un equipo de trilla formado por una trilladora Clyton de 5' 1/2 con embocador sistema Isthilar, un motor Advance de vapor de alta y baja presión, un Tender forma de carro, una casilla grande, un carro aguatero de 1600 litros y una cocina portatil..."<sup>10</sup>;

cosechan las chacras de tres arrendatarios de dicha estancia: en la chacra del Sr. Eduardo Suliven de 130 hectáreas 16.607 kg de trigo de distintas variedades entre los días 13 y 30 de enero; en la chacra del Sr. Agustín Palacios desde el 1 al 10 de febrero, 37.816 kg de trigo y en la chacra del Sr. Fermín Cristobal desde el 10 al 12 de febrero 14.438 kg de trigo y 2.903 de cebada. Este debe haber sido una forma bastante generalizada de levantar las cosechas entre los arrendatarios, que por trabajar pequeñas extensiones, no justificaba la inversión requerida en maquinarias. Los datos que nos proporciona el censo de 1908 indican esto. Los partidos con mayor número de hectáreas cultivadas son los que presentan menor cantidad de equipamiento, probablemente porque este sistema de contratación de máquinas estuviera muy difundido, además de ser los partidos que dispusieran de la tecnología más avanzada lo que permitiría un rendimiento mayor de la maquinaria.

El maíz, autóctono de América y con una larga tradición en el continente, presentó dificultades con respecto a su cosecha y desgrane. En 1873 los Anales de Agricultura presentaron dos instrumentos para realizar estas tareas; los mismos eran de utilización manual aunque fueron enunciados como **máquinas**. Hacia 1920 el problema seguía sin solución a pesar de todos los ensayos que se habían realizado en el período intermedio. En esta última fecha el Ingeniero Conti presenta "*La cosechadora mecánica del maíz. La*

<sup>10</sup>. - Ferré, Adolfo Una campaña agrícola. Ministerio de Agricultura y Dirección General de Enseñanza Agrícola. Escuela de Mecánica Agrícola de Bahía Blanca, Imp. Cainzos Hnos., Bs.As., 1913, pág.5.

*solución del problema por medio de un equipo construido en los talleres del instituto."*

A pesar de lo trabajoso de la cosecha y desgrane del maíz, fue una de las colectas peor pagas, nunca equiparó a la del trigo y lino, claro que estos últimos implicaban otros trabajos (siega, emparve y trilla); y tampoco se equiparó en su precio de venta en la estación del ferrocarril.

### **Elevadores de Granos**

Todo el período en cuestión es atravesado por la problemática del almacenamiento, transporte y manipulación en general de los cereales. Inclusive una vez conocidas las técnicas de almacenamiento y dislocación más convenientes, los elevadores de granos, el problema no fue resuelto. Aquí se confrontan el conocimiento científico y los intereses del capital comercial.

La forma de romper ese monopolio existente en la comercialización de granos, de forma que la misma beneficiara un poco más al agricultor, hubiera sido la construcción de una red de elevadores de granos, según los modelos canadiense y estadounidense. El problema y su solución eran bien claros para sus contemporáneos. Algunos historiadores sostienen que el sistema de elevadores hubiera sido el más conveniente para la economía argentina (Cf. Pérez Brignoli, 1985 y Scobie, 1968), sin embargo hay opiniones divergentes que sostienen que el sistema de elevadores no era rentable para este caso, ya sea que se considere a los actores en su conjunto o individualmente. (Cf. Sartelli, 1995:138) La Investigación Agrícola de 1902-1904, diagnosticaba la falla:

"...Las deficiencias que se observan en los depósitos de los mercados de las ciudades y de los puertos de embarque, son igualmente y más sensibles en las estaciones de los ferrocarriles, en donde los productos permanecen a veces largas temporadas expuestos a las intemperies, deteriorándose, mermándose y perdiéndose ... Mientras tanto ganan acopiadores, ganan los comerciantes y hacen un pingüe negocio las empresas de transporte..."<sup>11</sup>;

Un análisis más preciso realiza Baldasarre en 1916, cuando la cuestión aún seguía sin resolver:

"Es bien conocida la forma perjudicial de operar de nuestro agricultor una vez levantada la cosecha

<sup>11</sup>. Girola, C. Investigación Agrícola de la República Argentina. Compañía Sud Americana de Billetes de Banco, Bs.As., 1904, pág.301. En la presentación de este informe, el autor nos advierte que la misma es el resultado de los trabajos realizados entre 1902 y 1904, expresa que: 'No habiéndose realizado hasta entonces trabajos análogos, juzgué indispensable proyectar un plan general de estudios que comprendiera todos los elementos que se relacionan directa e indirectamente con la explotación rural'.

... lo cierto es que vende sus productos inmediatamente después de cosecharlos, con lo que no recibe nunca el verdadero valor..."<sup>12</sup>.

De igual forma que percibía la realidad el Secretario Técnico de la Dirección General de Agricultura y Defensa Agrícola, la percibían los acopiadores y exportadores, con lo cual poco le quedaba para hacer al primero en materia de defensa agrícola, más que denunciar que la

"Falta de elevadores regionales, que secan el grano y lo almacenan durante el tiempo necesario para obtener mejor precio, origina en gran parte las anomalías de tener que forzar la oferta..."<sup>13</sup>

y nada beneficiaba más a los exportadores que el hecho de que el agricultor tuviera que forzar la oferta.

Los elevadores de granos hacen su aparición en los Estados Unidos en 1860; pero como vimos en la Argentina este método encontró resistencias. El grano era envasado en bolsas, se ensayaron diversos procedimientos, siempre en relación a los envases; pero ninguno prosperó,

"...tal vez -nos dice Baldassarre- porque hay intereses encontrados, pues lo que sería beneficioso para el agricultor perjudicaría a la industria de la bolsa o viceversa"<sup>14</sup>.

El grupo Bunge & Born, al igual que otros exportadores se beneficiaba con las deficiencias del sistema de almacenamiento, y, por otra parte también del tipo de envase cuyo uso estaba generalizado, las bolsas. Esta era una de las industrias a las que ellos se dedicaban. La fabricación de bolsas era una empresa protegida, pues las bolsas importadas eran gravadas con tarifas altísimas, no así el yute cortado y el hilo para coser que estaban libres de derechos (Schvazer, 1989:31), "...se decía en la Argentina que Bunge da el crédito al agricultor, le vende la semilla, y le compra el grano y cuando las cosechas se han levantado le vende la cuerda para que se ahorque" (Morgan, 1984:49).

Durante todo el período los intereses "científico-técnicos" coinciden con los del capital ya que todo lo que la elite rural propone en materia de innovación técnica implica "racionalidad económica". Solamente en lo que respecta a los elevadores de granos es que no consigue su implementación por chocar con intereses más poderosos que los propios. Pérez Brignoli al analizar el informe Mihura<sup>15</sup> llega a la conclusión de que el fracaso respecto a la construcción de una red de elevadores se debió no sólo a los intereses de las compañías

<sup>12</sup>.- Baldasarre, J.F. Los elevadores de granos, Imprenta Paolo Gadola, Bs.As., 1916, pág.18.

<sup>13</sup>.- Ibidem.

<sup>14</sup>.- Ibidem, pág. 15.

<sup>15</sup>.- Informe presentado en 1928 al Ministro de Agricultura Emilio Mihura.

exportadoras, sino también a la debilidad organizativa de los productores que se oponían a la participación del Estado en la construcción de los elevadores.

La falta de elevadores en Necochea estuvo asociada a la demora en la construcción del puerto. Desde 1870 funcionaba en la desembocadura del Quequén Grande un muelle, el muelle de Luro. El primer proyecto de un gran puerto en esa zona fue el de la "Sociedad Anónima Ciudad de Quequén", cuyo presidente era Hugo Bunge; pero ésta, que había logrado en 1889 la concesión para la construcción del puerto por ochenta años de manos del Poder Ejecutivo, fracasa. En 1900, bajo la presidencia de Roca se sanciona la ley 3968 por la que se crea el proyecto de construcción de un puerto en el Quequén, autorizándose a tal efecto a la empresa Gardella y Cia.; pero la compañía luego de una inundación que arruina lo hecho hasta ese momento, abandona la obra. La idea de construir un puerto en el lugar se mantiene en pie y nuevos proyectos son presentados durante la presidencia de Figueroa Alcorta. Los sobres de la licitación se abren en 1910, y los trabajos comienzan en 1911.

### Ferrocarriles

La llegada del ferrocarril a Necochea en 1894 está relacionada con el acceso al puerto a construir; aunque la concreción de este objetivo demoró más de lo esperado.

El trazado ferroviario dió lugar al surgimiento de pueblos, aunque estos surgieron en tramos 'inter-poblados', esto es en las estaciones que mediaban entre dos localidades vinculadas por el ferrocarril. Así vemos que en el partido de Necochea en la primera década del siglo XX surgen San Cayetano, Juan N. Fernández, Claráz, La Dulce, Energia, Lumb, San José, La Negra y Santamarina. Las máquinas a vapor requerían parar cada 25 km para servirse de agua, por esto es que los caminos de hierro se vieron poblados de estaciones que luego dieron lugar a poblados (Gioja, 1971).

El sistema ferroviario priorizó tres puertos: Buenos Aires, Rosario y Bahía Blanca. Aunque un simple vistazo sobre el trazado de la red, demuestra que es el primero de los mencionados el que concentra el sistema ferroviario y por lo tanto la comercialización.

Una red ferroviaria unificada comenzará a perfilarse en Argentina en 1890; sin embargo la misma no alcanzó a cubrir las necesidades de la pampa agrícola. Así queda reflejado en la investigación agrícola dirigida por Girola entre 1902-1904 en que explica que "...la agricultura se ha establecido y se propaga cerca de las vías de comunicación fluviales y terrestres... Los principales cultivos no pueden soportar... una distancia mayor de 300 km del ferrocarril para llegar a los puertos de embarque o de consumo y más de 30 km de las estaciones más próximas..."<sup>16</sup>.

<sup>16</sup>- Girola, C., Op. cit., pág 263.

Los productos agrícolas sufrían la "desvalorización" o "subvaloración" ocasionada por la falta de elevadores, otro de los factores que incidieron sobre su costo fueron las largas distancias hasta la estación ferroviaria más cercana y a su vez la existente entre esta y el puerto de exportación. "El transporte de una tonelada de cereal desde unos 500 km. de distancia hasta el puerto de embarque representa para el productor una carga cuatro o cinco veces más elevada que el coste del flete desde el puerto hasta Europa"<sup>17</sup>.

Compartimos parcialmente con Morse que los cambios tecnológicos no sirven para explicar el cambio urbano, ya sea el crecimiento diferencial de algunas ciudades o aspectos de la morfología urbana. En el caso que nos ocupa, el ferrocarril no cumplió la función de "pionero" sino que avanzó a paso firme en tierras ocupadas. Sin embargo podemos afirmar que la falta de ferrocarriles en el período anterior y también la de vías fluviales de comunicación, dificultó otro tipo de actividades que no fuera la ganadera extensiva. Por otra parte, un simple dato técnico, como el de la parada cada 25 o 30 km de las máquinas a vapor, significó el surgimiento de pequeños poblados en torno a las estaciones; los cambios operados en el funcionamiento de las máquinas llevó a la declinación de estos centros.

### Conclusiones

La historia de la tecnología en América es dividida por Bueno en cuatro etapas, primero la precolombina, segundo la de la colonia, tercero la de la independencia hasta entrado el siglo XX y por último, la que se inicia a mediados del siglo XX, más específicamente en la década de 1960 (Bueno, 1981:514). El tercer período que va desde las guerras de independencia hasta las primeras décadas del siglo actual, a su vez puede ser dividido en otras partes. En la primera que corresponde al período de guerras internas y acomodamientos, no se producen casi innovaciones, en la segunda que se inicia a mediados del siglo XIX hasta la década de 1930 comienza un "renacimiento" tecnológico. En el caso Argentino este renacimiento acompañó muy de cerca a la economía agraria. El conocimiento teórico práctico como parte de las innovaciones tecnológicas -ya que hemos optado por una definición amplia de tecnología que incluye técnicas, métodos, conocimiento, instrumentos, máquinas, etc.- se institucionalizó conjuntamente con la conformación de un consenso en cuanto a la "racionalidad económica" (Cf. Bourdieu, 1989:10-15). La fundación de escuelas agrícolas forman parte de la búsqueda de esta racionalidad. Estas escuelas -nos dice Ferré- están organizadas como si fueran explotaciones privadas cuyo objetivo es

"la obtención del mayor y mejor producto con el menor gasto, de tal manera que los alumnos tengan

<sup>17</sup>- "Guía Baedeker de la República Argentina" 1912, pág. 129.

a la vista el resultado obtenido con la mayor racionalidad de las prácticas que se realizan"<sup>18</sup>.

Luego de un primer momento de resistencia por parte de los "prácticos" en cuanto al conocimiento y capacidad de los agrónomos y técnicos, el discurso "científico" consiguió afianzarse y formar parte de un circuito editorial que incluyó gran número de publicaciones -entre ellas las citadas aquí- que tuvieron como objetivo maximizar los rendimientos y el beneficio de las actividades rurales. El Estado se hizo responsable en gran medida por la circulación de ese discurso.

Durante el período aquí abarcado 1881-1914 se produce el cambio cualitativo y cuantitativo ya mencionado, que es aquel que nos permite observar la trayectoria que va desde la existencia de unos pocos arados simples en 1881 a la presencia de gran cantidad y variedad de maquinas agrícolas en 1914. El sudeste de la provincia de Buenos Aires incorpora tecnología a través de la utilización de maquinaria, sin ser esta la única forma de innovación. Es importante resaltar que en cuanto a maquinaria la metodología fue la de la incorporación. La Argentina es este período importa maquinarias principalmente de Estados Unidos y las escuelas prácticas las adaptan a los distintos suelos y tareas.

El ferrocarril, la maquinaria, las técnicas y métodos de trabajo, las escuelas prácticas, todos estos temas pueden ser rastreados en las publicaciones oficiales y privadas con un discurso unánime; la primera contradicción, o por lo menos la más unívoca es la que representa la construcción de elevadores de campaña. Sin embargo domina la realidad "perversa" que es la de la comercialización a través de las grandes casas acopiadoras del cereal embolsado. Si el discurso científico consiguió afianzarse de la forma que lo hizo se debió a la estrecha vinculación que tenía con la *racionalidad* y, por lo tanto, con la procura de un mayor beneficio o lucro. La respuesta que podemos dar al fracaso que significaron las propuestas sobre elevadores de granos es sólo un ensayo de respuesta. La pregunta sería ¿por qué los elevadores de granos no son construidos si el Estado -a través de sus Ministros de Agricultura y funcionarios- los técnicos vinculados a distintas instituciones -como universidades, Sociedad Rural Argentina, escuelas prácticas, etc- y agricultores coinciden en lo beneficioso que esto resultaría? No nos preguntamos si sería realmente rentable el sistema de elevadores de campaña, sino ¿por qué si se creía que era rentable no se concretó su incorporación hasta 1930? Se puede arriesgar la siguiente respuesta: el discurso científicista triunfó como conformador de un consenso por procurar la racionalidad económica, en lo que compete a elevadores no pudo vencer a la realidad, el poder de las grandes casas comerciales. "Es muy claro que los únicos opositores frontales a la iniciativa son los intereses exportadores" (Pérez Brignoli, 1985:638) por que podía ser muy racional desde el punto de vista de la economía nacional pero

<sup>18</sup>.- Ferré, Adolfo, Op.Cit., 1917.

limitaba el lucro que ellos obtenían con el sistema de comercialización que estaba vigente.

### Bibliografía

- BJERG, María, 'Donde crece el oro. La incorporación de los inmigrantes daneses a la estructura productiva del centro-sur bonaerense, 1848-1930', en: *Anuario del IEHS* N°6, Tandil, 1991.
- BOURDIEU, Pierre, *O poder simbólico*, Difel/Bertrand, Rio de Janeiro, 1989.
- BUENO, Gerardo, M. 'El desarrollo tecnológico: sus relaciones con la evolución en América Latina', en: *Comercio Exterior*, vol. 31 N 5, México, mayo 1981.
- GIOJA, Rolando, *Ciudad pampeana. Instituciones planeamiento y desarrollo comunitario. Un modelo: Juárez, Provincia de Buenos Aires*, Municipalidad de Juárez, 1971.
- HALPERIN DONGHI, Tulio, 'Las ciudades Hispanoamericanas (1825-1914). El contexto económicosocial', en: de Solano, Francisco (coord), *Estudios sobre la ciudad Hispanoamericana*, Ed. C.S.I.C, 1980.
- MORGAN, D., *Los traficantes de granos. La historia secreta del pulpo mundial de cereales: Cargill, Bunge, André, Contiental y Louis Dreyfus*, Ed. Abril, Bs. As., 1984.
- PÉREZ BRIGNOLI, Héctor, 'Los intereses comerciales en la agricultura argentina de exportación, 1880-1955', en: FLORESCANO, Enrique, (coord.) *La formación de la burguesía en América Latina, 1700-1955*, Nueva Imagen, México, 1985. SCHVAZER, J.: *Bunge & Born: crecimiento y diversificación de un grupo económico*, Cisea, Grupo Editor Latinoamericano, Buenos Aires, 1989.

### 3 TERRA E CONFLITOS SOCIAIS

#### A QUESTÃO DA "TERRA LIVRE" NO BRASIL COLÔNIA E CONFLITOS SOCIAIS

*Sheila Siqueira de Castro Faria\**

A historiografia brasileira considerou sempre alguns pressupostos básicos sobre a disponibilidade e apropriação de terras. Talvez uma das mais aceitas e, na realidade, menos referida (como se fosse consenso ou um dado pré-definido e inquestionável) era a de que havia uma oferta de terras fisicamente livres o suficiente para que vastos espaços fossem ocupados através do pedido de sesmarias. A existência de terras teoricamente livres e recebidas em doação, portanto adquiridas fora do mercado, levou à conclusão de que a terra pouco ou nada valia, principalmente em relação ao valor do escravo, este sim responsável pela reprodução das lavouras mercantis. Em 1822 aboliu-

\* Professora do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense

se a doação de sesmaria e nada, durante anos, regulamentou o acesso à terra, a não ser a posse pura e simples. Em 1850, com a Lei de Terras, estabeleceu-se que toda terra devoluta só poderia ser apropriada através da compra ao Estado. Estavam dadas as condições para o "cativeiro da terra" ou, em outras palavras, para que a terra se constituísse num bem comercializável plenamente — inseria-se, assim, no mercado.

Diversos estudos têm demonstrado que os negócios com terras foram comuns no período colonial<sup>1</sup>, o que significa dizer que a terra era um fator de produção que estava, dependendo do tempo e lugar, no mercado. A aquisição de sesmaria, que na esmagadora maioria das vezes não se constituiu em morgadio ou capela (que pressupunham a indivisibilidade e inalienabilidade das terras), permitia que seus titulares pudessem aliená-la ou alugá-la. Apesar de ser uma apropriação política, a princípio, a sua transmissão dava-se com frequência através da venda, mesmo em partes. Poder-se-ia argumentar que a legislação inibisse estas transações, já que havia uma série de quesitos e rituais a serem cumpridos para a confirmação da apropriação, mas os que se preocuparam em observar como a aplicação das regras se dava de fato apontaram para inúmeros mecanismos criados para burlar as exigências legais.

Segundo Manoel Martins do Couto Reis, Capitão da Infantaria do Primeiro Regimento da Praça do Rio de Janeiro, que redigiu uma memória em fins do século XVIII sobre os Campos dos Goitacases (atual Norte Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro), o localismo predominava em detrimento do "interesse comum" e os abusos se acumulavam. Ele descreve um deles, embora nitidamente de forma irônica e exagerada:

*(...) porém a cultura, que um e outro faziam, era a de mandar deitar quatro árvores abaixo, queimá-las, plantar quatro pés de mandioca, fincar 2 forquilhas, e formalizar um rancho de palha muito insignificante, e muitas vezes sem nenhuma destas fantasmas [sic], tinha a posse tomada, contanto que procedesse os exames de Juiz, Escrivão, e Piloto na forma do costume. Acabada a cerimônia, e muitas vezes sem ela, estava também acabada a cultura, e entravam no projeto de vendê-la, a quem desejava terras, e as não alcançava por não ter amigos, que a fomentassem, e se interessassem, naquelas execrandas negociações (como se a mente do Soberano, e dos seus Ilustres Governadores, fosse*

*conceder sesmaria para tão sinistros fins) e quando isto não sucedia iam vendendo por pedaços, ou reservavam partes e aforavam o resto, conservando-as como cabeça de morgado de filhos e netos. E se por acaso havia algum esperto, que as pedisse por devolutas, seguiam-se excessivas demandas, arrastavam logo as testemunhas falsas (que andam em bandos a vender-se por qualquer preço, havendo jeito) davam as suas justificações, e tornavam ao descanso da antiga posse: ficando assim outros muitos inibidos de se poderem estabelecer realmente, talvez contentando-se em possuir a décima parte daquela terra, que inutilmente se conserva sem ser cultivada. Assim praticavam e se continua sem o menor pejo<sup>2</sup>.*

A documentação judicial dos Campos dos Goitacases registra, desde o século XVII, inúmeros conflitos envolvendo terras. Os litígios se avolumavam, no decorrer do tempo, o que nos cabe perguntar quais os motivos de tantos conflitos, já que havia, em tese, uma disponibilidade ampla de terras.

A visão de "terra livre", no Brasil escravista, inclusive por mim aceita e reproduzida em trabalhos anteriores, principalmente na colônia, precisa, hoje, ser repensada. Não é mais possível, ao tomarmos contato com certas pesquisas, algumas recentes<sup>3</sup>, desdenhar a presença indígena, marcante e violenta o suficiente para barrar a expansão ilimitada do europeu. Alie-se o fato de que havia outros tipos de limites, como os ambientais, por exemplo. Nem todas as terras estavam à disposição do colono.

Em trabalhos mais antigos, como os de Varnhagen e Capistrano de Abreu<sup>4</sup>, pululam referências aos ataques do gentio da terra, inevitavelmente tratados como cruéis e bárbaros, por resistirem ao invasor e impedirem a expansão territorial pretendida pelos europeus. Entre os motivos alegados para o insucesso das capitânicas hereditárias encontra-se sempre a referência aos ataques indígenas, que assaltavam, incendiavam e destruíam, palavras estas

<sup>1</sup> REIS, Manoel Martins do Couto. "Descrição Geográfica, Política e Cronológica do Distrito de Campos dos Goitacases que por ordem do Exmo. Senhor Luiz de Vasconcelos e Souza, do Conselho de S.M. Vice-Rei e Capitão General da Terra e do Mar do Estado do Brasil, se Escreveu para Servir de Explicação ao Mapa Topográfico do Mesmo Terreno que Debaixo da Dita Ordem se Levantou" (manuscrito de 1785). Arquivo Godofredo Tinoco (particular). Campos dos Goitacases. PP. 71-72.

<sup>2</sup> MARCHANT, Alexander. Do Escambo à Escravidão. Trad. Carlos Lacerda. 2a. Ed., SP, Ed.. Nacional, Brasília, INL, 1980; VAINFAS, Ronaldo. A Heresia dos Índios. Catolicismo e Rebelião no Brasil Colonial. SP, Cia das Letras, 1995; MONTEIRO, John Manuel. Negros da Terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. SP, Cia das Letras, 1994.

<sup>3</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de História Geral do Brasil. 10a. ed., Belo Horizonte, Ed.. Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1981; ABREU, Capistrano de. Capítulos de História Colonial. 7 a. ed.. Belo Horizonte, Ed.. Itatiaia, SP, Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

<sup>1</sup> Cf. FARIA, Sheila Siqueira de Castro. A Colônia em Movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial (Sudeste, Século XVIII). Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, RJ, 1994; FRAGOSO, João. "À Espera das Frotas: Hierarquia Social e Formas de Acumulação no Rio de Janeiro, Século XVII" in Cadernos do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social. Departamento de História, UFRJ, 1995.

recorrentes na literatura sobre o tema. Pernambuco e São Vicente, as capitânicas que “deram certo”, também registram os embates em suas crônicas. Só que, no caso, os portugueses saíram vitoriosos, estabelecendo alianças com muitos deles.

Os casos de enfrentamento com os índios foram, com certeza, inúmeros, mas certamente não se restringiram aos primeiros anos de colonização.

Manoel Martins do Couto Reis fazia a seguinte reflexão, em 1785:

*Muitas, e excelentes terras se compreendem nos sertões, admiráveis para serem povoadas, porém antigamente o não foram, com justa causa, porque um povo tão diminuto, não tinha forças competentes para resistir, ou reprimir qualquer hostilidade, que a barbaridade gentílica pertendesse [sic] (...)”<sup>5</sup>*

“Povo tão diminuto” não tinha “forças” para enfrentar os índios.

Posteriormente, em 1799, o próprio Couto Reis, já como Tenente Coronel, escreve um trabalho sobre a mesma área sugestivamente intitulado *Memória acerca dos meios de facilitar e ampliar a civilização dos indígenas que habitam as margens do Rio Paraíba do Sul e seus afluentes; do expediente mais racional para tratar o estabelecimento de uma navegação pelo mesmo rio e do modo mais próprio de arranjar serrarias, corte e fabrico de madeiras a coberto das invasões dos indígenas*<sup>6</sup>. Para tanto, o autor faz um relato metodológico sobre a melhor forma de se organizar uma expedição, com os objetivos descritos no enunciado, sendo ela composta de inúmeros elementos, entre eles “vinte homens armados de espingardas ligeiras, municiados de pólvora, bala, perdigotos, e chumbo grosso, fazendo-a conta de quarenta, ou cinquenta tiros por pessoa”. Continua Couto Reis com recomendações sobre como tratar os índios:

*Até aqui tenho trazido a memória os aprestos mais simples e da primeira necessidade, para o bom êxito das expedições exploradoras. Agora, tratarei de outro fornecimento de suma precisão, e que servirá como de presente para lisonjear, e acariciar os índios, que se encontrarem, porque sendo extremamente desconfiados, é necessário inculcar-se amizade por meio de uns muito baratos donativos.*

<sup>5</sup> REIS. Op. Cit., pág. 71

<sup>6</sup> REIS, Manoel Martins do Couto. *Memória acerca dos meios de facilitar e ampliar a civilização dos indígenas que habitam as margens do Rio Paraíba do Sul e seus afluentes; do expediente mais racional para tratar o estabelecimento de uma navegação pelo mesmo rio e do modo mais próprio de arranjar serrarias, corte e fabrico de madeiras a coberto das invasões dos indígenas*. Ms. 7, 4, 10 No. 2.915 do Extrato, Seção de manuscritos, Biblioteca Nacional. Agradeço ao Prof. Aristides Arthur Soffiati Netto o fato de ter encontrado e me cedido cópia deste manuscrito.

*A ferragem, é o que mais estimam: machadinhos preparados, facas, canivetes, navalhas, tesouras, faconetes, pequenas foices, anzóis, e algumas agulhas grossas. Peças de xitas de pintura agradável, e de riscados grossos; de (ilegível) encarnados, de lã, e listrados, de nastro (?) de linhas pintadas, barretes encarnados e de outras cores alegres; também se podem fazer de baeta, não esquecendo miçangas de (ilegível), alguns espelhos. Tudo o que aqui aponto, tenho visto praticado pela Fazenda Real, em muitas ocasiões, em que se tratava de congregar o gentio. Porém e mais estimado mesmo, e de maior atração para o intento, será um bom provimento de aguardentes, e quanto mais fortes, tanto mais apreciáveis, havendo neste gênero de liberalidade, a mais prudente medida, para que não se vire em desordem a galanteria do obséquio.*

Em suas reflexões seguidas ao texto principal, o autor comenta a melhor forma de controlar o espaço ocupado pelos índios:

Reflexão 1<sup>a</sup>.

Sobre o modo de reduzir os índios com suavidade, e desembaraçar as obrigações, que da sua inimizade se podem supor.

*(...) Primeiro: estabelecer grandes povoações como Vilas ou Aldeias, em distâncias a propósito, em todo o sertão beira rio, dando-se para os seus territórios larguezas capazes de admitir muitos colonos, e boas fazendas, o que será consequência para adiantamento do comércio, e de uma reciproca comunicação de umas, a outras partes.*

O interessante é que, apesar do título da reflexão, nada Couto Reis alude diretamente sobre os motivos que fariam com que vilas e aldeias reduzissem com suavidade os índios, mas posso fazer algumas conjecturas. Seguindo o raciocínio de Couto Reis, na segunda parte da reflexão, caso não fosse possível estabelecer vilas e aldeias, o indicado seria distribuir terras em sesmarias, ao longo dos rios em questão, de maneira suficiente para formar grandes unidades açucareiras que, além de ter como resultado o estabelecimento de linhas de navegação comerciais, aumentariam as receitas e, conseqüentemente, estariam de acordo com os interesses régios. Ora, este pressuposto parte da premissa de que terras ocupadas com colonos e economicamente ativas espantavam o gentio da terra. Realmente, ainda em 1785, ele comentava sobre algumas áreas dos Campos dos Goitacases que passaram a ser ocupadas porque “(...) os selvagens se entraram a retirar para mais mais longe,

e depois a procurarem os brancos com menor severidade, e as forças do povo cresceram<sup>7</sup>.

Contemporaneamente admitia-se, portanto, que ocupar terras, mesmo no final do século XVIII e em lugares onde a presença do europeu já era marcante, pressupunha contar com forças militares — organizadas para fins de exploração — e com uma ocupação densa precedida da instalação de núcleos populacionais que inibissem as invasões indígenas. Couto Reis era um andarilho a serviço do “bem comum”, sinônimo, para ele, dos interesses régios. Especializou-se, como muitos do seu tempo, na observação da natureza, dos modos de vida, das atitudes e dos costumes dos povos para posterior avaliação e elaboração de regras ou medidas a serem seguidas. Buscava formas de ocupar o máximo possível as terras e de estabelecer um controle real eficiente. Em seus escritos, os índios ocupam lugar de destaque, sendo sempre referidos como uma ameaça em potencial à ordem que se queria impor. Ele mesmo era um dos agentes da viabilização da colonização, ao participar de algumas expedições pelo “sertão”, que avançou sobre os espaços indígenas e exterminou ou empurrou para lugares mais distantes os gentios da terra. O processo foi lento e circunscrito, muitas vezes, a determinados espaços. A ampla maioria do território da colônia brasileira constituiu-se, durante séculos, em áreas temidas pelos colonos.

Poucos foram os que se aventuraram a enfrentar os sertões sem o pano de fundo viabilizado pela administração metropolitana e tiveram sucesso. Muitos que o tentaram morreram nas suas pretensões.

A terra não era, portanto, um bem ilimitado e, muito menos, acessível a todos. Sua aquisição, através de sesmaria, se dava pelos que possuíam certas regalias que os diferenciavam dos outros, incluindo aí o apoio da administração portuguesa. A constituição de redes de poder e solidariedade vedava a muitos esta forma de acesso legalizado. Podemos supor que foram as terras mais bem situadas geograficamente as que primeiro se mostraram interessantes aos colonos. A criação ou ereção de um povoado em vila ou cidade representava a possibilidade de manter o indígena à distância e promover uma ocupação eficiente, e só alguns homens, provavelmente os que tinham maiores condições bélicas, conseguiram argumentar em favor da instituição desses núcleos coloniais.

A região dos Campos dos Goitacases é um exemplo desta ocupação militar. Disseminaram-se lendas terríveis sobre os gentios que lá habitavam — os guarulhos, do grupo lingüístico jê. No final do século XVI, antes de chegar aos Campos, o viajante tomava contato com informações sobre eles: ferozes, apreciadores de carne humana, exímios caçadores de tubarões e jacarés, vingativos e colecionadores de ossos humanos. Contavam que os poucos a terem tido contato com os famosos goitacases não ficaram vivos para relatar o que viram.

<sup>7</sup> REIS, op. cit., p. 71.

As lendas se espalhavam. Atribuía-se aos goitacases, termo genérico dado aos índios que habitavam a grande baixada<sup>8</sup>, os mais variados traços da bestialidade humana. Constava que andavam nus, com os cabelos crescidos além dos ombros e só cortados no topo da cabeça, como se fossem calvos. Tudo o que comiam provinha da coleta, da pesca e de seus arcos, através da caçada aos mais perigosos animais, como veados e “tigres”, de que não tinham medo algum. Diziam, até, que capturavam tubarões através do contato direto. Enfiavam um pedaço de pau, afilado nas extremidades, em sua boca. Ao mordê-lo, este ficava preso, sendo a presa, então, puxada para fora do mar. Knivet, na “Histoire Pittoresque des Voyages”, informava o seguinte:

*Os Goitacás não cessam de guerrear seus vizinhos, e não recebem estrangeiros entre eles para negociarem. Quando eles não se julgam o mais forte, fogem com a ligeireza comparável a dos veados. Seu porte sujo e asqueroso, seu olhar feroz, e sua fisionomia brutal, fazem dele o povo mais odioso do Universo.*<sup>9</sup>

O povo “mais odioso do Universo” ocupava, segundo relato de Simão de Vasconcellos<sup>10</sup>, uma das áreas mais notáveis e aprazíveis de toda a colônia, com campinas extensas quase tão rasas como o mar, toda recortada de verdes e de inúmeras lagoas. No meio de uma delas mal se enxergava a terra, habitada por um número sem fim de patos e aves variadas. Esta terra, citada muitas vezes como o Paraíso, estava, portanto, defendida por povos bárbaros e selvagens, que resistiam ao contato com o europeu. Os Campos dos Goitacases não eram exceção dentro do Brasil. Inúmeras outras áreas tiveram, a princípio, descrições terríveis e maravilhosas sobre índios a espantar possíveis ocupantes.

Somente com a ocupação paulatina e, inicialmente, bélica ou religiosa, que estas áreas puderam receber contingentes populacionais europeus significativos<sup>11</sup>. Podemos supor que o interesse em terras geograficamente atraentes ao investimento de capital e à instalação de lavouras comerciais — sem dúvida alguma o móvel principal da ocupação do território americano da colônia portuguesa — impulsionava no sentido de se buscar o enfrentamento com os gentios. A criação de aldeamentos indígenas ampliava a possibilidade de segurança. Foi assim que, nos Campos dos Goitacases, a área para onde o imaginário do colono tinha empurrado o terrível goitacá — norte do Rio

<sup>8</sup> Segundo Joaquim Norberto, habitavam essa área várias tribos, entre elas os goitacá-guaçu, goitacá-jacoritó, goitacá-mopie e os guarus. Cf. SILVA (1854).

<sup>9</sup> FEYDIT (1979), pp. 17 e 18.

<sup>10</sup> Apud, idem, p. 19, VASCONCELOS, Simão de. Vida do Padre João de Almeida, da Companhia de Jesus, na Província do Brasil.

<sup>11</sup> Deve-se lembrar que, individualmente, houve vários casos de brancos que conviveram durante anos com indígenas.

Paraíba e margens do Rio Muriaé — constituiu-se no aldeamento de Santo Antônio de Guarulhos, em finais do século XVII, sob a orientação dos jesuítas. Sugestivo é também o fato desta ampla região — denominada ainda por “sertão”, quando da viagem de Saint-Hilaire<sup>12</sup>, em 1818 — ser considerada como uma das mais férteis e, ao mesmo tempo, das mais “pestíferas”, por parte dos contemporâneos. É ainda Couto Reis, em 1785, quem nos dá notícias da área:

*Uma das suas melhores circunstâncias é a de duas excelentes e desembaraçadas navegações que lhe oferecem os Rios Paraíba e Muriaé. As suas terras bem produtivas para todos os gêneros de plantas com a beleza de serem planas e montanhosas. Os seus matos dilatadíssimos e de muito boas madeiras para todos os usos; tem pedras para as suas obras, muitos brejais, que com o tempo depois de desemboscados e mais cultivados tornarão em admiráveis pastos para os seus gados (...). O maior [defeito] é o de ser o mais pestífero e horroroso nos tempos epidêmicos, sendo esta a causa de se não ter aumento com maiores vantagens (grifo meu)*<sup>13</sup>.

Próximo à Vila de São Salvador, sede do Distrito dos Campos dos Goitacases, situavam-se amplas terras férteis, mas onde o colono deveria enfrentar um clima tido como um dos mais “pestíferos” da região, apesar da grande fertilidade. A própria história local sobre a origem do nome do rio que banha grande extensão desta freguesia está ligada às epidemias de “maligna”, “febre podre” e “sezões”, genericamente designadas como “carneiradas”<sup>14</sup>, anuais, que se estendiam de fevereiro a maio, após as grandes enchentes:

Muriaé é um termo português corrupto, composto do verbo morrer, e do advérbio ai. Os índios, que antigamente se queriam catequizar, e principiavam a aldear-se na margem deste rio, assaz pestífero, aonde muitos morreram, já sabendo alguma coisa do nosso idioma, sempre conservaram os ásperos acentos da sua língua. Quando algum português lhe perguntava por alguns dos seus parentes, que eram já falecidos, respondiam ‘moriaé’ (para explicar morreu ai). Assim se ficou chamando o Rio Muriaé.”<sup>15</sup>

<sup>12</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil. Trad. Leonam de Azeredo Penna, São Paulo, Editora Universidade de São Paulo; Belo Horizonte, Livraria Itatiaia Editora LTDA, 1974.

<sup>13</sup> REIS (1785), p. 57.

<sup>14</sup> Couto Reis definiu “carneirada” como “(...) um termo que se usa no Brasil para explicar as epidemias de maligna e sezões”. REIS (1785), p. 25.

<sup>15</sup> REIS (1785), p. 8.

Especialmente neste caso, podemos conjecturar sobre alguns dados sobre a ocupação da área deste aldeamento. Em primeiro lugar ela se constituiu em zona desprezada pelos colonos, apesar de sua evidente fertilidade aos olhos dos contemporâneos. A criação do aldeamento indígena que, diga-se de passagem, teve vida conturbada, possibilitou uma parcial ocupação agrícola. Ao mesmo tempo, criou-se a fama de que era uma região “pestífera”, que só teria condições de ser plenamente aproveitada se fosse desmatada e se colocassem fogo “que agitassem e rompessem livremente um ar denso”, para “purificar os ares”<sup>16</sup>. Têm-se, portanto, duas grandes barreiras a impedir a ocupação indiscriminada de colonos — índios e condições ambientais —, ambas certamente do conhecimento da população local que, presumo, só eventualmente se aventurava sozinho em romper ares densos e a fúria de “selvagens”.

Já no século XIX, a expansão da lavoura comercial de cana-de-açúcar havia avançado por estas terras. Em 1785, a população total da Freguesia de Santo Antônio de Guarulhos compunha-se de 157 pessoas livres e de 1.127 escravos. Em 1799, o número de livres havia aumentado para 1.138 e o de escravos para 2.061. No ano de 1840, viviam na freguesia 2.233 livres e 7.940 escravos, aumentos de 1.422% e 704%, respectivamente, entre 1785 e 1840, permitindo que, em 1842, já se fizesse o seguinte comentário sobre os índios e a ocupação da freguesia:

*Intrusos vieram mansos e quedos e se foram pacificamente apoderando de suas terras a título de arrendamentos, e pouco a pouco falando, queixando-se e clamando arrogantes e humildes que eram contra a vizinhança dos proprietários de domínio direto; e desgostando-os e vexando-os, os foram afugentando e acabaram por expeli-los*<sup>17</sup>

Toda esta argumentação tem sentido quando nos deparamos com certas aparentes contradições. Ora, se fôssemos tomar como referência acertada a idéia de que todas as terras do Brasil estavam passíveis de ocupação pelos colonos e que, ao mesmo tempo, havia uma densidade populacional relativamente baixa, pouco poderia explicar os violentos conflitos por terra ocorridos durante séculos no Brasil, alguns remontando aos primeiros anos de ocupação. As condições geográficas — terras mais férteis e bem localizadas — poderia ser uma das explicações para as disputas acirradas, mas se havia mais terras nas mesmas condições, por que brigar por aquelas, especificamente? Uma argumentação possível é, então, a que tento apresentar neste ensaio: as terras não ocupadas por lavouras, designadas como “terras

<sup>16</sup> REIS (1785), p. 25.

<sup>17</sup> SILVA, Joaquim Norberto de Souza. “Memória Histórica e Documentada das Aldeias de Índios do Rio de Janeiro” (1842) in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. RJ, 3a. série, Tomo XIV, 2º. trimestre de 1854.

de sertão”, não estavam livres. Existiam barreiras que impediam sua ocupação, e barreiras significativas. Aponte, aqui, somente duas. Outras mais, com certeza, podem ser consideradas.

### LAS RAÍCES DEL ZAPATISMO - HACIENDA, PUEBLO CAMPEÑO Y DIFERENCIACIÓN SOCIAL EN LA MODERNIZACIÓN PORFIRISTA EN MORELOS.

*Horacio Crespo \**

El llamado “valle de Morelos” se halla situado en el centro sur de México y está constituido por dos grandes secciones de tierras fértiles e irrigables que se extienden con declive hacia el sur a partir del gran eje neovolcánico: la Cañada de Cuernavaca y el Plan de Amilpas. Al norte, precisamente en el declive del cordón montañoso elevado que corre del Popocatepetl al Ajusco, hay grandes bosques que encierran pequeñas zonas de cultivos. Al sur, en los faldeos de la sierra de Huautla, existen grandes extensiones de tierras de agostadero, semiáridas y utilizables solamente en ganadería extensiva.

La diferencia de altitud con respecto a los tres grandes valles centrales, el de Toluca, el de México y el de Puebla-Tlaxcala, hace que las características climáticas de Morelos en su zona fértil sean subtropicales. Esta diferenciación climática, junto con la cercanía y facilidad de acceso al Valle de México, centro histórico secular de Mesoamérica, constituyó a nuestra región en una zona de extrema importancia económica ya desde la época prehispánica.

Inmediatamente después de la conquista española la región fue adaptada rápidamente al cultivo de la caña de azúcar, importantísimo en esta fase de desarrollo del sistema colonial. A diferencia de otras zonas, en Morelos este cultivo necesita de riego, ya que, pese a las características subtropicales, la distribución estacional de las lluvias hace imprescindible la irrigación en los meses secos.

La constitución de la hacienda azucarera colonial implicó, pues, que la expansión territorial española se efectuara con un doble propósito: obtener las mejores tierras de cultivo y apropiarse de las fuentes de agua más importantes.

La gran propiedad terrateniente siguió en Morelos un curso que se diferencia en puntos importantes del ya clásico proceso de constitución y consolidación descrito en Chevalier. Y estas diferencias no se limitan a los problemas y particularidades jurídicas aparejadas por el dominio señorial de Cortés y sus sucesores —el marquesado del valle— como lo indica este autor.<sup>1</sup>

En primer lugar, la constitución de las haciendas es muy temprana: en la década de 1530 a 1540 ya funciona una de las más importantes, la propia

\* Centro de Estudios Avanzados - Univ. Nac. de Córdoba

<sup>1</sup>François CHEVALIER. La información de latifundios en México, México, FCE, 1975; págs. 166 y

empresa azucarera de Cortés, y algunas otras menores. Y antes de finalizado el siglo XVI están constituidas y en pleno funcionamiento productivo muchas de las haciendas e ingenios que serán la base, con algunas modificaciones, de las existentes en la época de la Revolución mexicana.<sup>2</sup>

En segundo lugar, la hacienda azucarera está caracterizada por una fuerte inversión inicial y una gran dependencia del mercado. Esto colocó en primer plano la necesidad de la dispersión de créditos, punto clave para analizar la estabilidad y el desarrollo del sistema hacendario. Mientras las haciendas de los particulares, por la escasez de crédito, sufrieron una inestabilidad extraordinaria, las pertenecientes a órdenes religiosas (el caso de Xochimancas, jesuita) o a empresas laicas de gran magnitud como era el marquesado del Valle, superaban este problema precisamente con base en su inserción en una estructura económica mayor.

Por último, la industria azucarera de Morelos siempre estuvo vinculada a la existencia accesible y segura, y además nunca disputada, del principal mercado de la Nueva España: la ciudad de México.

La historia de la expansión territorial de la hacienda azucarera está íntimamente vinculada a la historia demográfica regional, que en grandes rasgos no se diferencia de la general del centro de México, durante el periodo novohispano. Los límites de la expansión territorial del latifundio fueron alcanzados, en términos globales, a fines del siglo XVII, en coincidencia con el momento final de la gran catástrofe demográfica iniciada más de un siglo antes. Es evidente que la hacienda fue ocupando, por uno u otro medio, los grandes vacíos creados por la merma de la población indígena. La paulatina recuperación de los pueblos en el siglo siguiente, además del fortalecimiento cuantitativo del sector mestizo, hizo que aumentase la presión y el choque entre haciendas y pueblos por el control de tierras y aguas, choques que prosiguieron con virulencia creciente a lo largo del siglo XIX. En esto radica la explicación de la marcada militancia regional en las luchas de los insurgentes, la permanente intranquilidad campesina y los grandes endémicos brotes de bandidaje, en particular a mediados del periodo.

Pero la expansión territorial de la hacienda no sólo debe vincularse con el problema de la disponibilidad de tierras fértiles y agua, directamente necesarias para el cultivo de la caña, sino con otro aspecto económico y social decisivo: la fijación de la fuerza de trabajo.

En la producción de azúcar se debe diferenciar dos procesos: el cultivo y cosecha de la planta y su refinación industrial. Vinculado a los pueblos estuvo solamente el primero, ya que la caña, en el proceso de su crecimiento, exige volúmenes considerables de mano de obra, pero en tiempos discontinuos, ya sea para la siembra, los “beneficios”, el corte y el acarreo del campo al ingenio.

<sup>2</sup>Cfr. Ward Barret. La hacienda azucarera de los Marqueses del Valle, 1935-1910, México, Siglo XXI Editores, 1977 y especialmente Fernando B. Sandoval, La industria del azúcar en Nueva España, México, Instituto de Historia, 1951.

Si la hacienda quería disponer del volumen necesario de fuerza de trabajo en el momento adecuado debía controlar extensiones territoriales muy superiores de las que utilizaba de manera directa en sus cultivos propios. De esta manera cortaba toda posibilidad de una economía agrícola, basada en el cultivo de maíz de subsistencia, realizada en forma autónoma por los pueblos sobre sus propias tierras. La expansión de la hacienda causó una grave estrechez de tierras propias para esta economía de autosubsistencia y obligó a los campesinos, para asegurar su sobrevivencia, a recurrir al arrendamiento de tierras de temporal no utilizadas por la hacienda. Lo fundamental en esta relación de arrendamiento no estuvo tanto en la renta, aunque en muchas ocasiones fue de todos modos muy onerosa para la economía campesina, sino en la dependencia en que lo colocaba con respecto al latifundio. Dependencia que obligaba al campesino a vender su fuerza de trabajo, en el momento necesario para la hacienda, para lograr la continuación del arrendamiento en el próximo ciclo agrícola.

La lucha de los campesinos contra la opresión terrateniente se expresó en permanentes pleitos por las tierras y las aguas a lo largo de los siglos,<sup>3</sup> pero quedó casi siempre aherrojada en el marco legal, especialmente durante la época colonial. Sin duda la legislación proteccionista de la corona española tuvo que ver con estas limitaciones de la acción de los pueblos. La gran crisis general que conmovió a la sociedad y al Estado de la Nueva España a partir de 1810 fue la coyuntura para la ruptura de las constricciones jurídicas y el paso a la violencia franca. Esta situación se generalizó a lo largo de todo el siglo XIX alternando la violencia abierta con periodos de calma aparente. La resistencia campesina encontró su coherencia sobre la base de la pertenencia a los pueblos, pertenencia que dejó intactas las estructuras de cohesión y comunicación propias de él, ya que el trabajo para las haciendas — gran factor de disgregación— sólo fue limitado y temporal.

En contraste con la actitud de resistencia de los campesinos, los trabajadores asalariados de los ingenios se identificaban mucho más con su empresa, no participando en acciones en contra de ella y aun defendiéndolas abiertamente.<sup>4</sup>

Contrariamente a lo que se ha afirmado en general, la desamortización de los bienes comunales sancionada por la Ley Lerdo del 25 de junio de 1856 no significó un momento cualitativamente distinto en la historia del despojo territorial de los pueblos por parte de las haciendas. Salvo en contados casos la hacienda no participó en el proceso de concentración de la propiedad originado en la

privatización definitiva de los bienes de los ayuntamientos. Tampoco se benefició en gran escala con la legislación sobre terrenos baldíos, como ocurrió principalmente en los estados del norte mexicano. En la zona de tierras fértiles de Morelos se pueden contabilizar algunos casos, pero casi siempre como sanción jurídica de un despojo muy anterior.

Un caso distinto se presenta en la zona norte del estado, de grandes bosques, y en la región del agostadero del sur. En el norte, zona de poco contacto con la hacienda de la época colonial e independiente, se había preservado en grado elevado la estructura comunal tradicional, particularmente en lo referido al usufructo del bosque. En los pueblos cercanos a Cuernavaca existía una tradición de relación con la hacienda suministrándole combustible para la caldera de los ingenios, pero este comercio nunca alcanzó niveles significativos. Pero hacia fines del siglo la instalación de la Papelera San Rafael hizo de los bosques comunales un objetivo económico y efectivamente los pueblos cercanos al Popocatepetl sufrieron despojos reiterados recubiertos de argucias legales fundadas en la desamortización. Lo mismo ocurrió en el sur: el interés de algunos hacendados en la ganadería extensiva, como un complemento de la actividad central, hizo que se registraran avances territoriales de la hacienda en esta zona al amparo de denuncias de baldíos.

De ninguna manera estos hechos alcanzan para justificar las tesis que ven en la desamortización el origen de la ruina de los pueblos campesinos, al menos en Morelos. Lo que indican es la necesidad de un estudio minucioso a nivel local y regional del proceso concreto de la constitución y consolidación de la gran propiedad territorial, para conocer la dinámica económica y social real, encubierta generalmente por la generalización fácil de hechos particulares. En el pequeño territorio que es motivo de nuestro estudio, tres procesos distintos, el de las tierras fértiles de los valles, el de la zona semiárida del sur y el de los bosques de las montañas del norte, nos indican la complejidad de las situaciones y las necesidades de un minucioso trabajo empírico antes de proceder a la generalización realmente científica.

A partir de 1880 la modernización de la industria azucarera significó enormes inversiones a los hacendados de Morelos. La centrifugadora, el "decauville", el ferrocarril, enormes obras hidráulicas para aumentar las tierras de regadío, trastornaron el esquema productivo de las haciendas. Este trastorno no significó realmente innovación en lo que hace al avance territorial sobre los pueblos, como sugiere Womack, por ejemplo. Como ya dijimos, el nivel de expansión máxima estaba logrado. El enfrentamiento para lograr una escala productiva adecuada al monto de las inversiones efectuadas no estaba ya a nivel de hacienda-pueblo, sino de hacienda contra hacienda. La crisis de escala solamente se podía resolver alcanzando el nivel de los "centrales" cubanos de la época, y lentamente algunos ingenios se fueron agregando a expensas del cierre de otros. Este proceso de centralización a nivel de la hacienda fue interrumpido abruptamente por la Revolución, que cumplió con esta necesidad en 1938 al fundar el central de Zacatepec. El problema con los pueblos en

<sup>3</sup> Una reseña particularmente interesante de estas luchas en Jesús Inclán Sotelo, Raíz y razón de Zapata, México, Comisión Federal de Electricidad, 1970. Aunque referida al pueblo de Anenecuilco, en esta lectura se comenta el marco general de la lucha por la tierra aunque dentro de una concepción ya criticada a comienzos de esta ponencia. Un panorama general de la lucha campesina en Morelos lo encontramos en Alicia Hernández Orive, Haciendas y pueblos en el Estado de Morelos, 1535-1810, tesis de maestría, Centro de Estudios Históricos, El Colegio de México, 1973, mecanografiada.

<sup>4</sup> Cfr. Arturo Warman, ...Y venimos a contradecir, México, Ediciones de la Casa Chata, CIS-INAH, 1976, capítulos II y III.

esta época residió más en disciplinar su fuerza de trabajo a las nuevas exigencias productivas, que arrancarles las escasas tierras que tres siglos de presión hacendaria les habían dejado.

En lo esencial, el impacto del proceso de desamortización estuvo realmente en el aceleramiento y cristalización de la diferenciación social en el interior de la economía campesina.

### La Hacienda Azaucarera

Juan Felipe Leal y Mario Huacuja han propuesto un modelo explicativo de la estructura territorial de la hacienda mexicana,<sup>5</sup> según el cual la tierra de las haciendas se dividía en tres sectores diferenciados, contradictorios a la vez que complementarios: 1) explotación directa; 2) explotación indirecta y 3) reserva. El primero que comprendía las mejores tierras era explotado directamente por la hacienda con dos finalidades: atender los cultivos comerciales dirigidos al mercado y resolver el autoabastecimiento de los productos necesarios para su propia reproducción. El segundo, constituido por tierras de temporal pobres o carentes de infraestructura era cedido en arrendamiento — bajo diversas modalidades — a campesinos con tierras insuficientes o que carecían de ellas completamente. De este sector la hacienda obtenía renta en dinero, especie o trabajo y aseguraba su aprovisionamiento de fuerza laboral, elemento muchas veces crítico en la explotación comercial principal. El tercer sector, de reserva, estaba integrado por las restantes tierras no explotadas. El elemento dinámico del conjunto se generaba — según los autores — en la relación con el mercado: las haciendas respondían a sus estímulos positivos — tanto en lo que hace a una mayor cantidad de la demanda de los productos que elaboraban como a una elevación del nivel de sus precios —, ampliando el sector de explotación directa a expensas del indirecto o, preferiblemente, del de reserva para poder conservar intactas las rentas que proveía aquél; una demanda débil o una caída en los precios originaba una contracción del sector dedicado a la producción comercial, devolviendo tierras a la explotación indirecta o a la reserva. De esta apreciación se deriva la extrema importancia concedida al estudio de las condiciones del mercado o a la esfera de la circulación en su totalidad. Este ritmo de ampliaciones o concentraciones intermitentes del sector de explotación directa de la hacienda en la época colonial y los primeros dos tercios del siglo XIX se vio alterado después de la Reforma y especialmente durante el porfiriato, ya que las condiciones económicas creadas por el enorme impulso de integración de un mercado nacional único y la apertura decidida al mercado mundial de determinados productos provocaron que la ampliación del sector de explotación directa de las haciendas se hiciera a un ritmo sostenido y adquiriera características de

<sup>5</sup> Juan Felipe Leal y Mario Huacuja Rountree, *Economía y sistema de haciendas en México. La hacienda pulquera en el cambio. Siglos XVIII, XIX y XX*, México, Era, 1982, págs. 12-15.

irreversibilidad. Paralelamente se producían cambios fundamentales en las relaciones de trabajo con una tendencia marcada al pago del salario total en dinero, en detrimento de las diversas formas precapitalistas netamente predominantes hasta ese momento. Hasta aquí el modelo de Leal y Huacuja.

El elemento dinámico de ese modelo se presenta a lo largo de toda la historia del sistema de haciendas de Morelos. Ya Riley ha destacado, en lo que él llama el "prototipo" de la institución creado a partir de la Conquista en la década de 1520, la importancia que tenía la producción para el mercado, estudiando las empresas de Cortés y de encomenderos de la región, tales como Antonio Serrano de Cardona y Bernaldino del Castillo.<sup>6</sup> Hasta su liquidación, cuatro siglos más tarde, el objetivo principal de la producción de las haciendas de Morelos fue su venta en el mercado y no puede concebirse su actividad básica — la elaboración de azúcar — sin la articulación final de la realización mercantil. El sector de explotación directa a cargo del hacendado se identificó con la zona de riego debido a las características regionales del cultivo de la caña que hacen indispensable la irrigación artificial. Pero, además, la atención del hacendado no sólo debió concentrarse en la complicada agricultura cañera, sino que hubo de atender al proceso industrial del azúcar, lo que hizo particularmente compleja la gestión de este sector.

Las dificultades de gestión y el nivel de inversión exigido por la industria del dulce comparadas con las planteadas por la producción de pulque y la de cereales — para referirnos a las otras dos principales actividades de las haciendas de México central — hicieron que la relación de ajuste rápido de la producción a las condiciones del mercado que sugiere el modelo Leal-Huacuja fuese muy difícil. En efecto, el ingenio en operación, los costosos esclavos en la etapa inicial de la colonia y las obras hidráulicas del sistema de irrigación daban a estos ajustes una marcada inelasticidad, tanto para una ampliación como para una disminución significativa de la producción directa que siempre debía situarse dentro de ciertos rangos derivados del patrón de escala productiva operante a nivel de todo el complejo regional de ingenios. La adecuación a las cambiantes condiciones del mercado eran lentas y todo el sistema tenía visos de un marcado estatismo derivado de sus particulares condiciones de operación. Por esta razón, a lo largo de la historia de las haciendas de Morelos encontramos, más que ajustes en los niveles de producción, periodos en que una unidad determinada no elabora azúcar, abandonando completamente el sector de explotación directa.

Por otra parte, estas características motivaron que los intentos de diversificación de la producción del sector de explotación directa adoptaran siempre la forma de una actividad secundaria respecto de la caña. Sin embargo, la diversificación de la producción agrícola para reforzar los resultados

<sup>6</sup> G. Michel Riley, "El prototipo de la hacienda en el centro de México: un caso del siglo XVI", en Enrique Florescano (ed.), *Haciendas, latifundios y plantaciones*, México, Siglo XXI Editores, 1975, págs. 49-70.

azucareros fue sujeto de amplia consideración por los hacendados de las zonas de Cuernavaca, Yautepec y Cuautla a comienzos del siglo pasado y en la época de consumación de la Independencia, y estas preocupaciones duraron al menos hasta los años iniciales del porfiriato. Café, frutales, añil, arroz, fueron cultivos alternativos en diversas épocas y haciendas, pero nunca llegaron a ser una seria competencia para la caña.

Inclusive se experimentó con algodón y tabaco.<sup>7</sup> Otro aspecto del sector de gestión directa fue la utilización complementaria de las tierras de agostadero de las haciendas para el mantenimiento y reproducción del ganado utilizado en el ciclo productivo azucarero, y la cría y engorde de vacunos destinados al mercado. A fines del porfiriato, por ejemplo, uno de los grandes hacendados de la región, Vicente Alonso Simón, pensaba destinar la mayor hacienda de la región — San Juan Chinameca — a la ganadería extensiva. Sin embargo, resulta claro que la actividad ganadera, aun en aquellas haciendas que la practicaron a una escala mayor que la necesaria para allegarse los recursos de energía animal necesarios en el proceso del azúcar y a cierto autoconsumo de carne, nunca pasó de ser un elemento secundario de la gestión de la explotación directa.<sup>8</sup>

Una última función de este sector fue, precisamente, la producción de ciertos bienes para el autoconsumo que sin embargo — al menos desde mediados del siglo XIX — no constituyeron una parte sustantiva de la remuneración del trabajo, a diferencia de las haciendas de otras regiones de México.

El sector de explotación indirecta en las haciendas azucareras de Morelos estuvo constituido fundamentalmente por las tierras de temporal, nunca gestionadas en su producción en forma directa por los hacendados y entregadas a los campesinos bajo formas y en cantidades que todavía constituyen una de las principales incógnitas de todo el sistema, por la falta de fuentes cuantitativas y seriales confiables que abarquen un conjunto representativo. Sin embargo, es posible asegurar que este sector de explotación indirecta funcionó como fuente de cuantiosas rentas en especie, y en la época colonial y posiblemente en el temprano siglo XIX también de renta de trabajo. No existen evidencias documentales de este último tipo de renta para el porfiriato, aunque su existencia se sostiene mediante los testimonios de la tradición oral pero, cualquiera fuese la forma de pago, el arrendamiento sirvió sin duda como un a forma eficaz de presión extraeconómica para asegurar el flujo de fuerza laboral en los momentos adecuados, aunque el trabajo fuese luego remunerado por un salario normal. Con estas presiones no se trataba de abaratar la fuerza de trabajo sino de garantizar su existencia en cantidad suficiente en los momentos críticos del proceso de producción del sector de gestión directa de la hacienda. De la

<sup>7</sup> Hay numerosas referencias en las obras de Alamán, Calderón de la Barca, Guillermo Prieto, Felipe Ruiz de Velasco y en la encuesta de Emiliano Busto respecto a estos intentos de diversificación.

<sup>8</sup> Sin embargo, fue fuente de conflictos al intentar las haciendas extender las tierras de pastizales: el más importante de todo el porfiriato — Atlihuyan a comienzos de siglo — se originó por una apropiación de la hacienda de tierras destinadas a la ganadería por vecinos de Yautepec.

misma manera, el sistema enfiteútico que en algunos casos sobrevivió hasta la Revolución —cuyo canon en muchas ocasiones tenía un alcance simbólico de sujeción al dominio del hacendado— cumplía con igual objetivo.

Además de las tierras de cultivo temporal, básicas en este segundo sector de explotación hacendaria, éste se integraba con las zonas de agostadero en sus partes excedentes de las necesidades ya expuestas de la explotación empresarial directa. Con ellas se obtenía una importante renta monetaria por el derecho de pastaje de los animales de los criadores de los pueblos que no poseían terrenos o no les alcanzaba para todo su hato o, inclusive, se planteaban negocios de mucha mayor magnitud. El manejo del arrendamiento de los agostaderos fue la causa de descontento y permanentes fricciones entre ganaderos y hacendados.<sup>9</sup> Igualmente, las grandes fincas obtenían renta de sus extensiones de monte y bosque, ya fuese monetaria o en especie, por la extracción de leña, madera y resina para la destilación de trementina y brea.

Finalmente, el sector de reserva tuvo una superficie regulada casi siempre en función de las fluctuaciones de tamaño de la zona de explotación indirectamente sujeta a arrendamiento y se componía esencialmente de los terrenos cerriles, de monte y erizos que en su mayor parte eran de nulas posibilidades de aprovechamiento. El sentido de la posesión de estas extensiones por las haciendas resulta complejo y bien podría ser aducido como una buena muestra de la ansiedad terrateniente por el control territorial formalizado como propiedad, con muy poca o ninguna justificación dentro de cualquier esquema de racionalidad productiva. Es cierto que en algunos casos el dominio sobre ese tipo de tierra podría ser analizado como un potencial de futura explotación extractiva, para garantizar algún derecho de paso o consolidar distintos segmentos productivos de las fincas, pero la mayor parte de estas superficies eran poseídas solamente en función de la lógica expansiva de acumulación cuantitativa de recursos territoriales debidamente registrados en un título de propiedad que caracteriza a un tipo de mentalidad terrateniente moldeada en viejas formas señoriales y aristocratizantes. Es la existencia de este sector en la estructura de la hacienda el que explica en parte las opiniones de Molina Enríquez y otros autores que veían en la propiedad de la tierra por los hacendados más un elemento de prestigio social que un medio efectivo de producción.

En síntesis, volviendo a nuestro modelo de referencia de Leal y Huacuja, vemos que la estructura de los recursos territoriales de la hacienda azucarera morelense y su régimen de explotación económica se amoldan a él. A su vez, estas haciendas se apartan de él y acusan marcadas diferencias en lo que hace a la dinámica de respuesta a los estímulos del mercado que el modelo incluía como elemento fundamental y en mucha menor importancia de la producción para el autoconsumo y su incidencia en las relaciones laborales, excluyendo naturalmente los tempranos tiempos coloniales en los que la

<sup>9</sup> Reminiscencia histórica..., ed. cit., s. p.

esclavitud desempeñó un papel importante. Por cierto que esta disparidad con respecto al modelo utilizado es realmente pertinente de subrayar, ya que es clave en la caracterización de la modernidad capitalista de las relaciones de producción del sistema hacendario regional particularmente durante todo su período final, que fue además el de su mayor auge económico.

Podemos pensar que la composición interna de los recursos territoriales de cada hacienda resultó estable por largos períodos — *ad referendum* de nuevas investigaciones —, y que sus reajustes fueron resultado de un largo proceso evolutivo y de consolidación de las diferentes unidades del sistema hacendario. La modificación más importante, efectuada además en un movimiento muy rápido, se produjo durante las tres décadas porfiristas en función del sostenido e irreversible crecimiento de la producción azucarera, resorte central de todas las transformaciones de la economía y de la sociedad de ese lapso. En efecto, luego de un período de graves dificultades económicas para las haciendas — desde las guerras la insurgencia hasta aproximadamente 1880 — la industria azucarera abordó una etapa de modernización cabal, que en lo que hace a la gestión de los recursos territoriales tuvo una consecuencia inmediata: la sostenida expansión del sector de explotación directa utilizado para el cultivo cañero que incluyó siempre la totalidad de las tierras de riego, complementadas con el agostadero necesario para el ganado de trabajo de las fincas o la cría comercial, en su caso. Así, el aumento de las tierras de riego en el período 1870-1908 fue de 21924 hectáreas. En términos relativos estas cifras representan un incremento de 194%, lo que resulta un índice muy elevado. Estos nuevos requerimientos de tierra de riego de las haciendas para su redimensionada escala productiva han sido ubicados por muchos autores — Díez, Sotelo Inclán, Womack, Wolf— como uno de los fundamentales agentes del desequilibrio de las relaciones entre pueblos y haciendas y, en consecuencia, como uno de los antecedentes inmediatos de la Revolución en el ámbito regional. Dice el ingeniero Domingo Díez: “En este año de 1880 se estableció la primera maquinaria en las haciendas para implantar el método de centrífugas (...) Este hecho vino a cambiar radicalmente la vida del estado. Los hacendados al aumentar su producción de azúcar buscaron, naturalmente, la intensificación del área de cultivo y ésta tenía que hacerse forzosamente a costa del terreno de los pueblos (...) En una palabra, puede decirse que hubo una completa evolución al establecerse definitivamente la maquinaria moderna, los terratenientes prosperaron, su caña les dio mayores rendimientos, el gobierno aumentó sus ingresos, sólo los pueblos se vieron obligados a ceder sus tierras y aguas. Poco a poco fueron disminuyendo, algunos acabaron por desaparecer y se intensificó el desequilibrio social que tuvo su rompimiento en la Revolución de 1910”.<sup>10</sup>

<sup>10</sup> Domingo DIEZ, “Bosquejo geográfico e histórico...”, págs. CLXIX-CLXX.

Esta tesis de Díez tuvo singular fortuna en la historiografía dedicada al zapatismo y al proceso histórico morelense durante el porfiriato al ser retomada por Sotelo Inclán y constituir luego una de las bases fundamentales de la interpretación de Womack; también Eric Wolf la reprodujo y le asignó una gran importancia en su trabajo dedicado a los campesinos en la Revolución mexicana.<sup>11</sup>

Resulta éste uno de los puntos más delicados de la historiografía zapatista y conviene analizarlo con cuidado. Por detrás de esas argumentaciones se encuentra el esquema teórico de la existencia de comunidades campesinas, tradicionales poseedores de tierras a las que el proceso de liberación de viejas ataduras corporativas, iniciado por las Leyes de Reforma, dejó como campo fértil para la codicia hacendaria, que arrebató sus mejores recursos territoriales ya sea mediante argucias legales, por coacciones más o menos encubiertas o simplemente utilizando el recurso del uso franco de la fuerza con la complicidad o apoyo explícito del Estado. Sin embargo, los conflictos por la tierra tuvieron en el porfiriato dinámicas y características localizadas y la expansión territorial del sector de explotación directa, o sea del terreno de riego, no se efectuó — al menos en su proporción esencial— sobre las propiedades desamortizadas de los pueblos campesinos sino con base en una reasignación de los recursos propios de la hacienda. En efecto, las haciendas ensancharon sus cañaverales sobre terrenos suyos sustraídos a la explotación indirecta no bien éstos eran beneficiados por los nuevos canales de irrigación. Dada la importancia de los recursos territoriales trasvasados de un tipo de gestión a la otra en un corto lapso cabe reflexionar sobre el impacto social del fenómeno. Si observamos que el sector de tierras de temporal de las haciendas —identificado como de explotación indirecta, o sea en manos de los campesinos por medio de las más diversas formas de arrendamiento— alcanzaba todavía en 1910 casi el doble de superficie que la disponible de la misma calidad en propiedad por los pueblos,<sup>12</sup> nos damos cuenta de la enorme significación que este segmento de las haciendas tenía para la reproducción social de los campesinos. Allí es precisamente donde se expresaban las contradicciones más agudas con los terratenientes y en su forma más atrasada, con las rémoras precapitalistas más marcadas. Sin duda los campesinos vecinos a cada una de las haciendas protagonistas del cambio resintieron la retracción de territorio dedicado por la hacienda para el arrendamiento y el cultivo del maíz, disponibilidad de tierras cuya estrechez se veía en la perspectiva inmediata como todavía más amenazadora. La expansión del riego de las haciendas afectó a los arrendatarios no solamente en cantidad sino también en calidad: dentro de las posibilidades de las cotas de los canales y sus trazados, la hacienda optaría

<sup>11</sup> Jesús Inclán SOTELO, *Raíz y razón de Zapata*, México, Comisión Federal de Electricidad, 1970; John WOMACK, *Zapata y la Revolución Mexicana*, México, Siglo XXI Editores, 1979, págs. 41 y ss., aunque por cierto en una versión mucho más compleja y sofisticada; Eric WOLF, *Las luchas campesinas en el siglo XX*, México, Siglo XXI Editores, 1979, págs. 48-49.

<sup>12</sup> Cfr., cuadro 1.

seguramente por los mejores campos de temporal para abrirlos a la irrigación. Por otra parte, los recursos sustraídos del sector de explotación indirecta difícilmente podían ser reemplazados por segmentos del sector de reserva, en buena medida porque el mantenimiento a plena escala del sector de arrendamiento no era un problema sustantivo de la estrategia económica de las haciendas, pero también por la imposibilidad física planteada por las características naturales del sector de tierras de reserva y en todo caso por lo altamente dificultoso que resultaba abrir nuevas zonas marginales al cultivo con la tecnología existente en ese momento, especialmente por la alta inversión que supone abrir al cultivo nuevas tierras. La frontera agrícola en los primeros años de nuestro siglo había alcanzado su límite extremo en las condiciones tecnológicas dadas.

Estamos entonces frente a un conflicto generado no por un problema de disputa de propiedad de tipo tradicional, agudizado por la inercia en el abuso terrateniente contra las comunidades campesinas incentivado por las nuevas condiciones productivas, tal como vimos que añejamente se viene planteando, sino por una deliberada opción de la gestión económica de la hacienda con respecto a la utilización de sus recursos; conflicto ubicado paradójicamente en el estrechamiento del arrendamiento —el sector más atrasado de toda la estructura hacendaria, considerado tanto desde la faz económica como de la social— provocado por una fuerte voluntad de modernización y la aplicación consecuente de nuevas estrategias de eficiencia y racionalidad económicas. Domingo Díez también se refirió a esta cuestión —apoyándose en el Ing. José Covarrubias y en el Lic. Fernando González Roa—, aunque este aspecto de su análisis no fue tenido en cuenta posteriormente. Es importante volver sobre su texto: “Además, a causa del gran costo de las obras por la irrigación, la tendencia es a conceder las aguas a los capitalistas, lo que no es sino consolidar el latifundismo, porque el hacendado que tiene tierras de regadío hace sus obras en proporción con el territorio de su hacienda y procura hacer industrial la explotación desterrando la aparcería de sus dominios, ya que ésta sólo se practica en México con relación a los cultivos de temporal y para que la aparcería subsistiera sobre terrenos irrigables, sería necesaria la obra colectiva de los terrazgueros, que unidos vendrían a formar una corporación temible para el propietario y desunidos fracasarían por falta de coordinación”.<sup>13</sup>

Esta proporción sintetiza en buena medida todo el proceso social generado por la modernización de las empresas azucareras en el Morelos porfirista.

Cuando analizamos la estructura y desarrollo de la gran propiedad terrateniente tenemos la tentación de congelarla en 1910 como el hito terminal

<sup>13</sup> Domingo DIEZ, *El cultivo e industria de la caña de azúcar. El problema agrario y los monumentos históricos y artísticos del estado de Morelos. Observaciones críticas sobre el regadío del estado de Morelos, conferencias sustentadas en la Asociación de Ingenieros y Arquitectos de México y en el salón de la Escuela N. de Ingenieros, en los meses de octubre de 1918 y mayo de 1919, respectivamente, por su autor el Sr. Ing. Civil Don..., México, Asociación de Ingenieros y Arquitectos de México, 1919.*

de su existencia histórica. Desde el punto de vista de los acontecimientos esto es así, ya que las dos décadas posteriores a esa fecha son las de su liquidación pura y simple. Sin embargo, el proceso porfirista llevaba una dinámica que no se había consumado en esa fecha, que la Revolución interrumpió y que conviene indagar por las implicaciones y la luz que puede arrojar sobre todo el proceso de acumulación terrateniente y de respuesta campesina revolucionaria. Afortunadamente existe un documento que nos permite evaluarlo sobre sus bases reales, teniendo en cuenta la proyección efectiva que hubiera alcanzado sin el corte abrupto que supuso la confrontación armada y el posterior reparto agrario y sin recurrir a hipótesis que podrían estar sujetas a duda legítima: Felipe Ruiz de Velasco, uno de los más inteligentes comentaristas del sistema hacendario morelense, protagonista y gran conocedor del mismo, trazó —una década después de su clausura definitiva— un amplio cuadro de sus perspectivas en 1910 teniendo en cuenta las potencialidades hidráulicas regionales y basado en los planes concretos de los hacendados cuya aplicación fue demorada y luego cancelada por el movimiento armado y la rapiña carrancista.<sup>14</sup>

En efecto, los proyectos de irrigación en tierras propias de las haciendas hubieran elevado el total de la zona de explotación potencial de cañaverales en unas 40.000 hectáreas más, lo que significaba un incremento de 128.6% sobre las disponibles en 1910, con sus correspondientes consecuencias sobre la composición de la producción, asentada cada vez más en estos planes sobre la expansión azucarera y la retirada del maíz. Cabe subrayar que muchos de los proyectos tomados en cuenta por Ruiz de Velasco ya contaban con las concesiones de agua correspondientes por parte del gobierno federal y algunas obras estaban en la fase de inicio de realización y en ciertos casos no se planteaba solamente la construcción de la infraestructura de irrigación sino que se contemplaban inclusive ambiciosos proyectos de extensión de la red ferroviaria, especialmente en la zona poniente del estado globalmente considerado. La realización de estos proyectos hubiera alterado aún más el equilibrio entre los sectores diferenciados de la estructura territorial de las haciendas y, por cierto, agravando la crítica tendencia al desalojo de los arrendatarios subordinados a los terratenientes. Pero también habría introducido una profundización de la crisis ya existente en el propio sistema de haciendas o, al menos, en muchas de sus unidades componentes y debería haber abierto un cauce impetuoso a su transformación desde las mismas contradicciones internas de la propiedad hacendaria.

La base profunda de esta tendencia transformadora endógena del sistema hacendario era el proceso acelerado de la inversión de capital, generador de la modernización e incentivado a la vez por ella. Lo que nos interesa señalar

<sup>14</sup> Cfr. Felipe Ruiz de Velasco, “Bosque y manantiales del estado de Morelos y Apéndice sintético sobre su potencialidad agrícola e industrial”, en: *Memorias de la Sociedad Científica “Antonio Alzate”, tomo 44, México, 1925, págs. 155-157.*

es el aspecto de la disponibilidad del territorio y las contradicciones existentes en este plano entre las mismas haciendas, encuadradas por la oposición básica entre posesión de tierras por los campesinos y la gran propiedad terrateniente. En efecto, la conformación histórica de las distintas unidades del sistema hacendaria determinó la existencia de grupos con recursos territoriales muy disímiles, tanto en su extensión absoluta como en la relación entre los distintos sectores y calidades de tierra componentes de cada hacienda. Podemos así clasificar estas unidades en tres grandes grupos de acuerdo con su tamaño total: grandes, medianas y pequeñas, siendo sus respectivos rangos las mayores de 30 mil hectáreas, las que contaban entre 10 y 20 mil y aquellas que poseían menos de 6.500 hectáreas. En el cuadro 2 se presentan las cifras de disponibilidad de tierras según su calidad entre estos distintos grupos de haciendas, concitando la atención la desigual distribución porcentual de los diferentes tipos de recursos, en especial del riego, elemento productivo esencial, tal como lo hemos reiterado. La gráfica 1, a su vez, muestra para cada hacienda el mismo tipo de fenómeno en datos relativos y las cifras y las cifras medias por grupo, absolutas y relativas. La confrontación de estos números nos indica el siguiente hecho: mientras que las diecinueve haciendas pequeñas que poseían apenas 15.5% de toda la superficie ocupada por el sistema hacendaria en su conjunto disponían de 42.7% de la tierra de riego, las cuatro haciendas mayores que controlaban 51.8% de la superficie total de las haciendas solamente contaban con 19.2% de todo el riego. Las ocho haciendas medianas muestran sobre superficies totales y la disponibilidad de 38.1% del riego. Por cierto que esto determina una marcada diferencia del peso relativo del riego en las superficies totales de cada grupo: en las pequeñas alcanzaba 27%, mientras que en las mayores era de sólo 3.6% y en las medianas 11.4%. El resultado final es que la extensión media de riego de las haciendas mayores era de 1492 hectáreas cada una, de las medianas de 1481 hectáreas y de las pequeñas 700 hectáreas; es decir, una relación de 2 a 1, mientras que en superficie total la relación era de 16 a 1 entre las mayores y las pequeñas.

Esto hace evidente que la unidad hacendaria en su carácter de azucarera no podía definirse por la extensión total de tierra que la integraba, sino por la superficie de riego que disponía y que la racionalidad de la apropiación del recurso tierra, siempre en términos de empresa azucarera, está indicada por el mayor coeficiente de riego en relación con la superficie total. Desde este punto de vista y de acuerdo a la representación de la gráfica 1 y a los datos agrupados en el cuadro 3 las haciendas de Morelos pueden ordenarse en una escala que encabeza San Nicolás Obispo y cierra — naturalmente — San Juan Chinameca y cuyo rango va de 58.9 a 1.0 por ciento de riego con respecto a la superficie total. Hablando en términos generales podemos también señalar que la racionalidad de la apropiación del territorio en función de la actividad sustantiva de las haciendas azucareras era mucho más elevada en las haciendas pertenecientes al grupo de las pequeñas que en las mayores e inclusive en las medianas.

*Contrario sensu* la racionalidad de la propiedad terrateniente en términos de lógica productiva se estrecha con relación al mayor coeficiente de disposición de tierras que hemos agrupado en las categorías de "otras" —agostadero, monte, cerril, erial—, salvo con la introducción de formas de explotación de ganadería extensiva cuyos resultados no podemos apreciar. Y sí debemos subrayar el fuerte contenido precapitalista de las haciendas cuyo coeficiente de temporal era elevado por las razones ya anteriormente expresadas en cuanto a la forma de explotación de este tipo de recurso territorial, situación agravada en el grupo de las mayores y medianas por el peso de sus superficies en términos absolutos. Podríamos afirmar que cuanto mayor tierra de temporal disponía una hacienda más difícil le resultaría desembarazarse de esta rémora y convertirse en una unidad totalmente especializada y eficientizada en la producción azucarera en términos capitalistas plenos. Los ordenamientos respectivos de las haciendas en función de estos coeficientes figuran también en el cuadro 3.

En el análisis del riego disponible por las haciendas vimos su posición insustituible en cuanto a la producción de tierra de riego no podía ser inferior a un mínimo funcional fijado por la escala productiva en que estaba operando el conjunto. Es cierto que las particularidades del mercado azucarero daba gran elasticidad a esa escala, pero también lo es el hecho de que a partir del inicio de la década de 1900 se estaba planteando una radical transformación de esas condiciones debido a la crítica situación del conjunto de la industria, que iba a exigir el aumento de la escala productiva por hacienda para poder bajar costos y enfrentar las nuevas condiciones del mercado que tendencialmente marchaba a una fuerte depresión de los precios por aumento de la oferta y estrechez relativa de la demanda.<sup>15</sup>

La ampliación de la escala de producción planteaba inexorablemente la cuestión de la inviabilidad de algunas de las unidades hacendarias en un futuro muy cercano y intensificación de un proceso de concentración de la propiedad terrateniente que ya se estaba dando intensamente, como se apreciará cuando estudiemos al grupo de hacendados. De hecho, el plan de expansión no terminado en 1910 y proyectado hacia adelante en la forma en que lo expone Ruiz de Velasco significaba la fusión de varias unidades en una sola, pero también la modificación sensible de la misma estructura de sectores productivos tal como la hemos expuesto, ya que hubiera profundizado la eliminación del sector de explotación indirecta en el sentido y con las consecuencias ya apuntadas.

Si observamos nuevamente la gráfica 1 veremos que la tendencia al estrechamiento de la tierra de cultivo de temporal resulta evidente — especialmente en aquellas haciendas de menores recursos territoriales — si

<sup>15</sup> Horacio CRESPO, "El azúcar en el mercado de la ciudad de México. 1885-1910", en: Horacio Crespo (coord.), Morelos. Cinco siglos de historia regional, Cuernavaca, CEHAN-UAEM, 1984, pp. 165-222.

tomamos en cuenta la dificultad ya comentada de expandir la frontera agrícola sobre el sector de reserva. El proyecto que podemos llamar "Ruiz de Velasco" implicaba que el terreno de temporal de las haciendas pequeñas y medianas prácticamente se vería absorbido en su totalidad por los nuevos cañaverales proyectados y solamente quedarían disponibles algunas de las zonas de cultivo de secano en las haciendas mayores. De un total de 73.320 hectáreas de temporal del conjunto de todas las haciendas, la ampliación en 40.000 hectáreas de la superficie de riego de hecho clausuraría los sectores de explotación indirecta de la mayoría, dejándolo viable — aunque también más estrecho — únicamente en las haciendas más grandes ubicadas en el oriente y en las zonas marginales del poniente y centro del sur. Principalmente en los valles centrales y en el plano de Amilpas la hegemonía del riego — de la caña, naturalmente — hubiera sido ya absoluta, definitiva. No podemos disminuir la importancia del doble impacto que todo esto significaba, tanto en lo efectivamente realizado para 1910 como en lo proyectado para el siguiente lustro. Por un lado destruía, o al menos confinaba a una proporción muy menor, el sector de arrendamiento que lastraba la explotación hacendaria de sus mayores cargas de relaciones precapitalistas. Por el otro, desalojaba abruptamente a miles de campesinos arrendatarios y precaristas y los colocaba en la vía de la proletarianización descarnada y total, dada la incapacidad de los pueblos para reabsorberlos, o asimilarlos, en su caso, en condición de cultivadores. El desequilibrio entre la economía terrateniente y la campesina, apenas contenido durante las tres últimas décadas previas a la Revolución, se agudizaba en el preciso momento en que las necesidades de la nueva racionalidad productiva inducía rigurosamente a la primera a destruir sus formas más tradicionales de dominación y de explotación, modernizándolas en términos cada vez más acabadamente capitalistas. Nunca debemos olvidar que el conflicto de Anenecuilco, la estrella inicial de la trayectoria de Emiliano Zapata, no fue sino un enfrentamiento de arrendatarios con un propietario renuente a facilitarles la tierra de cultivo: en el corazón mismo del proceso un signo de los tiempos, la señal de la contradicción más explosiva del estallido.

### El Pueblo Campesiano

Los campesinos de Morelos han sido un objeto privilegiado de estudio de la ciencia social en México desde Redfield a nuestros días.<sup>16</sup>

No ajeno a este interés, en realidad fue su resorte central, estuvo el hecho de que ellos fueron los protagonistas principales de una de las revueltas agrarias más importantes de un siglo caracterizado precisamente por la enorme marea de luchas campesinas que han contribuido en buena medida a cambiarle el rostro al mundo en que vivimos.

<sup>16</sup> Al respecto puede consultarse en interesante aunque poémico trabajo: Claudio Lomnitz Adler, "La Antropología de campo de Morelos, 1930 -1983", en Horacio Crespo (coord.), Morelos: Cinco siglos..., págs. 395-418, que incluye una bibliografía extensa.

La pregunta inicial fue ¿Cómo eran estos pueblos campesinos que construyeron el nervio y el alma del zapatismo? Nuestra guía metodológica más firme para la investigación puede sintetizarse en una afirmación de ese gran estudioso que es Eric Wolf: "Para el neófito e incluso para muchos especialistas, la distinción entre diferentes tipos de campesinos no tiene importancia; se satisfacen con hablar de un 'campesinado' que abarca a todos, sin mayor distinción. Para el antropólogo con experiencia en estudios de campo en pequeñas comunidades, sabe que hay diferencias en el comportamiento y en los puntos de vista entre arrendatarios y propietarios, entre campesinos ricos y campesinos pobres, entre agricultores que también son artesanos y aquellos que sólo eran y cosechan, entre hombres que son responsables de todas las operaciones agrícolas en una tenencia que arriendan o poseen y los trabajadores asalariados que realizan su trabajo bajo la supervisión de otros a cambio de su dinero".<sup>17</sup>

El trabajo empírico, ya sea reconocimiento de campo o investigación de archivo resulta la única real posibilidad de dibujar el rostro completo de realidades esquivas y difíciles de aprehender, muy reacias al sometimiento a las generalidades esquemáticas de una teoría apriorística.

Resulta ya un tópico asentar que el origen de la propiedad comunal de la tierra en los pueblos campesinos se remonta al régimen agrario prehispánico, que con modalidades bastante complejas de las que nos interesa resaltar esquemáticamente tres: la primera, el hecho de que a pesar de que la propiedad eminente de la tierra era comunal, el usufructo se efectuaba en forma individual, o sea que cada cabeza de familia recibía un lote o solar en la zona urbana del pueblo para construir su casa y podía disponer de una parcela en la zona de cultivo; segundo, la tenencia y disponibilidad en común de las tierras de agostadero y monte que eran explotadas de acuerdo a las necesidades de cada uno de los miembros de la comunidad; tercero, la inexistencia de una práctica de redistribución periódica y generalizada de la tierra comunal entre los cabezas de familia —del tipo del que se practicaba por ejemplo en el mir ruso— sino únicamente de la tierra que quedaba vacante por cualquier causa, pasando por alto las diferencias que pudo haber habido entre el régimen indígena prehispánico de propiedad y el de la tradición jurídica de las comunidades españolas —que son muchas y notables— puede afirmarse que la asimilación del uno al otro se hizo con bastante facilidad, especialmente después de la ordenanza del Virrey marqués de Falces en 1567 y las reglamentaciones subsiguientes. El fondo legal de cada pueblo, enriquecido muchas veces por la subsistencia de algunos jirones del patrimonio territorial anterior, mas en algunos casos la concesión de específicas mercedes de tierras constituyeron la base del nuevo patrimonio comunal sobre el que bien o mal ejerció una tutoría protectora muy extensa la corona española. En el caso de Morelos, como en general para todo el centro de México, la continuidad

<sup>17</sup> Eric R. Wolf, Las luchas campesinas..., pág. 5.

patrimonial comunitaria se vio favorecida por la persistencia de los asentamientos humanos, ya que resulta muy difícil encontrar un pueblo colonial que no suponga la existencia de un poblamiento prehispánico. Dice Bataillon: en el México de la mesa central" la originalidad del poblamiento rural y urbano reside en una permanencia de los lugares de habitación, excepcional en el continente americano.

Desde hace cinco siglos por lo menos y quizás más, persigue el diálogo entre las metrópolis poderosas y los campos densamente ocupados por campesinos que viven agrupados en las villas y en los pueblos: ni la crisis de la ocupación colonial en el siglo XVI ni la revolución agraria en el siglo XX alteraron este equilibrio fundamental".<sup>18</sup>

Continuidad estructural notable, que no incluye tomar en consideración los cambios profundos aparejados por la conquista española, en particular en cuanto al pasaje del asentamiento disperso al compacto, adecuadamente subrayado por Francisco de Solano: "Sobre modelos urbanísticos uniformes — el trazado regular en damero, tal como el renacentista modelo para las ciudades, y con unas medidas determinadas — sobre la base primordial de las pautas castellanas, el pueblo de indios acoge a las tribus, clanes y señoríos indios. Todos los patrones de asentamientos prehispánicos, desde los más evolucionados hasta los más primitivos, van a quedar eliminados y sustituidos por la aldea de indios, que el español estructura sobre la base económica de los bienes de propios y comunales, a imagen de los pueblos de Castilla, y que en bastantes zonas coincidían con una fuerte tradición semejante en la era prehispánica".<sup>19</sup>

Lo que interesa destacar aquí es la simbiosis operada entre el sustrato del régimen de capullí y la impuesta tradición de la comunidad castellana, que dio como resultado el peculiar sistema de tenencia y propiedad de la tierra en el campesinado indígena colonial.<sup>20</sup>

La historia colonial particularizada de los pueblos surianos de la región de Cuernavaca y las Amilpas está en vías de hacerse, pero ya contamos con algunas monografías que sobre la base de lo ocurrido en Anenecuilco, Xalostoc o Tetela del Volcán, ayudan al diseño del cuadro más general acerca de las formas concretas de constitución del patrimonio territorial de las comunidades en la segunda mitad del siglo XVI y primera del XVII, así como de la sucesión

de luchas obstinadas y difíciles que los pueblos debieron afrontar para defenderlo de la presión terrateniente.<sup>21</sup>

Los llamados *títulos primordiales*, sobre los que se ha desarrollado una pintoresca y confusa mitología agrarista, la mayoría de las veces eran en realidad copias autenticadas por el Archivo General de la Nación de las antiguas mercedes coloniales de tierras y aguas o de la adjudicación del fundo legal por parte de la autoridad virreinal. Esto demuestra que la base de la propiedad territorial sujeta a defensas y reclamaciones y asentada en la conciencia colectiva de la comunidad como su patrimonio original, tiene su origen en el sistema colonial, aunque no se pueda desconocer el sustrato prehispánico siempre presente, aunque modificado y muchas veces idealizado.

El cuadro 1 presenta la información de los recursos territoriales de los pueblos de Morelos en 1910, al año terminal del porfiriato. Resume y sistematiza una compleja masa de datos provenientes de las manifestaciones prediales de 1909 y de los expedientes de tierras de la reforma agraria de la década de los veinte de este siglo. El primer acercamiento debe hacerse a nivel de las cifras globales. Los pueblos disponían de 28,9% del total de las tierras del estado contra 63,7% de las haciendas y 7,4% correspondiente a los ranchos y haciendas no azucareras. Estas cifras permiten efectuar una doble afirmación: en primer lugar, el enorme peso de la concentración de tierras en manos de los terratenientes azucareros — un tópico absoluto en todos los estudios dedicados a la propiedad de la tierra en el porfiriato —; segundo, la subsistencia de una muy apreciable masa de recursos territoriales en manos de los pueblos campesinos, cuya importancia social y económica no puede soslayarse, pero cuya existencia misma había quedado desdibujada por la literatura política agrarista e, inclusive, por la historiografía dedicada al problema.

En cuanto a la forma jurídica de tenencia, 54,1% — o sea 77.906 hectáreas — estaba plenamente titulado en forma privada e individual de dominio, ya bajo formas de posible titulación notarial sucesiva aunque ésta no se aplicaría aún a la totalidad de esos predios, resultado del largo proceso de desamortización que había culminado precisamente con la revaluación predial de 1909. El restante 45,9% revestía la forma jurídica de tenencia comunal, cuya titularidad ostentaban las municipalidades como herederas de los viejos ayuntamientos, también plenamente garantizadas ya en 1909. De nuevo resultan impactantes, a nivel de cifras globales, las 66.216 hectáreas que todavía permanecían en el régimen de bienes públicos en común, después de medio siglo de desamortización liberal empujada por celo ideológico y por aviesos intereses.

<sup>21</sup> J. Inclán SOTELO, cit.; René García Castro. *Microhistoria de un pueblo de la Tlanahuac, Xalostoc en el actual estado de Morelos*, tesis de licenciatura en Antropología Social, Escuela Nacional de Antropología e Historia, México, 1985; Carlos Martínez Marín, *Tetela del Volcán. Su historia y su convento*, México, UNAM, 1968.

<sup>18</sup> Claude BATAILLON, *La ciudad y el campo...*, pág. 47.

<sup>19</sup> Francisco de SOLANO, *Cedulario de Tierras. Compilación de legislación agraria colonial (1497-1820)*, México, UNAM, 1984, pág. 78. También se destaca el cambio de patrón de asentamiento, en Johanna Broda. "Las comunidades indígenas y las formas de extracción del excedente: época prehispánica y colonial", en Enrique Florescano (comp.), *Ensayos sobre el desarrollo económico de México y América Latina (1500-1975)*, México, Fondo de Cultura Económica, 1979, pág. 65.

<sup>20</sup> José MIRANDA, "La propiedad comunal de la tierra y la cohesión social de los pueblos indígenas mexicanos", en *Vida Colonial y albores de la independencia*, México, Secretaría de Educación Pública, Col. Setecentas 56, 1972, págs 58 y 60-62.

Estas extensiones representaban la sobrevivencia del patrimonio secular de las comunidades campesinas de Morelos y constituían la base de su reproducción social y del mantenimiento de su identidad como tales. Eran, a la vez, un polo suficientemente importante y fuerte para mantener la tensión contradictoria con el poder hegemónico de los terratenientes. Un tanto paradójicamente, debe subrayarse el hecho de que *contrario sensu* de lo que una apreciación superficial o intencionalmente falseada podría suponer — y lo ha hecho en forma reiterada — es la supervivencia territorial y no su supuesto agotamiento o liquidación lisa y llana lo que proveía de sustento y vitalidad al campesinado morelense y lo que constituyó la base efectiva de su capacidad de rebelión. Estamos frente a unos pueblos que pese a haber sufrido expropiaciones, confiscaciones y despojos sin cuenta, disponían aún de recursos en cantidad suficiente como para reconocer su identidad como tales y desarrollar actividades productivas que — aunque obviamente no permitían una reproducción social armónica y garantizada para el conjunto de sus habitantes, ni siquiera para una mayoría de ellos —, permitían mantener viva la condición de campesinos autónomos para un segmento significativo de sus miembros. La importancia de este hecho es enorme, no solamente para los propios sujetos de esa actividad como cultivadores o ganaderos independientes, sino como modelo vivo y operante a los ojos de quienes no podían hacerlo por no disponer con qué, pero sentían esa realidad como un futuro ideal e intensamente deseado: la gran masa de los pobres de esos mismos pueblos, de los jornaleros, de los aparceros y medieros de las rancharías dependientes de las haciendas. Los pueblos, con base en esos recursos disminuidos, severamente afectados, pero presentes, representaban el dibujo de un modelo económico, social y cultural antagónico al de las haciendas, perfeccionado en el diseño que sucesivamente fue elaborando en la teoría y en la práctica el zapatismo entre 1911 y 1916. Muy distinto hubiera sido el desarrollo programático del agrarismo zapatista, que fue sin duda el aporte ideológico más original de la Revolución mexicana, si efectivamente la liquidación de esas entidades autónomas hubiese sido consumada o si la consunción motivada por la presión terrateniente hubiese llegado a límites prácticamente letales. La amenaza continuaba presente y la memoria colectiva no borraba el pasado secular teñido por ella, pero el aserto efectista de que “el campesino suriano no es dueño de otra tierra que pisa” de haber sido una realidad hubiera imposibilitado precisamente la rebelión que en boca de algunos decía fundarse precisamente en él.

Hubo rebelión con esas características peculiares porque había campesinos capaces de sustentarla y no porque hubiesen sido eliminados por el proceso latifundista; el zapatismo fue lo que sabemos y no únicamente una *jacquerie* de peones desposeídos gracias a que los pueblos eran aún entidades vivas y dinámicas, sujetas a las contradicciones básicas con su enemigo de siempre, pero también a procesos internos fuertemente repulsivos, con una base objetiva a la que asirse.

## La Diferenciación Campesina en Morelos

La estratificación social en los pueblos del actual Morelos es muy antigua. Los estudios de Pedro Carrasco muestran claramente que la comunidad prehispánica no era una estructura igualitaria sino que, por el contrario, estaba determinada por una marcada diferenciación interna, en la que el sector que oficiaba de intermediario entre el conjunto de los tributarios y la nobleza y el poder central, se fue enriqueciendo paulatinamente y separándose socialmente de los otros miembros que no gozaban de igual situación. La diferenciación llegaba incluso hasta los sectores más inferiores de los macehuales.<sup>22</sup>

Este factor de diferenciación interna del pueblo constituido por la función de intermediación social prosiguió después de la conquista española en relación con el nuevo poder: encomenderos, hacendados y el propio estado colonial y la Iglesia.

Asimismo, la estructuración de la economía azucarera en la zona y la satisfacción de sus requerimientos, en especial el transporte de producción a la ciudad de México, también fue un factor de enriquecimiento de ciertos grupos y, en consecuencia, de diferenciación. Los proveedores de combustible a los ingenieros, ciertos artesanos y pequeños ganaderos y particularmente los arrieros transportistas se vieron beneficiados, aunque en este último caso su posición misma en el sistema económico hizo que poco a poco se fueran desligando de los pueblos. Un sector mestizo, beneficiario muchas veces de concesiones y prebendas afincado, a pesar de la legislación separatista de la Corona, en los pueblos indígenas, también sirvió de base a un proceso aún más marcado de diferenciación.<sup>23</sup>

El derrumbe demográfico de la Nueva España, como ya dijimos, se acusó también en la región. Esto motivó la expansión territorial del latifundio por una parte, y naturalmente una retracción considerable del territorio efectivamente ocupado por los indígenas, vacío territorial aprovechado por la hacienda que lo ocupó con base en mercedes, pero también por arrendamientos y ventas hechas por los propios pueblos. Arrendamientos y ventas que estrecharon la base territorial de la economía campesina y que muchas veces fueron motivo de conflictos entre diversos sectores de los pueblos y también fuente de enriquecimiento de los gestionarios locales de estas operaciones.<sup>24</sup>

Producida la recuperación demográfica de los pueblos a lo largo del siglo XVIII, estos arrendamientos y ventas, más la serie de despojos lisos y llanos que habían sufrido, motivaron una gran presión sobre las tierras de cultivo aún

<sup>22</sup> Pedro CARRASCO, “Estratificación social en Morelos durante el siglo XVI”, en Pedro Carrasco, Joahanna Broda, et al., *Estratificación social en la Mesoamérica Prehispánica*. México, SEP, INAH, págs 102-117.

<sup>23</sup> La importancia del sector mestizo se refleja en Manuel Mazari, “Un antiguo padrón itinerario del Estado de Morelos”, en *Memorias de la Sociedad Científica “Antonio Alzate”*, tomo 48, México.

<sup>24</sup> Cfr. Ward Barret, op. cit., pp. 67 y ss.

disponibles y una intensificación de los pleitos para recuperar las tierras mal o legalmente habidas por las haciendas.<sup>25</sup>

Pero es necesario un estudio más detallado de la estratificación social de los pueblos en la época colonial para poder establecer con certidumbre de qué manera incidió sobre ella la oscilación demográfica.

Por otra parte, las tierras comunales, cuya importancia ha sido también señalada para Europa occidental con respecto a la economía de los sectores más empobrecidos, ya que de allí obtenían fuentes alternativas de subsistencia (leña, carbón, resinas, caza, pastos, etcétera), y que cumplían aquí igual finalidad, fueron de más limitadas por la presión externa de la hacienda y por la expansión de la zona de cultivo sobre ellas, acorde al crecimiento de la población o al peso de los intereses de los "notables" más prósperos. Es muy importante recalcar que la parcela de cultivo era de usufructo individual y no colectivo, ya desde la época prehispánica, lo que planteaba de por sí la posibilidad de una acumulación diferenciada entre los campesinos, y que cada vez más se fue acentuando la misma modalidad para las tierras con títulos comunales, ya sea por vía de arrendamiento a los ayuntamientos o por apropiación directa.

El aumento de la población en el siglo XVIII incrementó la dependencia de los pueblos respecto a las tierras de cultivo que podía arrendar la hacienda, cuyo significado y funcionalidad respecto al sistema hacendario ya comentamos antes. El campesino que debía arrendar por no alcanzarle sus tierras propias o por no poseer ninguna, se encontraba en una situación de fuerte desventaja respecto al cultivador propietario: el peso de la renta y también la menor productividad obtenida generalmente por el arrendatario, influían fuertemente sobre su posibilidad de acumulación. Por otra parte, hay que contabilizar el trabajo efectuado en la hacienda, que generalmente fue pagado, pero que a pesar de esto disminuía la posibilidad de dedicación del campesino arrendatario en su propio beneficio.

Otro factor, de una importancia igual o hasta mayor que la propiedad de la parcela, fue la posesión de yunta de bueyes o animales de tiro alternativos. La renta de los bueyes era mucho mayor que la de una parcela y en general podemos afirmar que la tenencia de bueyes fue un fuerte vehículo de acumulación en los pueblos. El poseer animales significaba no sólo eximirse de pagar rentas por ellos, sino la posibilidad de aumentar los ingresos rentándolos a otros vecinos. Por otra parte, se disponía de ellos cuando eran necesarios, lo cual redituaba en un aumento en la productividad. La disponibilidad de aperos de labranza también incidió en la misma dirección, lo mismo que la aplicación a la labranza de arado en vez de la coa.

Todo este cúmulo de elementos operando en un proceso secular hizo que en el siglo XIX no nos encontremos con comunidades patriarcales de tipo

<sup>25</sup> Cfr. Barret, *ibidem*, Sotelo Inclán, *op. cit.*, y Alicia Hernández Orive, *op. cit.*

igualitarista sino, por el contrario, con pueblos estructurados en sistemas internos de poder fundados en última instancia en una diferenciación económica fuertemente marcada, particularmente los pueblos cercanos a las haciendas y ubicados en la zona de los valles fértiles.

La penetración, lenta pero sostenida a lo largo de toda la primera mitad del siglo XIX, de relaciones mercantiles en el campo, fue acentuando los efectos de ese proceso. No está estudiada aún la importancia de los impuestos y de las necesidades monetarias que ellos creaban a los campesinos, pero sin duda éste fue un factor que se agregó a los anteriores para seguir y ahondar la tendencia a la pauperización de la mayoría y el enriquecimiento de una pequeña minoría en los pueblos. Otros elementos, estrechamente vinculados a las necesidades monetarias incentivadas por las relaciones mercantiles y la presión del estado, fue la usura; su análisis es muy difícil debido a la casi total ausencia de fuentes, pero sus efectos fueron capitales como vía de acumulación por un lado y de pauperización por otro.

Se puede plantear como hipótesis general, sobre la base de lo que conocemos para Coatlan del Río en el oeste de Morelos, y Huitzilac, en el norte, que la usura estuvo generalmente vinculada al comercio minorista de mercancías de consumo del campesino: telas, aperos, instrumentos de metal, y que el binomio usurero-comerciante generalmente se practicó por escasas familias que fueron concentrando en sus manos las mejores tierras del pueblo. Sin duda fueron estas familias las que controlaban la intermediación de los productos hacia mercados externos al pueblo con la consiguiente acumulación importante generada por esta actividad: es el caso de las frutas en Coatlan del Río, del pulque en Huitzilac, de la carne en Yecapixtla, etc.

En 1856 la sanción de la ley de desamortización de los bienes de las corporaciones religiosas y civiles marca un hito fundamental en la tendencia que estamos considerando. Sin duda, la sanción jurídica legalizó un proceso de larga data respecto a las tierras comunales, pero a la vez la propia inercia de la legalidad más la presión de los órganos del Estado acelera la tendencia que ya se venía perfilando en la realidad. El proceso iniciado en 1856 significó un salto cualitativo en la destrucción de los restos de comunidad rural, en particular en un doble y significativo aspecto: primero, la división y privatización de las tierras comunales; segundo, la intensificación de la circulación de la tierra como mercancía entre los mismos vecinos de los pueblos. En los cincuenta años siguientes, hasta el estallido de la Revolución, el proceso de estratificación social interna en los pueblos se desarrolló a un ritmo acelerado y desconocido anteriormente, particularmente en los valles fértiles, pero alcanzando las zonas semiáridas del sur y las boscosas del norte.

Es un lugar común en gran parte de la bibliografía histórica sobre el problema, que la hacienda resultó gran beneficiaria de la operación de desamortización. La realidad, al menos en la zona estudiada por nosotros, es muy distinta: la

hacienda solamente aprovechó la coyuntura para capturar alguna fuente suplementaria de agua para riego o algún terreno que despertara su interés, pero no existe ninguna evidencia de que el ritmo de despojo de tierras a los pueblos se haya incrementado desde 1856, especialmente en lo referente a la tierra de los valles centrales, o sea la zona de las grandes fincas azucareras.<sup>26</sup>

Mención aparte es lo acontecido tanto en el sur como en el norte del estado, zonas marginales hasta el porfiriato. Como ya vimos anteriormente el proceso aquí se manifestó con virulencia en lo que hace a las tierras comunales de los pueblos. Lo más importante es que junto al despojo efectuado por la hacienda se produce el enriquecimiento de un pequeño grupo en el interior del pueblo, vinculado al proceso jurídico del despojo o al de la legalización de la propiedad particular de acuerdo con el texto legal.

Aunque es necesario una mayor profundización en la investigación, el enriquecimiento del grupo más poderoso estuvo vinculado al control del comercio local, a ciertas actividades industriales como la fabricación del piloncillo (azúcar de mala calidad de consumo popular), a la inversión en propiedades de casas luego rentadas, y sin lugar a dudas a la usura. El análisis detallado de los integrantes de este grupo, sin duda abrirá mucho camino en la comprensión de las causas, efectos y dinámica de la diferenciación social en el campesinado. Estos grupos adquirieron una importancia suplementaria: no solamente fueron agentes del proceso de diferenciación social, sino que en muchos casos resultaron beneficiarios del proceso de reforma agraria de los años veinte de nuestro siglo. Creemos que esta hipótesis de la continuidad de los grupos económicamente poderosos del campesinado del porfiriato en el período de la Reforma Agraria puede resultar muy útil en el análisis de la formación del cacicazgo moderno en el campo morelense y del centro de México.

En el cuadro 4 se incluyen los resultados preliminares de una investigación efectuada sobre los datos de más de 20 mil declaraciones prediales de campesinos morelenses en base a la obligada manifestación predial ordenada por el gobernador Escandón en 1909, que demuestran fehacientemente la profundidad de la estratificación en la tendencia de la tierra en los pueblos de Morelos. La delimitación de los grupos y su posterior actuación en el zapatismo promete ser una de las vías más reveladoras acerca de su nacimiento, crecimiento y evolución ideológica y política.

<sup>26</sup> Acerca de la tesis clásica sobre la desamortización de los bienes comunales Cfr. Jesús Silva Herzog, *El Agrarismo Mexicano y la Reforma agraria*, México, FCE, 1974, cap.III ; Luis Wistano Orozco, *Legislación y Jurisprudencia sobre terrenos baldíos*, México, Ediciones "El Caballito", 1975; James L. Hamon, y Stephen R. Niblo, *Precursores de la revolución agraria en México*, México. Colección Sepsetentas 202, 1975; Moisés González Navarro, "Instituciones indígenas en el México independiente", en *La política indígena de México*, tomo I, México, INI 1973.

## CONFLITOS NO CAMPO: TERRA E MOVIMENTOS SOCIAIS NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO IMPÉRIO<sup>1</sup>

Márcia Maria Menendes Motta\*

Os conflitos no campo brasileiro nas primeira décadas do Império são ainda pouco analisados pelos historiadores. O presente trabalho procura contribuir para o debate sobre sua recorrência e dinâmica, a partir da análise de uma fonte também ainda pouco freqüentada. Refiro-me aqui aos processos cíveis de embargo<sup>2</sup>. Tais fontes se constituem num lugar privilegiado para detectarmos os conflitos pela posse da terra, suas interpretações, no jogo de poder entre agentes sociais diversos e suas lutas pelo direito a uma parcela de terra.

A ausência de uma legislação reguladora do acesso à terra, após o fim do sistema de sesmaria, em 1822, implicava a reiterada utilização dos pressupostos presentes nas *Ordenações Filipinas* e nos comentários dos famosos juristas em relação ao papel e responsabilidade das testemunhas<sup>3</sup>. Eram elas, nestes casos, que poderiam confirmar ou não os argumentos de autores e réus nos processos de embargo. A exigência de duas ou três, pois apenas "uma não faz prova", e a idéia de que "a mais qualificada merece mais crédito, se uniam ao pressuposto de que "devem dar a razão de seus ditos, que é a alma do depoimento"<sup>4</sup>.

Assim, na ausência de um documento confirmador da posse sobre a área ocupada, como a cartas de uma sesmaria, medida e demarcada, os litigantes se deparavam com a necessidade de estabelecer seus direitos através do depoimento de terceiros. Recorriam muitas vezes a sua parentela que, nestes casos, confirmava a anterioridade de seus atos possessórios sobre os ali realizados pela outra parte. Muitas vezes, recorriam a primos, cunhados e sobrinhos, que apareciam como personagens idôneos para a comprovação de seus argumentos. Em outras tantas, as testemunhas desconsideravam seus vínculos familiares e depunham contra seu parente.

A existência de disputa por uma parcela de terra, às vezes um pequeno quinhão ou um córrego d'água, poderia significar o rompimento do frágil equilíbrio entre fazendeiros e subordinados, entre o chefe de família e seus parentes. Assegurar a vitória no processo não dizia respeito apenas à

\* Universidade Federal Fluminense

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão resumida do capítulo II de minha Tese de Doutorado, intitulada: *Nas Fronteiras do Poder: conflitos de terra e Direito Agrário no Brasil de meados do século XIX*. UNICAMP, Tese de Doutorado, 1996.

<sup>2</sup> Os processos de Embargo aqui analisados referem-se ao Município de Paraiba do Sul, Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> O importante papel das testemunhas na decisão sobre o direito à terra foi também reconhecido por Hebe de Castro, *Das Cores do Silêncio*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

<sup>4</sup> Candido Mendes de Almeida - *Auxiliar Jurídico*. Vol II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, s/ d, p. 596-597.

manutenção da parcela como parte integrante das terras pertencentes a um dos litigantes. Significava também, no caso dos fazendeiros, reforçar as relações de dominação sobre sua parentela. Ou seja, a disputa pela terra era também uma disputa por gente.

A recorrência do apelo aos seus subordinados fazia com que os fazendeiros se colocassem numa situação delicada. Ou seja, se por um lado a parentela podia servir para auxiliar na defesa de seus argumentos, por outro, isso criava uma possibilidade real de que uma fração dos parentes pudesse vir a questionar a extensão da fazenda de seu senhor. As histórias destes conflitos de terras nos revelam também jogos de poder no interior da parentela.

Os herdeiros de Francisco Antônio Nunes, *senhor e possuidor* da Fazenda do Secretário acusaram-se mutuamente, em 1839, de desobedecerem os limites de seus respectivos quinhões. Cada um dos envolvidos tinha sua interpretação sobre os limites territoriais de suas parcelas<sup>5</sup>. Este também foi o caso da Fazenda Passatempo, cujos herdeiros, em 1856, entraram em litígio. A intensa briga entre as partes mobilizou boa parte da parentela. Compadres, primos, sobrinhos, cunhados e irmãos buscaram defender uma das partes, num processo bastante confuso. Neste caso, por exemplo, o genro tornou-se uma peça fundamental na defesa do autor; por outro lado, o réu conseguiu o apoio de dois primos e um sobrinho de seu oponente<sup>6</sup>.

Às oscilações da fortuna<sup>7</sup> se somava a instabilidade ocasionada pelo falecimento de um membro importante da família. A abertura de um inventário podia representar não somente a partilha dos bens, mas também uma luta pelo melhor quinhão de terra, pelo espaço territorial mais fértil, capaz de produzir mais lucros ao seu dono. De qualquer forma, não nos é difícil imaginar que, em regra, as grandes famílias buscassem se preservar unidas, pois a disputa pelas terras abria a possibilidade de contestações de limites por parte de outras pessoas, além de pequenos posseiros.

A ameaça de um *invasor* tendia a provocar a união de parentes na defesa da terra ameaçada. Em 1835, por exemplo, Rosa Luiz de Azevedo e seu genro, o fazendeiro e vereador João Gomes Ribeiro de Avelar uniram-se contra um estrangeiro, de nome Joaquim de Guiland, acusado de estar “roçando e derrubando sobre os domínios do autor”. O *ex-senhor e possuidor* da terra em litígio, juntamente com o seu filho, veio em defesa dos autores, impedindo que Guiland continuasse em sua posse<sup>8</sup>. Um caso parecido foi o que envolveu o fazendeiro Manoel Alves Malta. Os filhos da *ex-senhora e possuidora* da terra

<sup>5</sup>- A.J.R.J./P.E., 1839. Autor: Francisco Antônio Nunes/Réu: José Antônio Nunes.

<sup>6</sup>- A.J.R.J./P.E., 1856. Autor: Lourenço José Bernardes/Réu: Manoel José dos Passos. Outro caso interessante foi o que envolveu a viúva de José Agostinho de Abreu Castelo Branco. Em 1840, pouco depois da morte do marido, ela casou com Joaquim Lúcio de Figueiredo Lima. Este abriu naquele mesmo ano um processo de embargo contra outros herdeiros de Castelo Branco. A.J.R.J./P.E., 1840 Autor: Joaquim Lúcio de Figueiredo Lima e sua mulher/ Réus: Maria Joana da Silva e sua mãe.

<sup>7</sup>- Para uma análise acerca da transitoriedade da fortuna e das possibilidades de enriquecimento no século XVIII, vide Sheila de Castro Faria - *A Colônia em Movimento*. Niterói, UFF, Tese de Doutorado, 1994, em especial o capítulo III

<sup>8</sup>- A.J.R.J./P.E., 1837. Autor: Rosa Luiza de Azevedo/Réu: Joaquim de Guiland

em disputa vieram em socorro de Manoel, contra Joaquim José dos Santos Silva<sup>9</sup>.

Se muitas vezes os parentes, longe de ajudar, acirravam o conflito, em outras, sua ausência no processo tornava-se até mesmo um trunfo. Em 1848, o Fazendeiro José Anes Barganha perdeu uma ação contra um *invasor* por não ter citado na ação a mulher do réu<sup>10</sup>. O mesmo argumento foi utilizado pelo advogado de dois lavradores contra o fazendeiro José Antônio Castilho<sup>11</sup>. E isso por uma simples razão. Segundo as *Ordenações*, o marido não poderia jamais litigar em juízo sobre bens de raiz sem o consentimento de sua mulher<sup>12</sup>.

Não só os parentes podiam ou não ajudar num processo. Muitas vezes, fiéis trabalhadores vinham em socorro de seu senhor. Em 1835, Joaquim José dos Santos Silva, àquela época arrendatário das fazendas do Silva, da Paraíba e Farinha, em sociedade com Joaquim Antônio da Silva, esforçava-se por expulsar de suas terras Cândido Joaquim Correia da Silva. Segundo a argumentação do autor, o réu estava derrubando uma porção de mato que havia sido anteriormente comprada por ele<sup>13</sup>.

Na relação de testemunhas a seu favor que apresentou ao juiz, Joaquim José dos Santos Silva incluiu dois moradores da Fazenda da Farinha para provar que Cândido Joaquim estava não somente derrubando o dito mato, mas reiterava uma prática sua, qual seja, “o costume [que tinha] de tomar as derrubadas de pobres lavradores”.

Mas Cândido Joaquim não estava sozinho. Seu pai, o fazendeiro Jaime Joaquim Jeremias Aires, alegou ser também arrendatário da Fazenda da Farinha. O conflito sobre as terras da Fazenda da Farinha envolvia uma malha de relações pessoais e de parentesco, já que o pai do pretense *invasor* alegava ter arrendado as terras do arrendatário e procurador do Marquês de São João Marcos, ou seja, o próprio Joaquim José dos Santos Silva.

Jaime apresentou como testemunhas em sua defesa o fazendeiro e vereador João Gomes Ribeiro de Avelar - futuro Barão de Paraíba. Este não somente confirmou a existência do tal arrendamento feito por Jaime Joaquim como informou que ele havia sido testemunha do documento que o formalizara.

O depoimento do fazendeiro foi decisivo. Apesar dos esforços, Joaquim José dos Santos Silva acabou perdendo o processo. Entre as palavras de suas testemunhas e o depoimento do importante fazendeiro e vereador Ribeiro de Avelar, o juiz decidiu-se pela veracidade dos argumentos deste último.

No ano de 1840, o fazendeiro Francisco Antônio da Costa Barradas, *senhor e possuidor* da Fazenda da Cachoeira, envolveu-se em quatro processos contra

<sup>9</sup>- A.J.R.J./P.E., 1837. Autor: Manoel Alves Malta/Réu: Joaquim José dos Santos Silva.

<sup>10</sup>- A.J.R.J./P.E., 1848 Autor: José Anes Barganha/Réu: Mariano José Santana.

<sup>11</sup>- A.J.R.J./P.E., 1845 Autor: José Antônio de Castilho/Réus: Mariano Albino Barbosa e outro.

<sup>12</sup>- O título XLVII do livro III das *Ordenações* é taxativo em relação a tal exigência. *Ordenações Filipinas*. Livro III, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, s/d, p. 631.

<sup>13</sup>- A.J.R.J./P.E., 1835. Autor: Joaquim José dos Santos Silva/Réu: Cândido Joaquim Correia da Silva.

vários *invasores*. Em maio daquele ano, acusou um deles de ter “arbitrariamente” feito derrubadas dentro dos “rumos de sua fazenda”. Na apresentação de suas testemunhas, o fazendeiro arrolou dois de seus feitores e um tropeiro, este último, nascido em Minas e também “camarada” do autor. Todos confirmaram que a fazenda era uma “sesmaria de légua, medida e demarcada há mais de 70 anos”<sup>14</sup>. Naquele mesmo mês, o fazendeiro também abriu um processo contra outro *invasor*, com os mesmos argumentos anteriores<sup>15</sup>. Mais uma vez, os trabalhadores de Barradas defenderam-no perante a justiça. Em ambas as ações, o fazendeiro conseguiu destruir as benfeitorias feitas pelos réus.

O fazendeiro não teve a mesma sorte quando decidiu abrir um processo contra Antônio José da Rocha. Acusou-o de prepotente, afirmando que ele o havia privado de sua “sagrada propriedade”<sup>16</sup>. Pela terceira vez naquele mês de maio, os trabalhadores de Barradas saíram em seu socorro, confirmando que o dito Rocha se apossara das terras pertencentes a seu senhor. No entanto, desta feita, o réu conseguiu impedir que Barradas embargasse suas roças.

Se não era raro o apelo aos trabalhadores na defesa de suas terras, isso não significava que autores ou réus tivessem alguma certeza de que ganhariam o processo. As relações de dominação entre autores, réus e suas respectivas testemunhas talvez fosse mais frágil do que muitas vezes tendemos a acreditar. É claro que muitas das testemunhas não tinham condições de se livrar da tutela de seus respectivos senhores. Imersas num universo em que as relações de dominação se pautavam pela necessidade da produção de dependentes, elas tendiam a responder à solicitação do fazendeiro sem grandes questionamentos. Outras ousaram questionar um *senhor de terras*, testemunhando a favor de um *invasor*. Algumas delas, não puderam continuar em seu intento e foram convencidas, por exemplo, a reconhecer que a terra em litígio pertencia de fato ao fazendeiro. Outras tantas vezes, podiam perceber que o simples pedido para testemunhar a favor de seu senhor correspondia à dificuldade deste último de efetivamente assegurar a posse sobre as terras. Nestes casos, portanto, elas podiam eventualmente barganhar o seu testemunho.

É possível que muitas testemunhas soubessem, muitas vezes, que as informações dadas ao juiz eram apenas uma das interpretações possíveis. Se o fazendeiro pedisse para alguém dizer que a área em conflito não era terra devoluta e sim parte de suas terras, esta pessoa podia saber se esta informação era verdadeira ou não. Assim, se por um lado os fazendeiros buscavam expandir suas terras para além dos limites originais, por outro, a mera existência de matas virgens abria possibilidade de acesso à terra para outros agentes sociais.

<sup>14</sup>- A.J.R.J./P.E., 1840 Autor: Francisco Antônio da Costa Barradas/Réu: Daniel Ernesto.

<sup>15</sup>- A.J.R.J./P.E., 1840 Autor: Francisco Antônio da Costa Barradas/Réu: Camilo Seles Correia.

<sup>16</sup>- A.J.R.J./P.E., 1840 Autor: Francisco Antônio da Costa Barradas/Réu: Antônio José da Rocha Fragoso.

Não nos basta identificar as relações entre as partes e suas respectivas testemunhas. A vinculação de parentesco ou de trabalho, o fato ou não de serem vizinhos são apenas indicativos, mas não explicam a própria dinâmica dos conflitos nas áreas em litígio. Se o papel das testemunhas tornou-se fundamental para sustentar as interpretações presentes em cada conflito, é preciso identificar, quando possível, as várias interpretações em confronto. Neste sentido, os embates não se referem somente às palavras do autor - presentes no sumário inicial do processo - e à contestação do réu - quando ocorreu -, mas incluem também o confronto entre os argumentos de uma das partes e suas respectivas testemunhas. Neste jogo de palavras, concretizam-se as relações de dominação anteriormente anunciadas. Fundamentalmente, ele nos permite analisar as interpretações conflitantes sobre cada área ocupada, sobre a existência ou não de matas virgens, sobre a reiterada alegação de atos possessórios realizados por pelo menos uma das partes em conflito.

Nesta paisagem de lutas pela posse da terra agentes sociais diversos significam diferentes tipos de lutas que não se desenvolvem do mesmo modo. Em outras palavras, uma coisa é um litígio entre fazendeiros, outra muito diferente são os conflitos entre fazendeiros e lavradores ou, ainda, entre aqueles e um pequeno posseiro. Outra dinâmica ainda é aquela que se instaura quando o réu não é um lavrador, nem um pequeno posseiro, mas sim um pequeno arrendatário que havia sublocado uma parcela de terra de um grande arrendatário da região.

As acusações diretas entre fazendeiros eram raras e, quando existentes, partiam sempre do pressuposto de que o *senhor e possuidor* das terras em litígio não havia dado consentimento para que o outro roçasse e/ou fizesse benfeitorias em partes delas. O ato possessório praticado pelo réu era sempre considerado uma “usurpação do terreno do suplicante”, uma perturbação “de sua posse e propriedade”.

No entanto, se por um lado o tom inicial de uma acusação parecia implicar uma verdadeira guerra entre as partes, o encaminhamento dos processos podia ir em outra direção. Entre fazendeiros de mesmo quilate, duas eram as saídas mais recorrentes. O assassinato de uma das partes ou - o mais provável - num acordo legalmente instituído. Nestes processos, a desistência do autor ou a composição entre as partes parece ter sido o caminho seguido. Por que?

Em primeiro lugar, a luta pela posse da terra entre fazendeiros significava a luta entre poderes de *senhores e possuidores* de terra, pois ambos os lados do conflito contavam com suas respectivas parentelas e possuíam um leque de representação de seu poder que chegava à Câmara dos Vereadores e aos bastidores da justiça.

Em segundo lugar, o encaminhamento do processo requereria provas documentais que confirmassem a extensão da área ocupada, uma vez que o autor do processo havia alegado na petição inicial que a terra em litígio era parte de uma sesmaria ou de terras havidas por herança, ou ainda adquirida por compra. Ou seja, os fazendeiros em suas lutas, ao não se reconhecerem

como meros posseiros, procuravam inicialmente alegar que o quinhão em disputa era parte de uma terra adquirida por meios legais. Mas as provas documentais, oriundas de uma transação, nem sempre eram incluídas nos autos. Mesmo quando eram apresentadas, elas eram insuficientes para esclarecer a demanda, pois não precisavam a extensão da área ocupada e muito menos se a parcela em litígio estava indubitavelmente no interior dos domínios do autor.

Entretanto, quando olhamos em direção a conflitos entre sujeitos sociais desiguais, o cenário se complexifica, os argumentos se tornam mais densos e os fazendeiros mostram todas as facetas de seu poder, atuando como uma das partes ou como testemunhas do próprio conflito. Nos embates entre fazendeiros e pequenos posseiros, lavradores ou arrendatários, a questão da existência de matas virgens ou da realização de atos possessórios torna-se efetivamente importante e serve de ponto de partida para uma discussão sobre o direito à terra.

Os conflitos de terras que envolvem ações contra posseiros, lavradores e arrendatários, revelam um processo marcado por exclusões e resistências. O direito à terra - o direito destas categorias sociais de ocupar terras devolutas - foi sendo dificultado e impedido pela ação de fazendeiros que forjavam, nos processos, a inexistência de matas virgens, incorporando-as às suas grandes glebas de terras.

Com seu trabalho, os pequenos posseiros procuravam garantir o direito às suas pequenas parcelas de terras e, portanto, esforçavam-se por consagrarem o domínio sobre a mesma. Neste sentido, é preciso estarmos atentos para um dado extremamente importante na relação entre o *senhor de terras* e a sua gente. A existência de uma fronteira aberta - terras devolutas - representava a possibilidade latente para que muitos pequenos lavradores<sup>17</sup> (alguns deles agregados de fazendeiros) viessem a se tornar pequenos posseiros. Era pois fundamental que o fazendeiro impedisse que seus subordinados ocupassem sem sua autorização, pequenas parcelas de terras: isto significava o questionamento potencial da extensão da área pertencente ao fazendeiro.

Por isso, era preciso, de imediato, que os pequenos posseiros fossem identificados como *invasores*, usurpadores da terra alheia, ou ainda, como elementos ingratos que, desrespeitando o *senhor de terras* haviam feito atos possessórios em terrenos que não eram seus. Assim ocorrera com Joaquim Pinto, em 1835, ao demandar contra seu genro, acusando-o de ingratidão e de ser um invasor<sup>18</sup>. No mesmo sentido, o fazendeiro Francisco José Borges acusou seis pequenos posseiros de serem intrusos, "plantando e cultivando outros atos lesivos ao direito do suplicante, sem que possuam um título que os autorize a semelhante procedimento"<sup>19</sup>. Sem fugir à regra, o fazendeiro

Barradas, em processos contra vários posseiros, os acusou de terem, arbitrariamente, feito derrubadas dentro dos rumos de sua fazenda<sup>20</sup>. Contra Antônio José da Rocha, o mesmo fazendeiro foi ainda mais enfático, ao afirmar que ele "sem livre arbítrio e prepotência mandou roçar e derrubar dentro dos rumos da fazenda, privando o suplicante de sua sagrada propriedade"<sup>21</sup>.

No momento de instauração do processo, as testemunhas dos fazendeiros não só confirmavam as alegações do autor - enquanto efetivo ocupante da terra em litígio - como também reafirmavam o mau comportamento do *invasor*. O argumento central partia sempre da idéia de que não se havia dado autorização e/ou que havia sido rompido um acordo anteriormente estabelecido entre as partes<sup>22</sup>. Não era à toa, portanto, que o consentimento era um dos principais argumentos utilizados pelos advogados para construir sua versão dos fatos. Em primeiro lugar, o ato de consentir implicava que a terra em litígio era indiscutivelmente parte das terras do fazendeiro. Em segundo lugar, o ato de ocupá-la sem o consentimento do *senhor e possuidor* das terras correspondia a um desafio claramente exposto. Desafio este que era, sem dúvida, percebido pelo fazendeiro como uma clara ameaça ao seu poder.

As testemunhas tinham um duplo e importante papel a cumprir: reafirmar o domínio do *senhor e possuidor* das terras pressupunha comprovar o ato de invasão cometido pelo pequeno posseiro. Para tanto, deviam assegurar ter visto o ato possessório cometido pelo *invasor*. Elas operavam como elementos prontamente aptos a observar e caracterizar o comportamento inadequado de pequenos posseiros. A construção do argumento de que tinham presenciado o ato em si correspondia a uma prova testemunhal dificilmente questionável. Um dos feitores de Barradas, por exemplo, alegou que sabia "por ver que Camilo Correia de Barros fizera uma casa de sapê, bem como uma roça de milho"<sup>23</sup>. No processo em que a Câmara Municipal embargou as plantações de vários posseiros, em 1843, todas as testemunhas alegaram ter visto os atos possessórios feitos pelos réus. Uma delas afirmou: "Que sabe por ver que em tudo que é alegado na Petição é pura verdade e que também o Preto Malaquias hoje mesmo está trabalhando em capoeiras"<sup>24</sup>.

Eram mínimas as possibilidades de pequenos posseiros, estabelecidos em pedaços de matas virgens, conseguirem provar que o seu trabalho não

20. A.J.R.J./P.E., 1838. Autor: Francisco Antônio da Costa Barradas/Réu: Antônio dos Santos Silva. A.J.R.J./P.E., 1840. Autor: Francisco Antônio da Costa Barradas/Réu: Camilo Seles Correia. A.J.R.J./P.E., 1840. Autor: Francisco Antônio da Costa Barradas/Réu: Daniel Ernesto.

21. A.J.R.J./P.E., 1838. Autor: Francisco Antônio da Costa Barradas/Réu: Antônio José da Rocha.

22. No caso de 1835 envolvendo sogro e genro, o último é acusado pela testemunha de desrespeitar o "grau em que está para com o justificante", sendo este "atacado não só por palavras como por escrito". A.J.R.J./P.E., 1835. Autor: Joaquim Pinto da Silva Braga/Réu: Tomaz de Aquino Xavier. O argumento de que o autor não havia dado consentimento ao réu para a realização de atos possessórios está presente em quase todos os processos.

23. A.J.R.J./P.E., 1840. Autor: Francisco Antônio da Costa Barradas/Réu: Camilo Seles Correia.

24. A.J.R.J./P.E., 1843. Autor: Câmara Municipal de Paraíba do Sul/Réus: Bento José Monteiro e outros.

17. O termo aqui é empregado no sentido restrito, ou seja, aquele que cultiva a terra.

18. A.J.R.J./P.E., 1835. Autor: Joaquim Pinto/Réu: Tomaz de Aquino Xavier.

19. A.J.R.J./P.E., 1838. Autor: Francisco José Borges/Réu: José Martins da Cruz.

estava se realizando em terras ocupadas pelos fazendeiros. A ilegalidade de sua ocupação era enfatizada da primeira à última página de cada processo. Ao não contar com recursos para defender o seu ponto de vista perante a justiça, os pequenos posseiros assistiam à destruição de suas pequenas plantações, sem que pudessem ser ouvidos. Para tais indivíduos, o confronto de argumentos se dava numa única direção: o fazendeiro reafirmando ser *senhor e possuidor* das terras em litígio e, ao mesmo tempo, denunciando-os apenas e tão somente como *invasores*.

Em outras duas situações os réus tinham mais chances de serem, ao menos, ouvidos. No primeiro caso, quando se tratava de um lavrador, capaz de uma maior inserção na sociedade e com algum recurso para levar adiante um processo contra um fazendeiro. A outra é particularmente interessante e será analisada por último. Refiro-me aos processos em que uma das partes era um pequeno arrendatário.

Em 1845, os lavradores Mariano Albino Barbosa e Paulo Ribeiro Caula, foram acusados de estarem roçando criminosamente, "contra todo o direito e propriedade e contra todas as Leis do Império", um terreno da Fazenda Santa Clara, pertencente ao fazendeiro e Juiz Municipal José Antônio de Castilho<sup>25</sup>. Um lavrador e um morador da fazenda foram as testemunhas apresentadas pelo fazendeiro e confirmaram o que este alegara na petição inicial. Mesmo após o embargo de suas plantações, os lavradores, continuaram a roçar, queimar e plantar na terra em litígio. Precavidos, contrataram um advogado para defender os seus interesses. Seguindo os princípios das *Ordenações Filipinas* acerca do encaminhamento deste tipo de processo, o advogado dos réus apresentou sua defesa registrando os argumentos para pedir a anulação do processo: esta ação não era de competência do Juiz de Paz, nem havia sido citada a mulher do réu, entre outros elementos<sup>26</sup>.

Em razão da teimosia dos lavradores, o fazendeiro foi obrigado a reapresentar suas testemunhas que confirmariam a continuidade dos atos possessórios pelos réus, mesmo após o auto de embargo. As testemunhas disseram o esperado: tinham visto que os referidos lavradores continuavam a queimar e plantar nas terras do fazendeiro. No entanto, os lavradores tinham outra história para contar. Assim sendo, seu representante legal podia questionar as afirmações das testemunhas quanto ao fato de terem visto os atos possessórios dos réus.

Uma das testemunhas, por exemplo, afirmou que não podia "asseverar ter sido a queimada feita em terras do embargante ou do embargado", e sabia apenas que a queimada estava nos rumos da fazenda do fazendeiro, porque

<sup>25</sup>- A.J.R.J./P.E., 1845. Autor: José Antônio de Castilho/Réus: Mariano Albino Barbosa e outro.

<sup>26</sup>- Um caso parecido foi o que envolveu o fazendeiro João dos Santos de Araújo Lima e o lavrador Claudiano Borges de Carvalho. O advogado, com bases nas *Ordenações Filipinas*, provou a irregularidade do processo, permitindo que o réu assegurasse sua posse. A.J.R.J./P.E., 1847. Autor: João dos Santos de Araújo Lima/Réu: Claudiano Borges de Carvalho. Outro processo parecido é o A.J.R.J./P.E., 1848. Autor: José Anes de Baganha/Réu: Mariano José de Santana.

"ficou sabendo por onde [ela] era por lhe ensinar os oficiais de justiça que foram fazer o embargo"! Logo, era claro que os limites físicos da fazenda eram difíceis de precisar, pois assim como o fazendeiro não desejava delimitar suas terras para poder expandi-las, suas testemunhas também não podiam saber exatamente quais eram os seus limites. Em outras palavras: as fronteiras da fazenda dependiam do poder do fazendeiro, e nada tinham a ver com delimitações físicas precisas e inquestionáveis.

Os lavradores eram vistos como posseiros e, neste sentido, estavam distantes socialmente dos fazendeiros, pois estes últimos já eram reconhecidos como *senhores e possuidores* de terras<sup>27</sup>. Ainda assim, enfrentaram alguns dos grandes fazendeiros, conseguindo assegurar sua parcela terras. O que os diferenciavam daqueles *invasores*? Que diferenças eram essas, capazes de impedir ou dificultar sua expulsão, tal como havia ocorrido com os pequenos posseiros?

Apesar de estarem sendo acusados de fazer atos possessórios na terra de outrem, tais lavradores já haviam conseguido efetivar sua ocupação e, assim sendo, tinham mais chances de vê-la reconhecida por alguns de seus vizinhos, muitos deles também fazendeiros dispostos a desafiar o poder de um outro. Além disso, provavelmente, haviam ocupado sua posse há mais tempo que os pequenos posseiros e suas plantações lhes permitiam acumular algum recurso para que, no momento da contestação de um dos confrontantes, eles tivessem condições de se defender perante a justiça. Neste sentido, eles podiam quando necessário - acusar um fazendeiro de estar fazendo "roçadas e derrubadas" em suas posses, como foi o caso do padre e lavrador José Cardoso de Mesquita, em sua demanda contra o fazendeiro João Correia Abrahão, no ano de 1845<sup>28</sup>.

Ao que parece já faziam parte de uma comunidade mais ampla que não se restringia aos seus parentes e vizinhos mais próximos. Tal fato, se não impedia, pelo menos dificultava que lhes fosse imputado o adjetivo de *invasor*. Assim, eles podiam inclusive presenciar a desistência do fazendeiro em prosseguir um processo de embargo, como foi o caso dos lavradores Felismindo José Vieira e Narcizo José Soares, acusados pelo fazendeiro, vereador e delegado de polícia Joaquim Antônio Pereira da Cunha, "senhor e possuidor" da Fazenda do Governo.<sup>29</sup> Com este reconhecimento social prévio, tais indivíduos podiam

<sup>27</sup>- É importante reafirmar que, do ponto de vista estritamente legal, os fazendeiros - em sua grande maioria - também eram posseiros, ou seja, poucos foram aqueles que ocuparam suas terras por uma concessão de sesmaria e a mantiveram dentro dos limites territoriais originais. No entanto, perante a comunidade eles eram reconhecidos como fazendeiros, independente da forma como haviam de fato ocupado suas terras. É claro que na abertura do processo, alguns fazendeiros não podiam alegar serem sesmeiros e, assim, iniciavam suas argumentações afirmando que haviam ocupado suas terras havia muitos anos, "mansa e pacificamente", ou seja, reafirmavam - mas não diretamente sua condição de posseiro.

<sup>28</sup>- A.J.R.J./P.E., 1845. Autor: José Cardoso de Mesquita/Réu: João Correia Abrahão.

<sup>29</sup>- A.J.R.J./P.E., 1850. Autor: Joaquim Antônio Pereira da Cunha/Réu: Felismindo José Vieira. A.J.R.J./P.E., 1850. Autor: Joaquim Antônio Pereira da Cunha/Réu: Narcizo José Soares.

inclusive se tornar importantes testemunhas dos fazendeiros em sua luta contra os pequenos posseiros.

Se podemos afirmar que os lavradores tinham condições de ganhar um processo aberto por um fazendeiro, mais interessante ainda é discutir a dinâmica da luta pela posse da terra quando no palco estão em confronto fazendeiros-arrendatários e pequenos arrendatários: dois sujeitos sociais que não se reconheciam mutuamente como *senhores e possuidores* de terras. Nestes casos, ao contrário, ambos afirmavam que a região em conflito pertencia a um terceiro, um fazendeiro interessado em manter o domínio sobre os homens que ali trabalhavam, ou que se esforçava para subjugar os pequenos arrendatários<sup>30</sup>.

Em 1836, Joaquim José dos Santos Silva, arrendatário das Fazendas do Marquês de São João Marcos, abriu um processo contra Antônio Peixoto de Miranda, destruindo o seu rancho. Na justificação do embargo apresentado ao Juiz de Paz, Antônio Barroso Pereira, a acusação contra Antônio Peixoto foi encaminhada no sentido de afirmar que ele não havia respeitado o contrato de arrendamento, segundo o qual ele havia arrendado "meia légua de terras em quadra pela quantia de seis mil réis anuais", estando impedido de ali fazer algum rancho, sendo "unicamente para culturas".<sup>31</sup>

Apesar das testemunhas de Joaquim José dos Santos Silva confirmarem que ele era arrendatário do marquês, as três testemunhas afirmavam também haver dois papéis de arrendamento com diferentes conteúdos, um em mãos de Joaquim José, e o outro em mãos do acusado. Antônio Peixoto, insatisfeito com a decisão do Juiz de Paz, encaminhou uma apelação, exigindo que se apresentasse, conforme o que requeria a lei, a justificação do referido embargo. Apesar dos seus esforços, o embargo foi mantido, impedindo que Antônio Peixoto continuasse a levantar seu rancho.

Mais sorte teve a arrendatária Maria Genovesa, acusada, em 1844, de estar roçando no terreno da Fazenda do Silva, àquela época arrendada por João José Alves. Este não poupou esforços para impedir que Maria Genovesa continuasse "arbitrariamente e sem consentimento do suplicante" a fazer roçada na mencionada fazenda e, para tanto, apresentou uma procuração do Marquês de São João Marcos, onde este afirmava que nomeara João José Alves seu bastante procurador, para que este obrigasse os arrendatários a pagarem os seus respectivos arrendamentos, tanto nas terras arrendadas pelo procurador, como nas terras diretamente ministradas pelo *senhor e possuidor*, o marquês.

João José Alves apresentou ainda duas testemunhas. Dois homens brancos: um carpinteiro e outro que afirmou ser sócio de uma casa de negócios. No entanto, quando inquiridas pelos advogados de ambas as partes, as

<sup>30</sup>- Tal fato nos permite considerar que a classificação adotada serve para o encaminhamento da análise e impede-nos, portanto, de cair na armadilha de apresentar categorias estáticas, quando, ao contrário, procuramos apresentar a dinâmica dos conflitos.

<sup>31</sup>- A.J.R.J./P.E., 1836. Autor: Joaquim José dos Santos Silva/Réu: Antônio Peixoto de Miranda.

testemunhas só puderam afirmar a existência de dois papéis de arrendamento e nenhuma delas pôde precisar se Maria Genovesa estava ou não roçando em terras por ela arrendada. Como os argumentos apresentados pelo autor e não confirmado pelas suas próprias testemunhas, João José Alves perdeu a ação contra Maria Genovesa e ela conseguiu, um mês depois de iniciado o processo, levantar o auto de embargo.

Tanto no caso envolvendo Antônio Peixoto, como na história de Maria Genovesa, a defesa se baseou na idéia da existência de dois papéis de arrendamento, com diferentes conteúdos e que expressavam limites territoriais imprecisos. Ambos os arrendatários eram acusados de não cumprirem o estabelecido em seus respectivos contratos, enquanto defendiam-se alegando estarem cultivando em outro local, diferente do arrendado. Logo, a delegação de poderes do *senhor e possuidor* de terras para um grande arrendatário - como Joaquim José dos Santos Silva e João José Alves - podia falhar em determinados momentos, trazendo para o palco da luta, pequenos arrendatários questionadores dos limites territoriais das fazendas de seus senhores.

A derrota dos pequenos arrendatários não nos impede de considerar um novo elemento na análise: no interior das terras arrendadas, havia também a questão dos limites entre os arrendamentos. Não nos impede também de considerar que os pequenos arrendatários tinham poucos poderes, mas quando necessário sabiam dar trabalho aos fazendeiros e aos representantes da justiça. Com seus pequenos poderes, eles agiam da mesma forma que os grandes fazendeiros (arrendatários ou não) e, aproveitando-se das imprecisões dos limites territoriais, ousavam assegurar sua posse sobre um pequeno quinhão de terra.

As interpretações conflitantes em cada litígio evidenciam como as partes em conflito lidavam com o questionamento da extensão de área que ocupavam ou da própria legalidade da ocupação ou, ainda, dos direitos dos arrendatários. Mas evidenciam e revelam ainda mais: falam de uma realidade indiscutivelmente não estática. Encontramos filhos de agregados tornando-se lavradores e, aos poucos, sendo reconhecidos como importantes fazendeiros de Paraíba do Sul. Aqui a viúva de um grande arrendatário esforçava por preservar o seu arrendamento e as relações sociais estabelecidas enquanto o marido esteve vivo<sup>32</sup>. Ali pequenos arrendatários buscavam escapar de sua condição, no esforço de se constituírem como lavradores. Nos meandros destes conflitos, as testemunhas operavam como *observatórios*, tendo o poder de, com sua voz, expressar os desejos de outrem, mas também pretendendo, muitas vezes, se afirmarem como lavradores.

Neste jogo de forças, agentes sociais diversos lutavam por assegurar uma parcela de terras. No palco destas lutas e na ausência de uma legislação agrária, conflitos cotidianos - latentes ou explosivos - revelavam as dificuldades em se definir quem afinal tinha direito à terra.

<sup>32</sup>- Refiro-me ao processo: A. J. R.J./P.E. Autor: Mariano José Moreira/ Réu: Águida Maria da Conceição.

#### 4 AGRICULTURA E FORMAÇÃO DE MERCADOS NO BRASIL.

##### AGRICULTURA E ABASTECIMENTO NO SUL DO BRASIL.

Paulo Afonso Zarth\*

As crises de abastecimento no Brasil foram crônicas durante todo o século XIX. Uma das crises mais agudas instalou-se na década de 1850, desencadeando um intenso debate sobre a questão que muitos relacionavam com o fim do tráfico de escravos. Sebastião Ferreira Soares, contrário à esta tese, traçou como linha mestra de seu livro o combate aos escravistas: "A carestia dos gêneros alimentícios não procede de falta de braços que se possam empregar na lavoura e tão somente de causas que, sendo removidas, podem trazer a abundância e barateza dos gêneros necessários à alimentação dos nossos conterrâneos."<sup>1</sup> Em suas **Notas Estatísticas sobre a Produção Agrícola e Carestia dos Gêneros Alimentícios no Império do Brasil**, o autor critica a atenção exclusiva voltada para os produtos de grande comércio em detrimento da pequena lavoura que produz alimentos para o abastecimento interno, condena a escravidão e os monopólios e, por fim, aponta a imigração como solução para o problema. A experiência com os colonos do Rio Grande do Sul é indicada como exemplo e mereceu longas considerações.<sup>2</sup>

Emília Viotti da Costa observa neste aspecto que o aumento de preços do café, a partir de 1850, e a conseqüente expansão das áreas de cultura, fez com que as fazendas, dedicadas tradicionalmente ao cultivo de subsistência, se transformassem em fazendas de café, provocando a "concentração da mão-de-obra escrava disponível na lavoura cafeeira com abandono do plantio de gênero de primeira necessidade."<sup>3</sup>

Estas crises de produção para o mercado interno têm diversas causas. O primeiro tipo de crise é decorrente de fenômenos naturais onde se destaca as secas do nordeste, por exemplo. O segundo motivo causador de crises é a transferência de mão-de-obra da pequena lavoura para a produção de gêneros para exportação. O terceiro componente da tipologia da crise se faz notar quando um mercado mais atraente e distante atrai a produção local, escasseando o abastecimento e encarecendo os produtos. O quarto tipo de crise relaciona-se com o sistema de distribuição nos mercados que tem de um

\* UNIJUÍ - Universidade Integrada de Juí

<sup>1</sup>. SOARES, Sebastião Ferreira. **Notas Estatísticas sobre a Produção Agrícola e Carestia dos Gêneros Alimentícios no Império do Brasil**. Rio de Janeiro, Typographia de J. Villeneuve, 1860, p.15 (Edição Fac-Simile)

<sup>2</sup>. SOARES, Sebastião Ferreira. Op. cit., p. 15.

<sup>3</sup>. COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: Ciências Humanas, 1982, 2. ed. p.117.

lado os monopólios e de outro, as inúmeras formas de controle e entraves burocráticos promovidos pelas Câmaras municipais ou pelo Estado.<sup>4</sup> Podemos acrescentar nessa tipologia o desvio de braços para as guerras, muito comum no Rio Grande do Sul, e os problemas de transportes.

Estes problemas nacionais refletiam também na província do Rio Grande de São Pedro. Na primeira metade do século XIX, a produção de gêneros alimentícios era insuficiente para abastecer o próprio mercado interno regional e as tropas militares. Como solução, os críticos sugeriam a colonização com imigrantes europeus e viam a possibilidade da província se dedicar ao abastecimento do mercado nacional, levando-se em conta as condições geográficas adversas para o cultivo de produtos tropicais tradicionais para exportação. Neste aspecto, a província já era produtora de charque e mulas para o mercado interno brasileiro; faltava a produção agrícola. Porém, o desenvolvimento da agricultura de subsistência dependia de uma série de medidas de ordem demográfica, política, técnica e de infra-estrutura, coisas que se processavam de forma muito lenta no século XIX, conforme examinaremos a seguir.

A história da agricultura para o mercado interno do sul tem sido apresentada em três fases básicas. A primeira fase desenvolveu-se entre 1750 e 1820, quando colonos açorianos produziram trigo em larga escala. Uma segunda fase é apresentada como um período de abandono da agricultura em favor da criação de gado. A terceira fase é identificada com a expansão da produção agrícola a partir da imigração de colonos alemães e a colonização das terras florestais. Embora a produção de gado do Rio Grande do Sul fosse destinada na maior parte para o mercado interno nacional, trataremos neste texto apenas da agricultura *stricto-sensu*, por ser o setor mais vulnerável do abastecimento do país e considerando que a pecuária, desenvolvida em latifúndios, era a atividade que atraía os produtores em detrimento da agricultura de subsistência.

Na primeira fase, ainda no século XVIII, o governo português introduziu a cultura do trigo, através de um programa oficial de imigração de colonos das ilhas dos Açores. Os colonos, que receberam lotes de terra e sementes de trigo, tiveram sucesso na produção e por certo tempo exportaram o produto para o Rio de Janeiro. Além de trigo, os açorianos cultivavam outros produtos de subsistência, mas não o suficiente para o consumo interno da província. De acordo com o cronista Antônio Gonçalves Chaves, entre 1816 e 1822, foram importados farinha de mandioca, arroz, açúcar, vinho, aguardente e fumo, além de escravos e sal. Estes produtos procediam do Rio de Janeiro.<sup>5</sup> Em 1828, o encarregado do armazém nacional de Pelotas enviou uma

4. Esta tipologia está baseada na obra de:

LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da Agricultura Brasileira**. São Paulo, Brasiliense, pp. 160-170.

<sup>5</sup>. CHAVES, Antônio G. **Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil**. Porto Alegre: Cia. União de Seguros Gerais, Coleção Erus. 1978 (Edição Fac-Simile da Publicação da Typographia Nacional, Rio de Janeiro: 1823) p.170.

correspondência ao presidente da província reclamando da má qualidade dos "gêneros vindos do Rio de Janeiro." Os gêneros da lista do reclamante eram: farinha, sal, feijão e aguardente.<sup>6</sup>

A produção de trigo foi importante até o início da década de 1820, quando entrou em decadência. A principal causa do declínio da triticultura deve ter sido a ferrugem, uma doença que atingiu os campos e diminuiu muito a produtividade. Outra causa foi a importação do produto norte-americano, que abasteceu a capital do Império, principal mercado do trigo gaúcho. Por fim, aponta-se o estímulo oferecido pela pecuária que teria desviado os produtores para esta atividade. Após a decadência da triticultura, encontramos muitas queixas oficiais quanto à precariedade do abastecimento e da própria agricultura, a qual estaria abandonada em favor da pecuária. Os presidentes da província e os vereadores, nos relatórios e nas correspondências municipais, apresentam um quadro desfavorável da agricultura provincial. No sul, como em outras áreas do país, as atividades mais rentáveis atraíam os produtores, desviando-os da produção de gêneros de subsistência. Além da pecuária, carro-chefe da economia regional, encontramos outro exemplo desse fenômeno no inquérito de 1858, respondido pela Câmara de São Borja, segundo a qual os problemas com a produção de gêneros alimentícios no município decorriam do fato da população preferir trabalhar com erva-mate, que estava com bons preços: "Parte das pessoas empregadas na lavoura abandonam este serviço e tem seguido para os ervais ocupando-se neste ramo do comércio..."<sup>7</sup>

Quanto às estâncias, diante da falta de um mercado eficaz e regular de gêneros alimentícios, os pecuaristas procuravam auto-abastecer-se, produzindo os alimentos necessários em seus próprios estabelecimentos. As instruções do Conde de Piratini ao capataz da Estância da Música ordena que se plante bastante milho, feijão, abóboras, hortaliças e trigo; "para que haja de tudo fartura a fim de poupar-se as muitas carnações." O estancieiro sugere ainda a plantação de pessegueiros, alamos, vimes e salsos "para que venha haver lenha com fartura."<sup>8</sup> Os viajantes que escreveram sobre o sul, no século passado, confirmam esse procedimento dos estancieiros. Esse tipo de estratégia de auto-abastecimento das estâncias era comum também entre os cafeicultores de São Paulo. Emília Viotti da Costa considera que, na primeira metade do século XIX, as grandes fazendas de café procuravam manter o auto-abastecimento em função das dificuldades de transporte. "Senhores havia que se orgulhavam de comprar fora da fazenda apenas o sal, o ferro, o chumbo e a pólvora"<sup>9</sup>.

<sup>6</sup>. Correspondência de Manoel Vaz Pinto ao presidente da província. São Francisco de Paula (Pelotas), 03 de maio de 1828, Arquivo Histórico do RS., L. 454.

<sup>7</sup>. Câmara Municipal de São Borja, 08-01-1858, Arquivo Histórico do RS, L. 158, M. 233.

<sup>8</sup>. PIRATINI, Conde de. **Instruções para o Sr. João Fernandez da Silva, capataz da Estância da Música.** 28-7-1832. In: CÉSAR, Guilhermino. **O Conde Piratini e a Estância da Música.** Porto Alegre e Caxias do Sul: EST-UCS-IEL, 1978, p.40

<sup>9</sup>. COSTA Emília Viotti da. **Da Monarquia à República.** São Paulo, Brasiliense, 1985, 3ª ed., p. 165.

Além do desvio de braços para outras atividades econômicas, um dos problemas mais graves do mercado gaúcho era o constante estado de guerra, que repercutia fortemente na produção agrícola, tanto no que se refere ao consumo como na desorganização econômica, em consequência do recrutamento dos homens para o exército. Auguste Saint-Hilaire se refere ao fato das tropas estacionadas na província se alimentarem exclusivamente de carne durante três anos e que um comissário de guerra da armada portuguesa estava em Porto Alegre para "organizar de um modo regular o serviço de víveres destinados às tropas que defendem esta capitania."<sup>10</sup> Em 1825, a câmara de Santo Antônio da Patrulha reclama dos abusos cometidos por um oficial encarregado do recrutamento para ir à fronteira. Contra esses procedimentos, os moradores elaboraram um abaixo-assinado argumentando que a vila ficaria exposta à um levante de escravos, desertores e índios. A agricultura de subsistência também é destacada no documento, segundo o qual a falta de braços, desviados para a campanha, tem "causado um vexame inconsiderável faltando a todos os moradores o necessário para a sua existência"<sup>11</sup> Semelhante documento foi produzido também na vila de Cachoeira, em 1826, onde os signatários argumentam que, em caso de recrutamento, estariam sujeitos à ação de malfeitores e a agricultura seria prejudicada.<sup>12</sup> Em 1851, durante a guerra contra as tropas do General Rosas, da Argentina, a câmara de Rio Pardo reclama do estado de abandono do comércio e das famílias dos habitantes da cidade em função da marcha dos homens para a guerra, os quais, segundo o documento, "vivem da lavoura e do tráfico de carretas"<sup>13</sup>

Um dos conflitos mais longos foi a guerra civil de 1835-45, que desorganizou toda produção da província. Após o final da guerra dos Farrapos, o governo tratou de reorganizar a economia provincial e para tanto elaborou inquéritos econômicos, enviados para as câmaras municipais, em 1848 e 1854, com o propósito de diagnosticar o estado da economia em cada localidade. Os relatórios apresentados pelas câmaras municipais, apesar de sua fragilidade, nos permitem traçar um quadro razoável a respeito da agricultura e da pecuária regional.

As informações contidas nas respostas das câmaras que deram retorno aos inquéritos, revelam que os produtos agrícolas, na maior parte dos municípios, eram cultivados principalmente para o consumo dos próprios lavradores e para os pequenos mercados locais: as vilas do interior. Os moradores preferiam dedicar-se à pecuária ou outras atividades consideradas

<sup>10</sup>. SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem ao Rio Grande do Sul: 1820-1821.** Belo Horizonte e São Paulo: Itatiaia e EDUSP, 1974. p. 33.

<sup>11</sup>. Câmara Municipal de Santo Antônio da Patrulha. 8-3-1826, Arquivo Histórico do RS. L. 155, M. 220.

<sup>12</sup>. Câmara Municipal de Cachoeira do Sul. 3-8-1826, Arquivo Histórico do RS., L. 108, M. 34, (seguem 27 assinaturas)

<sup>13</sup>. Câmara Municipal de Rio Pardo. 16-7-1851, Arquivo Histórico do RS., L. 148, M. 193.

mais rentáveis do que à exportação de gêneros agrícolas. A Câmara de Pelotas, por exemplo, informou que os habitantes da Serra dos Tapes, “em geral de poucas posses, encontravam mais proveito na condução de lenhas e exportação de madeiras, do que em plantação em pequena escala.”<sup>14</sup>

A colônia São Leopoldo, de imigrantes alemães, era exceção. O resultado do Inquérito de 1849 aponta a agricultura de gêneros de subsistência como o setor mais importante da economia do município. Segundo esta fonte, “na agricultura o gênero mais produtivo é a mandioca, de que há plantação em grande escala, produzindo igualmente bem o milho e feijão.” Cultivava-se também arroz de ótima qualidade, mas em plantações pequenas. A batata produzia bem e os colonos colhiam em abundância, assim como centeio, cevada, linhaça, ervilha, favas e amendoim. Quanto ao trigo, este era cultivado em pequena escala. A cana-de-açúcar era pouco cultivada e transformada em aguardente e melado.<sup>15</sup> No inquérito de 1854, a Câmara de vereadores informa que as causas do crescimento da agricultura eram a “valorização dos produtos e a posição em relação à capital, principal local de comércio, e os rios que facilitam a entrada e saída de gêneros de commercio.”<sup>16</sup>

Os inquéritos, apesar de não quantificar a produção agrícola nos dão algumas indicações importantes a respeito do tipo de produtos cultivados e dos mercados. Destaca-se a colônia de São Leopoldo, criada justamente para esse fim e que, por estar próxima do mercado da capital, possuía uma atividade agrícola dinâmica e importante.

Os colonos alemães eram sempre citados, por cronistas e autoridades oficiais, como exemplo de sucesso e de possibilidade do desenvolvimento da agricultura de subsistência como uma atividade econômica rentável. Nos demais municípios a produção de gêneros de subsistência parece estar restrita ao consumo das famílias dos próprios lavradores e aos pequenos mercados das vilas locais. Entre os principais produtos cultivados destaca-se a mandioca, da qual se fazia farinha, de amplo consumo popular; a cana-de-açúcar, para produção de aguardente e rapadura, esta também um alimento largamente consumido como componente adoçante da dieta alimentar. O milho (utilizado para consumo humano e para engordar animais domésticos) e o feijão estavam presentes em todas as regiões. Este era o quadro da produção agrícola de subsistência da província em meados do século. Um quadro que motivava inúmeras queixas das autoridades.

A expansão da agricultura de subsistência para o mercado interno dependia fundamentalmente de uma boa estrutura de transportes e de comercialização. Na pecuária, até certo ponto, esses problemas eram menores considerando-se que o gado se auto-transportava até os mercados organizados das primeiras

décadas dos anos oitocentos. Bastava aos estancieiros tropear seus produtos até as charqueadas de Pelotas ou até as feiras de Sorocaba, em São Paulo. Mas no caso da produção agrícola, era necessário colocar os produtos em recipientes adequados e protegidos e transportá-los em lentas carretas, as quais exigiam boas estradas. Nessas condições, o custo do frete era um componente fundamental para a formação dos preços, podendo inviabilizar sua realização no mercado.

O presidente João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, analisando as estradas da província em seu relatório de 1853, observou que: “Se os transportes das tropas de gado, que continuamente descem do interior da campanha para alimentar as xarqueadas de Pelotas, não é embarçado pelos obstáculos de um mau caminho, o transitio das numerosas carretas que diariamente chegam àquella cidade carregada de couro, cabelo e mais productos do gado morto e voltão condusindo em troca mercadorias importadas, é tão difícil e penoso que dificulta por extremo o movimento do commércio...”<sup>17</sup>

As reclamações contra as estradas são constantes nas correspondências das câmaras municipais. E não nos é difícil imaginar as dificuldades em abrir e conservar rodovias nas condições tecnológicas do século XIX. As más condições das estradas exigiam veículos resistentes e por isso eram pesados e muito lentos. Uma alternativa amplamente utilizada era a mula, um meio de transporte ágil, mas limitado quanto a capacidade de carga.

Os problemas do transporte terrestre seriam resolvidos com a construção de ferrovias. Mas esse tipo de empreendimento exigia muito investimento e produção suficiente para viabilizá-lo. Nesse aspecto, as empresas ferroviárias procuravam construir as ferrovias justamente por onde já circulavam produtos. Assim, a primeira ferrovia gaúcha foi inaugurada em 1874, ligando Porto Alegre à colônia São Leopoldo, paralela à hidrovia do rio dos Sinos. A construção das ferrovias permitiu que fossem construídas charqueadas ao longo de sua extensão, em plena zona pastoril, dispensando o transporte do gado em pé até os estabelecimentos localizados às margens das hidrovias.<sup>18</sup>

A maioria das ferrovias construídas no século XIX atendiam aos interesses dos pecuaristas. A Porto Alegre-Novo Hamburgo, a primeira a ser construída, com apenas 43 Km, era a única que atendia à zona colonial produtora de gêneros agrícolas para o mercado da capital. As outras ferrovias ligavam a zona da campanha, tradicional produtora de gado, com o porto de Rio Grande, com as charqueadas de Pelotas e com a capital. No final do século, diante da ascensão econômica das colônias, o governo tratou de construir estradas de ferro nessas regiões.

<sup>14</sup>.Câmara Municipal de Pelotas. 20-8-1854, Arquivo Histórico do RS., M. 105, L. 126, (Inquérito Econômico de 21-7-54, resposta à circular nº 20).

<sup>15</sup>. Câmara Municipal de São Leopoldo. 1849-51, Arquivo Histórico do RS. L. 91 vert., M. 258.

<sup>16</sup>. Câmara Municipal de São Leopoldo. 21-7-1854, Arquivo Histórico do RS., L. 91, M. 258.

<sup>17</sup>.Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, na Abertura da Assembléia Provincial em 6 de outubro de 1853. Porto Alegre, Typographia do Mercantil. 1853. p. 36.

<sup>18</sup>. CUNHA, Ernesto Antônio Lassance. **O Rio Grande do Sul. Contribuição para o Estudo de suas Condições Econômicas.** Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1908, pp. 313-320.

A comercialização dos produtos agrícolas das colônias era realizada no mercado através de uma rede de pequenos ou grandes comerciantes que se instalavam em todos os núcleos coloniais. Ao contrário das estâncias que se localizavam distantes uma das outras, nas colônias, a cada 250 ou 500 metros, havia uma propriedade e isso favorecia muito à comercialização da produção. A partir dos pequenos armazéns coloniais, espalhados pelo interior das colônias, a produção era conduzida até as vilas, onde passava para comerciantes maiores, os quais, por sua vez, a conduziam aos portos fluviais ou, mais tarde, às estações ferroviárias até chegar aos grandes atacadistas das cidades que exportavam para centro-sul do país, pela via marítima.

A produção dos colonos de toda a parte norte da província, recolhida por essa verdadeira rede de armazéns, era canalizada para Porto Alegre. A cidade de Porto Alegre tem seu crescimento atribuído à posição estratégica no estuário do Guaíba, que recebe as águas de vários rios navegáveis às margens dos quais foram instaladas inúmeras colônias. O presidente João Lins Cansansão de Sinimbu previu, em 1853, que essa cidade estava destinada a ser o celeiro da província e que a colonização lhe abriria as "portas da prosperidade."<sup>19</sup> No final do século, essa previsão estava plenamente realizada; Porto Alegre, a cidade ligada às colônias, possuía 73.000 habitantes contra 44.000 de Pelotas, a cidade das charqueadas.

Os rios navegáveis e as ferrovias passaram a dar conta, gradativamente, dos transportes pelo interior da província, enquanto o comércio exterior sofria sérios problemas pela falta de um porto marítimo eficiente. O litoral do Rio Grande não possui enseadas ou baías que permitem portos naturais, por isso o acesso ao continente se realiza através do canal da Lagoa dos Patos, onde foi construído o porto de Rio Grande. O canal de acesso, no século XIX, era extremamente perigoso porque as areias formavam bancos que se movimentavam constantemente pela ação das correntes marítimas e dos ventos. Para que esse problema fosse resolvido, foi necessário construir obras de contenção do canal, que foram concluídas apenas em 1913. Diante dessas condições, o calado era baixo e cada vez mais defasado na medida em que se construía navios maiores.

Na década de 1880, a julgar pelas queixas do presidente da província, a situação da agricultura de subsistência ainda era motivo de reclamações, apesar dos elogios às colônias. "Porque razão os produtos de nossa lavoura não alcançam nos mercados consumidores a estimação dos gêneros similares de procedência estrangeira?" Essa pergunta feita pelo governo do presidente Rodrigo Villanova, em 1887, às câmaras municipais, teve como resposta que as causas da "lastimável inferioridade eram complexas"; dependiam das vias de comunicação, da distância dos centros produtores dos mercados consumidores que encareciam o custo, da falta de suporte bancário de apoio

<sup>19</sup>. Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu. Op. cit.

à agricultura, da falta de estabelecimentos de instrução profissional, da qualidade das sementes e dos produtos. Em relação ao transporte, o presidente cita um exemplo: "o transporte de 80 litros de trigo da colônia Caxias a Porto Alegre custa 2\$400 réis, isto é, 60% do valor do produto." Se o mesmo produto fosse cultivado e transportado das margens do rio Jacuí custaria apenas \$300 réis ou \$600 réis.<sup>20</sup>

Nesta mesma época, uma análise econômica da região serrana, feita por um cronista de Cruz Alta, analisava as dificuldades regionais da seguinte forma: o comércio geral na região missioneira era atrasado pela falta do desenvolvimento da indústria e da agricultura, apesar de possuir matérias primas para tanto; a agricultura, mesmo com um solo ubérrimo, "não oferecia brilhantes resultados, como em nenhuma outra parte da província." A distância dos centros consumidores, a falta de braços e sobretudo pela maior parte de seus habitantes entregarem-se exclusivamente à indústria pastoril, completam as razões das dificuldades regionais, na análise do autor.<sup>21</sup>

A solução apontada com unanimidade pelas autoridades e críticos para a questão do abastecimento era a colonização. Com ela, a mão-de-obra voltada para a pecuária poderia manter-se sem desvio de função e, mais do que isso, os colonos contribuiriam para liberar os escravos e trabalhadores dedicados ao abastecimento interno das estâncias pastoris. A colonização foi um sucesso inquestionável: milhares de colonos em seus lotes relativamente pequenos não tinham outra alternativa a não ser produzir gêneros de subsistência para o mercado. Assim, no último quartel do século XIX, a produção de alimentos assumiu grande importância na pauta de exportações da província.

Mas para implantar o projeto de colonização foi necessário um novo sistema de distribuição de terras. O velho sistema de latifúndio pastoril não dava conta da produção agrícola e também era um entrave para o desenvolvimento demográfico, considerando-se que eram ocupadas grandes áreas de campo com criação extensiva de gado, aproveitando as pastagens nativas. Esta atividade demandava pouco trabalho. Por outro lado, os grandes proprietários de terra não admitiam uma redistribuição de suas terras, apesar das críticas constantes que se faziam em todo o Brasil contra o latifúndio.

A saída para este obstáculo foi a colonização das terras florestais não utilizadas pelos pecuaristas, devido ao alto custo que seria transformar as matas em pastagens. Desta forma, no Rio Grande do Sul desenvolveu-se um grande projeto de distribuição de terras sob a forma de pequenas propriedades. Este projeto, na verdade, atendia aos planos do governo em desenvolver a agricultura de subsistência para o mercado interno e garantir militarmente a fronteira mais vulnerável do Império, através do aumento demográfico de

<sup>20</sup>. Relatório apresentado ao Ilmo. Sr. Dr. Joaquim Jacintho de Mendonça, 3º vice-presidente, pelo Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova, 2º vice-presidente, ao passar-lhe a Administração da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. 27 de outubro de 1887, pp. 113-115.

<sup>21</sup>. CASTRO, Evaristo Afonso de. *Notícia Descritiva da Região Missioneira*. Cruz Alta, Typografia do Commercial, 1887, pp.332-3. (IHGB- Rio de Janeiro. Obra rara).

camponeses livres e do abastecimento das tropas militares.

Ao mesmo tempo, este projeto atendia os interesses dos negociantes de terra. Após o sucesso da colônia São Leopoldo e de outras colônias oficiais criadas em pontos estratégicos, desenvolveu-se um grande comércio de terras. Uma série de colônias oficiais e privadas foram instaladas com subsídios e apoio administrativo do governo, nas florestas do norte da província. As terras próximas à estas colônias logo iam sendo comercializadas por empresários particulares. Assim, companhias colonizadoras surgiram por todos os cantos; empresários brasileiros e europeus investiram na imigração de colonos da Alemanha, Itália, Rússia e Polônia, entre os principais países. Em consequência, a população gaúcha cresceu intensamente. Em 1848, foram contados 187.000 habitantes; em 1900, a população passava de 1.100.000 habitantes.

Os pecuaristas também viam com interesse o projeto de colonização pois era uma forma de arrematar trabalhadores para suas estâncias, após o fim do tráfico de escravos. A ocupação das terras florestais pelos colonos europeus, retirou o espaço dos lavradores nacionais, que tinham nas matas uma alternativa de sobrevivência, dedicando-se ao extrativismo de erva-mate e madeiras, além de plantarem para subsistência. Ao mesmo tempo, a produção agrícola dos colonos deu origem à um mercado de gêneros agrícolas, contribuindo para abastecer as estâncias e estabelecer relações comerciais entre colonos e criadores de gado.

Diante do aumento de lavradores dedicados à atividade agrícola em pequenas propriedades, o volume da produção cresceu significativamente. As primeiras exportações de produtos de subsistência datam dos anos 1850. Em 1860, essas exportações já atingiram 5,4% do total exportado pela província. Uma cifra pequena se compararmos com a exportação dos produtos das estâncias. Nesse mesmo ano as exportações de charque, couro e lã representaram 75% do total. Mas esse quadro foi se alterando gradativamente e a participação da agricultura subiu para 6,3%, em 1880 e para 33%, em 1890. No mesmo período, os produtos tradicionais das estâncias caíram proporcionalmente para 55%, em 1890. Os principais produtos de origem colonial que impulsionaram a agricultura e utilizados aqui, para fins comparativos, foram: banha de porco, produzida a partir do milho que alimentava os suínos, farinha de mandioca, feijão, batata inglesa, fumo e vinho.<sup>22</sup>

As mudanças na agricultura rio-grandense no sentido de atender às reclamações de abastecimento e de produtividade foram lentas mas eficientes. No que se refere à produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade, não há dúvidas de que o projeto de colonização com imigrantes, sob um regime de pequena propriedade, colocou este setor num patamar bastante elevado

<sup>22</sup>. Revista do Archivo Público do Rio Grande do Sul. Nº8. Dez. 1922. Porto Alegre, Globo.

na pauta de exportações da economia gaúcha. Milhares de imigrantes, apoiados por uma razoável estrutura de transportes e de comercialização, multiplicaram a produção agrícola anteriormente restrita aos lavradores nacionais, os quais produziam sob condições precárias. É importante destacar, por fim, que a agricultura para o mercado interno, que tinha no latifúndio pastoril seu principal obstáculo, desenvolveu-se sob uma fórmula articulada no sentido de manter intactas as grandes estâncias de gado ao lado de pequenas propriedades de colonos, em áreas florestais não utilizadas pelos pecuaristas.

## CONCENTRAÇÃO DA RIQUEZA E CRESCIMENTO ECONÔMICO NO LITORAL NORTE PAULISTA (1778-1836)

*Ramón García Fernández\**

As vilas de São Sebastião e Ubatuba, no Litoral Norte do Estado de São Paulo, têm condições geográficas similares e suas histórias são parecidas em termos gerais. Todavia, antes do "pequeno ciclo do açúcar paulista" do fim do século XVIII e começos do XIX, a riqueza era mais concentrada em Ubatuba do que em São Sebastião, conforme dados encontrados nas Listas Nominativas de Habitantes (censos levantados nas vilas paulistas aproximadamente de 1765 a 1835, que constituem a fonte dos dados de nossa pesquisa)<sup>1</sup>. Sustentamos neste artigo que isso deve permitir explicar as diferenças na organização da lavoura canavieira nas duas localidades, assim como no crescimento econômico havido nelas (grande em São Sebastião, modesto em Ubatuba). Por sua vez, sugerimos que o impacto desigual da lavoura cafeeira nos dois municípios (Ubatuba apresentou taxas muito maiores de crescimento), também esteve condicionado pela divergência nas trajetórias anteriormente percorridas.

### **Antecedentes: O Litoral Norte de São Paulo antes do "Renascimento Agrícola":**

O Litoral Norte do Estado de São Paulo<sup>2</sup> consiste numa estreita faixa de terra, com superfície de aproximadamente 2.000 km<sup>2</sup> incluindo a parte insular, localizada entre o Oceano Atlântico e a Serra do Mar, a qual alcança o litoral

\* Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná.

<sup>1</sup> As características das Listas Nominativas são discutidas longamente em Marcílio (1974) e em Balhana e Westphalen (1984); um estudo sobre sua consistência foi efetuado por Fernández (1989).

<sup>2</sup> Por Litoral Norte entendemos a região formada pelos atuais municípios de São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba e Ubatuba. A demarcação temporal da investigação decorre das características da única fonte primária documental utilizada, as Listas Nominativas de Habitantes da Capitania de São Paulo, tipo de censos que foram levantados com regularidade variável, para a região considerada, no período mencionado, e que se conservam hoje no Arquivo do Estado de São Paulo.

em várias ocasiões ao longo dos mais de cem quilômetros de comprimento deste; a vizinhança da Serra marca toda a região<sup>3</sup>, bastante acidentada. O Litoral Norte paulista não esteve entre as áreas da Capitania ocupadas logo no começo da colonização portuguesa, mas poucos anos depois, com a pacificação dos índios tupinambás e com a expulsão dos franceses, esse assentamento tornou-se viável. Todavia, seu desenvolvimento foi relativamente lento. O povoamento de ambas localidades teria começado efetivamente por volta do ano de 1600, sendo que as então povoações de São Sebastião (mais ao Sul) e Ubatuba (ao Norte) foram elevadas à categoria de vilas na década de 1630.

O estudo da história da região antes das Listas Nominativas encontra-se dificultado pela escassez de documentos, ao ponto que já se disse que, após a fundação de Ubatuba "...os cento e quarenta anos seguintes foram mergulhados em trevas" (Cerqueira, 1966, p.11). Ernani Bruno (1966, pp. 44, 70 e 71) somente destaca que foram fundadas duas "fábricas de açúcar" na ilha de São Sebastião no primeiro quartel do século XVII, das quais afirma que no mínimo uma delas, o engenho da Praia do Barro, funcionava na metade do século XVII, com uma escravatura numerosa. Outra atividade importante para a economia do Litoral Norte cujas origens se localizam nesse período é a pesca da baleia; a primeira concessão foi outorgada em 1729, sendo a Armação da Ilha de São Sebastião efetivamente instalada em 1734 (Ellis, 1969, p.50).

### O "Renascimento Agrícola" e o Desenvolvimento da Lavoura Canavieira no Litoral Norte.

A agricultura nunca tinha desempenhado um papel dinâmico em São Paulo<sup>4</sup> até o denominado "Renascimento Agrícola" no Brasil (Prado Jr, 1980, cap. 10). Passaria então a Capitania por uma importante fase de expansão centrada na lavoura canavieira (Petroni, 1968, p.14-5)<sup>5</sup>. Esta atividade concentrou-se fundamentalmente em três regiões: o Vale do Paraíba, o Litoral Norte e o chamado "Quadrilátero do Açúcar", região delimitada pelas vilas de Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiá (Petroni, 1968, p. 24). No quadro dessa melhora da situação econômica registrou-se, nas últimas décadas do século

<sup>3</sup> A utilização do termo "região" não pretende ser rigorosa e através dele só queremos chamar a atenção para o fato de que os municípios do Litoral Norte apresentam uma "...relativa homogeneidade de suas condições naturais..." (Silva, 1975, p.10).

<sup>4</sup> Excetuando-se a curta fase do açúcar vicentino no século XVI (Ellis Jr., 1944a, p.51).

<sup>5</sup> Deve ser também considerado o estímulo que significou para a indústria açucareira paulista, e brasileira em geral, a elevação dos preços internacionais deste produto como consequência da crise de oferta decorrente da desorganização que a guerra de independência norte-americana acarretara para a produção açucareira de Jamaica e outras ilhas do Caribe, situação que seria posteriormente reforçada pela Revolução Haitiana (Castro, 1976, p.118-9). Também corresponde destacar que foram importantes para tal desenvolvimento das atividades agrícolas os esforços de alguns governadores de São Paulo nesses anos, especialmente o Morgado de Mateus (1765-1775), Bernardo José de Lorena (1788 a 1797) e Antonio José de Melo Castro e Mendonça (1797 a 1802),

XVIII, um elevado crescimento da população livre na Capitania, assim como um aumento do contingente escravo<sup>6</sup>.

Sem dúvida, o Quadrilátero foi a área açucareira por excelência da Capitania paulista, registrando-se ali a presença de uma produção relativamente importante já na década de 1770, atividade que continuaria sendo desenvolvida até a década de 1840. O Litoral Norte e a região vale-paraibana começaram a apresentar uma lavoura canavieira mais significativa na década de 1780<sup>7</sup>, atingindo o ponto mais alto de suas produções de açúcar por volta do ano 1800 para decaírem posteriormente (embora o Litoral Norte tenha continuado produzindo açúcar e aguardente, atividade que quase desapareceria no Vale)<sup>8</sup>.

As Listas Nominativas anteriores a 1798 não trazem dados de produção, de modo que o impacto da lavoura canavieira na economia só pode ser comprovado indiretamente, e a utilização da evolução do número de escravos como proxy da variação da riqueza se constitui em uma alternativa aceitável<sup>9</sup>. Nossos levantamentos demonstram que, na época anterior ao aumento da produção açucareira, a situação dos dois municípios do Litoral Norte era semelhante no que diz respeito à participação dos escravos na população. O impacto do açúcar seria, porém, diferente em cada uma das vilas. São Sebastião apresentaria um rápido processo de enriquecimento (cujo ponto de inflexão pode ser localizado aproximadamente no ano de 1785), enquanto em Ubatuba a situação manter-se-ia praticamente idêntica à dos primeiros censos existentes. Deve ser destacado que o açúcar da região contava necessariamente com algumas vantagens comparativas com respeito ao produzido serra acima, pela maior facilidade no transporte; segundo Petroni "...a má conservação das estradas, os perigos da Serra do Mar e as más condições de travessia da Baixada Santista, prejudicaram de maneira extraordinária o comércio de açúcar..." acrescentando que "...esse problema

<sup>6</sup> Marcílio (1974, p.299) indica a existência de uma população global de 78.885 habitantes em 1765; Rangel (1990, p.61a), utilizando outras fontes, encontrou uma população de 83.672 indivíduos (juntando dados sobre a população livre em 1765 e a escrava em 1768). Em 1798, Marcílio (1974, p.300) indica uma população por volta de 160.000 habitantes, dado compatível com os 155.000 indicados por Rangel (1990, p.363) para essa data, apontando que a população aproximadamente dobrou em pouco mais de trinta anos. Deve ser enfatizado que a introdução de escravos africanos foi ocorrendo gradualmente ao longo do século XVIII, período onde eles foram substituindo paulatinamente os índios administrados.

<sup>7</sup> Embora seja provável que tenha começado por volta de 1770 (Queiroz, 1967, p.150). Petroni aponta que a produção de açúcar na região deve ter começado entre 1780 e 1790, embora anteriormente já fosse produzida aguardente (1968, p. 27).

<sup>8</sup> As informações quanto aos volumes totais de açúcar fabricados na Capitania mostram uma tendência crescente na produção entre 1797 e 1847 (Petroni, 1968, p.152-66). Importa lembrar outrossim que, em termos absolutos, a produção açucareira da Capitania pouco representava no conjunto da Colônia (Simonsen, 1978, p.364; Prado Jr, 1980, p.84). Todavia, a importância crucial deste período decorre do surgimento, a partir daí, de uma classe capitalizada de senhores de escravos, fato este que desempenha um papel essencial para compreender a passagem gradual do açúcar ao café nestas áreas. Conforme Queiroz (1967, p.265), "Os capitais representados pelas fábricas de açúcar e escravaria, além de certas condições básicas, como uma rede viária, que também se devia ao açúcar, possivelmente terão sido o núcleo econômico-financeiro sobre o qual se assentaria a produção cafeeira".

<sup>9</sup> Para uma defesa mais detalhada desta posição, consulte-se Fernández (1992, p. 253-7).

não afetava o açúcar produzido na 'marinha'..." (1968, p. 186).

Os dados da Tabela 1 mostram a divisão da população segundo condição nas duas vilas estudadas<sup>10</sup>. Verifica-se que a participação dos escravos em ambas era relativamente semelhante (entre 20 e 25%) até 1785, momento no qual os escravos em São Sebastião ultrapassam os 30%, sendo que seu peso continuaria crescendo até estabilizar em torno dos 40% a partir de 1794. Ao contrário, em Ubatuba essa situação inicial manteve-se, e a participação dos escravos só superaria o limite de 25% em 1820, início da fase de expansão cafeeira na localidade, como veremos posteriormente<sup>11</sup>.

**TABELA 1**

São Sebastião: livres e escravos.  
Participação dos segmentos no total da população.

Ano	Livres (%)	Escravos(%)
1777	74.46	25.54
1778	75.12	24.88
1780	75.46	24.54
1782	75.51	24.49
1785	68.98	31.02
1788	66.16	33.84
1790	64.52	35.48
1792	68.49	31.51
1794	60.95	39.05
1796	59.65	40.35
1798	61.04	38.96
1799	60.29	39.71
1803	61.84	38.16
1805	61.47	38.53
1806	64.41	35.59
1808	58.81	41.19
1810	63.05	36.95
1812	62.48	37.52
1814/5	61.14	38.86
1817	61.40	38.60
1820/1	62.34	37.66
1822/3	62.37	37.63
1825	61.65	38.35
1828	65.04	34.96
1836	63.85	36.15

Fonte: AESP - Listas Nominativas.

Ao mesmo tempo, verificou-se um grande crescimento da população em São Sebastião, e outro mais moderado em Ubatuba: na primeira vila, a população total cresceu entre 1777 e 1799 à taxa média anual de 3,88%, a que pode ser dividida entre um crescimento de 2,89% para os livres e um de 5,98% para os escravos, mas nesta última localidade a taxa geométrica de

<sup>10</sup> Vila Bela da Princesa foi desmembrada de São Sebastião em 1806; neste estudo, porém, referir-nos-emos ao município de São Sebastião como uma única entidade, desconsiderando essa divisão.

<sup>11</sup> Todos os dados mencionados neste artigo que não se encontram nas tabelas apresentadas têm como fonte as Listas Nominativas, e baseiam-se em nossa análise (Fernández, 1992))

crescimento anual entre 1776 e 1801 foi de 2, 01% para os livres, de 2, 22% para os escravos e de 2, 06% para o total da população<sup>12</sup>. Evidentemente, a diferença do ritmo de aumento demográfico aponta para o maior crescimento econômico em São Sebastião no período focalizado graças à lavoura canavieira<sup>13</sup>. Resulta significativo observar que em 1798, primeiro ano em que aparecem dados de produção nas Listas Nominativas, a produção de açúcar em São Sebastião foi de 22.112 arrobas e a de aguardente foi de 245,6 pipas<sup>14</sup>, enquanto que em Ubatuba foram elaboradas apenas 191 arrobas de açúcar e 41 pipas de aguardente, conforme verificamos na Tabela 2.

**TABELA 2**

Produção de açúcar e aguardente no Litoral Norte (1798-1836)

Ano	São Sebastião Açúcar (arrobas)	São Sebastião Aguardente (Pipas)	Ubatuba Açúcar (arrobas)	Ubatuba Aguardente (pipas)
1798	22.112,0	245,6	191,0	41,0
1801	7.500,5	204,6	268,0	35,4
1803	7.576,5	158,6	0,0	37,4
1805	5.920,0	146,0	0,0	50,0
1808	7.659,0	218,5	0,0	10,7
1810	5.265,0	271,7	0,0	17,9
1813	5.381,0	491,6	(b) 0,0	(b) 105,9
1815	11.322,0	497,2	(b) 371,0	(b) 68,3
1817	6.589,0	322,7	(b) 263,0	(b) 45,5
1821	(a) 11.509,0	(a) 715,2	(b) 335,0	(b) 58,3
1824	(a) 12.370,0	(a) 253,0	(b) 252,5	(b) 29,1
1826	(a) 7.794,0	(a) 289,5	(b) 300,0	(b) 24,3
1828	5.320,0	158,0	150,0	13,7
1836	1.255,0	191,4	0,0	11,0

(a): dados de Vila Bela de 1820, 1823 e 1825, respectivamente.

(b): dados de 1814, 1816, 1818, 1820, 1822 e 1825, respectivamente.

Fonte: AESP, Listas Nominativas (alguns dados corrigidos conforme explicado em Fernández, 1992, p.168-74).

<sup>12</sup> Consideramos neste trabalho que a taxa de crescimento da população sirva como proxy do nível de atividade, especialmente no caso dos cativos, para os quais altas taxas representam maiores compras por parte dos senhores, evidenciando-se assim períodos de prosperidade.

<sup>13</sup> A evolução do Litoral Norte esteve condicionada não somente pelas tendências gerais da Capitania, mas também foi influenciada pelo funcionamento de seus portos, os quais foram objeto de políticas completamente contraditórias desde 1789 até a abertura do Brasil ao comércio internacional em 1808. A primeira medida a representar um golpe forte contra o incremento da economia desta área foi adotada pelo Governador Lorena, que em 1789 resolveu proibir todo comércio marítimo que não fosse feito diretamente entre Santos e Lisboa. Tal determinação foi considerada muito perniciososa ao Litoral Norte naquela época (vejam-se evidências nesse sentido em Cerqueira, 1966, p. 16-9, e em Holme, 1971, p.9-11), avaliação que também foi feita mais recentemente (Almeida, 1959, p.106). Estas medidas foram revogadas pelo governador seguinte, Melo Castro e Mendonça. Todavia, considerando que ele tomou posse em 28/06/1797, e que a liberação das exportações foi efetuada em diversas etapas, ao longo de 1798, podemos concluir: a) que as medidas restritivas não devem ter sido muito efetivas se em 1798, ainda na época de limitação das exportações foi produzida uma quantidade maior de açúcar do que seria fabricada em qualquer ponto do período 1801-36, e b) que havia um potencial de crescimento maior que essas medidas inibiram em parte, e que só se manifestou plenamente logo após a eliminação delas. O Litoral Norte deveria passar novamente por um período difícil com a adoção de novas restrições ao comércio marítimo, pois em junho de 1803 o governador seguinte, França e Horta, dispôs que muitas das mercadorias embarcadas nos portos da Capitania deveriam ser enviadas apenas para Santos ou, senão, diretamente para Portugal. Esta medida abrangia vários dos principais produtos de exportação do Litoral Norte; o açúcar, inicialmente excluído da determinação, foi posteriormente incluído nela (Petroni, 1968, p. 32-3). Nossos dados de produção permitem acreditar que o efeito destas restrições deve ter sido mais significativo do que normalmente se supõe quando confrontados com as medidas semelhantes do governo Lorena. Comparando o número de escravos nos anos de 1803 e 1808 vemos que em São Sebastião eles diminuíram em 6,8% e em Ubatuba não variaram, constatando-se, na hipótese mais otimista, um quadro de estagnação.

<sup>14</sup> Medida equivalente a 480 litros; convém esclarecer que o problema das medidas em toda a historiografia do período colonial brasileiro merece maiores pesquisas. Para uma discussão das unidades utilizadas nesta pesquisa e dos critérios que nos levaram a isso, consulte-se Fernández (1992, p. 303-12).

O sucesso da lavoura canavieira em São Sebastião ocorreu através de uma forma de organização da produção diferente da que a literatura aponta como característica para o açúcar paulista. Com efeito, a cana não era plantada apenas no pequeno número de engenhos existentes na região mas, ao contrário, era cultivada através de uma vasta rede de agricultores não proprietários de engenhos, geralmente denominados lavradores na literatura<sup>15</sup> (para maiores detalhes, veja-se Fernández, 1996). Os dados da Tabela 3 mostram que o peso destes produtores foi muito grande em São Sebastião mesmo quando a lavoura canavieira tinha decaído em relação aos valores de 1798. Veja-se que eles representavam mais de dois quintos dos domicílios (ou fogos, na denominação da época) em 1798, e embora seu peso tenha caído, podemos estimar que entre 1803 e 1821 tenha oscilado entre 10 e 15% dos domicílios<sup>16</sup> (em contraposição, em Ubatuba os fogos nos quais se plantava cana sem engenho ou engenhoca representavam apenas 1,6% do total em 1798 e 0,2% em 1818).

As evidências disponíveis sugerem que especialmente em 1798, período de auge da lavoura canavieira sebastianense, grande parte das atividades produtivas da vila girava em torno do açúcar:

**TABELA 3**

São Sebastião: participação dos produtores de cana no total dos domicílios

Ano	Proprietários de engenhos ou engenhocas (%)	Outros domicílios que se plantava cana (%)	Média lavradores por engenho
1798	5,11	43,08	9,4
1801	4,31	27,55	7,0
1803	4,22	13,58	3,4
1805	4,27	12,82	3,4
1808	3,37	10,11	3,6
1810	3,99	6,80	1,7
1813	3,94	7,56	2,0
1815	4,18	13,96	3,2
1817	3,49	4,79	1,1
1821(a)	5,04	14,35	3,0
1824(a)	2,50	6,57	2,0
1826(a)	3,38	3,82	1,2
1828	2,02	2,85	1,2
1836	1,72	0,49	0,2

(a): dados de Vila Bela de 1820, 1823 e 1825, respectivamente.

Fonte: AESP, Listas Nominativas.

<sup>15</sup> Schwartz (1988) separa os lavradores de outros empregados e dependentes dos engenhos; nossos dados não permitam fazer essa separação, e por isso denominamos genericamente como "lavrador" qualquer agricultor que plante cana sem ser dono de engenho ou engenhoca.

<sup>16</sup> Os valores apresentados na Tabela 3 representam o patamar mínimo de participação destes produtores, porque em vários censos aparecem muitos indivíduos classificados apenas como agricultores, sem especificar quais eram suas lavouras. Não dispomos desse valor para todos os anos, mas podemos exemplificar a importância desta distorção mencionando que em 1817 representavam 30,0% do total de domicílios, e que 34,0% dos domicílios escravistas em 1828 encontravam-se nesta categoria (porém apenas 1,5% dos escravistas em 1808).

Inclusive um número significativo entre aqueles que não tinham escravos dedicava alguma parte de seu tempo a esta atividade; com efeito, 28,6% dos fogos não escravistas plantava cana (os que declaravam alguma atividade agrícola, comercializada ou não, representavam 81,1%). Os dados da Tabela 4 mostram que, especialmente no primeiro ano para o qual temos registros de produção, indivíduos cujas posses podem ser qualificadas de relativamente modestas participavam da rede produtiva tecida em volta dos engenhos (a posse média de escravos era menor entre os lavradores do que no total dos domicílios da vila, tanto para o conjunto de chefes de fogo como quando se considera apenas os domicílios escravistas).

**TABELA 4**

São Sebastião: média de escravos em algumas atividades selecionadas

Ano	Proprietários de Engenhos de Açúcar	Proprietários de Engenhos de Aguardente (a)	Lavradores de cana escravista	Todos de lavradores cana.	Todos os proprietários de escravos	Todos os domicílios
1798	29,0	9,4	4,0	2,3	6,8	3,0
1808	26,0	8,5	7,2	N.D.	6,8	N.D.
1817	34,7	9,9	5,6	(*) 5,4	6,4	2,6
1828	31,2	11,4	8,3	N.D.	5,9	N.D.
1836	39,2	14,5	6,3	(*) 4,8	6,4	2,5

(a): inclui engenhos sem atividade especificada.

(\*): existia apenas um lavrador não escravista nos censos de 1817 e de 1836.

Fonte: AESP, Listas Nominativas.

Embora o ano de 1798 responda pela maior proporção de lavradores encontrada em nossos levantamentos (Tabela 3), estes continuariam representando uma parcela ponderável dos agricultores de São Sebastião. A mesma tabela mostra, por exemplo, que ainda em 1821 os domicílios que produziam açúcar sem terem engenhos correspondiam a 14,35% dos existentes nessa vila. Não podemos, todavia, falar de uma relação estável ligando, em média, cada engenho com o número de lavradores a ele vinculados, pois as oscilações no mercado açucareiro fizeram com que esta cifra variasse muito. Ou seja, os dados sugerem que em períodos de relativa redução da produção, o ajuste do volume obtido passaria por um plantio menor de cana nos domicílios sem engenhos. A Tabela 3 mostra a existência de um máximo na quantidade de lavradores por engenho em 1798, um declínio subsequente com relativa estabilidade

de 1808 até 1821, grosso modo, concluindo com uma fase de queda até 1836<sup>17</sup>.

Esta situação leva a considerar quais motivos podem explicar a diferença de desempenho da lavoura açucareira em duas localidades em princípio tão semelhantes. Nos escassos dados existentes, um que chama a atenção é a diferença na concentração de riqueza entre elas. Apontou-se na Tabela 1 que o peso dos escravos na população era semelhante em ambas as vilas em 1778, (ligeiramente maior na meridional). Todavia, verifica-se na Tabela 5 que a propriedade de escravos estava muito menos concentrada em São Sebastião do que em Ubatuba no período anterior ao boom da lavoura açucareira. Vale a pena destacar que o valor do índice de Gini<sup>18</sup> naquela localidade é o menor registro encontrado em nossos levantamentos. Isso é reforçado pelo valor baixo do Gini ampliado, apenas maior que o de São Sebastião em 1828. Por sua vez, embora a propriedade média de escravos ao se considerar todos os fogos na vila meridional (1,44) tenha sido maior que a de Ubatuba até 1828, entre os escravistas a distribuição de cativos era mais igualitária, e desse modo o valor da posse média entre os proprietários (4,35) foi o menor encontrado em nossas pesquisas. Talvez mais significativo resulte o baixo valor da posse mediana<sup>19</sup>: vemos que a metade dos cativos encontrava-se em conjuntos de sete indivíduos ou menos, situação que não ocorria em Ubatuba, e que não se repetiria em nenhuma das duas localidades nem nos momentos de relativa estagnação das atividades econômicas. Observe-se também o tamanho bastante modesto do maior conjunto de cativos de São Sebastião em 1778: apenas 25 indivíduos.

<sup>17</sup> A média de quase dez lavradores por engenho no período do auge açucareiro em São Sebastião representa uma cifra significativamente superior às constatadas por Schwartz na Bahia (1983, p.274), de 3 a 4 lavradores (arrendatários, meeiros ou pequenos proprietários), embora ele mencione também a existência de situações com dezessete e até trinta lavradores por engenho (1988, p.255).

<sup>18</sup> Reservaremos o nome de "índice de Gini" para aquele que mede o grau de concentração entre os proprietários de escravos; por sua vez, definiremos como "índice de Gini ampliado" àquele que considera todos os chefes de fogo de uma localidade.

<sup>19</sup> Para evitar confusões, denominaremos "posse (ou propriedade) mediana" à mediana dos cativos, enquanto reservaremos o termo "mediana da propriedade (ou posse)" para a mediana do tamanho dos conjuntos de cativos. Vejamos um exemplo: numa localidade hipotética há dez proprietários com um escravo cada um, cinco com dez escravos cada um, um com vinte e outro com trinta e um, totalizando 17 proprietários e 101 escravos. Nessa situação, a mediana da propriedade seria a quantidade de escravos possuída pelo proprietário mediano, ou seja, o nono, isto é, um escravo. A posse mediana seria o tamanho do conjunto de cativos que incluisse o escravo mediano, ou seja, o quinquagésimo primeiro, isto é, dez escravos.

TABELA 5

Estrutura de posse de escravos nas vilas do Litoral Norte: principais indicadores estatísticos.

Vila	Total de proprietários	Total de chefes de fogo	Total de escra- vos	Média nos fo- gos com escravos	Média de todos os fogos	Mediana da posse	Posse da mediana	Índice de Gini	Índice de Gini ampliado	Maior conjun- to de es- vos
1778	167	505	727	4.35	1.44	3	7	0.4737	0.8260	25
1788	217	584	1340	6.18	2.29	3	13	0.6023	0.8522	97
1793	229	625	1515	6.62	2.42	3	13	0.6101	0.8571	110
1798	350	805	2385	6.81	2.96	3	15	0.6154	0.8328	130
1808	330	831	2235	6.77	2.69	3	14	0.6016	0.8418	91
1817	415	1007	2657	6.40	2.64	3	13	0.5988	0.8347	143
1828	474	1190	2784	5.87	2.34	3	10	0.5546	0.8226	101
1836	473	1242	3045	6.44	2.45	3	12	0.5956	0.8460	140
Ubatuba										
1778	64	269	362	5.66	1.35	3	11	0.5622	0.8958	49
1787	88	343	443	5.03	1.29	3	10	0.5511	0.8848	40
1798	105	379	513	4.89	1.35	3	8	0.5486	0.8749	47
1808	105	415	518	4.93	1.25	3	8	0.4961	0.8725	41
1818	156	546	721	4.62	1.32	3	8	0.5202	0.8629	44
1828	245	727	1748	7.13	2.40	4	16	0.5974	0.8643	87
1836	315	846	2661	8.45	3.15	4	22	0.6345	0.8639	140

Fonte: AESP, Listas Nominativas.

A brusca mudança em todos os indicadores dez anos mais tarde, já em pleno auge da lavoura açucareira e antes das restrições de Lorena, sinaliza o rápido crescimento pelo que esta vila passou, o qual contrasta fortemente com a relativa estagnação do município setentrional. Resulta importante voltar aqui à Tabela 1, pois podemos verificar nela o caráter gradual e sistemático do crescimento em São Sebastião, afastando o receio de que a comparação da Tabela 5 tivesse sido feita em anos atípicos. Evidentemente, o aumento da riqueza verificado nesse período tão curto mostra que os moradores de São Sebastião, especialmente seus senhores de engenho, souberam aproveitar o estímulo propiciado pela conjuntura internacional favorável, o que deve ter exigido solucionar a organização da produção canavieira, problema em si não trivial. Podemos entender que quando a melhor utilização da capacidade instalada de um engenho qualquer exija uma quantidade de cativos superior àquela que o seu dono tenha ou possa adquirir, nesse caso a decisão mais adequada seria a de reduzir ao mínimo a ociosidade dos equipamentos, conseguindo cana fornecida por terceiros sem recursos para construir engenho próprio. Dado um certo tamanho de engenho, quanto menor o número de escravos de seu proprietário, maior será sua necessidade de mão-de-obra de terceiros. Por outro lado, quanto menos recursos tiverem estes, maior precisará ser o seu número para atingir a quantidade de trabalho que garanta

a melhor utilização do equipamento. Não é necessário, além disto, que as pessoas empregadas nessa atividade sejam exclusivamente escravos; em regiões com abundância de homens livres relativamente pobres estes, junto com suas famílias, podem responder por boa parte do trabalho exigido. Logicamente, na medida em que o tamanho dos engenhos variar, o total de mão-de-obra requerido alterar-se-á em consonância.

Pode se postular, tentando interpretar os dados de São Sebastião e à luz destas reflexões gerais, que o significativo aumento da demanda de açúcar em um período muito curto excedeu a capacidade de investimento em escravos dos senhores de engenho (ou daqueles que viessem construí-los nesse período), o que os impediu de cultivar - com terras e escravos próprios apenas - a quantidade de cana necessária para o aproveitamento integral da capacidade de suas unidades produtivas. Isto abriu espaço para que outros indivíduos fornecessem a matéria-prima que os donos de ditas instalações precisavam, conformando-se assim essa estrutura atípica na Capitania. Destaque-se, outrossim, que quanto a tamanho e capacidade produtiva, os engenhos do Litoral Norte parecem ter sido semelhantes à média dos existentes na Capitania, embora bastante menores do que os característicos do açúcar nordestino (Fernández, 1992, p. 203-6).

Quanto a Ubatuba, a modesta taxa de crescimento da população cativa e a manutenção, grosso modo, da proporção desta no conjunto da população entre 1778 e o final do século XVIII não sugerem que as restrições de Lorena possam ser responsabilizadas de terem impedido a consolidação de uma economia açucareira particularmente importante. Chamamos a atenção para o fato de que menos de 5% dos domicílios desta vila voltavam-se à cana-de-açúcar em 1798, e aqueles que o faziam dedicavam-se especialmente ao fabrico de aguardente; nesse momento a produção de alimentos, sobretudo de farinha de mandioca, representava a ocupação principal de seus agricultores.

### O Litoral Norte e o Auge do Café.

A combinação das restrições às exportações e a reversão da conjuntura internacional levaram à decadência do açúcar sebastianense em relação ao pico do fim do século XVIII. A relativa estabilização posterior, com uma ligeira recuperação entre 1813 e 1824, aproximadamente (Tabela 2) permitiu apenas um modesto crescimento da população: entre 1799 e 1825 a população total cresceu à taxa geométrica de 0,80% ao ano, sendo que os homens livres apresentaram uma taxa de 0,89% e os cativos 0,66%. Por sua vez em Ubatuba entre os anos de 1798 e 1814 (anos que delimitam um período ao longo do qual a participação dos escravos na população desta vila foi caindo em forma contínua, evidenciando relativa estagnação, conforme a Tabela 1) a população total cresceu a uma taxa de 2,01% ao ano, correspondendo 2,42% aos livres e 0,56% aos cativos<sup>20</sup>.

<sup>20</sup> Tomando o intervalo 1801-14 as taxas de crescimento para a população livre e total caem, mas ainda assim superam as de São Sebastião acima apresentadas.

A partir dessa última data verificou-se na vila setentrional um período de significativo crescimento econômico; o peso dos escravos passou de 19,71% dos habitantes em 1814 para 41,56% em 1836 (Tabela 1). Nesse período a população total aumentou à taxa de 3,75%, sendo que os livres o fizeram a 2,27% ao ano e os escravos à surpreendente taxa de 7,33% ao ano. E sem dúvida o fator por trás desta prosperidade foi o desenvolvimento da lavoura cafeeira. Os dados da Tabela 6 mostram que mesmo quando a produção de café era uma atividade pouco importante, o volume colhido em Ubatuba era maior que o de São Sebastião, superioridade que se manteve ao longo de todo o período estudado. Mais ainda, vale destacar que em 1798 havia mais chefes de fogo produzindo café do que cana naquela vila (Tabela 7).

A diminuição da importância da cana-de-açúcar foi acompanhada, em linhas gerais, pelo crescimento do café. Todavia, esse processo foi diferente nas duas vilas, como já dissemos. Os dados da tabela 7 mostram que em 1798 em Ubatuba os agricultores voltavam-se fundamentalmente à produção (comercial ou não) do que aqui denominamos "outras lavouras", com participações semelhantes do café e da cana entre os proprietários (reduzidas) e entre os não-proprietários (desprezíveis). A partir desse momento a vila setentrional assistiu a uma queda contínua da percentagem de fogos envolvidos no plantio de cana e de outras lavouras, enquanto um número crescente de agricultores voltava-se ao café, ao ponto de que já em 1818 dedicava-se a esta lide aproximadamente a metade dos chefes de fogo escravistas na agricultura. Este processo continuaria, de modo que em 1836 praticamente a totalidade dos chefes de fogo na agricultura plantavam a rubiácea.

TABELA 6

Produção de café no Litoral Norte (1798-1836)

Ano	São Sebastião Café (arrobas)	Ubatuba Café (arrobas)
1798	24,5	94,9
1801	35,0	261,1
1803	59,0	447,1
1805	50,0	682,5
1808	114,0	567,2
1810	167,0	511,0
1812	N.D.	717,0
1813	117,0	(b) 991,0
1815	161,0	(b) 776,5
1817	168,0	(b) 509,9
1821	(a) 981,0	(b) 1.445,5
1824	(a) 1.639,0	(b) 3.307,7
1826	(a) 5.575,0	(b) 11.408,0
1828	8.238,0	14.796,0
1830	N.D.	14.094,0
1836	23.515,0	37.181,3

(a): dados de Vila Bela de 1820, 1823 e 1825 respectivamente; (b): dados de 1814, 1816, 1818, 1820, 1822 e 1825, respectivamente.

Fonte: AESP, Listas Nominativas; alguns dados corrigidos conforme explicado em Fernández (1992, p. 168-74)

Enquanto isso, o predomínio inicial da lavoura açucareira em São Sebastião foi sendo paulatinamente modificado, verificando-se um aumento na produção das outras lavouras nos censos de 1808 e 1817 (Tabela 7). A deterioração da qualidade das informações apresentadas nas listas no ano de 1817, evidenciada pela explosão dos agricultores com plantios não especificados nas duas vilas, impõe cautela nos comentários sobre a evolução das atividades agrícolas; todavia, parece razoável interpretar que os não-proprietários de escravos abandonaram massivamente a produção de cana, cultura que ficou virtualmente restrita aos senhores de engenho e a uns poucos lavradores escravistas, o que explica o crescimento da média de cativos dos que se dedicavam a ela (Tabela 4). O papel desempenhado pelo café em 1817 era ainda bastante modesto nas vila meridional, mas a partir desta data seu crescimento seria contínuo: aproximadamente a metade dos proprietários com atividade especificada o cultivavam em 1828 em São Sebastião, e seria já claramente a lavoura dominante em 1836. Esse processo foi acompanhado em todo o Litoral Norte por mudanças semelhantes na média de escravos possuídos pelos cafeicultores. A Tabela 8 mostra que esta variável teve uma queda nas duas vilas entre 1798 e 1817/8, para aumentar desse momento até 1836, descrevendo uma curva em forma de "U".

Tal evolução nos leva a sugerir um caminho provável sobre a difusão do café na região. Inicialmente o café teria sido uma atividade à qual alguns (poucos) agricultores, em geral relativamente abastados, voltavam-se em forma complementar (Tabela 8).

**TABELA 7**

Litoral Norte: participação dos chefes de fogo cuja ocupação se encontrava na agricultura, classificados segundo o tipo de atividade agrícola

Ano:	1798	1798	1808	1817 (a)	1817 (a)	1828	1836	1836
Atividade	Escravistas	Não escravistas	Escravistas	Escravistas	Não Escravistas	Escravistas	Escravistas	Não escravistas
Só cana (%)	78.5	47.4	37.1	28.7	0.4	9.1	2.1	0.3
Só café (%)	0.4	0.0	3.8	2.1	1.6	27.4	77.9	79.8
Cana e café (%)	1.9	0.7	1.1	0.0	0.0	6.9	7.1	0.0
Outras lavouras (%)	16.9	42.6	54.6	21.0	27.3	10.0	3.7	5.4
Não especifica (%)	0.0	0.0	1.9	46.1	66.0	46.0	9.2	14.2
Outras (%)	2.3	9.3	1.5	2.1	4.7	0.6	0.0	0.3
Total (no. absoluto)	266	270	264	286	256	350	326	372
<b>Ubatuba</b>								
Só cana (%)	12.6	1.6	3.2	5.6	0.0	0.5	0.0	0.0
Só café (%)	10.3	0.5	32.6	47.3	20.8	85.0	78.3	66.4
Cana e café (%)	2.3	0.0	4.2	2.1	0.0	4.5	1.9	0.0
Outras lavouras (%)	74.8	97.4	60.0	40.8	74.5	9.0	3.9	6.8
Não especifica (%)	0.0	0.0	0.0	0.0	0.4	0.0	15.1	25.7
Outras (%)	0.0	0.5	0.0	4.2	4.3	1.0	0.8	1.1
Total (no. absoluto)	87	192	95	142	279	200	259	369

(a): para Ubatuba, 1818. Obs: "só cana" e "só café" indicam que o agricultor não plantava esses dois produtos em forma conjunta, e que podia plantar algum outro tipo de produto; "outras lavouras" indica que não plantava nem cana nem café.

Fonte: Listas Nominativas - AESP

O retrocesso da atividade canavieira deve ter se traduzido, basicamente em São Sebastião, como uma redução da demanda, por parte dos engenhos, da cana produzida por terceiros. A opção que se apresentava para estes lavradores era a de continuar com a produção de alimentos, comercial ou não, e das outras lavouras comerciais. Entre elas, o café deveria aparecer, para alguns, como uma alternativa promissora. O ingresso destes indivíduos relativamente mais pobres no grupo dos cafeicultores pode explicar a queda evidenciada no tamanho médio dos conjuntos de escravos alocados nesta atividade na fase de seu deslanchar. Parece razoável postular que, em consequência, o sucesso desta cultura, evidentemente influenciado pelo aumento dos preços verificado por volta de 1820 (Fernández, 1992, p.183-6), permitiu um duplo movimento: por um lado, enriqueceu quem a ela se dedicava; por outro, motivou a entrada daqueles que ainda não tinham se sentido atraídos por ela. Isto convergiu no aumento tanto do total de produtores na atividade quanto da sua média de escravos, a qual cresce entre os proprietários nas duas vilas no período de 1817/8 a 1828, continuando a fazê-lo em 1836, assim como também entre todos os chefes de fogo na atividade quando comparamos 1817/8 com 1836 (Tabela 8).

**TABELA 8**

Litoral Norte: produtores de café, diversas informações

<b>São Sebastião</b>		Ano:	1798	1808	1817	1828	1836
Característica							
Participação dos cafeicultores escravistas no total de domicílios escravistas (%).			2,0	3,9	1,4	26,6	60,5
Participação dos cafeicultores no total de chefes de fogo (%).			1,1	N.D.	1,0	N.D.	49,0
Média de escravos dos escravistas			20,0	6,8	3,2	7,2	8,0
Média de escravos (todos os cafeicultores)			15,6	N.D.	1,9	N.D.	3,8
<b>Ubatuba</b>		Ano:	1798	1808	1818	1828	1836
Participação dos cafeicultores escravistas no total de domicílios escravistas (%).			10,5	33,3	44,9	75,5	72,4
Participação dos cafeicultores no total de chefes de fogo (%).			3,2	N.D.	23,6	N.D.	57,8
Média de escravos dos escravistas			10,3	6,7	4,9	7,8	9,3
Média de escravos (todos os cafeicultores)			9,4	N.D.	2,6	N.D.	4,3

Obs: considera-se como cafeicultor todo chefe de fogo que plantasse café, mesmo que não fosse sua atividade principal.

Fonte: AESP - Listas Nominativas.

Essa descrição geral não nos deve esconder as diferenças existentes entre Ubatuba e São Sebastião. A mais evidente, qual seja, a importante presença da cana-de-açúcar nesta última, deve ter brecado de alguma maneira a introdução e/ou a especialização na produção de café. Dever-se-ia acrescentar,

porém, que não somente a existência de vultosos capitais empatados nos engenhos levava seus donos a retardar a aposta na rubiácea. Ao que tudo indica, os restantes moradores dessas vilas açucareiras, mesmo quando não produzissem cana, por algum motivo não encontravam muitos estímulos para adotar a nova cultura. Como consequência dessa diferença de ritmo na introdução do café, modificou-se a situação relativa dos agricultores de ambas as vilas. A Tabela 5 mostra que os agricultores ubatubenses possuíam em média menos escravos do que seus colegas de São Sebastião, tanto quando se consideram todos os chefes de fogo como quando se investiga apenas os senhores de escravos, de 1787 até 1818. O ano de 1828 registra uma reversão nas tendências apontadas, crescendo significativamente a média de escravos em Ubatuba, enquanto esta variável cai na Velha São Sebastião. Outrossim, o valor alto da posse mediana, indicando que mais da metade dos escravos de Ubatuba pertenciam a conjuntos de 16 ou mais indivíduos em 1828, e de mais de 22 em 1836, mostram a intensidade do processo de crescimento econômico pelo qual passou esta localidade.

Destaque-se, por último, que nos anos da decolagem da lavoura cafeeira em Ubatuba (do fim do século XVIII até 1815, aproximadamente) pode se interpretar que a localidade passou por um processo de estagnação (baixo crescimento do contingente cativo) e desconcentração da riqueza, conforme indicam, na Tabela 5, as trajetórias da média de escravos nos fogos escravistas, a posse mediana e especialmente o Gini, índice que atingiria seu mínimo em 1808. Todavia, podemos interpretar que o sucesso do café favoreceu em forma desigual os seus produtores, de modo que a partir desse momento a riqueza voltaria a se concentrar continuamente até o fim do período estudado.

## Bibliografia

- ALMEIDA, Antonio Paulino de (1959): *Memória histórica sobre São Sebastião*. São Paulo: FFLCH/USP, Col Revista de História, No. 19.
- BALHANA, Altiva Pilatti e Cecília Maria WESTPHALEN (1984): "As bases da história social do Brasil". In DAUMARD, Adeline et al.: *História social do Brasil: teoria e metodologia*. Curitiba: Ed. da UFPR, p. 67-124.
- BRUNO, Ernani Silva (1966): *Viagem ao país dos paulistas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio.
- CASTRO, Antonio Barros de (1976): *Escravos e senhores nos engenhos do Brasil (Um estudo sobre os trabalhos do açúcar e a política econômica dos senhores)*. Tese de Doutorado, IFCH/UNICAMP.
- CERQUEIRA, Beatriz Westin de (1966): "Um estudo da escravidão em Ubatuba (I)". *Estudos Históricos* (Marília), 5: 7-58.
- ELLIS, Myriam (1969): *A baleia no Brasil colonial*. São Paulo: Melhoramentos/EDUSP.
- ELLIS JR., Alfredo (1944a): *Raposo Tavares e sua época*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- FERNÁNDEZ, Ramón García (1989): "A consistência das Listas Nominativas de habitantes da Capitania de São Paulo: um estudo de caso". *Estudos Econômicos*, 19 (3) : 477-96.

- \_\_\_\_\_ (1992): *Transformações econômicas no Litoral Norte Paulista (1778-1836)*. Tese de Doutorado, FEA/USP.
- \_\_\_\_\_ (1996): "Os lavradores de cana de São Sebastião". *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros/USP* (no prelo).
- HOLME, Oscar (1971): *Ubatuba: de uma agricultura de subsistência para uma agricultura comercial*. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.
- MARCÍLIO, Maria Luiza (1974): *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700/1836)*. Tese de Livre-Docência, São Paulo: FFLCH/USP.
- PETRONE, Maria Thereza S. (1968): *A lavoura canvieira em São Paulo: expansão e declínio (1765/1851)*. São Paulo: Difel.
- PRADO JR., Caio (1980) [1945]: *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 23ª ed.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de (1967): "Algumas notas sobre a lavoura de açúcar em São Paulo no período colonial". *Anais do Museu Paulista*, 21: 108-277.
- RANGEL, Armênio de Souza (1990): *Escravidão e riqueza: formação da economia cafeeira no município de Taubaté - 1765/1835*. Tese de Doutorado, FEA/USP.
- SCHWARTZ, Stuart B. (1983): "Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil". *Estudos Econômicos*, 13 (1): 259-87.
- \_\_\_\_\_ (1988) [1985]: *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras.
- SILVA, Armando Corrêa da (1975): *O Litoral Norte do Estado de São Paulo (formação de uma região periférica)*. Tese de Doutorado, IGEOG/USP.
- SIMONSEN, Roberto C. (1978) [1937]: *História econômica do Brasil (1500-1820)*. São Paulo: Nacional, 8ª ed.

## Primárias Manuscritas.

Arquivo do Estado de São Paulo: Listas Nominativas dos Habitantes da Vila de São Sebastião (latas 161 a 165), da Vila de Ubatuba (latas 186 a 191) e da Vila Bela da Princesa (latas 192 e 193).

## 5 FORMAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA AGRICULTURA

### MERCADO INTERNO, FAMÍLIA E PARENTESCO: A FORMAÇÃO DO SISTEMA AGRÁRIO DA ZONA DA MATA MINEIRA - 1780/1860

Mônica Ribeiro de Oliveira\*

As reflexões que se seguirão fazem parte de um projeto de pesquisa de doutorado que está em andamento pela Universidade Federal Fluminense. Portanto, este artigo prescinde de conclusões já consolidadas, devido ao

\* Professora da Universidade Federal de Juiz de Fora.

momento ainda inicial de nossas pesquisas, mas assinala os seus principais objetivos e orientações de ordem teórico-metodológicas .

Os três primeiros séculos da colonização brasileira se caracterizaram pela exploração de espaços geográficos descontínuos, onde a fronteira agrícola se subordinava à diversidade de interesses metropolitanos, às variações dos produtos agroexportadores, ao sistema extensivo de produção da plantagem. Concomitante a este movimento, processou-se uma expansão populacional precária, com ritmos diferenciados, caracterizada pelo nomadismo, fraco processo de urbanização (à exceção dos núcleos litorâneos), migrações contínuas, para onde as condições geo-econômicas determinavam .Esta estrutura produziu desenvolvimentos regionais autônomos, marcados por baixo índice de integração regional. Minas Gerais como uma província tipicamente do século XVIII, foi marcada por estas condições, por uma certa desarticulação entre a região pioneiramente explorada - centro da província - e aquela que se destacaria como altamente dinâmica no século XIX - Zona da Mata. Este quadro diverso e descentralizado, que refletia o próprio perfil da formação econômica-social brasileira, chegou a receber a denominação de um brasileiro de "mosaico mineiro" .<sup>1</sup>

A historiografia sobre Minas reflete esta tendência interna. Inicialmente, ela dedicou-se mais ao estudo do século XVIII, da região metalúrgica, analisando variadas questões ligadas ao abastecimento da economia mineradora, o processo de urbanização e desclassificação social, a inconfidência mineira, dentre outros<sup>2</sup>. Posteriormente, contemplando mais o século XIX, a historiografia ainda mantém as suas atenções voltadas, principalmente, para a antiga região mineradora, preocupada em desvendar as razões da manutenção do grande plantel de escravos da Província, dando origem a um precioso debate em torno da chamada economia mercantil de subsistência<sup>3</sup>. Para o século XX os estudos se generalizam para todo o estado, analisando a industrialização, o empresariado, as elites políticas, os interesses partidários, dentre outros.<sup>4</sup>

No que se refere ao século XVIII, a tendência atual da historiografia é a abordagem de uma Minas oitocentista bastante dinâmica, sem o estigma da estagnação após a crise do ouro. No nosso entender, este contexto gerou efeitos multiplicadores e acúmulo de riqueza, capazes de desenvolver e ampliar as esferas da atividade econômica para a exportação, levando a expansão da fronteira agrícola, investimentos agrários e em mão-de-obra, originando a expansão cafeeira na Zona da Mata Mineira.

<sup>1</sup> WIRTH, John . *O fiel da balança: Minas na federação brasileira*.1982.

<sup>2</sup> MELO E SOUZA, Laura. *Os desclassificados do ouro*,1986 ; MAXWELL, Keneth. *A devassa da devassa*,1977; ZEMELA, Mafalda. *O abastecimento na capitania de Minas Gerais*, 1990.

<sup>3</sup> MARTINS, Roberto. *A economia escravista em Minas gerais no século XIX*, Cedeplar, BH, 1980; SLENES, R. *O múltiplo de porcos e diamantes*, IFCH, Unicamp, 1985; LIBBY, Douglas . *Transformação e trabalho*,1989.

<sup>4</sup> DELGADO, Ignácio. *Burguesia e estado: o caso de Minas Gerais*, dissertação de mestrado, UFMG, 1987 ; STARLING, Heloisa. *Os senhores das Gerais*, 1986 ; DUTRA, Eliana. *Caminhos operários nas Minas Gerais*, 1988; WIRTH, John. op. cit.

O século XIX nos remete, geograficamente, ao que foi considerado durante todo o XVIII como " zona proibida " - a Zona da Mata . Ao constatar que o século XIX mineiro só pode ser entendido tomando como referência esta região e a sua articulação com as demais, devemos aquilatar o grau de dinamismo alcançado pela sua atividade econômica . Entre as diversas obras que tratam sobre as origens do sistema agrário da Mata, a maioria delas usa como parâmetro a expansão da agricultura cafeeira no Vala Fluminense, para onde migraram grandes proprietários de Minas e comerciantes enriquecidos da praça do Rio de Janeiro, com fortes ligações políticas com a Coroa, concentrando as principais doações de sesmarias, formando grandes unidades fundiárias<sup>5</sup>.

O nosso objeto de estudo se propõe a estudar a província de Minas Gerais na primeira metade do século XIX e, mais especialmente, as origens da formação da agricultura cafeeira que, mesmo se constituindo em uma província marcada pela desarticulação, só pode ser entendida a partir do trânsito de capitais, elites agrárias e mão-de-obra. Pretendemos analisar as origens da acumulação prévia de capitais que proporcionou a montagem deste sistema agrário, a partir das inversões de capitais de comerciantes do próprio interior mineiro, responsáveis pela rede de abastecimento do Centro-Sul, onde o mercado interno teria proporcionado acumulações endógenas capazes de serem transferidas para o setor produtivo. Será avaliado a natureza deste mercado provincial, bem como, a passagem de uma economia de subsistência com fracos vínculos mercantis para uma economia altamente mercantilizada e agroexportadora. Serão pesquisadas as origens das primeiras fortunas que aqui se estabeleceram e sua rede de articulações para a constituição dos latifúndios e a formação de um mercado de terras e mão-de-obra.

Recorremos a dois trabalhos sobre São Paulo<sup>6</sup> que abordam a transição de uma economia de subsistência com estritas vinculações com o mercado, para uma dinâmica economia agroexportadora. Estes trabalhos se propõem a analisar os reflexos das transformações econômicas nas estruturas familiares, nas redes de parentesco, nos padrões demográficos, dentre outros .

Carlos Bacelar, estudando Sorocaba, situada ao sul da província de São Paulo, demonstra uma alternativa de entendimento da formação de um sistema agroexportador. Estudou uma sociedade voltada para a produção de alimentos e prioritariamente para o comércio de tropas, à margem do circuito agroexportador, capaz de gerar fortunas e uma elite com investimentos bastante diversificados. Estes investimentos chegaram a envolver a produção de um bem exportável - o açúcar - favorecidos pela proximidade geográfica com grandes unidades agroexportadoras, boas conjunturas, e a possibilidade de

<sup>5</sup> COSTA, Emília Viotti. *Da senzala à colônia*, 1982; FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*, 1989; LANNA, Ana Lúcia. *A transformação do trabalho*, 1988.; dentre outros.

<sup>6</sup> BACELAR, Carlos. *Família e sociedade em uma economia de abastecimento interno ( Sorocaba, séculos XVIII e XIX )*; 1994 . KUSNESOFF, Elizabeth. *Household economy and urban development: São Paulo 1765-1836* ; 1986

uma aplicação segura e rentável em termos de terra e mão-de-obra, além da possibilidade de angariar mais prestígio social, numa sociedade agrário-escravista. Estes investimentos não conseguiram vencer as dificuldades iniciais, como as oscilações dos preços e a concorrência inglesa, por exemplo. Estes tímidos esforços não chegaram a desbançar o comércio de gado, pelos amplos lucros que oferecia, principalmente, com o desenvolvimento do mercado interno proporcionado com a vinda da Corte para o Brasil. Esta elite mantendo seus negócios mercantis e ampliando cada vez mais a sua fortuna, auferia vantagens da relação com a agroexportação, comprovadas pelo fortalecimento de laços matrimoniais. Estas vantagens incluíam o asseguramento de mercado para o gado e bestas, controle do transporte das mercadorias até os portos e vice-versa, bem como, status e prestígio.

Com relação a nossa proposta de investigação, seu trabalho mostra uma forma de perceber a transição, ao estudar uma economia voltada para o abastecimento interno e atividades mercantis e, secundariamente, voltada para a agroexportação. Sem deixar de fazer parte do complexo açucareiro paulista, Sorocaba estava às margens da lavoura canavieira,<sup>7</sup> conseguindo estruturar-se em latifúndios, com uso de mão-de-obra escrava, abrindo caminho para a introdução da cafeicultura durante a segunda metade do século XIX. A sua singularidade está no fato de que, a produção do açúcar, embora marginal, permitiu a consolidação de algumas fortunas oriundas, prioritariamente, das atividades mercantis.

Elizabeth Kusnesof, tendo como objetivo o estudo das grandes influências da economia paulista nos séculos XVIII e XIX para a estruturação da família, analisou para esta província a transição de uma economia caracterizada pelo isolamento, baixos índices demográficos e ausência de um produto exportável, para uma economia agroexportadora, inicialmente pelo açúcar e posteriormente pelo advento do café. Para a autora, esta transição foi possível a partir de uma conjunção de fatores, representada pela presença de uma forte elite local, somada à entrada de comerciantes e à ação decisiva da Coroa, fornecendo instrumentos de trabalho e mão-de-obra. As elites locais bastante estruturadas durante todo o século XVIII, se utilizaram da Coroa Portuguesa e posteriormente do governo do Império para conseguirem infraestrutura comercial.

As colocações da autora acima nos sugere a considerar que a ação mais incisiva da Coroa foi, se não determinante, de grande importância para o advento de uma economia mercantilizada. Nem tanto no que diz respeito a conquista de mais uma região produtora de bens exportáveis, voltada para o mercado europeu, mas também pela possibilidade de aumentar os tentáculos

<sup>7</sup> - Um importante trabalho sobre a formação da lavoura açucareira em São Paulo é o de PETRONE, Tereza. A lavoura canavieira em São Paulo, expansão e declínio (1765-1851); 1968. Para a autora, Sorocaba fazia parte do quadrilátero do açúcar, que reunia também Piracicaba, Mogiguaçu e Jundiá. Este texto faz parte do projeto de pesquisa a ser desenvolvido no programa de mestrado da Universidade Federal Fluminense.

do poder sobre uma região de fronteira aberta, cuja elite local já possuía interesses de autonomia.

Estas considerações são altamente relevantes, quando nos debruçamos sobre uma região - Zona da Mata mineira - marcada pela presença de terras devolutas e pela "proibição", durante todo o século XVIII e cujo processo de ocupação, expansão do latifúndio e grande propriedade de escravos, foi vigoroso e se completou praticamente até a primeira metade do século XIX. Não queremos dizer, contudo, que as condições vividas por São Paulo se acham plenamente caracterizadas na Mata mineira. No que diz respeito a presença de uma elite estruturada internamente, consideramos pouco viável, dado a apenas indícios de uma economia de alimentos, provavelmente frágil e sem claras possibilidades de acumulação.

Integrada numa lógica da exploração comercial européia, a colônia brasileira correspondia aos interesses dominantes não como um mero anexo complementar, dependente das flutuações dos preços no mercado internacional, objetivando unicamente o fornecimento de excedentes para as economias centrais. O seu comportamento econômico mostrou-se muito mais complexo, verificado pela capacidade de promover acumulações endógenas.

A formação de núcleos exportadores, está inserida na lógica da existência de uma extensa rede mercantil capaz de consolidar fortunas e permitir investimentos na produção, levando a montagem de sistemas agroexportadores. A formação das fortunas, neste processo, realizou-se previamente nestes circuitos mercantis, verificando-se, num segundo momento, a transformação da acumulação mercantil em produção.

Um outro elemento de grande importância que se sobressai na análise da formação de um sistema agrário, é o claro interesse destas elites mercantis no investimento em terras e escravos, não somente para a diversificação dos seus empreendimentos e para a aplicação segura em terras e escravos, frentes às instabilidades do mercado, mas também como forma de obtenção de status, numa sociedade hierarquizada por proprietários de terras e escravos.

Acreditamos que estas considerações são verificáveis para o caso da Zona da Mata mineira. A acumulação promovida pelos circuitos mercantis envolvendo a antiga região mineradora, a mantiqueira e o sul da província, em direção a Corte, favoreceu o crescimento e fortalecimento de uma elite mercantil, que privilegiada com as doações de sesmarias e entrosada internamente por importantes redes de parentesco deu origem à montagem do sistema agrário cafeicultor na Mata, nas primeiras décadas do século XIX. Estas colocações ainda possuem caráter hipotético, dado o momento ainda inicial de nossas pesquisas.

Em termos teórico- metodológicos, nossos objetivos são :

1) Verificar as origens da acumulação prévia de capitais, a partir da crise da economia mineradora e através de recursos egressos do setor de economia mercantil de subsistência, que permitiu a montagem de um sistema agrário escravista e exportador na Zona da Mata mineira;

2) Analisar as origens da ocupação e povoamento da Mata, incentivada pelos caminhos abastecedores que a entrecortavam, com a constituição de roças, com uma produção de alimentos e/ou animais articulada com as demais regiões - especialmente a Mantiqueira e a Metalúrgica - através das redes de abastecimento ;

3) Estabelecer comparações com a expansão do Vale Fluminense, observando suas semelhanças e diversidades, no tocante a expansão da fronteira agrícola, onde, nesta região, se processou uma clara disputa pela terra entre a frágil economia de subsistência ali implantada, desde a segunda metade do século XVIII, e a emergente concentração de propriedade, nas mãos de poderosa elite favorecida com as doações de sesmarias da Corte. Paralelo a isto, pretende-se verificar para a Zona da Mata, a natureza da economia de subsistência que se instalou mediante a abertura do Caminho Novo e o processo que deu lugar à formação do sistema agrário cafeicultor, ou seja, como se deu a transição de uma economia marginal de alimentos com fracas vinculações com o mercado, para uma economia altamente mercantilizada pautada na grande exploração cafeeira;

4) Verificar se foi promovido a absorção dos plantéis de cativos já instalados na região - voltados para a produção mercantil de subsistência - e a formação de novos plantéis a partir da migração de cativos, sua relação com o tráfico interprovincial e, principalmente, intraprovincial, fruto da oferta de mão-de-obra da antiga região mineradora. Analisar a participação destes no conjunto das inversões representativas para o processo produtivo, durante a montagem do sistema agrário da Zona da Mata.

Em termos metodológicos a presente pesquisa necessitará de fontes de caráter massivo e de um levantamento seriado, partindo de fontes cartoriais, paroquiais a administrativas. Através da coleta de dados dos inventários perceberemos o movimento da estrutura econômica regional e as transformações ocorridas no espaço e no tempo. Este estudo possibilitará a identificação dos atores econômicos, o seu envolvimento na esfera comercial e os seus possíveis investimentos na agricultura.

A pesquisa nos inventários abrangerá as cidades da Barbacena, São João Del Rei e Juiz de Fora, no período compreendido entre as duas últimas décadas do século XVIII e a primeira metade do século XIX. As duas primeiras cidades serão avaliadas, não só pela comprovada dinâmica comercial que as caracteriza, mas, também, pela vinculação jurídico - administrativa que a Zona da Mata possuía com a Comarca do Rio das Mortes, sediada em São João Del Rei. A referência principal de estudo da Zona da Mata será Juiz de Fora, por se constituir numa das regiões de expansão cafeeira mais antiga e por ter se tornado o pólo concentrador da produção, transporte e financiamento do café para o Rio de Janeiro.

Os mapas de população e as listas nominativas, ao descreverem os municípios da Mata por fogos, contendo dados sobre toda a atividade agrícola exercida - entendo que geralmente, toda propriedade agrícola está vinculada

necessariamente a um domicílio -, bem como, dados sobre a família, sua composição e estrutura, nos permitirá estabelecer uma estratificação sócio-econômica, percebendo-se quem é o pequeno e quem é o grande proprietário. Estes dados serão entrecruzados com os inventários e com as listagens de almanaques, para esclarecer as origens das primeiras fortunas implantadas na Mata e seus possíveis vínculos com as redes mercantis da província.

As escrituras de compra e venda de terras permitirão a análise dos fluxos e variações do mercado de terras e, principalmente, permitirá a análise da natureza deste mercado; a que condicionamentos sócio-econômicos ele estava vinculado, ou mesmo, qual o peso deste mercado ao nos deparamos com uma dada sociedade escravista, suscetível a intervenção de outros fatores tais como, o sistema de parentesco, o sistema de heranças e dotes.

A pesquisa possibilitará a elaboração de uma hierarquia de fortunas na região e sua vinculação com as redes de abastecimento regional, percebendo-se a conversão da acumulação mercantil em fazendas. Estes dados serão entrecruzados com os Registros de Doações de Sesmarias e Registros Paroquiais, contidos no Arquivo Público Mineiro, onde podemos perceber a extensão das propriedades criadas, quando e a quem elas eram concedidas. Estas duas últimas fontes permitirão a verificação de um processo de concentração de propriedade nas mãos de uma elite, provocando a substituição, ou mesmo, a transformação da economia de pequenas roças que margeavam o Caminho Novo, em produção cafeeira. Pretendemos estabelecer a importância e a potencialidade desta produção de subsistência, bem como, suas reais vinculações com as redes de abastecimento do Rio de Janeiro e com o interior mineiro. Esta análise permitirá a verificação da persistência ou não de algumas unidades de pequenas e médias propriedades voltadas para o abastecimento do mercado regional.

Com a intenção de verificar ainda mais a natureza desta produção de alimentos que antecedeu a agroexportação, nos utilizaremos dos Registros de Saídas de Tropeiros entrecruzados com as Listas Nominativas, para obter dados sobre a capacidade produtiva destas unidades, bem como, avaliar o peso das acumulações endógenas no interior daquele sistema agrário.

Estes dados agregados à uma análise cartográfica, possibilitarão o acompanhamento da expansão da fronteira agrícola, possibilitando, mais uma vez, a confirmação de que o sistema agrário da Mata possuiu um ritmo próprio, favorecido por acumulações endógenas - diga-se de dentro da província de Minas - rompendo com a perspectiva, muito recorrente, de entender a Mata como um simples prolongamento da expansão do núcleo agrário fluminense.

Com relação à questão da mão-de-obra, será realizado um levantamento seriado e quantitativo, agregando dados de inventários e, sobretudo, as escrituras de compra e venda de escravos, bem como, os dízimos eclesiásticos, que incidiam sobre os bens "licitamente" adquiridos dos proprietários.

A quantificação dos dados favorecerá a construção de séries demográficas que, somadas à análise dos mapas de população estimados para a Província de Minas Gerais e, especificamente sobre a Zona da Mata, permitirá a análise

do trânsito de mão-de obra na região, a origem dos cativos, bem como, os seus vínculos com o tráfico intraprovincial - região mineradora - e interprovincial, durante a montagem dos plantéis. Verificaremos as condições de oferta de mão-de-obra, as variações de preços, os custos, o montante das inversões realizadas no conjunto dos demais investimentos, ou seja, se afetaram ou não a estrutura dos custos de produção e dificultaram a acumulação.

### ALÉM DOS CAFEZAIS — A DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA NA ECONOMIA CAFEZEIRA: O CASO DE JUIZ DE FORA (1850-1888)\*

*Sonia Maria de Souza\**

Este estudo tem como objetivo analisar o município de Juiz de Fora, priorizando sua produção de alimentos. Pretendemos demonstrar que ao lado da economia agroexportadora cafeeira havia uma economia de subsistência, atuando não apenas como seu suporte, abastecendo as unidades produtoras, mas que possuía um certo dinamismo, forte o suficiente para gerar excedentes a serem comercializados.

Juiz de Fora neste período por nós estudado e primeiras décadas do século XX, ocupou papel importante na economia mineira, graças à força do café, sendo uma das principais regiões produtoras da província. Concentrava ainda eficiente setor financeiro com a criação de dois estabelecimentos bancários no final do século que foram o Banco Territorial e Mercantil e o Banco de Crédito Real (este último ainda exercendo suas funções), além do prestador de serviços, o que lhe garantia a condição de pólo econômico-comercial da região.

Nosso trabalho está inserido no programa de pesquisas do Núcleo de História Regional, órgão vinculado ao Departamento de História da UFJF, criado recentemente com o objetivo de incentivar estudos sobre a história econômica, política, social e cultural da Zona da Mata, refletindo assim, uma tendência e uma necessidade de se produzir reflexões relacionadas à história regional.<sup>1</sup>

Atualmente a economia de subsistência vem ganhando novos enfoques nos estudos de caráter regional que procuram romper com a visão de latifúndios auto-suficientes, abordando-a como uma economia capaz de gerar riquezas, dando-lhe portanto uma característica mercantil. Citamos como exemplo os

\* Aluna de pós-graduação da UFF

<sup>1</sup>Referimo-nos especialmente a OLIVEIRA, Mônica R. de Imigração e industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920). Dissertação de mestrado, UFF, Niterói, 1991.

PIRES, Anderson. Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora -1870-1930. Dissertação de mestrado, UFF, Niterói, 1993. ANDRADE, Rômulo. Escravidão e agricultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, Marco Zero, 11. (22), 1981.

trabalhos de João Fragoso e Hebe de Castro nos quais analisam a província fluminense. João Fragoso demonstra a eficiência do mercado interno desta região, ao detectar a existência de áreas especializadas na produção de alimentos, com unidades de reduzido plantel, e até mesmo com plantéis mais significativos, indicando que o setor de subsistência não era formado apenas pela pequena produção familiar, mas também por empresas escravistas, o que revelava a capacidade de acumulação de tal setor.<sup>2</sup>

Hebe de Castro ao analisar o município de Capivary, constata a força da economia de subsistência, chegando a comprovar em certos momentos a superioridade dessa economia em relação ao café. Para ela o fato de prevalecer neste município as pequenas e médias propriedades, fez com que a economia cafeeira não se desenvolvesse nos mesmos moldes da produção do Vale do Paraíba. Desse modo, enquanto a economia cafeeira sofria limitações em sua produção, houve um crescimento da economia de subsistência, representada principalmente pela produção de farinha de mandioca que se dava em larga escala, visando o abastecimento do mercado regional.<sup>3</sup>

No que se refere à Minas Gerais, Roberto Martins contesta os estudos anteriores que apontavam para uma província decadente após o período da mineração ao dizer que a província mantinha a maior população escrava do país, produzindo para o mercado interno. Também Carlos Magno Guimarães e Liana Reis analisando cartas de sesmarias rebatem a idéia de que durante o período mineratório, a região das minas passou por uma escassez generalizada de alimentos, ao apontarem para a existência de uma forte economia agrícola nessa região. Para estes autores os petiçãoários ao requerer as terras alegavam como justificativa possuírem família grande e muitos escravos, daí a necessidade de terras para suas roças. Alcir Lenharo estudando o papel do sul da província no abastecimento do Rio de Janeiro é de opinião de que foi a mercantilização do setor de subsistência que propiciou recursos para a colonização do Vale do Paraíba e para a expansão cafeeira. Tal raciocínio é compartilhado por Douglas Libby ao dizer que a Zona da Mata já se encontrava engajada na agricultura de subsistência antes da chegada do café, contribuindo dessa forma para o abastecimento do mercado do Rio de Janeiro e das regiões mineradoras.<sup>4</sup>

<sup>2</sup>FRAGOSO, João L. R. FRAGOSO, João L. R. Homens de grossa aventura: acumulação hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. p. 76 a 94 e 103-4.

<sup>3</sup>CASTRO, Hebe M. M. de. Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987. p. 18 a 20 e 53 a 57.

<sup>4</sup>MARTINS, Roberto B. A economia escravista de Minas Gerais no séc. XX. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1990. GUIMARÃES, Carlos M. & REIS, Liana. Escravidão e agricultura em Minas Gerais (1700-1750). In: ANAIS do IV Encontro Estadual de História, Belo Horizonte, ANPUH/MG, 1985. p.10 a 21. LENHARO, Alcir. As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil (1808-1842). São Paulo: Ed. Símbolo, 1979. p. 29. LIBBY, Douglas. Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no séc. XIX. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989. p. 48.

É portanto nesta perspectiva que nosso estudo procurará se desenvolver, buscando investigar como se comportou esta economia no município de Juiz de Fora. Utilizaremos como fontes principalmente os documentos administrativos que demonstram a preocupação do poder público com questões relacionadas ao mercado interno e inventários post-mortem onde pretendemos verificar o nível da diversificação nas unidades produtoras.

Em Juiz de Fora a referência à economia de subsistência aparece no relato de vários viajantes já no século XVIII - o relato mais antigo que temos referência é o de Antonil - que, ao trafegarem pelo Caminho Novo, mencionaram a existência de roças e de ranchos especializados na produção e venda de alimentos para os tropeiros e seus animais.<sup>5</sup>

A preocupação do poder público com a questão do abastecimento foi uma constante no período colonial, onde a Coroa ordenava que se desse o sábado livre para os escravos promoverem seu sustento e ao determinar que fossem reservadas terras para o cultivo de mandioca.<sup>6</sup> Em Juiz de Fora percebe-se essa preocupação através da leitura de correspondências entre o presidente da Câmara Municipal e o presidente da Província, onde este procura incentivar a experiência com certas culturas enviando amostras de sementes para serem distribuídas entre os agricultores do município. Além dos incentivos como isenção de impostos, havia também uma rigorosa legislação regularizando a comercialização e distribuição dos alimentos, assim como a repressão à ação dos atravessadores de gêneros de primeira necessidade.<sup>7</sup>

Se para Libby já havia uma economia de subsistência antes da implantação da economia cafeeira na Zona da Mata, acreditamos que com o advento desta, a outra não extinguiu-se, onde até por uma questão de racionalidade passou a exercer a função de abastecer as unidades agroexportadoras, agindo como um redutor de custos e garantindo dessa forma a sua reprodução. Além disso, para nós essa economia não se limitou apenas ao abastecimento dessas unidades, mas possuía um dinamismo próprio, gerando excedentes a serem comercializados. Fazemos tal afirmação tendo por base estudos prévios, onde através de inventários, percebemos a diversificação das unidades agroexportadoras que produzia além do café, seu produto principal, os produtos de alimentação básica como o milho, o arroz e o feijão, além de considerável criação de gado bovino e suíno. Muitas destas propriedades além de demonstrarem os mantimentos nos celeiros, representam a produção através das roças. Quando não fazem referência direta a esta produção, fazem através das benfeitorias como moinho, monjolo e paiol.

<sup>5</sup> ANTONIL, André J. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1992 p. 185. LIMA JR. Augusto de. *A capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978. p. 135. WALSH, Robert. *Notícias do Brasil (1828-1829)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1992. p. 123 a 130.

<sup>6</sup> LINHARES, Maria Yedda. & SILVA, Francisco C. T. da. *História da agricultura brasileira: debates e controvérsias*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981. p. 120-1.

<sup>7</sup> Correspondência entre o presidente da Câmara, caixa 07, e o da Província e Código de Posturas do Município, caixa 161 a 165, pasta 163/1. Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

A título de exemplo citamos a propriedade de Francisca Angélica de Moura, que possuía 354 alqueires de terras e um cafezal de 150 mil pés. Tal propriedade apresentava em seus celeiros 150 carros de milho, 400 alqueires de feijão e 150 alqueires de arroz. Possuía ainda roças e um canavial de meio alqueire. Entre os bens de raiz, constam a casa de morada equipada com hospital, senzala, engenho de café e cana, alambique, monjolo, paiol, moinho e formas de açúcar. Um aspecto que nos chamou a atenção foi a existência de um descaroador de algodão, além de 14 arrobas deste produto. Como havia entre seus escravos várias profissões especializadas, como alfaiates e costureiras, tal fato pode indicar uma ligação com a produção algodoeira.<sup>8</sup>

Além da diversificação apresentada nas fazendas cafeeiras detectamos também a existência de pequenas e médias unidades especializadas na produção para o mercado interno. Entre outras propriedades encontramos a de José Amaro Bittencourt e Albano José Ignacio que eram voltadas para a produção de mantimentos e criação de gado, possuindo como força de trabalho plantéis de 3 e 6 escravos respectivamente. Já a propriedade de Theodora Maria de Jesus também com uma produção de subsistência, possuía um plantel de 14 escravos. Outro inventário que nos chamou a atenção foi o de Francisco Luiz da Silva, cuja propriedade possuía mais de 200 alqueires de terras, uma produção de alimentos e criação de gado para o corte, além de uma força de trabalho constituída por um plantel de 36 escravos.<sup>9</sup>

Ao mencionarmos a capacidade mercantil da economia de subsistência, tomamos por base a leitura de documentos administrativos nos quais percebemos a existência de conflitos entre comerciantes e fazendeiros, onde os primeiros queixavam-se de serem vítimas de uma concorrência desleal, uma vez que eram concedidas algumas regalias aos fazendeiros, como a isenção de impostos, desde que não comercializassem seus produtos e apenas os fornecessem para os seus empregados da fazenda, o que na realidade não ocorria, graças à capacidade que tinham para burlar o fisco. Havia ainda a reclamação dos próprios fazendeiros contra a cobrança de impostos - quando era impossível esconder o fato - argumentando que não vendiam para fora, o que era desmentido pelos fiscais.<sup>10</sup>

A partir da década de 1870, impulsionada principalmente pela expansão cafeeira, Juiz de Fora foi se constituindo em importante centro econômico-comercial da Zona da Mata. Essa urbanização crescente, aliada a um incremento populacional, implicava em maior demanda pelos gêneros de primeira necessidade. A partir daí, fica claro a existência de um mercado consumidor no município. Apesar do predomínio da economia cafeeira, acreditamos que os que se dedicavam ao café, não iriam querer ficar à margem deste mercado que estava se formando.

<sup>8</sup> Processo do Cartório do 1º Ofício Civil, nº 53B18 (1876), Arquivo Histórico - UFJF.

<sup>9</sup> Idem. Proc. nº 56A11, 64B15, 36A04 e 42A04.

<sup>10</sup> Documentos referentes a baixa e lançamentos de impostos. Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora. Caixas 82 e 83.

O distrito de Rosário nos é apresentado como uma região especializada na produção de alimentos para o mercado interno. No Almanaque de Profissões do Município elaborado em 1870, este distrito apresenta em sua composição social apenas lavradores de mantimentos, criadores e donos de engenho, não fazendo referência a um único fazendeiro de café. Estes dados também foram comprovados por nós através da análise do inventários de proprietários do local.<sup>11</sup>

Acreditamos ainda que essa economia teve papel importante no processo de urbanização do município, primeiro como abastecedora do núcleo urbano que se formava aos poucos, depois pelo grande número de estabelecimentos comerciais de secos e molhados que se instalavam na cidade, à medida que aumentava a demanda por gêneros alimentícios. Na realidade o desenvolvimento urbano de Juiz de Fora e o fato do município atuar como entreposto comercial, servia como atrativo para a formação de um dinâmico mercado interno. De acordo com Domingos Giroletti o fato da maior parte dos produtos importados e exportados por Minas terem que passar por Juiz de Fora, possibilitou o desenvolvimento do comércio, facilitando a vida do produtor e consumidor, que poderia vender sua produção em Juiz de Fora e se abastecer dos produtos que precisasse sem a necessidade de recorrer ao mercado do Rio de Janeiro.<sup>12</sup>

Após estas reflexões iniciais algumas questões se colocam à nossa frente e que buscaremos resolver no decorrer de nossa pesquisa. Através de uma análise aprofundada das unidades produtoras procuraremos verificar onde e como os excedentes eram investidos. Em nossa pesquisa ao termos contato com documentos como listas eleitorais e dos componentes da Câmara Municipal do município percebemos a presença de lavradores de mantimentos cuja renda anual se equiparava a de um fazendeiro de café. Ao estudar as elites políticas Patrícia Falco Genovez diz que de 1853 a 1889 eles foram presença constante na Câmara Municipal, deixando de ter representatividade somente em 3 legislaturas.<sup>13</sup> A partir daí trabalhamos com a hipótese de que os excedentes gerados pela economia de subsistência propiciaram um certo nível de riqueza aos que se dedicavam à esta atividade, possibilitando inclusive uma ascensão social, o que lhes garantia o acesso ao poder político local.

<sup>11</sup> Almanaque de Profissões do Município do ano de 1870. p. 447-8. Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

<sup>12</sup> GIROLETTI, Domingos. Industrialização em Juiz de Fora (1854-1920). Juiz de Fora: EDUFJF, 1988. p. 46.

<sup>13</sup> GENOVEZ, Patrícia Falco. "Mandonismo político e poderio econômico: uma análise das elites políticas de Juiz de Fora no período de 1853 a 1889". In: MONTEIRO, Roberto Alves (Org.). Princípios: caminhos da iniciação científica. Juiz de Fora: EDUFJF. Quiral Química do Brasil, 1994. p. 115.

## STRUCTURAL CHANGE AND EMPLOYMENT THE DEVELOPMENT OF BRAZILIAN AGRO-INDUSTRIAL SYSTEM:

Fábio Dória Scatolin \*

### 1 Introduction

The development of Brazilian agroindustrial system has been interpreted in the literature as based on State intervention (Mueller 1981, 1982), financial capital (Delgado 1985, 1990), and as a transition from the rural complex to the agroindustrial complexes (Kageiama e Graziano 1990). The main purpose of this paper is analyse the development of the Brazilian Agroindustrial system from a different perspective. In other words, to discuss the formation of this system as a result of structural change and linkages within this system.

This paper is divided in four sections. After this introduction the second section discusses from a theoretical point of view, the concepts of structural change and linkages in late industrialization. The third section of the paper analyses the Brazilian case from a long run perspective, and in the last section the main findings of the paper are discussed.

### 2 Structural change in late industrialization

Innovation is one of the major sources of economic growth. Economists of different views such as Adam Smith and Karl Marx have argued that economic growth depends on the introduction of innovations in the economy. For Schumpeter the role of innovation (waves of creative destruction) was central to the long run dynamism of the economic system. Keynes in his "Treatise of Money" for once accepted the Schumpeter's explanation of innovations as the sources of surges in new investment in the long-term.

Economic development and structural change result from the interaction of supply and demand factors. This process involves both; the growth of aggregate output and changes in the structure of the economy. In a broad view structural change can be defined as a change in the relative weight of the main components of the aggregative indicators of the economy, such as growth of population, composition of exports and imports, changes in the participation of the different sectors such as agriculture and industry in output, or **changes in output, employment and exports shares accounted for by different sectors over time**<sup>1</sup>.

\* From the Department of Economics of UFP.

<sup>1</sup>OECD (1992:12) examining the different definitions of structural change define compositional structural change as: "changes in the industrial composition or profile of an economy: changes in the output or employment shares accounted for by different industries, for example, or changes in the mix of factor inputs used by industries. Its main characteristic is that it examines individual industries; the capital and labour inputs they use; and the way in which the industries are connected to one other, both domestically and internationally. ...Indicators of compositional structural change measures the outcome of structural change, whereas policy is more concerned with the underlying causes and in particular the nature and constraints to structural adjustments. Any observed compositional change is likely to have a range of causal factors.

Following Pasinetti (1987:8) the three main sources of change in a modern industrial economy are:

1) growth of population (either natural or immigration) and by changes in the ratio of active to total population,

2) the application of scientific research and technical progress to the production processes, which causes in each industrial branch a change in the quantities of output per unit of "factors" absorbed...anyhow the changes will normally be different from sector to sector, and

3) a source connected with the Engel's law. Technical change generates a continuous growth of average real per capita income, and this mean a corresponding growth of demand for the various goods and services.

The dynamic movement and interaction of the three mentioned sources of changes - population, productivity and structure of demand - under certain assumptions, explain the main sources of growth and structural changes in the industrial economies. In this process expanding sectors coexist with declining sectors, as a normal pattern of continuous technical change in the industrial countries (*ibid.*:12).

Chenery et al (1986) considered that the core of the process of structural change is the accumulation of physical and human capital, and shifts in the **composition** of the demand, trade, production and employment. As pointed by Syrquin (1988) changes in the sectoral **composition** of production are the most prominent feature of structural transformation<sup>2</sup>.

The models of **compositional Structural change** have been discussed and expanded since the 1960s after the pioneering work of Chenery (1960). Their aims have been to describe the observed patterns of change and to characterize them in policy relevant terms. In recent versions (Kubo et al 1986, OECD 1992) the compositional structural change models identify the broad sources of change for each sector: export growth, domestic demand growth, import substitution of intermediate and final goods, and changes in the pattern of inter-industry linkages of the economy.

Although the importance of these models in terms of identifying various factors affecting growth and structural change in an economy, and relating those changes to the trade strategy followed by the economy, they only indirectly underlie the **causes** of the structural change. Any observed structural change is likely to have a range of causal factors. For Kuznets (1971) structural change was strongly interrelated with economic growth, and science-based technological change was the primary source of modern economic growth in the industrial world. Kaldor (1957) linked investment with technological change via innovated capital goods. For Perroux (1958, 1988) the main incentive of economic development is technological progress and innovation. In his analysis he suggested that in the process of industrialization there is a certain system of

<sup>2</sup> For Syrquin a structural transformation is referred to the interrelated process of structural change that accompany economic development (Syrquin 1988: 206).

industrial combination around the poles of growth. For him a pole of growth has the power to generate new industrial units. The initial investment is assumed to be growth-inducing; or in other words capable, under given conditions, of generating other (induced) investments (*ibid* 71). Based on statistical evidence<sup>3</sup> Perroux suggests that in the developed world there is a group of industries which can be called **growth industries**. These industries "have a higher than average rate of growth of product, a higher than average rate of growth of productivity, and a rapidly increasing share in industry as a whole". This group nowadays could include **two types** of industries: (1) all new industries, such as information, electronics, biotechnology and partly plastics and chemicals; and (2) modern industries which form the basic framework of modern industrial production, such as steel industry, metal, engineering, electrical equipment and transport equipment. A third group of industries, called by him as "traditional industries" (light-industry plus agriculture) such as natural textiles, leather, forestry and wood products and agriculture, has a relatively low growth rate in the developed world. For him all industries create innovations, but the first two groups exercise a strong effect on the traditional group and on the rate of renewal of the industrial base of the economy. These two first industries are the most important in terms of **growth and structural change**. For Perroux countries differ immensely in the structural composition of these three types of industries, with the **less-developed countries** differing not only in terms of the general level of industrialization, but also in terms that any of them, have the entire range of industries that would be needed to permit an organic combination of the three industries (*ibid.*). The externalities provided by the two main groups of industries have been fundamental for economic growth and structural change.

Hirschman in turn, in his **Strategy of Economic Development** (1958), developed the concept of **linkage** which has proved to be one of the basic concepts of the development literature. Initially for him this concept had a concrete and historical meaning, related to the path of late industrialization in Latin America in the 1950s. Specifically Hirschman was searching for some **inducement** mechanism that could accelerate the development process under the conditions of the Import Substitution Industrialization Strategy (ISI).

In subsequent publications (1977, 1981) he reinterpreted and generalized his linkage approach along the lines of a historical analysis. Firstly, he called forward and backward linkages as **production** linkages; secondly, he developed the idea of **consumption** (final demand) linkage and **fiscal**

<sup>3</sup>Scherer (1982) and Pavitt (1984), working with production and use of innovations arrived to the conclusion that, more than 97 percent of the innovations originated in the manufacturing sector, and within the manufacturing sector about two thirds originated from a few core industrial sectors (chemical, machinery and instruments, mechanical and electronics). In both works the agricultural sector used more innovations than produced. In the USA the relation was 1:4 and in the UK 1:8. The direction of the flow of innovations from the industrial sector to the agricultural sector is clear, see also chapter 4.

linkage. The original linkages (production) capture only one part of the widespread process of development. When the overall process of economic development is considered new types of linkages emerge<sup>4</sup>.

This new **generalized** approach, when dealing with primary export economies has a close resemblance to the **staple** thesis<sup>5</sup> developed by a group of Canadian economic historians (Watkins 1963). The inducement towards internal investment resulting from the increased activities in the export sector can be explained by backward, forward and final demand (consumption) and fiscal linkages. The external demand acts as engine for the linkages (Syrquin 1992). As the external demand in the developing countries is in general greater than the domestic demand, the potential linkages coming only from the commodities linked to the international trade (*ceteris paribus*) is greater than the potential linkages coming from a domestic demand. Therefore, the external final demand has a key role in the development process. For Hirschman the most desirable staple is the one that can provide strong backward and forward, final demand and taxation linkages simultaneously (1981:67).

In his earlier publication (1958), Hirschman considered mainly the industrial sectors and agreed with the idea of the superiority of the manufacturing industry over agriculture. In the Generalized linkage approach (1981) he modified his position, and examined the linkages in a broad and historical perspective, extending and generalizing the linkage approach to agricultural activities and to the external sector. Recognizing this shift, he emphasised that "It is of course ironic that an analytical tool which originally served to justify the building up of industry in less developed areas should later be used for advocating a quite different strategy". This apparent contradiction can be solved by combining industry and agriculture within the process of late industrialization. The second stage of industrialization that has been occurring in Europe, United States and Japan since the last century, only has been occurring in some latecomers from the second half of the twentieth century. At the time of his "Strategy of Economic Development," Latin American agriculture had shown very few linkages with the upstream industry. The upstream agricultural industry had been very incipient, mainly because the overall process of industrialization was concentrated on the light industry. Downstream of agriculture, only a simple technical process of industrial transformation such as the sugarcane and coffee industries, already existed.

<sup>4</sup>The consumption linkage can be thought as a possibility of certain imports to be substituted by domestic production in the phase of export promotion. The increased income, first may induce an increase in import, and can provoke the destruction of established handicrafts and artisan activities and later, can induce an import substitution. The same idea can be thought regarding other elements of final demand. The idea of fiscal linkage was the possibility and ability of the state to reallocate some resources from one sector (staple) to another (industry, infrastructure, etc).

<sup>5</sup>The term Staples refers to any resource-intensive export, and the central argument of this theory is the belief that in a given initial, socio-economic environment, different exports will have different effects on growth.

In the last four decades the second stage of industrialization has advanced in some late industrializers countries such as Brazil, and has changed the relationship between agriculture and industry. The relationship between these two sectors during industrialization is more complex than was initially believed by Hirschman. Agriculture is no longer an independent sector that produces and exports only primary products and has weak linkages. Currently, it can be seen as an important sector that can induce, and be induced by, industrial development, and the **linkages** are the manifestation of these inducements. Agriculture in a modern industrial society has a strong technical interdependence with industry in both directions. Upstream, agriculture has important technical interdependence with the mechanical, chemical, and pharmaceutical industries, and with some nontradable activities such as electricity and transport. These interconnections are one of the main reasons for agricultural transformation. Downstream, agriculture has important interrelations with the food industries, textiles, paper and energy industries. In fact, downstream and upstream agriculture the linkages can provide an explanation for the creation of *filières* around the main commodities.

In sum, putting together the idea of **generalized linkages approach**, with the process of **structural change** and **the diffusion of innovations** throughout the economy, it is possible to examine the development of Brazilian economy and in particular the development of the agro-industrial system and constitution of *filières* in a wider perspective, where the catching-up strategy followed by Brazil was critical in promoting and defining the changes in the structure of the economy. The creation and transformation of the **Brazilian agro-industrial system** can be interpreted within the broad process of structural change and linkage creation in late industrialization. In this process the catching-up strategy followed by the country and the subsequent internalization of industrial sectors with their new technologies, such as transport, chemical, and machinery, together with the creation of a Farm Research System transformed the structure of the Brazilian industrial sector and also the structure of the agricultural sector after the 1950s. The interaction between the demand effects of income growth, and the change in sector proportions resulted in the transformation of the Brazilian agro-industrial system. Within this process of **structural change**, important **linkages** connected the agricultural sector with the light and heavy industries and also with the internal and external sector. In the next section the main results will be discussed.

### 3 Employment and Structural Change: The Development of Brazilian Agroindustrial System

The industrialization of the Brazilian economy began very slowly around the end of the nineteenth century, advanced in the 1930s, and took a decisive leap forward in the second half of the twentieth century. The 1950s and the 1970s were the decades of definitive expansion and transformation of the economic structure as a whole, the phase of definitive transformation of the Brazilian agro-industrial system.

Although these structural changes occurred mainly in the second half of the twentieth century, some of the main features of the economy had their

roots in the previous period. Until the mid-nineteenth century the economy had been marked by periods of prosperity, deriving from the export sector, i.e. Brazilian wood (pau brasil) in the sixteenth century, sugarcane in the seventeenth, gold in the middle of the eighteenth and cotton at the beginning of the nineteenth, but then underwent a period of recession and subsequent decline or stagnation in the geographical region concerned. The expansion of the export sector did not provide enough stimulus for the development of an internal market, and consequently the export sector remained as the only source of growth.

From a long-term perspective, two features appear as important in the formation of the Brazilian agro-industrial system, and as determinant factors for the formation of a particular structure: (1) the employment trends, and (2) the behaviour of the economy in terms of growth and structural change.

In the nineteenth century the main source of employment in the Brazilian economy was the agricultural sector. Between 1872 and 1920 the rural active population increased from 3.7 million to 6.3 million and the industrial active population increased from 282 thousand in 1872 to 814 thousand in 1920 (Merrick and Graham 1979:150). The share of the active rural population increased from 63.3 percent of the total in 1872 to 66.9 percent in 1900 and remained at the same level in 1920 (66.7%).

In the following decades the economically active population employed in the agricultural sector increase from 8.9 million in 1940 to 10.2 millions in 1950 to 13.1 million in 1970 and finally reduced to 12.7 million in 1980 (IBGE 1990). The share of the population employed in the agricultural sector in relation to the total employment began to reduce to 64 percent in 1940, to 59.9 percent in 1950, to 44.6 percent in 1970 and to 30.15 percent in 1980. In fact, these changes advanced slowly until the middle of the twentieth century and accelerated quickly in the second half. As consequence the migrants in the second stage of industrialization went to the industrial sector and in a major proportion to the service sector. This structural feature is shown in table 1 where only the employment share changes in the three main sectors of the economy between 1920, 1950 and 1980 were considered.

**TABLE 1:** Structural change in employment shares:1920-1980

Sector	1920-50	1950-80
Agriculture	-6.63	-29.71
Industry	4.44	11.65
Services	2.19	18.06

Source: IBGE 1990: 74-75. Demographic censuses. The agricultural sector includes Agriculture, fishery and forestry. The industrial sector includes Mining, Manufacturing, Construction and Utilities. The Services sector includes Commerce and finance, Transportation and communication, Government and defense, Personal and domestic services, Liberal professions and Social activities.

The agricultural sector was the only sector that lost its share in both periods with the speed of the change increasing in the period 1950-80. The industrial sector in both phases increased its share but more significantly in the period 1950-80. The tertiary sector increased its share slowly in the first phase of industrialization, and rapidly in the second phase.

A more disaggregated picture of the structural change achieved by Brazil, can be examined via the structural changes in employment from 1939 to 1980 using the information from the demographic censuses and economic censuses<sup>6</sup>. Normally an index of Structural Change<sup>7</sup> is given by the equation:

$$SC = \frac{0,5}{n} \sum abs(A_i 2 - A_i 1)$$

Where the index SC, is the sum of the absolute values (abs.) of the changes in the employment share of sector i in period two ( $A_i 2$ ) minus the employment share in sector i in the period one ( $A_i 1$ ), with (n) being the number of years between the two years (Lawrence 1984). The basic idea of the index is to express the changes in the structure of the employment during the period under consideration. Because the sum is multiplied by 0.5, if there is no structural change, or in other words if the structure of the employment remains constant over the period, the index is equal to zero. On the other hand if there is a total change in the structure of employment the index is equal to 100 percent.

**TABLE 2:** Brazil: Structural Change in Employment, in selected Periods; 1939-80 (average annual change)

Period	Total employment (1)	Industrial employment (2)	Manufact. + mineral (3)	Manufact. employment (4)
1939-1949	0.73	1.53	0.85	0.83
1949-1959	0.72	0.70	1.16	1.18
1959-1970	0.98	1.12	0.79	0.81
1970-1980	1.55	0.63	1.04	1.03

Sources:IBGE 1990

(1) Total employment is measured as economically active population in thirteen sectors from the demographic census, published in *Estatísticas Históricas do Brasil* (1990: 75). These sectors are: agriculture, mining, food beverages and tobacco, textiles clothes and shoes, metal and transport, chemical and

<sup>6</sup>The demographic censuses provide information on the economically active population representing the "supply" of labour force, and the economic censuses provide information on the working population, i.e. the labour force employed in the economic sector. The methodology of these two census are very different. For a discussion of the methodology of these two different sources see *Estatísticas Históricas do Brasil* (IBGE 1990).

<sup>7</sup>See mainly United Nations (1981), and Lawrence (1984).

non metal, other industries, construction, industrial services, trade, transport and communications, services, and others.

(2) Employment is measured as economically active population in eight sectors from the demographic censuses. These sectors are: mining, food beverages and tobacco, textiles clothes and shoes, metal and transport, chemical and non metal, other industries, construction, and industrial services.

(3) Employment in manufacturing industries and mining is measured as the total working population in eighteen sectors from the industrial census. *Estatísticas Históricas do Brasil* (1990: 388). Mining, non metal, metal products, machinery, electrical and communications, transport, wood and furniture, paper and pulp, rubber, leather, chemicals, pharmaceutical, plastics, textiles, clothes and shoes, food beverages and tobacco, graphics, and others.

(4) Employment in manufacturing industries is measured for seventeen sectors from the industrial census. *Estatísticas Históricas do Brasil* (1990: 388). The sectors are the same as (3) excluding mining.

Four measures of structural changes in employment were derived from the basic equation for the Brazilian economy from 1939 to 1980. The first index measures the structural change in the whole economy, i.e. changes in the structure of **the economically active** population in agriculture, industry and services sectors. The second index measures the changes in the industrial sector alone i.e. changes in the structure of **economically active population** in mining, transformation, construction and Utilities. The third and fourth indexes measure the structural change on the **working population** only in the manufacturing sector and the mining sector (third index) and only in the manufacturing industry (fourth index).

The first index computed across the whole economy indicates that the decade of the 1970s was the most important decade in terms of structural change in employment. It was in this decade that agriculture, released great part of its work force to the industrial and the service sectors<sup>9</sup>.

The second index using the same data from the first index, i.e. the demographic censuses, suggests that the main changes in the employment structure happened in the 1940s. The results for the 1950s initially seem to support previous works such as Merrick and Grahah (1979) that the import substitution policies of the 1950s were very capital intensive, resulting in the industrial output growing much more than employment. However, as the authors themselves suggested, great part of the changes in this index was influenced by the construction sector which remained stable in this decade. If the data of the industrial census is considered, and within the industrial sector, the manufacturing sector is considered, i.e. without the construction sector as was

<sup>9</sup>The interpretation of this index does not mean necessarily that a strong change in the index is a positive feature of economic development. It depends mainly on the direction taken by the process. If all the population was expelled from agriculture and went only to an underdeveloped service sector, then certainly the result was not very positive.

in the third and fourth indexes then the results are very different from the previous index and from Merrick and Grahah results. It is clear from the third and fourth indexes that the decade of the 1950s followed by that of the 1970s were the most important decades in terms of changes in the structure of manufacturing employment. The results found in the third and fourth indexes seem to be more close with the cyclical behaviour of the Brazilian economic growth during these decades.

The Brazilian path contrasts sharply with other agro-exporting countries such as the USA, Canada, Australia where the employment changes took place mainly in the first half of the century. The changes in the manufacturing Brazilian employment after reduced the speed in the 1960s accelerated again in the 1970s. The economic crisis in the 1980s probably reduced this index strongly in this decade.

The expansion of the Brazilian population and employment opportunities in the urban areas was followed by an internal migration from rural to urban areas. At the beginning of the twentieth century more than 80 percent of the population was living in rural areas, and in 1995 approximately 77 percent was living in urban areas. This trend as in the case of employment, occurred mainly after 1950. In that year approximately 64 percent was still living in rural areas. Between 1950 and 1980 while the urban population increased at an average annual rate of approximately 5 percent, the corresponding annual rate of the rural population was approximately 0.5 percent.

In order to examine in detail the main sources of employment growth and structural change **within** the Brazilian agro-industrial system, the input-output tables of 1970 and 1980 were used at four-digit level, i.e. as provided originally by the official institute (IBGE). The sectors outside the agro-industrial system were all aggregated into a single sector. The main matrices (make and absorption) was **reconstructed** into nine new activities in order to examine the particular behaviour of some crops and livestock. The methodology used here is the decompositional input-output model were based on Bulmer Thomas (1982) and Kubo (1986)<sup>9</sup>.

The main changes in the employment structure within the Brazilian agro-industrial system were decomposed between changes in labour productivity and output growth. Output growth was decomposed into its five components, Export expansion, domestic final demand, import substitution of final and intermediate goods and changes in the input-output coefficients. Table 3 summarize the main changes in the working population in the agro-industrial system in the 1970s without any decomposition. Tables 4 and 5 show the decomposition results.

The first conclusion that can be drawn from table 3 in respect to the behaviour of the agricultural sector in terms of employment generation, is that the main

<sup>9</sup> [Não localizada nos originais]

commodities (eight firsts rows of table 3) increase the absolute level of employment in the sector in a decade in which migration from agriculture to industry and to the services sector achieved record levels as shown. The total population working in the main commodities increased from 39.98 percent to 55.45 percent of the total agricultural working population

**TABLE 3: Working population in the agro-industrial system**

Sectors	Total working pop. 1970	Total working pop. 1980*	Changes working pop. 80-70	Average annual growth rate 70-80
<b>AGRICULTURE</b>				
1 Extractive	377959	728499	350540	6.56
2 Coffee	1219275	1972983	753708	4.81
3 Sugarcane	607812	1138486	530674	6.28
4 Rice	1845968	2345023	499055	2.39
5 Wheat	187198	224336	37138	1.81
6 Soyabean	342064	927221	585157	9.97
7 Poultry	50157	217819	167662	14.69
8 Cattle	2398087	3983929	1585842	5.08
9 Others	10553569	9625439	-928130	-0.92
<b>UPSTREAM INDUSTRIES</b>				
10 Agric. machi	14257	29222	14965	7.18
11 Fertilizers	7626	22260	14634	10.71
12 Pharmaceutic	3081	5939	2858	6.56
13 Animal feed	5819	30677	24858	16.62
<b>MAIN AGRO-FOOD INDUSTRIES</b>				
14 Coffee ind.	18732	38680	19948	7.25
15 Rice process	23335	40265	16930	5.46
16 Wheat mill	10159	11407	1248	1.16
17 Beef packing	47715	105588	57873	7.94
18 Poultry proc.	3600	25194	21594	19.46
19 Dairy products	23046	48207	25161	7.38
20 Sugar industry	63198	66337	3139	0.48
21 Meal, oil	21243	4226	21018	6.88
22 Other food	155554	213446	57892	3.16
<b>OTHER AGRO-INDUSTRIES</b>				
23 Wood / furn.	241301	437689	196388	5.95
24 Paper, pulper	66994	107433	40439	4.72
25 Ethanol	2296	13534	11238	17.74
26 Nat. textile	158587	202518	43931	2.45
27 Leather, foot.	97496	229494	131998	8.56
28 Beverages	58619	58512	-107	-0.02
29 Tobacco	14509	18183	3674	2.26
Total System	18619000	22910000	4291000	2.07
Total economy	26757000	43378000	16621000	4.83

Sources: Economics and demographics Censuses of Brazil 1970-1980.

\* The employment of the main agricultural commodities in 1980 was derived by adjusting the information from the demographic census of each commodity (percentage) with the total working population of the agricultural sector from the agricultural census.

**TABLE 4: Sources of changes in employment Brazilian agro-industrial system 1970-1980 (in thousand)**

Sectors	change in the working population	changes due to gross output	Changes due					to labour product.
			Ex	DD	IS	ISw	IO	
<b>AGRICULTURE</b>								
Extractive	351	-121	13	166	15	-10	-304	471
Coffee	754	-648	-187	1880	4	-4	-2341	1402
Sugarcane	531	526	103	144	5	1	274	4
Rice	499	538	2	673	-90	-7	-40	-39
Wheat	37	79	23	-53	-11	-113	233	-42
Soyabean	585	1965	462	78	5	-102	1523	-1380
Poultry	168	73	11	41	0	0	21	95
Cattle	1586	1247	52	1583	3	-23	-369	339
Others	-928	3367	83	3905	247	-378	-491	-4295
<b>UPSTREAM INDUSTRIES</b>								
Agric. mach.	15	28	3	21	2	0	3	-13
Fertilizers	15	44	1	7	0	6	30	-29
Pharmaceutical	3	10	0	7	0	0	3	-8
Animal feed	25	24	2	5	0	1	16	1
<b>MAIN AGRO-FOOD INDUSTRIES</b>								
Coffee	20	20	-4	34	0	0	-11	0
Rice	17	1	0	2	-2	0	2	16
Wheat	1	-10	1	-4	0	0	-7	12
Beef	58	25	1	21	0	-1	4	32
Poultry	22	16	3	11	0	0	1	6
Dairy	25	24	0	15	0	0	9	1
Sugar	3	28	9	11	0	0	8	-25
Meal, oil	21	24	18	5	0	0	1	-3
Other food	58	88	25	46	0	4	13	-30
<b>OTHER AGRO-INDUSTRIES</b>								
Wood and furn.	196	302	17	211	4	-4	75	-106
Paper and pulp	40	57	20	30	2	5	1	-17
Ethanol	11	17	2	5	0	0	10	-5
Natural text.	44	95	6	14	3	-2	74	-51
Leather, foot.	132	138	36	98	0	-1	4	-6
Beverages	0	55	1	22	1	5	26	-55
Tobacco	4	10	4	3	0	0	3	-7
Total System	4291	8022	705	8982	188	-622	-1231	-3731

Sources: Brazilian 1970-1980 Input-Output tables.

Note: Decomposition of Laspeyres and Paasche indexes.

EE = export expansion.

DD = domestic demand expansion.

ISf = import substitution of final goods.

ISw = import substitution of intermediate goods.

IO = technical coefficients.

**TABLE 5: Growth rates employment of the agro-industrial system, 1970-1980**

Sectors	Average changes employment due to growth	changes due to gross output	breakdown of changes due to output expansion					changes due to labour productivity
			Ex	DD	ISf	ISw	IO	
<b>AGRICULTURE</b>								
Extraction	6.56	-2.26	0.24	3.11	0.28	-0.18	-5.70	8.82
Coffee	4.81	-4.14	-1.19	12.00	0.03	-0.03	-14.95	8.95
Sugarcane	6.28	6.23	1.21	1.70	0.06	0.02	3.24	0.05
Rice	2.39	2.58	0.01	3.23	-0.43	-0.03	-0.19	-0.19
Wheat	1.81	3.86	1.10	-2.60	-0.53	-5.49	11.38	-2.05
Soyabean	9.97	33.48	7.87	1.33	0.08	-1.74	25.95	-23.51
Poultry	14.69	6.37	0.93	3.60	0.03	-0.01	1.82	8.32
Cattle	5.08	3.99	0.17	5.07	0.01	-0.07	-1.18	1.09
Others	-0.92	3.34	0.08	3.87	0.25	-0.37	-0.49	-4.26
<b>MAIN UPSTREAM INDUSTRIES</b>								
Mach	7.18	13.45	1.27	9.83	0.80	-0.01	1.56	-6.28
Fertiliz.	10.71	32.06	0.97	5.04	-0.14	4.39	21.81	-21.35
Pharmac.	6.56	23.92	0.67	15.98	0.14	0.28	6.85	-17.35
Feed	16.62	16.14	1.32	3.44	0.05	0.39	10.94	0.48
<b>MAIN AGRO-FOOD INDUSTRIES</b>								
Coffee	7.25	7.27	-1.32	12.40	0.02	-0.01	-3.82	-0.02
Rice	5.46	0.35	-0.07	0.51	-0.58	-0.02	0.52	5.10
Wheat mill	1.16	-9.62	0.96	-4.14	0.07	0.17	-6.69	10.78
Beef	7.94	3.49	0.19	2.90	-0.02	-0.07	0.49	4.46
Poultry	19.46	14.10	2.74	10.23	0.05	-0.02	1.10	5.35
Dairy	7.38	7.18	0.10	4.52	0.02	-0.04	2.57	0.20
Sugar	0.48	4.34	1.34	1.74	0.03	0.03	1.20	-3.85
Veg. oil	6.88	7.92	5.87	1.78	0.11	-0.13	0.29	-1.04
Other food	3.16	4.79	1.37	2.53	-0.01	0.20	0.69	-1.62
<b>OTHER AGRO-INDUSTRIES</b>								
Wood prod.	5.95	9.16	0.50	6.39	0.13	-0.12	2.26	-3.20
Paper	4.72	6.71	2.35	3.50	0.23	0.56	0.06	-1.98
Ethanol	17.74	26.18	2.88	8.17	0.19	-0.08	15.02	-8.44
Nat. textile	2.45	5.30	0.33	0.81	0.16	-0.09	4.10	-2.86
Leather/foot	8.56	8.92	2.33	6.32	0.03	-0.04	0.27	-0.36
Beverages	-0.02	9.31	0.19	3.71	0.11	0.84	4.46	-9.33
Tobacco	2.26	6.41	2.28	2.14	-0.01	-0.02	2.03	-4.15
Total System	2.07	3.88	0.34	4.34	0.09	-0.30	-0.59	-1.80

Sources: Brazilian 1970-1980 Input-Output tables. Note: Decomposition of annual growth rates of Laspeyres and Paasche indexes. Average annual growth rates computed as  $1/n$  ( $\ln X2/X1$ ). EE = export expansion. DD = domestic demand expansion. ISf = import substitution of final goods. ISw = import substitution of intermediate goods. IO = technical coefficients

Employment in these activities grew at annual rates above the rate of growth of the Agricultural sector, with the exception of wheat activity which grew at almost the same rate - 1.81% as compared with 1.85% for agriculture employment. Or in other words the migration from rural to urban areas was mainly due to other agricultural activities such as the subsistence sector. The employment in these other activities grew at an annual rate of minus 0.92

percent (see row 9). Within these other activities there were also some important commodities such as cotton and orange in which employment certainly also grew above the average in the period. Unfortunately owing to the nature of the Brazilian censuses and input-output tables it has been impossible isolate these activities from the others agricultural activities. Historically the agricultural reservoir of labour developed mainly in the subsistent sector. The economic policy in the 1970s was directed towards the modernization of the agricultural sector by subsidized credits, minimum prices, research and extension etc. to the dynamic commodities such as soyabean, wheat, cocoa, orange etc. These policies more than bring benefits mainly to the large holders, completely ignored the subsistence sector which mainly consisted of medium and small holders (less than 100 hectares). In this year out of the total of 21.1 million of working population in the countryside 78.77 percent was working in establishments with less than 100 hectares, and almost 38 percent in establishments with less than 10 ha. An alternative economic policy directed towards the medium and small holders, with economic alternatives for increasing the surplus from these establishments can have profound implications for the level of employment of the whole economy. Tables 4 and 5 above shows the results of the main sources of employment growth in the agro-industrial system in the 1970s. The average annual rate of employment growth in the Brazilian agro-industrial system as a whole during the 1970s was 2.07 percent, below the national average of 4.83 percent. Nevertheless, the working population within the system increase by approximately 4.3 million. Output growth contributed with 3.88 percent, and labour productivity with minus 1.80 percent. The main positive source of employment growth was domestic final demand which grew in average at an annual rate of 4.34 percent. Some *filières* such as wheat-wheat mill, coffee-coffee industry rice and rice mill found in the domestic market the only important source of expansion in the period. Export expansion despite the incentives and the good performance of some *filières* such as cattle-leather-footwear, soyabean-soyameal, cane-sugarcane, forest-paper, orange-orange-juice played a minor role being responsible for only 8.8 percent of the employment growth (705 thousand new jobs) as a whole. Import substitution of final and intermediate goods also played a very small role decreasing the level of employment in the sector in 434 thousand. Changes in the input-output coefficients as a whole also decrease the level of employment of the system (-1231 thousand). However this pattern was not homogeneous among the sectors, showing within the system great differences with some such as soyabean, wheat and almost all industrial sectors showing a positive contribution. Its is interesting to note that despite the high rate of employment growth of the upstream industries of the system the sector is not labour intensive employing only 87 thousand workers.

#### 4 Conclusions

This paper has examined employment growth and structural changes within the Brazilian agro-industrial system for the 1920-1980 period from the

perspective of structural change and the decomposition of sources of employment changes.

The analysis showed that there were important changes in employment during this century. In the sub-period 70-80 the main changes were decomposed due to changes in domestic final demand, export expansion, import substitution of final and intermediate demand, and in IO coefficients, with domestic demand followed by export expansion being the most important sources of employment growth.

Within the agro-industrial system the most important source of structural change came from the development of the vegetable and animal protein *filières*. On the demand side, the soyabean *filière* was decisively stimulated by the external sector. Subsequently, the increasing internal demand for meal, oil and for animal-feed was the new source of growth of this *filière*. This complex consisting of soyabean, maize, together with the meal and oil industry, animal-feed and poultry industries constituted the core of Brazilian agro-industrial transformation in the 1970s.

The direction taken by the structural change in the agricultural transformation in the 70s was towards a diversification of agricultural production with this system becoming less dependent on the traditional coffee *filière* and closer to the dynamic sectors of international agribusiness. The introduction of modern inputs such as fertilizers and other agro-chemicals, tractors and other machineries, and the increasing and systematic agricultural research and its diffusion, changed the technical basis of agricultural production, changed the structure of the system and positively affected the economic growth of the system.

## Bibliography

- Bulmer-Thomas, V. (1982), Input-Output Analysis in Developing Countries - sources, methods and applications, John Wiley & Sons Ltd, New York.
- Chenery, H.B. (1960), Pattern of Industrial Growth in American Economic Review, vol. 50 No 4 (set 1960).
- Chenery, H. B. & T. Watanabe (1958), International Comparisons of the Structure of Production, Econometrica 26 (october): 487-521.
- Chenery, H. B., Shishido, and T. Watanabe (1962), The Pattern of Japanese Growth, 1914- Econometrica 30:98-139.
- Chenery, H.B., Robinson, and M. Syrquin. 1986, Industrialization and Growth: A Comparative Study, Oxford University Press, New York.
- Delgado, G. (1985), Capital Financeiro e Agricultura no Brazil, Icone, São Paulo.
- Delgado, G. et al. (1990), Agricultura e Políticas Publicas. IPEA 127, Rio de Janeiro.
- Gerschenkron, A. (1962), Economic Backwardness in Historical Perspective, Cambridge Mass.
- Graham, D. H. Gauthier H, and Mendonca de Barros, J.R.(1987), Thirty Years of Agricultural Growth in Brazil: Crop Performance, Regional Profile, and Recent Policy Review. Economic Development and Cultural Change: 1-33.

Hirschman, A.O. (1958), The Strategy of Economic Development, New Haven, Yale University Press.

- \_\_\_\_\_ (1977), A Generalized Linkage Approach to Development, with Special Reference to Staples. Economic Development and Cultural Change, vol 25, supplement 1977 (Essays in honour of Bert Hoselitz).
- \_\_\_\_\_ (1981) A Generalized Linkage Approach to Development, with Special Reference to Staples. Essays in Trespassing: Economics to Politics and Beyond. New York: Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_ (1984) "A Dissident's Confession. The Strategy of Development' Revisited" In G.M. Meier, and D. Seers, eds., Pioneers in Development. New York: Oxford University Press.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (1979) Matriz de relacoes intersectoriais do Brasil 1970, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_ (1987), Censo Agropecuario de 1980, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_ (1987), Matriz de relacoes intersectoriais do Brasil 1975, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_ (1989), Matriz de relacoes intersectoriais do Brasil 1980, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_ (1990), Estatísticas Historicas do Brasil, 2nd. edition Rio de Janeiro.
- Kageiama, A, and J.Graziano da Silva (1987), A dinamica da Agricultura Brasileira: Do Complexo Rural ao Complexos Agroindustriais, IE/UNICAMP mimeo Campinas.
- Kageiama, A, et al (1990), O novo padrao agricola Brasileiro:Do Complexo Rural ao Complexos Agroindustriais, in Delgado, G. et al. (1990). Agricultura e Políticas Publicas. IPEA. Rio de Janeiro.
- Kaldor, N. (1957), A model of economic growth, Economic Journal, 67, 591-624.
- Kubo, Y, J, de Melo, S. Robinson, and M. Syrquin (1986), The methodology of multisector compative analysis. In Chenery, H.B. Chenery, S. Robinson, and M. Syrquin 1986. Industrialization and Growth: A Comparative Study. New York: Oxford University Press.
- Kuznets (1971), Economic Growth of Nations, Harvard University Press, Cambridge, Mass.
- Lawrence R. (1984), Can America Compete?, Brooking Institution, Washington DC.
- Merrick, W, & Grahan, D. (1979), Population and Economic Development in Brazil: 1800 to the present, John Hopkins University Press, London.
- Mueller, G (1981), O complexo agroindustrial Brasileiro, Relatório de Pesquisas 13, FGV, mimeo, São Paulo.
- \_\_\_\_\_ (1982), Agricultura e Industrializacao do Campo no Brazil. Revista de Economia Política, Sao Paulo, 2(6):47-77 (abr/jun).
- OECD (1992), Structural Change and Industrial Performance. A seven country growth decomposition study. Paris.
- Pasinetti, L. (1987), Structural Change, Economic Interdependence and World Development. World Congress of the International economic Association, vol 3. Macmillan Press, London.
- Pavitt, K. (1984), Patters of Technical Changes: towards a taxonomy and a theory, Research Policy, vol 13, no. 6: 343-74.
- Perroux, F. (1958), La coexistence Pacifique. Paris Presses Universitaires de France.
- \_\_\_\_\_ (1988) The pole of development's new place in a general theory of economic activity. In Regional Economic Development: Essays in Honour of Francois Perroux. Edited by Benjamin Higgins and Donald J. Savoie, Unwin Hyman Ltd. London.

- Robson, M., Townsend J., and Pavitt, K. (1988), Sectoral Patterns of production and use of innovations in the UK: 1945:1983. Research Policy, vol 17.
- Scatolin, F. (1994), Structural Change And Linkages: The Development Of Brazilian Agro-Industrial System Phd Thesis. University Of London.
- Scherer (1982), Inter-Industry Technology Flows In The United States. Research Policy Vol 11 227-245.
- Syrquin (1988), Structural Change In Handbook Of Economic Development, Edited By Chenery And T.N.Srinivason: Elsevier Science Publishers.
- Syrquin, M. (1992), Linkages And The Strategy Of Development. In Towards A New Development Strategy For Latin America IDB/John Hopkins University Press, Washington, DC.
- Watkins, M. (1963), A Staple Theory Of Economic Growth, The Canadian Journal Of Economics And Political Science Vol. XXIX, No.2 141-58.
- United Nations (1981), Economic Survey of Europe, New York.

## 6 AGRICULTURA E EXCLUSÃO

### CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRESENÇA INDÍGENA NA ECONOMIA DO RIO DE JANEIRO COLONIAL

*Maria Regina Celestino de Almeida\**

#### Introdução

Pesquisas recentes têm demonstrado que a dinâmica da colonização da América portuguesa e espanhola dependeu em grande parte das populações indígenas. O Rio de Janeiro não fugiu a essa regra: ainda no século XVII, índios e missionários continuavam desempenhando ali um papel essencial e o mercado de escravos negros, embora existente, parecia não ter tido até então, grandes condições de desenvolvimento devido, em parte, 'a possibilidade de escravização dos índios. Tais características parecem configurar no Rio de Janeiro dos primeiros séculos da colonização, um quadro semelhante ao de áreas periféricas, notadamente no que se refere à reprodução parcialmente endógena de sua mão-de-obra.

O arrolamento de fontes primárias sobre os índios no Rio de Janeiro colonial tem revelado sua presença marcante para muito além do século XVI, apesar da pouca importância que a historiografia lhes tem atribuído. A documentação específica sobre o trabalho indígena no século XVII, embora relativamente escassa e lacunar, fornece dados bastante relevantes, que complementados com informações de outros tipos de fontes primárias e secundárias conduzem a reflexões que apontam para a confirmação da hipótese acima levantada. Se, como diz Antonio Sérgio<sup>1</sup>, "o que faz de um qualquer número de pérolas

\* Universidade Federal Fluminense

<sup>1</sup>SÉRGIO, António. *Breve Interpretação da História de Portugal*. Lisboa, Sá da Costa Edit. 1981. p.1.

um colar é o fio invisível e interior que as une ...", cabe acrescentar que a escassez delas não deve, de antemão, inviabilizar o colar, mas levar o artífice a aprimorar o seu fio, combinando ali outros tipos de pedras, de forma a fazer surgir uma jóia apreciável.

Neste trabalho procuro relacionar e analisar alguns aspectos do Rio de Janeiro colonial que considero essenciais para o argumento em questão. A guerra justa como elemento básico na formação e reprodução da sociedade colonial e sua manutenção garantiu e legitimou a continuidade da escravização dos povos indígenas. Essa força de trabalho apresentava-se, então, como alternativa mais racional numa economia caracterizada por baixas taxas de acumulação, mercado precário e endividamento crônico de suas elites. Cabe ainda ressaltar o poderio político e econômico dos jesuítas no Rio de Janeiro do século XVII que, a meu ver, decorria basicamente de suas funções junto às populações indígenas, como evidencia o violento conflito de 1640.

Em termos geográficos, o trabalho abrange a capitania do Rio de Janeiro e sua área imediata de influência, incluindo as capitanias de Cabo Frio e Paraíba do Sul (ex- São Tomé).

#### Guerra Justa e Colonização

A guerra foi um dos fatores essenciais na formação das sociedades coloniais da América: ela se fazia fundamentalmente pela conquista de territórios e pelo domínio sobre povos hostis à colonização, que uma vez vencidos incorporavam-se a ela como escravos legítimos. Inimigos e/ou aliados, conforme as circunstâncias, os povos indígenas eram os elementos básicos contra os quais e com os quais a guerra colonial se fazia.<sup>2</sup>

Cabe lembrar com Perry Anderson<sup>3</sup> que no feudalismo, a guerra constituía o meio mais racional e rápido de ampliar a extração de excedentes, situação essa que se estendeu aos tempos modernos e, portanto, longe de ser condenada, era bastante prestigiada, principalmente quando adquiria caráter religioso, como era o caso da guerra justa contra o gentio na América.

As sociedades ibéricas do antigo regime caracterizavam-se por estruturas econômico-sociais agrárias fortemente hierarquizadas e aristocráticas, que se mantiveram com a exploração do ultramar, não tendo, pois, engendrado burguesias poderosas e autônomas, que tomassem a seu encargo a exploração do Novo Mundo<sup>4</sup>. Daí decorre que os primeiros exploradores da América eram, em geral, homens pobres, segundos filhos de fidalgos de poucas posses, para os quais a América se apresentava como possibilidade de ascensão

<sup>2</sup>Não cabe aqui dicuir as razões pelas quais os índios lutaram contra ou a favor dos portugueses, mas importa lembrar que eles o faziam por motivações próprias, ligadas à lógica de suas organizações sociais. Cf. FERNANDES, F. *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*. São Paulo, Pioneira, 1970; MONTEIRO, John. *Negros da Terra*. São Paulo, Companhia das Letras 1994.

<sup>3</sup>ANDERSON, P. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo, Brasiliense, 1989. p. 32.

<sup>4</sup>Cf. GODINHO, V.M. *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa, Ed. Arcádia, 1975.

econômico-social<sup>5</sup>. Imbuídos dos valores feudais de suas sociedades, estes homens vinham atrás do prestígio, glória e poder econômico, que lhes seria conferido não através do trabalho, mas do domínio sobre terras e homens, aos quais poderiam ter acesso através dos grandes feitos militares. A guerra, principalmente contra o gentio, apresentava-se, pois, na América, como mecanismo fundamental de montagem da economia colonial. E muito especialmente no Rio de Janeiro, cujas condições específicas de criação da cidade e ocupação da região a partir da “guerra de pacificação” fizeram com que índios e missionários, especialmente jesuítas, assumissem ali importantes funções.

Abandonada nas primeiras décadas da colonização, a baía de Guanabara tornou-se reduto anti-lusitano, onde os Tamoio aliados aos franceses não apenas impediam o estabelecimento português na região, como ameaçavam São Vicente, com incursões freqüentes contra seus inimigos Tupiniquim e portugueses. A ocupação daquela área foi decidida, então, por razões militares. A destruição do forte Coligny, em 1560, expulsara os franceses apenas temporariamente, tendo se tornado evidente a necessidade de colonizar a região para garantir a soberania da área e a paz nas proximidades. O padre Manuel da Nóbrega escrevera ao cardeal-infante D. Henrique aconselhando a fundação da cidade do Rio de Janeiro, pois com ela

“...ficaria tudo guardado, assim a capitania de São Vicente como a do Espírito Santo que agora estão bem fracas e os franceses lançados de todo fora e os índios melhor sujeitar”<sup>6</sup>.

A expedição de Estácio de Sá, que veio ao Brasil combater os franceses da Guanabara e fundar ali uma cidade, permaneceu aproximadamente um ano em São Vicente para angariar reforços. De lá vieram portugueses e índios Tupiniquim de São Vicente, índios de Piratininga, índios Temininó do Espírito Santo (estes haviam sido expulsos da Guanabara pelos Tamoio), mestiços de São Vicente e dois jesuítas<sup>7</sup>.

O parágrafo acima evidencia a intensa participação de índios e jesuítas no episódio da “pacificação”. Vencida a guerra, era preciso recompensar ou castigar seus protagonistas e ao mesmo tempo garantir a soberania portuguesa na região. Os jesuítas foram agraciados com as primeiras sesmarias, fundaram logo o Colégio e tornaram-se administradores dos aldeamentos que ali se estabeleceram: São Lourenço e São Bernabé.<sup>8</sup>

<sup>5</sup> Cf. ROMANO, R. *Os Conquistadores da América*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, s.d.

<sup>6</sup> Carta do Padre Manuel da Nóbrega ao cardeal-infante D. Henrique APUD LEITE, Serafim. *Cartas do Brasil e mais escritos do Pe. Manuel da Nóbrega. Introdução, notas históricas e críticas Coimbra, s.ed.*, .1955, p.369.

<sup>7</sup> CARDOSO, C.Flamaron y ARAUJO, Paulo Henrique. *Rio de Janeiro*. Madrid, Editorial Mapfre, 1992, p.42.

<sup>8</sup> Cf. LEITE *Suma Histórica da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1965

Iniciavam no Rio, o papel que lhes fora conferido na empresa colonial: integrar os índios, papel esse tão importante, que lhes garantiria situações bastante privilegiadas na capitania, incluindo o poderio político e econômico adquirido e mantido até sua expulsão no século XVIII. Aos índios aliados foram concedidas terras, para que se aldeassem e sob a administração dos inacianos desempenhassem funções essenciais: a de súditos responsáveis pela garantia, ocupação e manutenção da terra e a de força de trabalho a ser repartida entre autoridades, missionários e colonos, mediante, sistema de rodízio e pagamento prévio, freqüentemente desrespeitados. O castigo dado aos inimigos serviria também à ordem colonial: os Tamoio aprisionados foram oferecidos como escravos legítimos, junto com as terras, aos combatentes da guerra em recompensa pelos serviços prestados à Coroa.<sup>9</sup> A análise das cartas de sesmarias do Rio de Janeiro no século XVII demonstra terem sido elas solicitadas por muitos daqueles que haviam participado da guerra contra os Tamoio e franceses<sup>10</sup>.

As condições geográficas do Rio de Janeiro contribuíram para a manutenção de suas funções militares e defensivas às quais se somou a de cidade polo, a partir da qual outras regiões eram incorporadas à colonização, num processo contínuo de lutas freqüentes não apenas contra os inimigos estrangeiros, mas principalmente contra os índios, que em várias regiões opunham forte resistência à colonização.

Ocupada essencialmente por razões estratégicas, a baía de Guanabara por suas condições naturais iria conferir rapidamente ao Rio, o importante papel de entreposto comercial e porto de exportação para a Metrópole, único, numa região onde as condições geográficas, além de permitirem sua comunicação direta com as áreas de produção agrícola dos arredores (desde o recôncavo da Guanabara produtor de açúcar nos séculos XVI e XVII até a região das minas no XVIII e o vale do Paraíba, produtor de café no XIX) impediam o crescimento de outras cidades que lhe fizessem concorrência. As cadeias de montanhas ao redor da cidade do Rio de Janeiro dificultavam seu crescimento e expansão, fazendo com que a urbanização de seus arredores ocorresse em conseqüência de seu próprio desenvolvimento. As cidades circunvizinhas cresciam, então, sem autonomia, ligadas à cidade metrópole, da qual dependiam em termos políticos, econômicos e militares<sup>11</sup>.

<sup>9</sup> NEME, Salete M. N. *A Utilização da Mão-de-Obra Indígena na Região do Rio de Janeiro na Segunda Metade do Século XVI*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 198. p.120.

<sup>10</sup> FRAGOSO, João. “Cartas que falam sobre a pintura do arquiteto do mundo” (a ser publicado pela Biblioteca nacional), p.5.

<sup>11</sup> BERNARDES, L.M.C. & SOARES, M.T.de S. *Rio de Janeiro: Cidade e Região*. Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura, Divisão de Editoração, 1995, pp..27-32; CARDOSO, C.F. y ARAUJO, P.H., op.cit. p.29.

O Rio foi portanto cidade polo, ao redor da qual outras foram criadas, num processo contínuo de inclusão dos sertões à região colonial. Visto como o mundo da desordem e da barbarie habitado por índios selvagens, o sertão era o vazio que devia ser preenchido pela ordem colonizadora<sup>12</sup>. Do século XVI ao XIX, o espaço do Rio de Janeiro colonial modificou-se e ampliou-se bastante em função da incorporação dos sertões e de seus habitantes, o que se fazia através das expedições de descimentos, guerras justas, formação de aldeamentos e incorporação dos índios vencidos nas guerras à força de trabalho na cidade polo e em seus arredores. A fundação de aldeamentos, que se prolongou até o século XIX constituiu sempre importante elemento de crescimento da capitania do Rio de Janeiro, pois significava estratégia de apaziguamento de áreas hostis e possibilidade de promover o povoamento da região. A fundação de vilas durante o século XVII se fazia, grosso modo, a partir dos aldeamentos, tendo sido freqüente a transferência de casais de índios das aldeias para os novos núcleos portugueses.

As fontes revelam o empenho e as dificuldades de autoridades em "pacificar e civilizar índios bravios", até o século XIX, mas sobretudo no XVII, com a finalidade de formar aldeamentos, cujas funções, como já foi visto, não se reduziam à esfera do econômico. Seus objetivos eram também políticos e militares e alguns deles, como os dois primeiros, foram criados essencialmente com a finalidade de ocupar terras e garantir sua soberania para Portugal. Nestes, os índios eram vistos principalmente como súditos e freqüentemente deslocados de uma região para outra, conforme os interesses e possibilidades das autoridades, colonos, missionários e dos próprios índios, que inúmeras vezes reagiram tanto pelas armas quanto a nível jurídico para fazer valer os direitos que a lei lhes garantia na condição de índios aldeados<sup>13</sup>.

As expedições ao sertão para conquistar territórios, aprisionar índios, realizar descimentos ou buscar metais preciosos foram preocupação constante das autoridades do Rio de Janeiro durante todo o século XVII e contavam com a participação intensa e indispensável de índios e jesuítas. Os índios eram os principais contingentes nos diferentes tipos de expedições ao sertão e nas tropas de milícias enviadas a diferentes regiões do Brasil, como foi o caso da Colônia do Sacramento e da guerra contra os holandeses<sup>14</sup>. Ao analisar as possibilidades de conversão do gentio após promulgação de um Regimento de Sua Majestade de 1697, proibindo a escravização de índios e a realização de descimentos e entradas ao sertão, senão por jesuítas, um padre da

<sup>12</sup>Sobre o conceito de sertão e seus significados no período colonial, ver MÄDER, M.E.N. de Sá. **O Vazio. O Sertão no Imaginário da Colônia nos Séculos XVI e XVII**. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1995.

<sup>13</sup>Cf. SILVA, J. N. de Souza. **Memória Histórica e Documentada das Aldeias de Índios da Província do Rio de Janeiro**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Rio de Janeiro 62, 3a. S. (14): 110-300.abr/jun/1854.

<sup>14</sup>Cf. COARACY, V. **O Rio de Janeiro no Século XVII**. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio Ed., 1944.

Companhia considerava que os três principais inimigos dos portugueses eram os negros dos quilombos, os Aimoré e os franceses e que a principal arma contra eles eram os índios aldeados<sup>15</sup>.

Ofícios da década de 70 do século XVII afirmam a importância das entradas ao sertão como serviço essencial de Sua Majestade, para o qual os índios eram imprescindíveis, devendo as aldeias entregá-los sempre que necessário. De acordo com Serafim Leite, em fins do século XVI e primeiras décadas do XVIII, as entradas ao sertão no Rio de Janeiro multiplicaram-se: iam em busca dos Carijó, no atual estado de Santa Catarina, atingindo por vezes, o Rio Grande do Sul e no sertão do Rio de Janeiro, procuravam alcançar os Goitacá do rio dos Bagres, os Gesseraçu, além da serra dos Órgãos e os Guarulho e Pacoba do rio Paraíba<sup>16</sup>. Embora, grosso modo, essas entradas constituíssem expedições de descimento por iniciativa dos próprios jesuítas ou de busca de metais preciosos, organizadas por autoridades civis, sabe-se que a legislação era pouco respeitada e muito freqüentemente os capitães mores tomavam e distribuíam pelos moradores, os índios descidos para os aldeamentos<sup>17</sup>. Cabe salientar que as excursões ao sertão para aprisionamento de índios desenvolveram-se também no Rio de Janeiro, tendo adquirido, segundo Salete Neme, foros de atividade econômica, seguindo em grau mais moderado a iniciativa tomada pela capitania de São Vicente<sup>18</sup>.

Cabo Frio e Paraíba do Sul<sup>19</sup> (ex-São Tomé) foram capitanias criadas no século XVII, que se desenvolveram a partir do crescimento da cidade do Rio de Janeiro e tiveram suas histórias estreitamente vinculadas a ela. Ambas eram habitadas por índios considerados bravos, que ameaçavam as redondezas e não permitiam o estabelecimento da colonização.

Ao iniciar-se o século XVII, os Tamoio de Cabo Frio continuavam aliados aos franceses impedindo a colonização portuguesa na região, que ali só se estabeleceu a partir de uma ofensiva do Governador do Rio de Janeiro, que para lá se dirigiu com quatrocentos índios de Sepetiba, lançando as bases para a ocupação portuguesa na região<sup>20</sup>.

"Não era pequena a empreza que se propunha; a fundação porém de aldeias de índios levados de outras aldeias pertencentes a outras tribus pareceu bastante para conter não só essas relíquias dos formidáveis Tamoyos como as implacáveis cabildas

<sup>15</sup>Cópia de uma carta do padre Pero Rodrigues, Provincial da Província do Brasil da Companhia de Jesus, para o Padre João Alvares da mesma Companhia: assistente do Padre Geral. Bahia, 1 de maio de 1697. Ms., Biblioteca Nacional, I- 31,28,53.

<sup>16</sup>LEITE, S. op. cit., 1965, pp. 97-98.

<sup>17</sup>IDEM, p.83.

<sup>18</sup>NEME: Salete M.N., op. cit., p.147.

<sup>19</sup>Atual norte fluminense, compreendendo, entre outros, os municípios de Campos, Macaé, etc.

<sup>20</sup>COARACY, V, op.cit., p.40.

de Goitacazes, seus inimigos, senhores das florestas d'aquellas costas, enquanto que fortificações militares opporiam resistência à invasão estrangeira que porfiassem ali permanecer" <sup>21</sup>.

Os jesuítas fundaram, então, a aldeia de São Pedro, que tendo se desenvolvido com uma certa rapidez, parece ter atingido, pelo menos em parte, alguns dos objetivos que as autoridades lhe conferiam. Os índios combateram violentamente os corsários e os Goitacá, embora lamentavelmente para os portugueses, tenham atacado também fazendas de colonos e de beneditinos. Em 1676, o Capitão-Mor da capitania de Cabo Frio recebeu um ofício para que enviasse ao donatário do Espírito Santo índios das aldeias circunvizinhas, incluindo os dos jesuítas (com ou sem seu consentimento), para realizar expedição em busca de esmeraldas, por ser este um serviço importante de Sua Majestade<sup>22</sup>.

A Capitania de Paraíba do Sul, localizada entre a do Rio de Janeiro e a do Espírito Santo, esteve também sempre estreitamente vinculada à primeira. Fracassadas as primeiras tentativas de ocupação, devido principalmente às hostilidades dos Goitacá, a então chamada capitania de São Tomé retornou à Coroa Portuguesa em 1619, ficando sob a jurisdição da do Rio de Janeiro<sup>23</sup>. No início do século XVII, suas terras foram doadas em sesmarias a moradores notáveis do Rio de Janeiro, os "Sete Capitães dos Campos dos Goitacazes", que as receberam em recompensa por serviços prestados à Coroa nas lutas contra franceses e índios. Daí se originou a colonização dessa região, que possuía e povoada por moradores do Rio de Janeiro teve sua história intimamente ligada àquela cidade<sup>24</sup>. Em 1648, problemas e dificuldades na ocupação e delimitação das terras dedicadas principalmente à pecuária, deram a Salvador Correa de Sá e Benevides, então governador do Rio de Janeiro, a oportunidade de redividi-las com os capitães, beneficiando a si próprio aos beneditinos e aos jesuítas. Isso deu início a uma série de conflitos, que se intensificaram com a constituição da capitania de Paraíba do Sul, doada em 1674 ao Visconde de Asseca. Em 1675, os novos donatários solicitaram ao Conselho Ultramarino que lhes concedesse o direito de retirar dez casais de diversas aldeias de índios para que pudessem fundar outra em sua capitania. Dois anos mais tarde, fizeram nova petição, alegando possuir engenhos reais e mais de quatorze mil cabeças de gado vacum e que "...para conservá-los e reduzir os selvagens ao gremio da igreja, necessitavam que os superiores das aldeias de Iiritiba, de S. Pedro de Cabo Frio, de Utinga e de S. Bernabé, lhes

<sup>21</sup>SILVA, J.N.de S., op. cit. p.171.

<sup>22</sup>Ofício de Agostinho de Azevedo Monteiro ao Capitão Mor da Capitnia de Cabo Frio.Bahía, 27 de junho de 1676. Ms.Biblioteca Nacional, 7,1,32 nº 72-73.

<sup>23</sup>Cf. COARACY, V., op.cit.; LAMEGO,A. **A Terra Goitacá**. Rio de Janeiro. livraria Garnier, 1913.

<sup>24</sup>Cf. COARACY, V., op.cit. 1944.

forneassem índios pagando-lhes o salário de estilo"<sup>25</sup>. No final do século XVII, foi criada a aldeia de Santo Antonio de Guarulhos por capuchinhos, que tendo reunido e batizado 500 índios esperavam converter todos da região. Ao iniciar-se o século XVIII, a aldeia se encontrava em situação precária e disputas por questões de terra desencadearam sérios conflitos entre os jesuítas e os índios Guarulho, que reagindo violentamente, "... extendiam suas correrias a Macahé, trucidando os viajantes que se dirigiam ao Rio de Janeiro e aos mais moradores daquela paragem, afugentando-os e roubando-os"<sup>26</sup>. As disputas não terminaram e após a ocupação da região por tropas do reino em 1752, o Rei decidiu-se pela compra da capitania<sup>27</sup>.

É importante salientar ainda que, como sede das capitanias do sul, o Rio era responsável também pela ocupação de áreas mais distantes, como foi o caso da Colônia do Sacramento e isso exigia contingentes militares e gêneros de abastecimento e conseqüentemente, mais uma vez, o concurso indispensável de índios e jesuítas.

O quadro até aqui esboçado sublinha a participação intensa e indispensável de índios e missionários, sobretudo jesuítas, na formação e reprodução da sociedade colonial do Rio de Janeiro nos séculos XVI e XVII, notadamente quanto à sua atuação nas guerras e entradas ao sertão, atividades básicas nessa fase de estabelecimento e expansão territorial. Embora a documentação apresentada se refira mais especificamente ao trabalho dos índios aldeados sob a forma de repartição, há evidências sobre a ampla utilização da escravidão indígena, que fruto da situação de guerras, ao que parece, muitas vezes funcionou como motivação para elas. Tal situação configura no Rio de Janeiro dos primeiros séculos da colonização panorama semelhante ao de áreas periféricas no que diz respeito à reprodução parcialmente endógena de sua mão-de-obra. O trabalho indígena apresentava-se como alternativa mais racional numa economia precária, cujas características como veremos a seguir, não contribuíam para um amplo desenvolvimento da demanda local por escravos africanos.

### Economia Colonial e Trabalho Indígena

João Fragoso, ao analisar as formas de acumulação da elite no Rio de Janeiro do século XVII, apontou para sua falta de liquidez, caracterizando uma economia com baixa taxa de acumulação e mercado precário, cuja reprodução se fazia através de contínuo e crônico endividamento<sup>28</sup>. A

<sup>25</sup>Idem, pp.141-142.

<sup>26</sup>LAMEGO op. cit., V.4,P.25.

<sup>27</sup>Cf.FARIA, Sheila S. de Castro. **A Colônia em Movimento -Fortuna e Família no Cotidiano Colonial (Sudeste, Século XVIII)**. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994; COARACY, V. op.cit..

<sup>28</sup>Cf. FRAGOSO, João L. R. . "À espera das Frotas: Hierarquia Social e Formas de Acumulação no Rio de Janeiro, Século XVII" In: **Cadernos do laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social**.Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1995 pp.53-62.

montagem das fortunas das famílias mais poderosas da região, isto é, daquelas ligadas ao poder, com alianças importantes e que deram origem a outras famílias senhoriais, não se deu, segundo o autor, apenas através de compras. Acurada análise dos livros de escrituras públicas, levou João Fragoso a concluir que estes homens não adquiriam a força de trabalho necessária para mover suas atividades econômicas apenas no mercado de escravos. Seu patrimônio agrário escravista constituiu-se e reproduziu-se pela doação de sesmarias, índios cativos e crédito, aos quais tinham acesso exatamente por suas estreitas relações com o poder, o que lhes conferia a possibilidade de ocupar importantes cargos de comando na colônia. Estes parecem ter sido fundamentais para garantir o direito de obter terras e homens, que somados ao crédito, constituíam a base das fortunas senhoriais no Rio de Janeiro do século XVII. Reafirmo, portanto, a importância da guerra, principalmente daquela contra o gentio pela conquista de novos espaços coloniais, que aparecia, conforme expressão de Fragoso, como um dos mecanismos fundamentais na formação do processo produtivo colonial. Neste sentido, cabe salientar ainda com o autor, que a instituição das ordenanças, já decadente em Portugal, fora transplantada para o Brasil, constituindo uma das bases da defesa militar<sup>29</sup>.

A utilização da mão-de-obra indígena colocava-se, então, como atraente alternativa para uma elite que, sem liquidez não podia adquirir no mercado de escravos africanos a força de trabalho necessária para desenvolver suas atividades produtivas. Apesar da existência do mercado de escravos negros no Rio de Janeiro do século XVII, a demanda parece não ter sido suficiente para garantir um preço alto do africano, constantemente desviado para as capitanias do norte, onde alcançavam melhor preço<sup>30</sup>. A frequência e gravidade desse procedimento pode ser avaliada pela decisão de 1620 de que as "peças" trazidas de Angola para o Rio de Janeiro só pudessem ser daqui exportadas para outras capitanias, com autorização especial da Câmara<sup>31</sup>. Apesar da opinião de Coaracy, segundo a qual, isso confirma a existência de considerável tráfico negreiro no Rio de Janeiro, acredito, ao invés disso, estarmos diante de um fenômeno típico de áreas periféricas, onde a possibilidade de escravização do índio, muito mais barato do que o negro, limitava a demanda por escravos africanos, inibindo, conseqüentemente o desenvolvimento deste mercado<sup>32</sup>.

Cabe lembrar com Alencastro<sup>33</sup>, que Salvador de Sá e sua poderosa família tinham grande envolvimento com o contrabando no Rio da Prata, cuja mercadoria principal era o escravo negro, introduzido pelos portugueses em

Buenos Aires em troca da tão cobiçada prata. Segundo este autor, a expedição de libertação de Angola organizada pelo dito governador, em 1648, visava sobretudo restabelecer a conexão atlântica ligando Angola a Buenos Aires, através do tráfico negreiro, via Rio de Janeiro. Deduz-se daí que a mola mestra da reconquista de Angola não foi a demanda de escravos negros no Rio de Janeiro e sim a necessidade de recuperar, na África, o amplo acesso à principal mercadoria contrabandeada pelos portugueses no sul do Brasil: o escravo africano.

Há, sem dúvida, outras razões para justificar a baixa demanda local por escravos negros e o caráter redistribuidor do tráfico no Rio, destacando-se entre elas o fato de que no século XVII, a proeminência da capitania advinha muito mais de suas funções políticas e comerciais do que produtivas. Aliás, como principal porto da região, o Rio manteria sempre essa função redistribuidora, mesmo no auge do desenvolvimento do tráfico, quando a demanda local já se tornara bastante intensa<sup>34</sup>.

É preciso, no entanto, considerar que embora insignificantes no âmbito da colônia, as atividades produtivas do Rio no século XVII não eram nada desprezíveis: havia 120 engenhos no final do século e, de acordo com Antonil, a produção de açúcar era bastante considerável nesse período<sup>35</sup>. Se lembrarmos ainda as concepções hierárquicas dos colonos portugueses e suas idéias em relação ao trabalho e somarmos a isso, as amplas possibilidades de utilização da força de trabalho indígena, conforme evidências já apontadas, não há como negar a emergência dessa última como importante variável para inibir o crescimento da demanda local por africanos.

Apesar da escassez de fontes específicas sobre a escravidão indígena no Rio do século XVII, alguns documentos são bastante precisos em relação a ela. Em 1648, o Capitão Miguel Riscado, um dos sete capitães dos Campos dos Goitacá, declarava em testamento possuir "...sincoenta pessas do gentio da terra Carijoz..." e apenas quinze da Guiné<sup>36</sup>. D. Vitória de Sá, neta de Salvador Corrêa de Sá e viúva de Dom Luiz de Cespedes, que fora Governador Geral do Paraguai, também em testamento de 1667, incluía entre seus bens "... escravos do gentio da Guiné, crioulos e crioulas, mulatos e mulatas, mamalucos e mamalucas e algua gente da terra, todos de meu servisso e obrigados"<sup>37</sup>. Carta régia de 1706<sup>38</sup> mandava retirar os índios cativos das fazendas de São Bento e providenciar seu aldeamento.

<sup>29</sup> cf. FLORENTINO, M. 1995, P.

<sup>30</sup> FRAGOSO, João., op. cit., p.53.

<sup>31</sup> Testamento do Capitão Miguel Riscado, um dos sete Capitães dos Campos dos Goitacá, 17 de janeiro de 1648 in: SILVA NIGRI, Dom Clemente M. da. **Construtores e Artistas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro**. Salvador. Tipografia Beneditina, 1950, p. 242.

<sup>32</sup> Testamento de Dona Vitória de Sá, neta de Salvador Corrêa de Sá, viúva de D. Luis Cespedes Xeria, 30 de janeiro de 1667 in: SILVA NIGRI, Dom Clemente M. da, op. cit., p.249.

<sup>33</sup> Carta Régia a D. Fernando Martins Mascartenhas de Lencastro, mandando retirar os índios cativos nas fazendas dos religiosos de São Bento, e providenciar o seu aldeamento. Lisboa, 12 de junho de 1706. Ms. Biblioteca Nacional. II- 34,23,1 nº 55.

<sup>29</sup> Idem Ibidem.

<sup>30</sup> COARACY, V., op. cit., p.51.

<sup>31</sup> Idem, ibidem.

<sup>32</sup> ALMEIDA, M. R. C. de. "Trabalho Compulsório na Amazônia: Séculos XVII-XVIII" In: **Arrabaldes**, Ano 1, nº 2, Setembro/Dezembro, 1988, pp. 101-117.

<sup>33</sup> ALENCASTRO, Luis Felipe de. **Os Lusobrasileiros em Angola: constituição do espaço econômico brasileiro no Atlântico Sul - 1550-1700**. Tese de Livre Docência em História Econômica. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994, p.117.

Tais documentos evidenciam a considerável presença de escravos índios em plantéis de ordem religiosa e pessoas proeminentes no Rio do século XVII e início do XVIII. Embora não seja possível quantificá-los, parece lícito supor sua ampla utilização. Neste sentido cabe lembrar a importância política e econômica dos jesuítas no Rio e os violentos conflitos em que se envolveram contra colonos, autoridades e outras ordens religiosas por questões principalmente relacionadas ao trabalho indígena. É importante destacar o episódio de 1640, quando os moradores e a Câmara insurgiram-se violentamente contra os jesuítas, mentores do decreto de Felipe II, que, além de proibir a escravização dos índios, exigia a libertação dos cativos, colocando-os sob a jurisdição dos inácianos. Vivaldo Coaracy procura justificar a revolta dos moradores e da Câmara do Rio, afirmando que esta lei desorganizava a economia da colônia, principalmente a das capitanias de São Vicente e Rio de Janeiro, onde a porcentagem de escravos africanos era mínima<sup>39</sup>. Observa-se mais uma vez uma situação semelhante à de áreas periféricas: motins dessa envergadura contra os padres da Companhia de Jesus ocorreram no Pará, Maranhão e São Paulo, o que parece reforçar a hipótese de que o Rio de Janeiro do século XVII apresentava características semelhantes a essas regiões quanto à reprodução parcialmente endógena de sua mão-de-obra.

### Conclusão

De acordo com Stuart Schwartz, até o início do século XVII, as áreas centrais do Brasil colonial, isto é aquelas que produziam para a exportação, apresentavam características semelhantes às chamadas regiões periféricas, no que diz respeito ao papel dos missionários, acesso à mão-de-obra indígena e tráfico atlântico de escravos<sup>40</sup>. Segundo ele, as características de São Paulo e Belém de 1680 assemelhavam-se às de Salvador e Olinda em 1600.

Acredito ter desenvolvido argumentos suficientes para afirmar que esta situação foi típica também do Rio de Janeiro no século XVII: apesar da altíssima mortalidade causada pelas guerras, maus tratos e principalmente pelas epidemias, que assolaram a costa brasileira desde a chegada dos portugueses, as populações indígenas mantiveram-se durante o século seguinte como elementos indispensáveis ao funcionamento da economia na região.

Se admitimos terem sido os índios tão importantes para a colonização, é forçoso concluir que sua alta mortalidade tenha provocado sérios efeitos sobre ela. Schwartz demonstrou que na Bahía colonial a utilização do escravo negro só se intensificou quando a mão de obra indígena já não era suficiente para

<sup>39</sup>COARACY, V., op. cit., p.28.

<sup>40</sup>SCHWARTZ, S. B.. "Estructuras Económica y Sociales: Brasil" In: BETHELL, Leslie (ed.) **Historia da América Latina**. Barcelona, Editorial Crítica, 1990, P.242

suprir as necessidades da lavoura, por várias razões, dentre as quais a recusa ao trabalho e a alta mortalidade<sup>41</sup>. Fernão Cardim observou a decadência de São Vicente no final do século XVI por "...estarem as terras gastas e faltarem índios que as cultivem..."<sup>42</sup>. No Rio de Janeiro, como foi visto, o mercado de escravos negros, apesar de existente no século XVII, parecia não dispor de uma clientela local expressiva, que só se desenvolveu no decorrer do XVIII. Embora isso se justifique, grosso modo, pelo desenvolvimento da economia e incremento das atividades produtivas ao longo dos setecentos, não se pode esquecer a diminuição das possibilidades de aproveitamento da mão-de-obra indígena, causada por vários fatores, dentre os quais deve-se incluir a intensificação das disputas pelas terras que, sem dúvida, repercutiu em mudanças significativas nas condições dos aldeamentos e nas relações com os índios.

Tais questões merecem pesquisas mais aprofundadas e integram meu projeto de doutorado a ser desenvolvido na Universidade Estadual de Campinas. No âmbito deste trabalho, procurei tecer considerações que me parecem relevantes para sustentar a hipótese de que no Rio de Janeiro como em outras áreas da América, a mão-de-obra indígena foi utilizada tanto quanto possível, por constituir-se alternativa mais racional para um sistema colonial, que visava à exploração máxima de recursos naturais e humanos com um mínimo de investimentos de capitais, tão escassos para os colonos europeus, que buscavam na América a ascensão econômico-social, quase impossível de ser alcançada em seus próprios reinos. O mercado de escravos negros, por sua vez, desenvolveu-se, no momento em que a força de trabalho indígena, por várias razões, já não era mais suficiente para suprir as necessidades das atividades produtivas. Apesar da opinião de alguns autores<sup>43</sup> de que o tráfico negreiro foi introduzido para responder às necessidades de novos investimentos geradas pelo fluxo de capital advindo da economia mercantil, acredito com Ciro Cardoso, Jacob Gorender<sup>44</sup> e pelas evidências relacionadas, que a escravidão negra se introduziu e se desenvolveu na América ibérica por exigências da produção colonial, dentre as quais se inclui o esgotamento das possibilidades de exploração da mão-de-obra indígena.

<sup>41</sup>SCHWARTZ, S. B. **Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial..São Paulo, Companhia das Letras** 1988, pp.46-56.

<sup>42</sup>CARDIM, Fernão. **Tratados da Terra e da Gente do Brasil**. São Paulo-Belo Horizonte, EDUSP-Itatiaia, 1980, p.174.

<sup>43</sup>NOVAIS, F. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo, HUCITEC, 1979, pp. 92-105; NEME, S.M.N., op. cit., p.153.

<sup>44</sup>Cf. CARDOSO, C.F. "As concepções acerca do sistema econômico mundial: apreocupação obsessiva com a extração do excedente" in: LAPA, J. do A. **Modos de Produção e Realidade Brasileira**. Petrópolis, Vozes 1980; GORENDER, J. **O Escravismo Colonial**. São Paulo, Ed. Ática, 1978.

## HIERARQUIAS DA POBREZA: MANAUS (1840-1880)

Patricia de Melo Sampaio\*

### Introdução

Estas considerações refletem os resultados do trabalho de levantamento e análise de um conjunto documental que forneceu a base para elaboração de minha dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal Fluminense "Os Fios de Ariadne: tipologia de fortunas e hierarquias sociais em Manaus - 1840-1880".

A dissertação trata, basicamente, da elaboração de uma tipologia de fortunas na cidade de Manaus, Província do Amazonas, no período de 1840 a 1880. Além desta tipologia de fortunas e detalhamento da composição dos ativos nos processos de inventários *post-mortem* da cidade, o trabalho também busca estabelecer as hierarquias sociais decorrentes de um processo de acumulação desigual e perverso que engendrou uma sociedade profundamente hierarquizada marcada pelo predomínio do capital mercantil.

Para a compreensão da natureza desse processo de acumulação, o trabalho descreve e analisa os dados demográficos disponíveis para o período, a configuração e organização do processo produtivo da região, - predominantemente voltado para a agricultura de alimentos e extrativismo, os mecanismos de crédito e os fatores da produção agrícola.

O eixo documental do trabalho é formado por 223 inventários *post-mortem* e os dados de 250 testemunhas fornecidos por diversos processos de natureza diferenciada como Autos de Perfilhação, Tutela, Casamento, Redução de Testamento a Forma Pública, entre outros.

Os inventários *post-mortem* são uma fonte massiva e reiterativa de importância fundamental para compreender os mecanismos de enriquecimento e empobrecimento dos indivíduos. O instantâneo da realidade que nos fornecem permitem vislumbrar, no tempo, as diferentes formas de acumulação e investimento, os processos de endividamento, as modificações no padrão de acumulação dos diferentes grupos sociais.<sup>1</sup>

A tipologia de fortunas de 1840 a 1880 pretendeu, além de esclarecer a composição dos ativos, vislumbrar as formas de acumulação, i.e., os mecanismos de enriquecimento e empobrecimento dos grupos sócio-profissionais, fornecidos pelos dados dos inventários.

Em termos de uma análise historiográfica, o quadro traçado para o século XIX vem priorizando o período do chamado "rush" da borracha, atribuindo a este movimento conjuntural de alta da demanda comercial, um papel decisivo

\* Universidade Federal do Amazonas

<sup>1</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro & PITZER, Renato R. "Barões, homens livres pobres e escravos: notas sobre uma fonte múltipla - inventários post-mortem", Revista Arrabaldes, Rio de Janeiro, Ano I, nº 2, pp. 29-52, set/dez/1988.

na definição das características econômicas básicas da região amazônica como um todo.

Um contato mais estreito com a documentação demonstra que as definições clássicas e correntes que tratam o extrativismo como eixo fundamental da economia amazônica são, no mínimo, inadequadas, pela excessiva prioridade atribuída às relações de mercado para definir o perfil de um sistema econômico, desprezando a forma pela qual se organizam e se reproduzem as relações sociais que garantem a produção da riqueza e sua própria manutenção.

Além disso, a compreensão dessas relações conduz à formulação de outra questão-chave: as formas e os mecanismos de distribuição da riqueza produzida no contexto dessas relações entre os agentes sociais envolvidos no processo de produção e reprodução das condições da vida material.

Os inventários, combinados com outras fontes, apontaram para uma realidade extremamente complexa: uma sociedade pobre, porém claramente hierarquizada. Pobre quando comparamos os índices e valores a que chegamos com aqueles encontrados para o Rio de Janeiro na virada do século XVIII para o século XIX, quando uma única fortuna individual poderia facilmente corresponder (e até mesmo ultrapassar) os fundos de capital do recém-criado Banco do Brasil.<sup>2</sup> Os homens afortunados de Manaus das primeiras décadas do séc. XIX certamente seriam desconsiderados como tais no Rio de Janeiro.

Antes de detalhar o que compunha essa "riqueza" é necessário, em primeiro lugar, recuperar em linhas gerais, as formas de organização do processo produtivo na região nesse período.

### Os Espaços Possíveis da Construção da Riqueza

A noção de ciclo econômico, ainda hoje, marca a abordagem de diversos setores da historiografia econômica da Amazônia. Em que pese toda a rica discussão que permeou a superação dessa abordagem<sup>3</sup>, a historiografia local permaneceu à margem, não incorporando seus resultados mais significativos.

Nessa abordagem clássica da economia amazônica, a persistência do binômio extração-exportação direciona os caminhos e o próprio destino da vida da região, dentro de uma linha de continuidade temporal que se inicia no período colonial com o "ciclo das drogas do sertão", passando pelo "ciclo da borracha", alcançando até mesmo a história contemporânea da Amazônia. O "ciclo econômico" seria o vetor explicativo central para compreender a dinâmica da região; por entre as curvas de ascensão e descenso, a vida econômica vai seguindo ao sabor dos azares dos produtos do momento e de sua posição em um voluntarioso mercado consumidor.

<sup>2</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790- 1830) Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

<sup>3</sup> LINHARES, Maria Yêdda L. & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Um dos resultados do emprego reiterado dessa abordagem foi o obscurecimento de importantes setores da economia e, até mesmo, da configuração e reprodução dos diferentes sistemas econômicos regionais, com efeitos mais significativos no que se refere ao papel da agricultura de alimentos nessa organização.

Ao priorizar o extrativismo como vetor fundamental da economia, a historiografia tradicional vinculou a explicação do funcionamento da vida econômica da região exclusivamente ao fator mercado, dentro de uma concepção circulacionista da economia, sem atentar para as condições fundamentais de produção e reprodução da vida material, o chamado **segredo interno** das sociedades humanas organizadas.

Dentre esses, o "ciclo" mais importante - a borracha - é responsável por todo o fausto e prosperidade da região. A sua queda seria o corolário do processo de decadência da região. Investido do imenso poder de ordenar a economia, o "ciclo da borracha" define também o próprio destino da região, eternamente condenada a permanecer atada às flutuações do mercado internacional devido à sua "vocaçãõ extrativista".

Diante das evidentes limitações dessa abordagem, optei pela retomada da região em outras bases, buscando restituir-lhe a historicidade, respeitar suas especificidades e encará-la como uma totalidade orgânica, dotada de lógica interna.

A mudança do olhar revelou uma nova face da região. Verifica-se que, aproximadamente desde finais do século XVIII, as atividades econômicas realizavam-se a partir de uma estreita combinação entre agricultura de alimentos e coleta de produtos extrativos, dentro de uma economia caracterizada pela predominância de pequenas e médias unidades de produção com escassa mão-de-obra, produzindo para o mercado interno e/ou para subsistência. A identificação dessa combinação permitiu superar a tradicional dicotomia entre agricultura e extrativismo; na verdade, tratam-se de atividades não-excludentes, antes complementam-se no mesmo fluxo de reprodução do processo produtivo da região.

Para além dessa complementação, é possível também identificar a existência de um mosaico de formas de produção convivendo na região e, algumas dessas formas aproximam-se da configuração de uma estrutura de economia camponesa, como definiu **Ciro Cardoso**.<sup>4</sup>

Dessa maneira, a incidência de momentos de "pico" na produção extrativa deve ser analisada com um fenômeno de uma determinada conjuntura, não podendo a atividade extrativa ser encarada como o elemento definidor da estrutura, considerando que é apenas uma parte dela. Ainda que os produtos gerados pela extração possam, eventualmente, responder por uma vinculação

<sup>4</sup>CARDOSO, **Ciro F. Santana**. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1982, p.52

mais rentável com o mercado, não é possível definir a estrutura global como basicamente extrativa.

As evidências disponíveis permitem afirmar que é exatamente a vinculação existente entre atividades agrícolas e extrativas que possibilitará um fluxo de renda da agricultura em direção ao setor ligado à circulação de mercadorias, permitindo a acumulação. Esta "sangria" de capital do setor agrícola pode ser explicada, inicialmente, em função da necessidade de pequenas inversões de capital para a reprodução da empresa agrícola. O baixo nível tecnológico, as formas e sistemas tradicionais de uso da terra - agricultura extensiva e de coivara -, os mecanismos de utilização de formas de trabalho compulsório dos índios aldeados são alguns elementos que permitem a sua manutenção com uma pequena inversão de capital.

O predomínio dessas propriedades produzindo gêneros alimentícios para seu abastecimento e coletando produtos extrativos que também eram comercializados nas praças de Manaus e Belém são constantes nos relatos de viajantes do período.

Nessas propriedades, utilizava-se, em pequena escala, o trabalho de escravos negros e, largamente, o recurso ao trabalho compulsório de índios aldeados. Esta seria uma das diversas configurações do sistema de organização produtiva da região. Além desta, existiam os pequenos proprietários que se utilizavam, além do trabalho dos índios, a própria força de trabalho do núcleo familiar.

Analisando o espaço aqui delimitado, é possível então compreender o relativo descaso dos proprietários agrícolas em demarcar suas áreas e regularizar suas propriedades, após a legislação de terras de 1850. Além de se configurar como uma área de fronteira econômica, a reprodução do sistema agrícola passava pela constante incorporação de novas áreas de cultivo pela natureza extensiva da agricultura de **coivara**, combinada com o caráter da própria extração de produtos da floresta que, *a priori*, não requeria que o coletor fosse necessariamente o proprietário da terra. De maneira sintomática, só se percebe uma movimentação maior no sentido de regularizar propriedades a partir dos anos de 1870 e, preferencialmente, nas áreas onde se concentrava maior quantidade de seringais nativos.

Em que pese o fato da região amazônica fazer parte de um império escravista, a escravidão negra não se constituía na base da mão-de-obra local. Esta era, em sua grande maioria, índia e/ou mestiça, empregada através de mecanismos de trabalhos compulsórios que funcionam na região por todo o século XIX, transformando a Amazônia na grande exceção no contexto brasileiro desse século.

De acordo com **Manuela Carneiro da Cunha**, no conjunto das transformações de natureza política, econômica e social vivenciadas no Brasil do século XIX, verifica-se uma modificação substantiva no que se refere à

questão indígena: a disputa pela mão-de-obra foi sendo gradativamente substituída pela disputa das terras indígenas.<sup>5</sup> Ao registrar a exceção do caso da Amazônia, atribui a permanência do uso dos índios como mão-de-obra à penúria de capitais locais para adquirir escravos negros via tráfico.

A penúria de capitais locais representou um fator de comprometimento grave da capacidade de investimento nesse tipo de mão-de-obra. Um bom indicador das restrições de meio circulante na região é a tardia introdução de moeda (1752), em comparação com o resto do país. Contudo, para além desta questão, autores como Ciro Cardoso já apontaram o mecanismo de reprodução endógena da mão-de-obra indígena na Amazônia como uma característica fundamental para compreender o peso e a importância dessa mão-de-obra no sistema econômico da região<sup>6</sup>, remetendo-nos para o período colonial, onde destaca a importância da ação missionária na formação de um proto-campesinato na região como resultado do processo de aldeamentos.

A existência de uma grande população indígena que, potencialmente, poderia vir a ser empregada como mão-de-obra, seja através da escravidão, seja a partir do emprego de outras formas de trabalho compulsório, abriu espaço para solucionar a questão da carência de capitais dos colonos que obstaculizava a aquisição de escravos negros. O acesso aos índios era mais rápido e, certamente, mais barato que a alta inversão exigida pela mão-de-obra africana. Mais do que isto, o conhecimento que as populações indígenas dispunham sobre a região facilitava o acesso e a coleta das **drogas do sertão**.

Dito de forma mais ampla, o trabalho dos índios foi a chave da economia da Amazônia também durante o século XIX e sua importância não se restringiu apenas ao período de aumento da demanda internacional de borracha ou outros produtos extrativos. Certos autores como Carlos Moreira Neto<sup>7</sup> registram que é nesse momento que os índios serão definitivamente excluídos de qualquer projeto importante para a região, sendo preteridos pelo emprego da mão-de-obra vinda do Nordeste do país.

O uso continuado e preferencial da força de trabalho indígena na Amazônia não pode ter sua explicação restrita a uma limitação de recursos monetários, ainda que este fator represente um peso ponderável; é necessário que consideremos os outros fatores que compõem o sistema econômico da região a fim de visualizar claramente o significado do fator força de trabalho nesse contexto. Porém, interessa-nos afirmar aqui que, na Amazônia, a questão indígena permaneceu durante todo o decorrer do século XIX como um problema de incorporação de mão-de-obra, seja através das práticas da catequese, seja através do recurso a formas de trabalho compulsório dos índios aldeados implementadas neste período.

<sup>5</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da (Org). Legislação Indigenista do Século XIX. São Paulo: EDUSP/ Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.

<sup>6</sup> CARDOSO, Ciro F. Santana. Economia e Sociedade em Áreas Coloniais Periféricas. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p.166 passim

<sup>7</sup> MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Índios da Amazônia: de maioria a minoria - 1750-1850. Rio de Janeiro: Vozes, 1988, pp.86-88, passim

Quanto às formas de crédito, os dados indicam uma precariedade da circulação monetária e a predominância do que os economistas denominam de circuito mercantil simples, i. e., um sistema de trocas mercantis onde o dinheiro funciona como indicador de valor no processo de troca de mercadorias, traduzindo a estrutura do **aviamento**, principal mecanismo de financiamento e relação-chave das trocas mercantis.

Em linhas gerais, a composição das fortunas de Manaus nesse período indica que estamos diante de uma sociedade marcada pelo predomínio do capital mercantil devido à predominância do setor comercial respondendo por 47 % dos ativos das fortunas declaradas, com uma frágil divisão social do trabalho indicada pela existência de formas não-capitalistas de produção e pelo baixo índice de registro de atividades manufatureiras, com uma circulação monetária restrita, abrindo-se espaço para práticas usurárias como forma de viabilizar o processo de acumulação, sugerindo uma economia regional com fortes traços pré-capitalistas.

É dentro deste contexto que podemos compreender a predominância do grupo ligado ao comércio detendo mais de 40 % da riqueza inventariada entre os anos de 1840 e 1880. O peso das dívidas ativas e dos bens ligados ao comércio podem chegar a mais de 60 % de seus ativos indicando-nos a presença de fortes mecanismos de acumulação mercantil.

Estes resultados referentes ao grupo ligado às atividades mercantis não surpreendem porque corroboram tudo aquilo que a historiografia já havia afirmado a respeito da participação deste setor na economia da região.

Apesar disso, a grande surpresa diz respeito ao grupo ligado à agricultura. Só falar de agricultura na Província do Amazonas já causa espécie porque o discurso que foi construído para tratar a agricultura era sempre no sentido de desqualificá-la com atividade geradora de riqueza. Era considerada como incipiente, medíocre, acanhada e de técnicas primitivas, incapaz sequer de fornecer o *quantum* necessário para abastecer a população da cidade.

Uma retomada mais cuidadosa da organização do sistema produtivo da região e a combinação com os inventários apontaram para uma realidade bem diversa. Considerando-se as formas de utilização do solo ( uso extensivo das terras), o baixo nível tecnológico e o recurso ao trabalho compulsório dos índios verifica-se na realidade uma verdadeira "sangria" de capital do setor agrícola para a circulação de mercadorias na medida em que era necessário apenas uma pequena inversão de capital para manter a "empresa agrícola" em funcionamento porque a maior parte dos elementos necessários à sua reprodução não se realizavam no mercado.

As evidências permitem afirmar que este foi um dos mecanismos fundamentais de acumulação de riqueza. Um outro dado colabora para demonstrar que este setor agrícola não era, absolutamente, incapaz de gerar excedente; 36 % da mão de obra escrava negra na Província, até os anos 1860, estava nas mãos dos agricultores e o Censo de 1872 indica que apenas 1,7 % dos lavradores eram escravos e menos de um quarto da população

escrava exercia atividade agrícola. Uma constatação interessante que toma aqui a forma de uma pergunta; se este setor era tão “acanhado e medíocre” como se afirmou, como poderia entrar no mercado e adquirir uma mercadoria tão cara como o negro cativo que, além de tudo, não seria empregada na produção direta?

Essas considerações parecem indicar um dos caminhos pelos quais o capital mercantil conseguia apropriar-se de uma parcela do excedente produzido pelo setor agrícola, devido ao próprio caráter não-capitalista das formas de produção utilizadas na região que não se reproduziam inteiramente via mercado.

Uma outra característica importante identificada na composição dessas fortunas diz respeito aos altos índices de endividamento que marcam todo o período analisado, alcançando índices impressionantes de mais de 30 % de comprometimento dos ativos declarados, o que reforça a questão da existência de um mercado de tipo pré-capitalista e nos sugere, com certa segurança, que os homens afortunados do séc. XIX conviviam sistematicamente com o endividamento progressivo, movimentando-se no contexto do que historiadores como João Fragoso chamam de “mercado cativo”.

### Riqueza e Pobreza: Os Espaços da Diferença e da Desigualdade

No início dessa comunicação, chamei a atenção para o fato de que estamos tratando de uma sociedade pobre e hierarquizada. Uma sociedade que é desigual na própria pobreza. O universo de amostragem fornecido pelos inventários dá conta de um grupo social restrito, obviamente, àqueles que possuíam algo a legar após a morte, ainda que sejam dívidas.

Estão excluídos, assim, desses números aqueles que nada possuem, que constituem na verdade, a grande maioria da população. Não estão omitidos desta análise. A configuração de um quadro desigual e hierarquizado de distribuição da riqueza aponta para uma das questões que levantamos logo de início; desvendar os mecanismos de distribuição e apropriação da riqueza produzida nesta sociedade, ou dito de outra forma, as formas pelas quais o produto socialmente produzido é apropriado pelos grupos sociais que detêm o controle do processo produtivo.

Quando falo em grande maioria, não estou utilizando uma frase de efeito. Só para dar uma medida de comparação, para o ano de 1856, os inventários que dispomos representam 23 % dos óbitos do município de Manaus. Este percentual é suficiente para o estudo de tipologia de fortunas que realizamos; em outros lugares do país, estudos semelhantes trabalham com índices que não ultrapassam os 5 %. São suficientes em termos estatísticos, mas dão uma dimensão bastante real da imensa quantidade de despossuídos que existiam efetivamente.

Diante de uma sociedade desigual, dotada de uma forte e excludente hierarquia social, marcada pela pobreza e pela hegemonia do capital mercantil, evidencia-se a existência de fortes mecanismos de acumulação mercantil

que passam pela questão do endividamento sistemático e progressivo dos agentes econômicos, construindo os elos da cadeia do “mercado cativo”, cuja reprodução passa pela reiteração da cadeia de dívidas onde os detentores da “riqueza” dispõem dos mecanismos de crédito, controlando os outros agentes econômicos, subordinando-os à lógica mercantil. A maioria dos comerciantes que atuavam na praça de Manaus eram originários de outras regiões do Império e portugueses natos, que haviam se estabelecido na região reproduzindo essas formas de crédito, tanto na montagem, quanto no controle do próprio mercado da Província.

Para além disto, ficou evidente que o controle dessa sociedade se realizava e se reproduzia, no tempo, através de complexos mecanismos de crédito e, também, através da reiteração da diferença entre os homens em função de sua cor.

A presença maciça de uma população indígena, tapuia e mestiça, **cidadãos de 3ª classe**, aliada ao hegemônico controle português do setor comercial, transformou o espaço da cidade no espaço da diferença. Profunda, visível, nos traços do rosto, nos olhos apertados, na pele branca contrastando com o tom escurecido dos índios.

Sujeitos ao recrutamento compulsório, presos à cadeia de dívidas, a posição exata desta população tanto no espaço da cidade quanto na própria lógica da acumulação mercantil ainda não foi suficientemente esclarecida. Suas estratégias de sobrevivência dentro de um mundo de senhores que se afirma não (exclusivamente) pela propriedade sobre os homens, mas pela capacidade de fornecer a crédito, ainda constituem uma lacuna na historiografia local. Por ora, só é possível afirmar que constituem os últimos elos da cadeia desse mercado cativo.

Ainda que diferença e desigualdade não sejam sinônimos, essa população índia, **tapuia** e mestiça parece carregar todo o peso desta dupla significação. O quadro que se desenhou para o século XIX sugere que para essa população estava reservado um restrito espaço de mobilidade e ascensão social, despossuída de fortuna e, eventualmente, despojada da própria liberdade. Corporifica e carrega, ainda, toda a carga negativa de definições e preconceitos relativos à sua preguiça, imprevidência, ingratidão, falta de pudor e moralidade, entre outros.

Como afirma Lourenço Amazonas, “são em toda a Província a classe sobre que recha a increpação dos defeitos de toda a sociedade, e ainda a designação para tudo quanto he arduo, e de sua negação. Por exemplo, são increpados de preguiçosos, e entretanto onde elles estão são elles os unicos que trabalham. (...) São increpados de pouco sinceros; entretanto he bem feliz o Indigena, que de dez individuos a quem tenha servido achou um que lhe pagasse; e não he estranho na Comarca que alguma vez de huma embarcação se lhes tenha pago com a pontaria de uma espingarda.”<sup>8</sup>

<sup>8</sup> ARAÚJO E AMAZONAS, Lourenço da Silva. Dicionario, Topographico, Historico, Descriptivo Da Comarca Do Alto Amazonas. [1852] Manaus: GRAFIMA, 1984, pp.91-92.

Quando se analisa os dados relativos aos inventariados, é possível perceber que, dentro desse universo de possuidores, as diferenças são bastante evidentes e a "fortuna" é bem relativa. Observando as faixas de composição de fortunas, observa-se que para os anos de 1840, 68 % dos inventariados representavam 27 % da riqueza declarada e menos de 10 % detinham 42 % do total da riqueza. Nos anos 1850, essa proporção muda de forma significativa: 28 % dos inventários correspondem a 3,25 % da riqueza total declarada enquanto 21 % controlam 68 % do monte-mor das fortunas.

É nos anos de 1880 que esse processo de diferenciação torna-se ainda mais claro: nesta década, 7% dos inventariados representam apenas 0,25% da riqueza declarada e 11% dos processos respondem por 54 % de toda a fortuna do período.

Os números são bastante eloquentes e permitem desenhar com mais clareza o perfil desta sociedade. Retomando as questões que foram discutidas ao longo deste texto, acredito que o processo de construção de uma sociedade desigual e hierarquizada expresso nesses índices adquirem inteligibilidade considerando não só seus aspectos puramente econômicos, como as formas de utilização do solo, uso do trabalho compulsório de índios e mestiços, mecanismos de crédito e endividamento complexos, mas a própria teia de relações pessoais construída pelos homens que possibilitava a reiteração destas relações mercantis para além do espaço estritamente econômico; refiro-me às suas relações de casamento, compadrio e amizade que lhes garantiam um espaço de mobilidade e de reprodução destas diferenças e desigualdades.

Além destas relações de natureza não-econômica, é preciso registrar que boa parte de nossos personagens, donos do crédito, surgiram em outros espaços, captados a partir do cruzamento de outras fontes que terminaram por indicar o controle que alguns poucos indivíduos exerciam sobre a sociedade.

Um controle que se traduzia na sua presença nos mecanismos de administração da justiça, na administração pública, no fornecimento de créditos e mercadorias, possuindo escravos e ingerindo no funcionamento das Diretorias de Índios, enfim, elaborando e gerenciando uma extensa cadeia de controle social, cuja reiteração não se restringia a questões de natureza puramente econômica, mas encontrava também seus mecanismos e formas de reprodução nestes outros espaços construídos dentro de uma ordem social diferenciada, desigual e hierarquizada.

## **ESTRUTURA AGRÁRIA E CAMPESINATO (Capela - Sergipe)**

*Lourival Santana Santos\**

### **Introdução**

O Município de Capela integra a microrregião da Cotinguiba do Estado de Sergipe. Esta microrregião caracterizou-se, desde os primórdios da sua

\*Mestre em Geografia Agrária - Professor de História Econômica do Departamento de História da UFS

ocupação, pela existência de grandes propriedades, modelo aliás característico da ocupação do espaço agrário brasileiro.

É uma região rica em recursos hídricos, de solo predominantemente do tipo massapê, o que contribui para o destaque da cana-de-açúcar. Há bastante tempo:

*"A região da cotinguiba, de maior extensão, fora escolhida para instalação de algumas centenas de engenhos de açúcar, dos tipos mais variados desde as boladeiras de água, a cavalo e a bois, a máquina a vapor" (DANTAS, 1980:29).*

Capela, é o município mais importante da microrregião da Cotinguiba, possuindo uma população estimada em 25.063 habitantes (Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de Sergipe - 1991).

Economicamente, destaca-se no setor agropecuário. Realmente, observando o município na sua totalidade, as atividades ligadas à pecuária (principalmente a criação de bovinos) e à lavoura (cana-de-açúcar), predominam nos estabelecimentos acima de 20ha. Os estabelecimentos abaixo de 20ha são exclusivamente camponeses, onde se desenvolve a criação de animais de pequeno porte (predominantemente) e, no setor vegetal, destaca-se o cultivo das chamadas culturas de "subsistência" (mandioca, feijão e milho).

De acordo com os dados no período de 1920 a 1924, nota-se a predominância dos estabelecimentos de até 20 ha, porém, a maior parte das terras estão naqueles de mais de 20 ha.

Esse modelo, com um alto grau de concentração, marcado no caso de Capela pela predominância da monocultura, imprimiu ao município, desde a sua ocupação até o período atual, a concentração de riquezas em mãos de quem possui grandes extensões de terras e o empobrecimento cada vez maior daqueles que a elas não tem acesso, gerando uma subordinação do trabalho ao capital. Portanto, o município de Capela se insere no processo de estruturação do espaço agrário sergipano, decorrente de uma economia que objetiva a cultura de produtos de grande valor comercial.

Este estudo tem como objetivo, analisar a evolução da Estrutura agrária no município de Capela, como também o papel desempenhado pelas Unidades de Produção Camponesa no que se refere à organização do espaço agrário municipal.

### **Estrutura Agrária: Evolução e Campesinato (1920-1985)**

No município de Capela, paralelo ao surgimento e desenvolvimento do latifúndio, desenvolveu-se a propriedade camponesa, mesmo que marginal ao sistema de "plantation".

Referindo-se ao conjunto do espaço agrário sergipano, é válida a afirmação de DINIZ para a região de Capela, quando diz que, ao lado da grande propriedade canvieira,

*"...existia também a pequena produção independente onde eram cultivados os gêneros alimentícios (mandioca, feijão, milho, arroz), necessários para o abastecimento do engenho e da população urbana" (DINIZ, 1991:175).*

Analisando a distribuição da terra em diversos períodos, nota-se que a grande propriedade sempre predominou, no que se refere à área. A presente análise, pode ser iniciada com o cadastro feito, em 1924, no Governo de Graccho Cardoso. Neste governo foi estimulada a cultura algodoeira, sendo seu objetivo *"levar o grande proprietário a plantar algodão, diversificando, assim a economia do que favorecer os pequenos plantadores desse produto"* (DINIZ, 1991:180).

Mas, apesar desse objetivo, a partir dos dados coletados para a década de 1920, pode ser vista a coexistência das unidades de produção camponesa e da grande propriedade no município. No entanto, apesar de 57,7% se situarem na faixa de menos de 20 ha, elas ocupam apenas 7,0% da área total. A média propriedade, que corresponde a 34,6% do total das unidades, ocupa 38% da área total. Apesar da percentagem de grandes propriedades ser de apenas 7,5%, essas ocupam 55% da área total(1). Fica portanto evidente uma concentração de terras, como bem demonstra um índice de GINI de 0,73 (APES, Relação de Propriedades, 1924).

O que se nota com esses dados é que, no processo de evolução da propriedade da terra a partir da década de 20, as formas e os objetivos pelos quais se organizaram a produção dos principais produtos da região a nível de exportação (algodão e cana-de-açúcar), foram responsáveis pela reafirmação da grande propriedade. Esse processo de concentração se agiliza mais a partir do surgimento das usinas, isso porque, com o seu advento, há um reordenamento da posse da terra, pois, senhores de engenho tornaram-se simples fornecedores de cana-de-açúcar, ou, devido à crise, venderam as suas terras para os usineiros, gerando novamente uma reconcentração de terras.

*"As usinas de Sergipe destruíram inexoravelmente os pequenos engenhos, pois sua crescente produção não deixou espaço para esses estabelecimentos"* (PASSOS SUBRINHO, 1985:75).

Enquanto, a existência de pequenos produtores estava associada ao cultivo de lavouras ditas de subsistência, como a mandioca, o milho e o feijão, em termos de área ocupada, o cultivo da cana-de-açúcar, predominantemente nas grandes propriedades foi a forma dominante de exploração no município no período de 1920 a 1950(Censos agrícolas de 1920, 1940, 1950).

Em 1960, apesar do número elevado de unidades de produção camponesa, estas ocupam apenas 10,1% do total da área, enquanto as médias ocupam 34,5%. Apesar de o número de grandes estabelecimentos ser apenas 2,7%,

eles ocupam 55,4% da área total. No ano de 1970, persiste a tendência à concentração fundiária, pois, mesmo aumentando a área das unidades de produção camponesa, há uma redução do número de estabelecimentos, provavelmente em decorrência da venda de propriedades. A média unidade aumentou no que se refere ao número, e a área dos estabelecimentos. Comparando, então, os dados de 1985 com os de 1970 e 1960, houve um aumento no número de estabelecimentos, mas uma redução da área total. Tanto o número de estabelecimentos como a área das médias unidades foram reduzidas, diferentemente da área dos grandes estabelecimentos, que aumentou 6,4% em relação a 1960 e 8,4% em relação a 1970 (Censo Agrícola de 1960, Censo Agropecuário de 1970 e 1985).

Esses dados comprovam que ocorreu nesse período de 25 anos(1960 a 1985), um processo de concentração fundiária, quer pelo aumento da área média dos grandes estabelecimentos, quer pela divisão das unidades de produção camponesa através de compra e venda, partilha por herança. Realmente, a partir da década de 70, aumenta o índice de concentração, isso talvez devido a uma intervenção do Estado através do IAA, que passa a assegurar estímulos financeiros. Com isso, aqueles proprietários que tinham cedido terras a produtores independentes, começam a retomá-las, provocando nova reconcentração, e até mesmo compram novas terras daqueles que não tinham condições de explorá-las.

Perguntado sobre a compra das terras pelos usineiros, assim declarou um informante:

*"Os pobrezinhos coitados, donos daquelas terras de agreste, que plantava um pauzinho de mandioca, não tinham nada porque a terra era fraca, ele não podia comprar adubo, com isso o usineiro que não é muito besta procurou aquelas pessoas que tinham aquelas terras, para comprar e eles venderam pois tinham a terra mas não tinha como plantar, não tinha recursos (Pesquisa de campo, setembro de 1993).*

Pelo depoimento desse informante nota-se, que devido à fraqueza da terra e pelo fato de não poder explorá-la, o pequeno produtor era obrigado a vendê-la. Tinham a terra mas não tinha como cultivá-la, aumentando cada vez mais a subordinação. Terra fraca, necessidade, pobreza, pressão dos grandes proprietários, transformavam a terra de trabalho em terra de miséria.

Quanto à exploração dos estabelecimentos, no período de 1960 a 1985, nota-se a preponderância de proprietários em todos os extratos de área. Em 1960, 98,3% dos estabelecimentos, correspondente a 99,2% da área total,

(1) - Para efeito de análise, estabelecemos a seguinte classificação das propriedades para o município de Capela: Camponesas (0 a menos de 20ha), Médias (20 a menos de 200 ha), Grandes (200 ha e mais).

eram explorados pelos seus proprietários. Em 1970, os proprietários exploravam 93,9% dos estabelecimentos e 92,1% da área total e em 1985 essas percentagens eram, respectivamente, de 85,9% e 98,1%. A categoria arrendatário torna-se mais significativa em 1985, com 10,8% explorando 1,5% da área total. Já a categoria parceiro só aparece em 1970, assim mesmo de forma insignificante, explorando apenas dois estabelecimentos. A categoria ocupante possui uma relativa significância em 1970 isto é, 5,0% dos estabelecimentos para 5,4% da área total (Censo agrícola de 1960, Censo Agropecuário de 1970, 1985). Essa participação dos ocupantes tendo como base os dados do censo agropecuário de 1970, refere-se basicamente a década de 1960, quando a economia açucareira passou por uma crise que levou os proprietários a abandonarem parte de suas terras. A partir da década de 1970, com os incentivos governamentais, feitos em condições favoráveis com juros subsidiados e destinados à expansão dos canaviais com a compra de fertilizantes, há um reordenamento da lavoura açucareira e novamente a diminuição do número de ocupantes.

Como consequência, do processo descrito acima, do ponto de vista social, afirma ANDRADE,

*“A expansão da cana-de-açúcar destruiu o até existente sistema produtivo de culturas alimentares, feito por pequenos e médios produtores que, atraídos pelos financiamentos passaram a cultivar a cana-de-açúcar ou foram expropriados de suas terras...” (ANDRADE, 1988:666).*

Tudo nos leva a crer que esse processo ocorreu também no município de Capela, onde, mesmo conservando a moradia, os pequenos proprietários tiveram as terras que ocupavam reduzidas para o avanço da cultura do açúcar. Quem saiu ganhando foram os usineiros explorando os pequenos produtores que viviam a eles subordinados.

Com o exposto até agora, concluímos que, no período de 1920 a 1985, o município de Capela caracterizou-se por uma forte concentração fundiária. Apesar disso, as unidades de produção camponesa subsiste, mesmo subordinado a grande propriedade.

#### **Campesinato e Reprodução (1985-1994)**

Dando continuidade, analisaremos as estratégias de reprodução do campesinato de Capela no período atual e sua inserção em uma estrutura agrária caracterizada pela concentração de terras, onde o camponês resiste mesmo subordinado ao modo de produção capitalista.

No Município de Capela, as unidades de produção camponesa estão organizadas de acordo com suas peculiaridades, dependendo do seu tamanho e utilização da terra.

Com base na classificação vista anteriormente e de acordo com as informações do Censo Agropecuário de 1985, o tamanho médio das unidades camponesas é de 3,6ha, apesar de existirem unidades de até 20ha.

Para os camponeses, é essencial a posse da terra, juridicamente definida ou não. Entre o campesinato de Capela, predominam as propriedades individuais. A respeito da individualização da propriedade camponesa, afirma DINIZ (1993) que,

*“A propriedade embora não essencial, é extremamente importante para o camponês porque lhe dá segurança, um forte sentimento de autonomia e, sobretudo, livra-o do pagamento da renda da terra” (DINIZ, 1993:62).*

No campesinato de Capela, há uma predominância de proprietários em todos os extratos de área, quanto ao número de estabelecimentos (95,2%) e quanto a área (84,0%). Nota-se, ainda, uma fragmentação nos extratos de área de até 2ha, começando novamente a concentrar-se a partir de 5ha. A parceria não existe de forma expressiva entre o campesinato capelense, mas sim o arrendamento, provavelmente ligado ao cultivo da cana-de-açúcar e a criação de gado, quando camponeses alugam seus pastos para bovinos e eqüinos. São os camponeses fracos que, não tendo condições de explorar suas terras, necessitam assalariar-se e aluga-las para terceiros (Tabulações Especiais do Censo Agropecuário, 1985).

O arrendamento é pouco expressivo, sendo portanto válida para o município de Capela a afirmação de Diniz ao referir-se ao campesinato Sergipano:

*“... não existe, ou praticamente não existe, um verdadeiro arrendamento no sentido de exploração mais capitalista, mas sim o pagamento de uma renda fixa, em dinheiro ou produto por pobres e pequenos agricultores sem terra.” (DINIZ, 1993:74).*

Quanto aos ocupantes, são aqueles trabalhadores sem terra ou com pouca terra, assalariados nas grandes propriedades da região, que cultivam em estabelecimentos de terceiros sem qualquer pagamento pelo uso da terra.

É importante ainda perceber a precariedade do arrendamento e da ocupação. Geralmente, há uma combinação entre ocupantes, arrendatários e proprietários; os arrendatários e ocupantes são também proprietários; que, por possuírem pouca terra, utilizam-se dessa estratégia, ou seja, de um modo associado de exploração.

Aliás, essa questão de pouca terra, que não possibilita a reprodução das unidades camponesas, é vista na própria fala do camponês. Em pesquisa de campo realizada em setembro de 1993, assim declarou um informante:

*"P. O que o sr. planta na roça?*

*I. Mandioca, inhame, feijão, legumes né*

*P. A roça dá para o senhor viver?*

*I. Não, não dá...terreno pequeno, não dá, a gente tem que sair prá ganhar dia de serviço" (setembro de 1993)."*

A aquisição de terras que permitam a formação de unidades camponesas no município se dá, predominantemente, por herança (58,5%) e, em segundo lugar, por compra (Pesquisa de Campo, 1993). Esses mecanismos cada vez mais reforçam a fragmentação da terra camponesa e a concentração fundiária no município.

A necessidade de mais terra aparece constantemente na fala do camponês, possuindo um significado muito grande para o campesinato. O desejo de adquiri-la consta em 60,3% da amostra pesquisada. Ao perguntar o que a terra significa para ele, o "viver" aparece sempre na sua fala:

*"Muita coisa; e dela que sobrevive"*

*"Boa morada, sossego, melhor do que ir procurando em prego"*

*"É jeito para viver"*

*"O viver, pois vive dela"*

*"A terra é uma maneira da gente viver"*

*"É importante pois tira a comida" (Pesquisa de campo, abril de 1993).*

Na utilização das terras no total das unidades camponesas, observa-se a predominância de pastagens naturais e plantadas, com 64,0%, lavouras temporárias 27,0%, lavouras permanentes 3,0%, terras desocupadas e produtivas não utilizadas 4,0% e apenas 2,0% de matas (Tabulações Especiais do Censo Agropecuário, 1985).

Os produtos que predominam, por ordem, são a mandioca, o feijão e o milho, que caracterizam, a nível de produção, as unidades camponesas no município de Capela.

A mandioca é o produto básico da produção camponesa no município. É o produto que possibilita garantir parte de sua reprodução. Em segundo lugar vem o feijão e o milho.

A mandioca tem um ciclo vegetativo maior que o do milho e o do feijão, de 1 ano e 6 meses, a não ser em momentos de "penúria", quando pode ser "arrancada" antes do tempo, com nove e até com 8 meses.

O feijão é também uma cultura básica das unidades camponesas. É retirado com noventa dias, sendo plantado no mesmo período que o milho. Após a retirada, é amarrado e posto no telhado para secar. Todavia, muitos produtores retiram o feijão ainda verde, quando as necessidades de consumo o exigem e eles não tem como adquiri-lo no mercado.

Todas as unidades dedicadas a produção de milho, estão na faixa de 0 a menos de 20ha. Parte do milho é consumido verde ou vendido no período das festas juninas, e o restante é deixado como reserva. É nesse momento que se dá a tarefa de "virar o milho" para secar, sendo retirado aos poucos para fazer principalmente o cuscuz. Esse milho seco dificilmente é levado para o mercado, servindo na sua totalidade para o consumo familiar e alimentação das miunças, principalmente as aves.

Duzentos e quarenta estabelecimentos camponeses cultivam cana-de-açúcar, ficando portanto, a predominância desse cultivo nos estabelecimentos acima de 20ha. O cultivo da cana-de-açúcar é uma alternativa para os camponeses que possuem melhores condições, exatamente aqueles que podem comprar adubos. De fato, o cultivo da cana-de-açúcar e a criação de gado constituem uma estratégia dos camponeses para superar a fraqueza da terra, assim como também o trabalho alugado.

Nos cultivos, há predominância do consorciamento exceto para a cana-de-açúcar. Este é explicado principalmente pela escassez de terras, constituindo-se também em uma estratégia por parte dos camponeses, apesar de diminuir a produtividade da terra. Não resta dúvida que a produtividade física do cultivo simples é superior a do cultivo consorciado que, embora permita um crescimento do valor da produção por hectare, baixa a produtividade física dos três produtos básicos. O camponês percebe essa questão; no entanto, o consorciamento reduz a carga de trabalho, pois os tratamentos culturais são simultâneos e de qualquer forma, a terra disponível é escassa.

Além da produção do roçado, o criatório constitui um meio de reprodução do campesinato de Capela. Nos estabelecimentos camponeses, nota-se a predominância da criação de gado miúdo e aves (miunça). Apenas quatro estabelecimentos criam suínos, isto é 0,27%, porém são responsáveis por 100% da produção municipal. Os estabelecimentos camponeses também são responsáveis pela criação de 100% do rebanho de ovinos do município.

Dos nove estabelecimentos que criam aves, 8 são camponeses, correspondendo a 0,5% do total das unidades camponesas e 88,8% dos estabelecimentos criadores. A criação de aves é de responsabilidade das mulheres e crianças, constituindo-se mais em criatório feminino complementar, quando falta um dos produtos básicos da alimentação, principalmente a carne bovina. Esse tipo de criação serve, ainda, como uma ponte de acesso à posse de animais de pequeno porte e até mesmo para a aquisição de gado bovino.

A criação bovina, possui uma importância fundamental para o campesinato, pois, o gado é uma reserva, é um meio utilizado pelos camponeses com melhores condições para suprir as suas necessidades em períodos difíceis, principalmente quando de uma má colheita ou em casos de doenças. A criação de gado é assim uma forte estratégia de reprodução camponesa na região, é visto como um suporte, inclusive para compra de terras. O depoimento abaixo é bem ilustrativo desse fato:

*"P. O sr. cria gado?"*

*I. Crio*

*P. Qual a importância de criar gado para o senhor?"*

*I. Ah! é muito importante, apesar de pouca terra, mas é bom criar. Na hora do aperto, a gente pode vender e sair do sufoco. Agora mesmo estou pensando, tem um moço aqui perto que quer vender uma terrinha, terra pouca, já mim ofereceu, estou pensando em vender uma novilha e uns garrote prá comprar.*

*P. Ter terra é mais importante do que ter gado?"*

*I. Não é assim, os dois são importantes, prá ter gado tem que ter terra, com a terra você pode plantar, juntar um dinheirinho, o gado você vende tem um dinheiro é dinheiro vivo"(Pesquisa de campo, julho de 1994).*

Em Capela, as unidades camponesas possuem um grau de modernização muito baixo, pois apenas 27,4% dos estabelecimentos utilizam fertilizantes. Destes, predomina a utilização de fertilizantes orgânicos (99,2%). Defensivos vegetais e animais são utilizados por 93,2% dos estabelecimentos, predominando os defensivos vegetais em 89,7% deles (IBGE, Tabulações Especiais do Censo Agropecuário, 1985). Nota-se que apenas 4,3% dos estabelecimentos utilizam força animal e mecânica e a força somente mecânica ocorre em apenas 2,7% dos estabelecimentos. Cruzando os dados do Censo Agropecuário com a pesquisa de campo, observa-se uma predominância do trabalho manual, com técnicas rudimentares.

É nos estabelecimentos de 10 a menos de 20ha que há uma incidência modernizadora no que se refere à utilização de adubos químicos e ao uso de força de trabalho mecânica. Com isso, podemos afirmar que as unidades camponesas pouco ou quase não utilizam técnicas modernas, havendo um predomínio dos sistemas tradicionais de trabalho, principalmente o trabalho manual (uso de enxada) e o emprego de formicida.

Dos 1444 estabelecimentos camponeses, 66,5% não contratam assalariados, predominando aí o trabalho familiar exclusivo, principalmente no extrato de área de menos de 1ha (IBGE, Tabulações Especiais do Censo Agropecuário, 1985). Os empregados permanentes são praticamente inexistentes no conjunto geral das unidades camponesas. O assalariamento temporário tem uma certa significância; são trabalhadores alugados que vendem 2 ou 3 dias de trabalho nas roças de vizinhos e nos canaviais da região (nesse caso, até 6 dias na semana), quando as necessidades de consumo exigem. São os camponeses fracos, que constituem a quase totalidade do campesinato de Capela.

Ao visitarmos algumas famílias em suas residências na pesquisa de campo,

sempre afirmavam que em certos dias não tinham o que comer, ou quando tinham a farinha de mandioca e o feijão, faltava a "mistura" (carne, peixe etc...).

*"Uma semana tô com a barriga cheia, na outra semana tô com fome, é assim, um dia tô nú, outro tô mais vestido, é assim que vou passando"(Pesquisa de campo, julho de 94)*

É nesse processo que o trabalho alugado tem um papel fundamental para a reprodução desse campesinato. Para uma melhor análise, considere-se:

PR = Produção do Roçado

CN = Consumo Necessário

Para que esse campesinato não necessitasse da renda do alugado, seria necessário que:

$PR > CN$  ou pelo menos,  $PR = CN$

isto é, que houvesse um equilíbrio na relação produção/consumo, possibilitando a geração de um excedente suficiente que, monetarizado, permitisse ao camponês adquirir os bens complementares a sua subsistência semanal. Porém, a produção do roçado é inferior às necessidades de consumo, não possibilitando a reprodução desse campesinato via PR. A solução é, então, o trabalho alugado (TA), ou seja:

$PR + TA = CN$

O trabalho alugado, portanto, constitui-se em elemento fundamental e necessário para a reprodução desse camponês. A venda da força de trabalho, não somente do chefe da família como de outros membros, é necessária para prover a subsistência semanal. Somente com associação  $PR + TA$  é possível a esse campesinato ter as suas necessidades mínimas de consumo atendidas.

É importante perceber, ainda, que o alugado é visto como uma oposição ao assalariamento em si, isto é, uma oposição entre assalariamento temporário (alugado) e assalariamento permanente (trabalho na usina). Mesmo possibilitando ao camponês ter uma renda fixa semanal, o assalariamento na usina dificulta ou mesmo impossibilita o processo de "botar roçado" sem depender do contrato de trabalhadores alugados. Note-se inclusive, que a diária do alugado é superior aquela paga na usina. Tendo como base o salário mínimo (US\$70,42) na segunda semana do mês de julho de 1993, a diária da usina era de US\$2,38, enquanto a diária do alugado era de US\$2,96. Apesar do trabalho na usina significar um ganho certo semanal, o camponês prefere o alugado, o que na verdade significa no imaginário camponês uma relação de não sujeição, de liberdade. Perguntado ao seu F. se não era vantagem trabalhar com carteira assinada na usina,

*"I. É nada*

*P. Por que não é vantagem?"*

*I. Pra mim não, eu não gosto, nunca gostei, trabalho pra quem achar, vou trabalhar quando*

*quero, pronto (Pesquisa de campo, julho de 1994).*

Portanto, para cobrir as suas necessidades mínimas de consumo, esse campesinato é obrigado a trabalhar no alugado, dois, três, e até os seis dias da semana, o que possibilita uma renda extra-roçado.

Nas unidades camponesas no município de Capela participam das atividades produtivas todos os membros aptos, desde os velhos às crianças. É o trabalho familiar que caracteriza as unidades camponesas, cabendo ao homem a chefia da família e a distribuição dos trabalhos na terra.

*"1. Com pouca terra só dá mesmo com o trabalho da família, a renda não dá pá pagar trabalhador"(setembro de 1994).*

*"Se o chefe da família, pequeno produtor tem a responsabilidade de prover a subsistência de seu grupo doméstico, isso não quer dizer que o faça só a partir de suas próprias atividades. Ao contrário, é organizando as tarefas desenvolvidas pelos membros de sua família no roçado que ele desempenha seu papel" (GARCIA JÚNIOR, 1983:101)*

Em Capela, nota-se que existem famílias camponesas com até 10 membros, mas há uma tendência a diminuição desse número à medida em que aumenta a idade dos membros da família, quer seja por casamento, quer seja por saída em busca de empregos nos centros urbanos. Porém, a distribuição do trabalho em Capela segue os padrões comuns a todas as unidades camponesas. Até os 10 anos, os filhos são consumidores em potencial; dos 10 aos 15 anos já começam a ajudar nos trabalhos mais leves, e isso é considerado mais como ajuda do que mesmo como tarefa efetiva, isto é: semear a terra, cobrir leiras plantadas, buscar lenha etc... Da mesma forma trabalham os velhos maiores de 70 anos. Assim, esse contingente consome mais do que produz. A partir dos 15 anos os jovens já se constituem em trabalhadores pois, é comum menores trabalharem alugados em serviços como o de juntar palha de cana-de-açúcar para o gado bovino. Nesse caso o seu consumo pode ser coberto com a sua produção/trabalho externo (Pesquisa de Campo, 1993).

Para uma análise dessa questão, considerou-se as crianças até 10 anos como consumidores em potencial. Como as crianças de 10 a 15 anos e os velhos produzem 50% do seu sustento, foi considerado que duas crianças nessa faixa etária correspondem a uma unidade de trabalho, da mesma forma que dois velhos de mais de 70 anos. Percebe-se, então, que a família camponesa em Capela possui, em média 3.5 de força produtiva e 4.8 de consumidores. Assim, considerando que a família camponesa é uma unidade de produção e consumo, a relação consumidor/trabalhador é de 1.4. Nas famílias mais jovens essa proporção sobe para 3.0 devido ao número maior

de filhos de menos de 15 anos, e há também casos em que essa proporção é igual a 1.0<sup>(2)</sup>.

### Considerações Finais

Uma das características da Estrutura Agrária de Capela é a concentração de terras, e isto, é percebido em todo o processo de evolução da propriedade da terra no município. Mas, paralelo ao regime de "plantation", as unidades de produção camponesa existiram e continuam a existir naturalmente que em condições específicas. Com as suas peculiaridades, o campesinato resiste ao processo de expropriação através de diferentes estratégias, objetivando sua reprodução.

É nesse contexto que a questão da subordinação e da autonomia se constitui em objeto polêmico para todos aqueles que estudam o campesinato, principalmente em áreas onde a penetração do capitalismo no campo se deu fortemente. Discute-se se, pela lógica, essa penetração não destruiria inexoravelmente as relações não-capitalistas de produção, observando-se, entretanto, que em determinados momentos essas relações são recriadas pelo capital.

Nesse estudo o que percebemos é que a questão da subordinação ou autonomia para o campesinato de Capela se constitui em faces de uma mesma moeda isto é: quando os camponeses afirmam que,

*"A terra não dá, só mesmo ganhando dia de serviço aqui e ali"(Pesquisa de campo, julho de 94)*

afirmam o sistema capitalista que necessita da força de trabalho desse campesinato para reproduzir-se.

Por outro lado, negam o sistema capitalista e se consideram não sujeitos, quando afirmam que moram no que é seu, não importando que a terra seja pouca, ou até mesmo terra de morada, em vez de terra de trabalho. Morar no que é seu constitui uma relação de não sujeição, mesmo estando subordinado. Ainda refutam o sistema quando não priorizam o vínculo empregatício, isto é, não possuem carteira assinada. Trabalhar quando quer e para quem quiser é uma relação de não-sujeição, mesmo que parcial.

Para o campesinato de Capela, o processo de trabalhar um dia no alugado outro no roçado e até mesmo a semana toda no alugado, mas mantendo a posse da terra, juridicamente ou não, significa a negação da sujeição, da dependência total, diferentemente daqueles que não possuem terra, os assalariados, pois além da mercadoria força de trabalho, conseguem suprir parte de suas necessidades com a produção do roçado. Afirma Lovisoló:

(2) - A formulação dessa análise foi inspirada em CHAYANOV (1973).

*"Essas condições supõem que a reposição dos pressupostos da produção, não passa pela venda da mercadoria (Mercadoria - dinheiro - mercadoria)... nesse caso, a reposição dos pressupostos da produção pode realizar-se via venda da força de trabalho no mercado" (1989:139).*

É importante, ainda, perceber que o trabalho alugado não descaracteriza o campesinato e que, inclusive, difere do assalariamento em si. Os trabalhadores assalariados estão separados totalmente dos meios de produção, ao contrário do campesinato, pois, além de serem donos dos instrumentos de trabalho, possuem a terra, diferentemente do assalariado não proprietário que é um expropriado..

O trabalho alugado é uma necessidade, uma estratégia desse campesinato, significando uma complementação à produção do roçado.

*"... A propriedade da terra não significa necessariamente que enfrentamos um produtor livre, o qual deve ser expropriado, para que venda sua força de trabalho. O preço de equilíbrio entre os produtos que produz e sua própria força de trabalho, determinam essa venda mais ou menos sistemática, da força de trabalho. Enfrentamos, portanto, uma situação que, sob o ponto de vista econômico, não faz forçosamente a separação do produtor de suas condições de produção, isto e não torna necessário um processo mais ou menos violento de acumulação primitiva" (LOVISOLO, 1989:139).*

Não resta dúvida que o processo de concentração fundiária em Capela é responsável pela pauperização dos camponeses, propiciando com isso que os camponeses adquiram especificidades próprias como a pouca participação no mercado, modernização muito baixa, pouca terra, pequena área total explorada e descapitalização. Com isso, as unidades camponesas, não adquirem propriamente caráter mercantil, pois a produção do roçado se constitui prioritariamente apenas em valor de uso.

O município de Capela caracteriza-se por uma distribuição desigual da população estimada vinculada ao setor agrário isto é, 43,5% é constituída por trabalhadores assalariados expropriados, 49,0% e composta por um campesinato e 7,5% de médios e grandes proprietários rurais e que concentram 88,1% das terras no município (IBGE, Tabulações Especiais do Censo Agropecuário, 1985, Pesquisa de Campo 1994, Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1991). Com isso percebe-se uma auto-exploração tanto dos assalariados expropriados, como também dos camponeses pelos proprietários latifundiários.

Em Capela, a exploração do campesinato pelos grandes proprietários, depende também do número de membros da família aptos para o trabalho alugado, pois, a família se constitui em elemento fundamental no processo de exploração da sua força de trabalho. Se uma família camponesa possui dois ou três membros aptos para o alugado, verifica-se um menor desgaste físico da força de trabalho, pois em vez de seis dias necessários para suprir as suas necessidades de consumo, pode trabalhar apenas três ou quatro dias, os outros dias necessários podem ser cobertos pelos demais membros da família, possibilitando inclusive o processo de "botar" roçado. Assim, enquanto o chefe da família está no alugado, um filho está no roçado e vice versa. O bem estar da família depende, então, do número de membros da família aptos para o trabalho alugado, o que possibilita inclusive, uma maior entrada de capital para as despesas semanais, ou melhor possibilita um equilíbrio na relação produção/consumo.

Finalizando, percebe-se que, apesar da concentração fundiária ou seja, 85,3% dos estabelecimentos serem camponeses, variando de 0 a menos de 20 ha e ocupando apenas 11,9% das terras do município, essas unidades possuem uma importância fundamental, principalmente no que se refere ao número total da produção animal e vegetal do município: com apenas 25,2% da área de lavouras, concorrem com 20,6% do valor da produção vegetal e com 9,9% da área em pastagens, atingem 32,4% do valor da produção animal (Tabulações Especiais do Censo Agropecuário, 1985).

#### Bibliografia

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Área do Sistema Canavieiro**. Recife: Sudene, 1988 (Estudos Regionais).
- APES (Arquivo Público do Estado de Sergipe). **Relação de Propriedades existentes no município de Capela - 1924**.
- BARREIROS, José Carlos. **Campesinato e Capitalismo**. Campinas: UNICAMP, 1986.
- CARVALHO, José C. M. de. **Camponeses**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- CENSO AGRÍCOLA. 1920, 1940, 1950, 1960.
- CENSO AGROPECUÁRIO. 1970, 1975, 1980, 1985.
- CHAYANOV, A. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1973.
- DANTAS, Orlando Vieira. **A Vida Patriarcal de Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980 (Coleção Estudos Brasileiros, V. 47).
- DINIZ, Diana Maria de Faro Leal et al. **Textos Para História de Sergipe**. Aracaju: BANESE/UFS, 1991.
- DINIZ, José Alexandre Felizola. **Camponeses de Sergipe**. Aracaju/Se, 1993 (Relatório de Pesquisa Financiado pelo CNPq e NPGEO/UFS, mimeo).
- GARCIA JR., Afrânio Raul. **Terra de Trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Sul: Caminho do Roçado**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1986.

- IANNI, Octávio. **A Luta pela Terra**. 3a. ed., Petrópolis: Vozes, 1981.
- LÊNIN, V. I. **Aos Pobres do Campo**. Trad. Oswaldo Farias. São Paulo: Ed. Acadêmica, 1988.
- LOVISOLO, Hugo R. **Terra, Trabalho e Capital - Produção Familiar e Acumulação**. Campinas: UNICAMP, 1989.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1983.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.
- PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. **História Econômica de Sergipe (1850-1930)**, Aracaju: UFS, 1987.
- SANTOS, J. V. T. **Colonos do Vinho**. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- SANTOS, Lourival Santana. **Terra de Miséria: A Desigualdade Camponesa em Capela**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Agrária da UFS (mimeo).
- SILVA, J. F. G. da. **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- SINGER, P. I. **Capital e Trabalho no Campo**. São Paulo: HUCITEC, 1977.
- SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO DEMOGRÁFICO DE SERGIPE, 1991.
- TABULAÇÕES ESPECIAIS DO CENSO AGROPECUÁRIO, 1985.
- WANDERLEY, Nazareth. **Capital e Propriedade Fundiária: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 (série Estudos sobre o Nordeste, V.3).

## CONDIÇÕES ECONÔMICAS DO SUL DE MATO GROSSO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

*Paulo Roberto Cimó Queiroz\**

No início deste século a área do Estado de Mato Grosso (correspondente aos atuais Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e a grande parte de Rondônia) compreendia três grandes porções: 1) norte, pertencente à Amazônia; 2) sul, pertencente à bacia platina, estendendo-se do rio Paraguai ao Paraná e limitada a oeste e ao sul pelas repúblicas da Bolívia e do Paraguai e a leste pelos Estados de GO, MG, SP e PR; e 3) uma porção central (foco inicial da colonização luso-brasileira na região), repartida entre as bacias platina e amazônica e polarizada pela capital (Cuiabá). Na porção sul (que em 1977 daria origem a Mato Grosso do Sul) foi construída entre 1908 e 1914 a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), ligando Bauru (SP) a Porto Esperança (margem esquerda do rio Paraguai).

Neste trabalho tentamos esboçar em linhas gerais as condições econômicas dessa porção no momento imediatamente anterior à construção da ferrovia (grosso modo, a primeira década do século), valendo-nos prioritariamente de

\* Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

fontes contemporâneas ao período estudado (como se trata aí, freqüentemente, de obras com um caráter propagandístico mais ou menos acentuado, esperamos ter tido êxito nos esforços por fugir a armadilhas comuns em tais fontes). Definimos essa porção sul, que chamamos SMT, como o conjunto dos seguintes municípios, existentes na época: Corumbá, Miranda, Santana do Paranaíba, Nioaque, Coxim, Campo Grande, Aquidauana e Bela Vista; esses municípios são aqueles que depois, desmembrados em vários outros, viriam a constituir o Estado de MS. Do ponto de vista físico pode-se dizer resumidamente que o SMT apresenta-se repartido em duas formações principais: o *planalto* (parte do planalto sedimentar da bacia do Paraná), com áreas de cerrado, de mata tropical e de campos limpos (incluindo os *campos da Vacaria*); e a *baixada paraguaia* (o vale do rio Paraguai), compreendendo o Pantanal e maciços montanhosos como Urucum e a Serra da Bodoquena. Essas duas formações são separadas por uma linha de *cuestas* (localmente chamadas "serras") que corta a região quase ao meio, no sentido norte-sul.

### População

A população total de MT era estimada em 1908 em 170.000 habitantes, sendo 88.000 nos municípios que compunham o SMT e 82.000 nos demais (CATALOGO..., 1908, p. 28-29). Com relação ao SMT, sabe-se que em 1907 o *planalto* já estava "todo habitado, embora muito escassamente"; a população adensava-se em torno de Campo Grande e de Santana do Paranaíba e ao longo da estrada boiadeira que as ligava, bem como nos extremos do planalto, isto é, na Vacaria (a oeste) e "pelos pequenos tributários do Paraná a leste"; a porção mais desabitada do planalto era a nordeste (vales dos rios Pardo, Verde e Sucuriú), com "manchas de 10 e 20 léguas não habitadas" (LISBOA, 1909, p. 163). A maior parte da população do planalto era constituída por sítiantes e posseiros estabelecidos depois da guerra com o Paraguai ("na maioria goianos e mineiros e mais raramente paulistas, baianos e em último lugar mato-grossenses"); na Vacaria era crescente a presença de migrantes sul-rio-grandenses, cujo número era então calculado em cerca de 7.000, enquanto no extremo sul predominavam os paraguaios, que trabalhavam na extração da erva-mate (id., ibid.). Na *baixada paraguaia* havia centros populacionais mais importantes, como Miranda, Aquidauana, Nioaque e Corumbá (o maior do SMT); a Serra da Bodoquena, em particular, era "muito desconhecida e quase inteiramente desabitada" (id., p. 163, p. 44).

Populações indígenas "ainda selvagens" existiam apenas num pequeno trecho das margens do rio Paraná, entre a foz do rio Pardo e a do Samambaia (os impropriamente chamados Xavante); havia ainda os Caiuá, no extremo sul, e os Terena, tanto no planalto como na baixada, todos "domesticados ou semi-civilizados", e finalmente os Kadiwéu, que viviam em sua reserva na Serra da Bodoquena (LISBOA, p. 163-165). Um dado a ser destacado é o notável peso dos estrangeiros na população do SMT; no extremo sul predominavam os

paraguaios, como foi dito, e também em Corumbá os estrangeiros (paraguaios, bolivianos e outros) eram maioria (BARRETO, 1907, p. 115-116).

### Atividades Produtivas

Dentre as atividades produtivas tradicionalmente praticadas no SMT, a pecuária bovina, sob forma extensiva, era então a mais difundida; identificavam-se nessa região três “distritos pastoris”, dois situados no planalto (a leste os *campos cerrados* e a oeste as *campinas*, incluindo os campos da Vacaria) e o terceiro formado pelo Pantanal (LISBOA, p. 135). As dimensões do rebanho eram incertas. Estimava-se em geral em 3 milhões de cabeças o rebanho total do Estado (CATALOGO, p. 86-87; MENDONÇA, 1906, p. 72; SILVA, 1908, p. 458), mas em 1912 um cálculo dava para esse total somente 2,5 milhões, sendo cerca de 2 milhões no SMT (ALBUM..., 1914, p. 294), enquanto em 1907 o rebanho daqueles dois primeiros distritos era estimado em meio milhão apenas (LISBOA, p. 142, 145).

As fontes coincidem em apontar a singeleza dos processos de criação, considerados muito primitivos no distrito dos campos cerrados e na baixada (embora se mencione a existência de pastagens artificiais com capim *jaraguá* nas margens do rio Paraná e no Pantanal); sem fugir à regra do primitivismo, o distrito da Vacaria era porém considerado “o mais adiantado do Estado”, pelo incipiente uso do curral, de poteiros e pastos artificiais; ademais, a prosperidade do gado era aí favorecida por fatores naturais (“bom clima, insignificância das pragas, abundância das pastagens”), de modo que a taxa de aumento era “muito superior à do pantanal e à dos campos cerrados” (LISBOA, p. 114-115, 141-146). Em suma, no planalto do SMT, “em muitas fazendas já se cria com método mais adiantado”, enquanto “nos campos da região pantanosa o gado vive em grandes manadas, à lei da natureza” (CATALOGO, p. 85).

Por outro lado, “criações de mueres, suínos ou de gado lanígero, não existem, ou não merecem referências, tão exíguos são os seus produtos”, insuficientes até para o consumo local (LISBOA, p. 135-136). Segundo esse autor, o gado bovino do Pantanal não era exportado, sendo abatido e consumido inclusive pelas charqueadas ali estabelecidas; o distrito dos campos cerrados exportava anualmente para as invernadas mineiras, através de Santana do Paranaíba e Uberaba, cerca de 15.000 reses; a Vacaria, por seu turno, exportou em 1907 cerca de 25.000 reses, das quais 15.000 para Minas (conduzidas pelos *boiadeiros*), 5.000 para São Paulo e 5.000 para o Paraguai (p. 150, 141, 145). Esses *boiadeiros* vinham do Triângulo Mineiro ao SMT para comprar gado magro (depois engordado nas invernadas mineiras e encaminhado para o abate no Rio de Janeiro e São Paulo) e vender reprodutores. Quanto aos preços, variavam “de 15 a 30\$ [por cabeça]; o dos pantanais, que é inferior, custa de 15 a 20\$” (SILVA, p. 459); na Vacaria, nessa época apenas “os bois de 4 anos acima tinham saída”, a 30\$000 a cabeça (BARBOSA, 1963, p. 20).

O gado *crioulo* do SMT era uma raça típica da baixada paraguaia: a *pantaneira* ou *cuiabana*. No SMT esse gado estava já então muito cruzado com

outras raças, particularmente a *franqueira* e a *indiana zebu*, ambas introduzidas na região pelos *boiadeiros* mineiros; o cruzamento com o franqueiro ocorria principalmente no pantanal, enquanto nas campinas do planalto já predominava o cruzamento do gado crioulo com o zebu  $\frac{3}{4}$  fato que era motivo de críticas, dada a rápida degeneração dos produtos desse cruzamento: “O cangote desaparece na quarta geração, e com ele as presumidas vantagens do cruzamento, pois volta o gado a sua pequena estatura de crioulo” (LISBOA, p. 136-139). A utilização do zebu como regenerador do gado crioulo do SMT era condenada, principalmente por suas poucas qualidades como produtor de carne e por ser “péssimo” gado leiteiro; atribuíam-se sua presença na região sobretudo aos interesses dos intermediários: ao *boiadeiro*, “comerciante e não criador”, interessava o peso e grande resistência do zebu para as marchas do sertão, enquanto a rápida degenerescência dos mestiços lhe era benéfica, pois alimentava continuamente a venda de reprodutores zebrus (LISBOA, p. 152-153). Atribuía-se também essa “invasão” do zebu à crença, julgada errônea, de que “as raças aperfeiçoadas da Europa não se adaptam no Brasil” (SILVA, p. 422). De todo modo, reprodutores europeus (*Durham* e *Hereford*) eram também ocasionalmente introduzidos no SMT nessa época, embora as fontes não concordem quanto aos respectivos efeitos: para LISBOA, esse fato “de modo algum têm tido a mínima influência no desenvolvimento dos rebanhos” (p. 140-141); segundo o CATALOGO, graças a ele “os criadores têm conseguido melhorar consideravelmente o seu gado, auferindo por conseqüência melhores vantagens” (p. 85).

Apesar da difusão da pecuária bovina, a atividade produtiva mais rentável no SMT nessa época pertencia ao domínio da extração vegetal, com a exploração da erva-mate  $\frac{3}{4}$  atividade aliás circunscrita a essa porção do Estado, explorada em regime de virtual monopólio pela Cia. Matte-Larangeira e com a produção toda exportada pelo Porto Murinho. Dentre todos os produtos exportados pelo Estado de Mato Grosso entre os anos de 1901 e 1911, a erva-mate representou o de maior valor até o ano de 1906, oscilando entre um mínimo de 44,4% (1905) e um máximo de 63,2% (1901); mesmo depois que os indicadores da exportação da borracha *seringa* subiram bruscamente, a partir de 1907, a participação da erva-mate na exportação total continuou expressiva, chegando a 30,5% em 1907 e representando 26% em 1911 (ALBUM, p. 121).

A exploração da seringueira era uma atividade concentrada na porção amazônica do Estado. No SMT, todavia, tinha certa expressão econômica a extração do látex da *mangabeira*, uma árvore típica dos cerrados brasileiros. Em 1905, por exemplo, registra-se a exportação dessa borracha pelo porto de Corumbá (BELLO, 1907, p. 47); informa-se que no município de Aquidauana havia “muitas mangabeiras nos cerrados, sendo fonte de renda a extração da borracha” (CASTRO, 1913, p. 408), e que também o município de Campo Grande exportava “um pouco de borracha mangabeira” (MACHADO, 1914, p. 411). É curioso que nessa época não haja referências à exploração das *madeiras*, de tal modo que os quadros da exportação brasileira desse gênero não incluem

os portos de Mato Grosso (BELLO e SILVA, 1907a, p. 263); ainda em 1914 informava-se que as madeiras não eram exploradas no Estado, sendo importadas, “com preferência do Paraguai, quase todas as madeiras para construção e marcenaria” (SIMON, 1914, p. 257). Era já conhecida todavia, na região de Porto Murtinho, a abundância do *quebracho*, madeira capaz de servir tanto à fabricação de dormentes e postes (por ser muito dura) como à extração do tanino (LISBOA, p. 132-133).

Por outro lado, exploravam-se nessa época alguns gêneros menos convencionais, como as *plantas ornamentais*, exportadas (em forma de mudas e de sementes) pelo porto de Corumbá (BELLO e SILVA, 1907b, p. 328, 330); as *peles de animais selvagens*, que apareciam regularmente nos quadros da exportação de Mato Grosso na primeira década do século (ALBUM, p. 120-123, p. 306); as *penas de garça e penas diversas*, também incluídas nos quadros acima citados; informava-se que as penas de garça eram exportadas “principalmente para Hamburgo e Londres, sendo que pequenas partidas se vendem em Montevidéu ou Buenos Aires” (id., *ibid.*).

Ainda a respeito das atividades extrativas, resta referir a mineração. Registrava-se na época, em Mato Grosso, um “renascimento” da exploração aurífera e diamantífera, com a presença de empresas de dragagem formadas com capital estrangeiro (MENDONÇA, p. 81; CATALOGO, p. 117-125). São de fato mencionadas cinco dessas empresas, das quais todavia apenas uma operava no SMT: a *Coxim Gold Dredging Co.*, que explorava as aluviões dos rios Coxim e Jauru, afluentes do Taquari (LISBOA, p. 85-89). Outros recursos minerais assinalados nessa época no SMT eram a mica, de que o município de Miranda seria “riquíssimo” (CATALOGO, p. 133), a platina, a safira, o calcário e o sal, encontrado em todo o Pantanal em “barreiros ou terras salinas” (LISBOA, p. 89, 95).

Contudo, as riquezas minerais mais significativas do SMT eram as jazidas de manganês e ferro do Maciço do Urucum, no município de Corumbá (SENA e PIRES, 1907, p. 457, 465, 468). Avaliava-se que as reservas de manganês do maciço eram de fato muito grandes (superiores a 30 milhões de toneladas), apontando-se porém um problema nesse minério: seu “variável e por vezes elevado teor em fósforo”, “fator importante na determinação do seu valor comercial” (LISBOA, p. 78, 81). De todo modo, a concessão de exploração foi em 1906 adquirida por uma empresa belga, a *Compagnie de l'Urucum*, que iniciou trabalhos no local em 1907 (THIER, 1908, p. 131). A respeito das jazidas de ferro, informa-se que ainda não haviam sido medidas nem pesquisadas, “mas evidentemente constituem uma formação muito mais possante que a do manganês” (LISBOA, p. 76).

A situação da agricultura em Mato Grosso na época era resumida em poucas palavras: “A produção agrícola mal chega para o consumo” (MENDONÇA, 1906, p. 72). Menciona-se de fato que essa atividade vivia “ferrada à rotina e a lutar com o emprego dos processos primitivos”: “O machado, a foice e a enxada são os únicos instrumentos de que se servem os lavradores mato-

grossenses”; registrava-se o cultivo do milho, arroz, feijão, fumo e mandioca, mas a lavoura mais importante do Estado era a cana-de-açúcar  $\frac{3}{4}$  mais desenvolvida na porção central, principalmente às margens do rio Cuiabá, embora houvesse engenhos “por toda a parte” (MARQUES, 1908, *passim*). Todavia, nessa época Mato Grosso importava milho, arroz e feijão, além do trigo (CAVALCANTE, 1908, p. 315, 317, 291, 299, 282); segundo outra fonte, importava-se até mesmo farinha de mandioca e açúcar, sendo procedentes de Pernambuco 20% do açúcar consumido no Estado (CATALOGO, p. 96).

Sobre o SMT, em particular, LISBOA informa que no planalto cultivava-se milho, arroz, feijão e cana-de-açúcar “em quantidades estritamente necessárias para o consumo” (p. 119). Esse autor elogia a qualidade das terras do planalto; nos solos de campos limpos, encontrados na Vacaria e em outras partes, destaca a ocorrência da “terra roxa” (localmente chamada “terra vermelha”). Assinala, porém, que os processos agrícolas eram rudimentares: o “sertanejo no primeiro ano planta mandioca, para preparar a terra, e nos anos seguintes colhe então, na sua roça de *rotação*, o mesmo que colheria nas de derrubada em mata virgem” (id.). Na *Serra*, isto é, o declive do planalto, LISBOA registra também culturas de milho, arroz e feijão em solos de mata; a avaliação geral, todavia, é má, considerando-se o solo aí “íngrato”, impróprio tanto “ao cultivo como à criação” (p. 127). Finalmente, no que toca à *baixada paraguaia*, faz-se uma distinção entre o Pantanal e o *baixo da serra*, isto é, “a parte mais elevada da baixada”, abrangendo o vale do alto Aquidauana e as terras mais altas do vale do Miranda; nesse *baixo da serra*, diz LISBOA, a cana-de-açúcar era a principal cultura e o arroz era plantado “com muita vantagem” nas várzeas e alagados; o milho, porém, “vem tão mal que não é cultivado” (p. 127-128). No Pantanal propriamente dito, enfim, as culturas eram o arroz, a cana e o fumo, sendo que as duas primeiras adaptavam-se “admiravelmente” às condições naturais da região, embora a lavoura da cana utilizasse processos “muito primitivos” (LISBOA, p. 133).

Convém observar que, com relação ao café, algumas fontes asseguravam que as condições naturais do Estado eram adequadas a seu cultivo: “O café produz admiravelmente em todo o Estado, especialmente nos municípios de Nioaque, Campo Grande e no distrito da Chapada, cujas terras roxas são iguais às de São Paulo”, diz por exemplo o CATALOGO (p. 104). Todavia, as fontes que utilizamos não mencionam a efetiva cultura desse gênero no SMT, nessa época; LISBOA, tal como MARQUES (1908), não lhe faz qualquer alusão, nem como realidade nem como prognóstico.

Os dados do censo industrial fornecidos em O BRASIL... (1909, p. 43) atribuem a todo o Estado de Mato Grosso apenas 15 estabelecimentos fabris, dos quais somente 3 localizavam-se no SMT: o arsenal da Marinha (município de Corumbá), a Cia. Matte-Larangeira (município de Nioaque) e uma charqueada situada no município de Miranda (cabendo notar que a própria fonte efetua ressalvas à fidedignidade de seus dados, em vista das dificuldades enfrentadas pelo trabalho de coleta). Especificamente no SMT, de fato, outra fonte menciona

duas charqueadas ou *saladeros*: a “charqueada de Miranda”, pertencente a uma empresa uruguaia, recém-criada (a matança se havia iniciado em 1907), com uma capacidade de abate anual de 20 mil reses e cuja produção destinava-se “exclusivamente” ao “Rio de Janeiro e Norte do Brasil”; e a do *Barranco Branco* (perto de Porto Murtinho), pertencente à *Empresa Extrativa e Pastoral do Brasil* e que estava ainda em instalação, projetada para o abate diário de 250 cabeças (LISBOA, p. 157-158). No tocante a outras atividades industriais, assinala-se o pouco desenvolvimento da indústria de laticínios <sup>3</sup>/<sub>4</sub> cujo uso, no planalto, era quase desconhecido: “O queijo aqui chamado mineiro é o único produto fabricado com o leite, mas esse mesmo não é encontrado em qualquer parte do planalto” (id., p. 139); além disso, registra-se a fabricação de cal “para o consumo da região”, mesmo sendo o calcário, encontrado nos municípios de Miranda e Corumbá, de qualidade inferior como matéria-prima para cal ou cimento (id., p. 71-72).

### Vias de Transporte e Ligações comerciais

Situado no interior do continente, o Estado de Mato Grosso contava nessa época apenas com vias de comunicação terrestres e fluviais. Dessas, as mais tráfegadas eram as providas pelo rio Paraguai e seus afluentes. O Estado era servido pelas linhas do *Lloyd Brasileiro* (Montevideu-Corumbá e Corumbá-Cuiabá, numa extensão total de 2.063 milhas) mas suas vias fluviais eram percorridas também por “vapores e lanchas argentinas e paraguaias” (REGO, 1909, p. 89-90, 137). Entre Corumbá e Montevideu o tráfego era mais intenso, envolvendo empresas como a argentina *Cia. Mihanovich*; internamente havia “linhas de vapores contratados” com viagens mensais a Miranda, Aquidauana e Cáceres; para essas localidades, bem como para Coxim e Cuiabá, tráfegavam também embarcações “em serviço de ordem inteiramente comercial de seus proprietários” (MENDONÇA, 1906, p. 83); tratava-se, nesse caso, de embarcações pertencentes a casas comerciais.

Quanto ao planalto do SMT, suas ligações viárias (terrestres e fluviais) dirigiam-se nessa época principalmente aos Estados de Minas Gerais (Triângulo), São Paulo e Paraná; à República do Paraguai (por cujo território se fazia também a comunicação com o Rio Grande do Sul); a Corumbá, pólo da navegação do rio Paraguai; e a Porto Murtinho, também no rio Paraguai.

O caminho para o Triângulo Mineiro, que remontava à 1ª metade do século XIX, era eminentemente terrestre, favorecido pela fato de a vegetação permitir a passagem de pessoas e animais; a rota Campo Grande-Santana do Paranaíba-Uberaba era bastante tráfegada, principalmente pelos *boiadeiros*. Já as ligações com os Estados de São Paulo e Paraná cruzavam extensas zonas de mata e eram mais dependentes das vias fluviais (o Ivinhema e seus tributários, que haviam tido já no século passado importante papel no povoamento branco do SMT). A ligação com a República do Paraguai, também terrestre, buscava o porto de Concepción e constituía uma via de comércio bastante ativo, que tomara impulso depois de 1870 graças a mecanismos

legais que garantiam aos habitantes de Mato Grosso o livre comércio com aquela República: num sistema de “permutas diretas, sem intervenção de moeda propriamente dita”, os sul-mato-grossenses trocavam gado por gêneros importados (MESA de rendas..., 1902). A rota de Corumbá tinha na época grande importância para o abastecimento do interior do SMT; as correntes comerciais irradiavam-se daquela cidade pelos afluentes do rio Paraguai, prosseguiram por vias terrestres e chegavam a ultrapassar os limites do Estado: Coxim, ligada a Corumbá pelo rio Taquari, era então o “mercado mais próximo da importação do sal para algumas localidades situadas ao sul de Goiás” (MENDONÇA, p. 114). Corumbá era procurada também por aqueles que desejavam uma viagem mais confortável, embora “mais cara”, em direção ao litoral: seguia-se por via terrestre até Miranda ou Aquidauana, em lancha até Corumbá e daí por vapor ao Rio de Janeiro (BARBOSA, 1963, p. 15-18). Enfim, a saída pelo Porto Murtinho (terrestre) era utilizada basicamente pela Cia. Matte-Larangeira, que chegou nessa época a construir, no trecho mais crítico da estrada, uma linha *Decauville* de 22 quilômetros.

No início deste século, impulsos de abertura de novas vias de comunicação no planalto do SMT conjugaram-se a impulsos semelhantes no sudoeste do Estado de São Paulo, conduzindo a uma ligação terrestre direta entre esses dois espaços e ao incremento da navegação na bacia do Paraná. Pelo lado sul-mato-grossense projetou-se uma “estrada boiadeira” alternativa à tradicional (aquela dirigida a Minas via Santana do Paranaíba), menos extensa, dirigida diretamente à divisa com São Paulo e capaz portanto de facilitar a venda do gado da Vacaria. A construção dessa estrada, ligando Campo Grande ao local denominado Porto Quinze de Novembro (junto à foz do rio Pardo no Paraná), vincula-se à iniciativa de Manoel da Costa Lima, criador de gado na Vacaria; a via foi aberta em 1903 e tecnicamente balizada em 1904, sendo a travessia do rio Paraná inaugurada oficialmente em 1906, com o uso de chatas e um rebocador a vapor. Na mesma época a empresa paulista *Diederichsen & Tibiriçá* iniciava a abertura de outra estrada, ligando a ponta dos trilhos da E. F. Sorocabana, na região de Campos Novos do Paranapanema, ao local denominado Porto Tibiriçá, no rio Paraná, defronte ao dito Porto Quinze. A citada empresa, depois de adquirir os direitos legais de Costa Lima, transformou-se na *Cia. de Viação São Paulo-Mato Grosso* (1908), passando a explorar a travessia de gado no rio Paraná e a navegação desse rio e de seus afluentes Pardo, Anhanduí, Ivinhema e Brilhante (ABREU, 1976, *passim.*; WHITAKER, 1934, *passim.*).

### Situação Fundiária

No “distrito” pecuário dos campos cerrados, no SMT, a propriedade fundiária consistia em “antigas posses, mais ou menos legitimadas, com grandes áreas, não raro 20 e 30 léguas quadradas”, posses essas “encravadas em terras devolutas ou desabitadas, entre sertões de dez ou vinte léguas”; nesse distrito,

podia-se em 1907 adquirir por 20 contos de réis “uma fazenda com cerca de 20 léguas quadradas, à margem do Paraná”, enquanto no alto Rio Verde estava à venda, por 18 contos, uma propriedade com 15 léguas quadradas (LISBOA, p. 141-142). No Pantanal as propriedades eram ainda maiores, citando-se como exemplos uma fazenda com “107 léguas ou 384.950 hectares” e outra com cerca de “500.000 hectares ou quase 140 léguas mato-grossenses” (id., p. 148); nessa região, a Fazenda *Rio Branco*, com 435.392 ha, foi avaliada em 1907 em apenas 2.176:960\$, incluídas as benfeitorias (cf. ata de assembléia da *Empresa Extrativa e Pastoril Brasileira*, Diário Oficial da União, 28.7.1907). Já na Vacaria, “em geral, a propriedade é pequena”, raramente excedendo duas léguas quadradas, e os preços dependiam da natureza dos campos, variando de 3 a 8 contos de réis por légua (LISBOA, p. 144). Correspondendo uma légua quadrada a nada menos que 3.600 hectares, vê-se como era bastante relativa a noção de “pequena propriedade”.

O discurso oficial na época condenava os latifúndios. De acordo com o CATALOGO, a legislação estadual sobre terras públicas protegia a “pequena lavoura”, “banindo do seu território o regime dos latifúndios” (p. 47); assim, a finalidade da citada legislação seria promover o estabelecimento de “uma corrente de imigração laboriosa e morigerada”, visto que “uma das principais necessidades” do Estado era o crescimento demográfico (p. 36).

Todavia, parece possível notar na verdade uma progressiva *restrição* à entrada de colonos, pelas sucessivas leis estaduais que nessa época dispuseram sobre o assunto (cf. CATALOGO, p. 36-46). Assim, a Lei nº 102, de 1895, autorizava a “concessão gratuita de terras devolutas” aos imigrantes nacionais ou estrangeiros que se estabelecessem numa faixa de 60 quilômetros margeando as divisas do Estado; a extensão dos lotes era limitada a 50 e a 200 ha (conforme se destinassem respectivamente à lavoura ou à pecuária) e a concessão era descentralizada, sendo os lotes concedidos, ainda que “provisoriamente”, pelos intendentess municipais. Menos de um ano depois, nova lei (Lei nº 149, de 1896) continua autorizando a concessão de lotes a nacionais e estrangeiros; porém, sua extensão é limitada a 50 ha (embora se abra a possibilidade de famílias numerosas obterem mais de um lote) e agora os pretendentes devem “dirigir sua petição ao presidente do Estado”. É certo que a lei seguinte (Lei nº 488, de 1907, regulamentada pelo Decreto nº 200/1907) parecia oferecer aos colonos maiores vantagens e facilidades, referindo-se não a simples concessões de terras mas à organização de um “serviço de colonização”, a ser promovido pelo Estado e por “empresas de viação férrea ou fluvial, companhias ou associações quaisquer e por particulares”. A lei prometia aos colonos apoio financeiro e material (hospedagem, transporte, gêneros alimentícios, ferramentas etc.); além disso, à diferença das leis anteriores, essa permitia expressamente a destinação dos lotes também à *extração vegetal*. Fazia porém uma expressiva restrição ao considerar como imigrantes os *estrangeiros* (p. 40).

No extremo sul do SMT, o problema da utilização das terras públicas e do assentamento de colonos vinculava-se diretamente às gigantescas concessões para extração da erva-mate, obtidas pela Cia. Matte-Larangeira; tais concessões abrangiam praticamente toda a citada zona, incluindo áreas não apenas de ervais mas também de campos (muito procuradas por numerosos migrantes brasileiros, principalmente gaúchos, que nessa época dirigiam-se para a região). A Cia. opunha-se ao assentamento desses colonos, sob o pretexto de que eles lhe fariam concorrência na elaboração da erva, e para tentar afastá-los utilizava-se de variados expedientes, desde o seu poder político até a violência pura e simples; tal conflito teve episódios sangrentos, com ásperas lutas armadas. Por fim, cabe mencionar que nessa época o SMT foi palco também de disputas fundiárias que se arrastaram por vários anos nos tribunais, envolvendo o poder público e pretendentes particulares (sobretudo os herdeiros e sucessores do Barão de Antonina).

### Perspectivas

Com relação à agricultura no SMT enunciam-se nessa época prognósticos bastante otimistas. LISBOA enaltece as qualidades agrícolas dos campos da Vacaria e destaca os aspectos topográficos desses terrenos (“terras planas ou ligeiramente onduladas, admiravelmente talhadas para o emprego do arado”), cujos campos dispensavam inclusive trabalhos de derrubada e destocamento; diz que nessa região, de clima “temperado, sem os rigores do frio do sul ou do calor tropical”, adaptar-se-iam igualmente as culturas tropicais e as de climas frios; avalia enfim que, tendo regular distribuição de chuvas ao longo do ano, bem como abundância de água tanto no subsolo como na rede hidrográfica, essa região estava “perfeitamente aparelhada para a cultura intensiva dos cereais, pelos processos da lavoura moderna” (p. 124-125). Previa-se assim, para a Vacaria, uma “transformação natural, dos campos de criação pouco valorizados em terras de cultura suscetíveis então de maior rendimento”, ou seja, “a mesma transformação que se deu nos pampas da Argentina” (id., p. 126).

Idênticas previsões seriam aliás formuladas alguns anos depois por outro autor, para quem, nas terras do planalto do SMT (“as que em todo o Estado mais se prestam à lavoura mecânica”), a lavoura iria “sobrepular, no futuro, a atividade pastoril” (BRANDÃO JÚNIOR, 1914, p. 422, 427). Também sobre o Pantanal os vaticínios eram otimistas: sendo seu solo “naturalmente irrigado” e requerendo “insignificante despesa de preparo”, “nenhuma outra região do Brasil” teria tanta capacidade de “produzir arroz a um custo reduzido”; a cultura do fumo parecia “susceptível de tomar grande incremento”, assim como o algodão, a maniçoba e a seringueira, que “parecem encontrar condições muito favoráveis em uma grande parte da baixada paraguaia” (LISBOA, p. 133-134).

Quanto à mineração os prognósticos eram menos animadores. As observações de LISBOA contradizem o entusiasmo de outras fontes: para ele, a

citada "reanimação" da mineração aurífera não havia ainda mostrado "resultados econômicos apreciáveis" (p. 84), sendo que as empresas de dragagem apresentavam em geral uma "capitalização excessiva" (p. 94), desproporcional à riqueza das jazidas <sup>3</sup>/<sub>4</sub> dados que, como ele reconhece, efetivamente traziam "decepções aos que reputam Mato Grosso um país de excepcionais riquezas minerais" (p. III); o próprio Lisboa diz ter efetuado "ensaios de lavagem na bateia" em toda a zona que percorreu na baixada paraguaia, com "resultados completamente negativos" (p. 84-85). Outra fonte da época confirma que a pequena produção aurífera de Mato Grosso não tinha sequer "figurado nas últimas estatísticas" (SENA e PIRES, 1907, p. 454). Quanto ao "distrito" diamantífero dos rios Coxim e Jauru, uma "recente prospecção por habilitado profissional" havia demonstrado que, além de serem as aluviões "muito pobres para serem exploradas", as condições desses rios não se adaptavam à dragagem; a citada *Coxim Gold Dredging Co.* havia aliás paralisado seus trabalhos em 1907 e entrara em liquidação (LISBOA, p. 90, 85).

Com relação ao manganês, as perspectivas imediatas eram igualmente sombrias. O mercado mundial desse metal atravessava uma crise, com severa baixa nas cotações do minério; LISBOA calcula o custo de exploração do minério de Urucum e conclui que, "nas atuais condições do mercado", não oferecia "perspectiva muito animadora" sua exploração industrial (p. 83). Já no que toca às jazidas de ferro, o mesmo autor visualiza a possibilidade de seu aproveitamento local: tendo a região "boas matas", capazes de fornecer carvão vegetal, podia cogitar-se de "uma pequena fábrica para a fabricação direta de parte do ferro consumido no Estado" (p. 84).

Com relação à pecuária e indústrias subsidiárias, previa-se uma divisão de tarefas entre a Vacaria e o Pantanal: a primeira, que ficaria com a criação intensiva e a indústria de laticínios, remeteria gado para ser engordado no Pantanal, onde se estabeleceria a "indústria de matança de gado" (LISBOA, p. 149-150). Outros prognósticos vinculavam-se às possibilidades que seriam abertas com a construção da NOB. Dizia-se de fato que, passando por Miranda, a ferrovia viria favorecer a charqueada ali estabelecida (id., p. 158); da mesma forma se fundamentava a previsão do abandono do zebu como regenerador do gado do SMT, pois sua "notável resistência para as longas marchas do sertão" iria perder importância com o advento da via férrea (id., p. 153).

### Problemas

As queixas registradas pelas fontes, generalizadas para a economia de todo o Estado, referiam-se a quatro aspectos: carência de mão-de-obra, carência de capitais, deficiência dos meios de transporte e falta de apoio do governo. Dizia-se por exemplo que, apesar dos fretes onerosos, o Estado poderia exportar produtos da cultura da cana, do fumo e do arroz "desde que dispusesse de braços" (CATALOGO, p. 96); informa-se também que a *Compagnie de l'Urucum* precisou contratar mineiros em Montevidéu "por falta de pessoal idôneo em Corumbá" (THIER, p. 131).

Também os problemas envolvendo as vias de transporte em Mato Grosso eram muitos e evidentes. Os caminhos terrestres nada mais eram que precárias vias carreiras, e a própria navegação fluvial, a despeito de sua importância, vivia nessa época grandes carências. O porto de Corumbá, o mais importante do Estado, não dispunha sequer de um cais: ainda em 1914 consignava-se como "indispensável e inadiável" a construção desse melhoramento (MACIEL, 1914, p. 330). Por outro lado, as linhas regulares de vapores brasileiros que serviam a Mato Grosso operaram sempre à base de subvenções do governo central, desde 1858 (BURLAMAQUI, 1918, p. 215-216); não apenas as linhas do *Lloyd* mas também a navegação interna no Estado de Mato Grosso era subvencionada pelo governo federal, como se verifica por diversos dispositivos legais (Lei nº 266, 24.12.1894, art. 6; Lei nº 360, 30.12.1895, art. 6; Lei nº 2.221, 30.12.1909, art. 18, n. 20). A despeito desse apoio oficial, registravam-se queixas contra a irregularidade da atuação do *Lloyd*; por outro lado nota-se que, ou as embarcações brasileiras eram insuficientes, ou suas tarifas não eram competitivas, de modo que as autoridades enfrentavam dificuldades em fazer cumprir a legislação federal sobre a navegação de cabotagem: em 1906, por exemplo, o Ministério da Fazenda precisou declarar à delegacia fiscal em Mato Grosso que não podia "continuar a ser feito por navios estrangeiros o serviço de comunicação e comércio entre os portos do mesmo Estado" (Decisão nº 122, 29.9.1906).

As queixas acerca da falta de apoio governamental provinham tanto da agricultura quanto da pecuária. Dizia-se que a agricultura "vai definhando no Estado, sem que dos poderes públicos lhe venha qualquer auxílio" (MARQUES, p. 275); sobre a pecuária, dizia-se que por "muitíssimos anos" os governos tinham demonstrado "uma falta completa de interesse pelo progresso econômico e a cultura racional desta importante indústria" (ALBUM, p. 290). Finalmente, apontava-se a falta de capitais: "não há casas bancárias, nem instituto algum de crédito destinado a facilitar recursos à lavoura", de modo que "se acaso o lavrador necessitar de algum capital, terá que recorrer à generosidade de algum comerciante ou de algum pequeno capitalista e sujeitar-se a juros imódicos" (MARQUES, p. 275); ainda em 1914, ao enumerar fatores limitantes do progresso de Corumbá, MACIEL lamentava também a ausência de um banco que auxiliasse as "indústrias nascentes" (p. 330).

### Algumas Características da Economia

Enclaves No SMT dessa época apenas três atividades produtivas tinham efetiva projeção, no contexto de uma economia de mercado: a pecuária bovina, a extração e o beneficiamento da erva-mate e a indústria do charque. Observando-se as duas últimas, nota-se que no SMT a indústria simplesmente fundava-se sobre matérias-primas locais, segundo a "regra geral" do país (MONTEIRO, 1909, p. 272); consistia num tipo de implantação industrial que <sup>3</sup>/<sub>4</sub> sendo simples decorrência de "uma específica dotação local de recursos

naturais ou de uma atividade agrícola ou pecuária de longa data implantada nessas regiões"  $\frac{3}{4}$  tinha pouco a ver com uma "dinâmica industrial própria", sendo ao contrário basicamente voltada para mercados externos (CANO, 1977, p. 113). De fato, as duas atividades industriais mais importantes do SMT na época instalaram-se na região para aproveitar a abundância das respectivas matérias-primas (aproveitando também, no caso da charqueada de capital uruguaio, as medidas governamentais que protegiam os charqueadores nacionais). Além disso, ambas visavam exclusivamente mercados externos (estrangeiros propriamente ditos, no caso da erva-mate, e de outros Estados brasileiros, no caso do charque). Assim, essas indústrias tendiam a assumir características de *enclave*: produção exportada, auto-suficiência em força motriz e meios de transporte, circuitos comerciais próprios e independentes etc. Essas características apresentam-se bem visíveis no caso da Cia. Matte-Larangeira  $\frac{3}{4}$  empresa que, além de deter um virtual monopólio, providenciava ela mesma tudo o que era necessário para seus trabalhos: dispunha de "mais de 500 carretas, 30 chatas, algumas lanchas a vapor, vários depósitos, muitos animais muares, boas estradas de rodagem, sólidas pontes, 18 mil bois mansos para carretas"; possuía também, como se viu, uma linha *Decauville* em demanda do Porto Murinho (aliás estabelecido por ela) e construía suas próprias carretas (ALBUM, p. 255-256); por fim, sua produção era exportada para a Argentina e o Uruguai. Um terceiro caso de *enclave* (a exploração do manganês) não chegou a verificar-se nessa época porque a empresa acabou desistindo do negócio; todavia, todas as características estavam já prefiguradas.

Força-de-trabalho Quanto à falta de mão-de-obra, os enclaves resolviam a seu modo o problema. A Cia. Matte lançava mão de trabalhadores paraguaios, contratados aos milhares e mantidos nos ervais por meios que incluíam a coerção física. Já as charqueadas pareciam utilizar trabalhadores bolivianos, que afluíam da fronteira próxima "em quantidade" e forneciam "uma boa quantidade de pessoal para as explorações agrícolas e pastoris da região e principalmente dos *saladeros*" (LISBOA, 1918, p. 72); bolivianos também eram, aliás, os operários não-qualificados da *Compagnie de l'Urucum* (LISBOA, 1909, p. 81). Os proprietários rurais, por sua vez, lançavam mão da força-de-trabalho dos indígenas, que "constituem por assim dizer o único braço disponível na região"  $\frac{3}{4}$  mantido aliás em servidão: "Na sua nova situação de civilizados eles [índios] sofrem o domínio brutal da nossa raça. O trabalhador rural aí, o que equivale dizer  $\frac{3}{4}$  o Tereno  $\frac{3}{4}$  vive sobre [*sic*] o jugo de uma dívida insolúvel, contraída ao iniciar a sua carreira e que aumenta-se sucessivamente, o que o põe à inteira discreção do patrão" (LISBOA, 1909, p. 164).

Vinculação ao Prata Era notável nessa época a vinculação da economia do SMT ao espaço econômico platino, o que se explica antes de mais nada pela facilidade das comunicações. O Prata exportava capitais e consumia produtos do SMT, e às vezes ia além: no caso da erva-mate, os trabalhos efetuados pela Cia. Matte no SMT correspondiam apenas a um primeiro beneficiamento da matéria-prima coletada, sendo as etapas mais complexas do preparo da erva

realizadas por estabelecimentos associados situados em Buenos Aires; nessa época, aliás, a empresa girava sob a razão social *Larangeira, Mendes e Cia.*, com sede na capital argentina (ALBUM, p. 254-255). Ocorria também a compra de terras, como no caso da empresa *Trust del Alto Paraguay*, fundada em Buenos Aires em 1906 com o fim especial de adquirir e explorar o latifúndio Fazenda Rodrigo, em Miranda. O caso dessa empresa, aliás, conduz a outro aspecto da questão: o entrelaçamento de capitais platinos e britânicos, que se refletia também no SMT; entre os acionistas daquele *Trust*, por exemplo, incluía-se uma certa *British & Argentine Corporation Ltd.* (cf. Decreto nº 7.780, de 30.12.1909). O mesmo verifica-se nas citadas empresas de dragagem, todas formadas em Buenos Aires com denominações em inglês e capitais da mesma origem. Convém todavia assinalar aqui um contra-exemplo, a saber, a "nenhuma influência dos distritos pastoris do Prata ou do Paraguai no desenvolvimento dos rebanhos do Estado"; informava-se ao contrário que "são os nossos rebanhos do sul do Estado uma das melhores fontes atuais de cruzamento para o gado do Paraguai" (LISBOA, 1909, p. 150-151).

Vinculação com o Sudeste do Brasil Particularmente no caso da pecuária, de fato, a economia do planalto do SMT tendia a orientar-se para leste. A antiga tradição do comércio com o Triângulo Mineiro mantinha-se pela ação dos *boiadeiros*, que se deslocavam pessoalmente até o SMT e cuja influência pode ser avaliada pelas palavras de um autor da época: "Perguntem aos criadores goianos ou mato-grossenses, por que dão preferência à raça indiana  $\frac{3}{4}$  e a resposta vem invariavelmente: 'Os boiadeiros só compram gado zebu'" (SILVA, p. 429). As vinculações com São Paulo intensificaram-se nessa época, como foi visto, pela ação convergente de pecuaristas do SMT e de empresários paulistas. No SMT, a *Cia. de Viação São Paulo-Mato Grosso* estabeleceu casas comerciais e converteu seu *Porto Alegre* (rio Anhanduí) num centro de compra de gado magro, onde as boiadas compradas pela Cia. eram reunidas para serem encaminhadas para seu centro de engorda e revenda, estabelecido no oeste paulista (ABREU, p. 209-211; WHITAKER, p. 458). Há que se destacar a importância desses interesses empresariais paulistas, que parecem ter levado até mesmo à mudança do ponto terminal da E. F. Sorocabana, transferido em 1910 do rio Paranapanema para o Porto Tibiriçá com a intenção explícita de atravessar o rio Paraná e penetrar no SMT; diz-se aliás que por trás de *Diederichsen & Tibiriçá* estava a poderosa firma *Theodor Wille & Cia.* (BACELLAR, 1909).

Domínio da esfera comercial Nas queixas de MARQUES (1908) há pouco citadas, sobre a carência de capitais, aparece uma característica que tem sido considerada central na economia mato-grossense da época: o papel das *casas comerciais*, com sua "generosidade" a "juros módicos". Estudiosos já observaram que nessa região os setores produtivos subordinavam-se então "à esfera da circulação e distribuição de mercadorias" (CORRÊA, 1980, p. 72). Situa-se mesmo o apogeu do domínio das casas comerciais em Mato Grosso na virada do século XIX para o XX, quando essas casas, monopolizando a

navegação (e portanto o comércio) e funcionando como verdadeiros bancos, colocaram os produtores regionais sob seu "controle irrestrito", ao qual subtraíam-se apenas as empresas ligadas ao "capital financeiro" (ALVES, 1984, *passim.*), ou seja, as que se caracterizavam como enclaves. A esse respeito, parece todavia necessário extrair maiores conseqüências do fato de boa parte dessas casas pertencer a estrangeiros ¾ fato aliás registrado por CORRÊA, que se refere ao "restrito grupo de estrangeiros que controlavam o grande comércio de Corumbá" (p. 99). De fato, parece lógico supor que os comerciantes estrangeiros em Mato Grosso nessa época ligavam-se aos mesmos esquemas indicados para um caso já estudado (o das casas comerciais francesas), a saber: extensa rede de informações, começando pelas autoridades consulares e passando por círculos governamentais europeus, municiando a montagem de casas comerciais que "de fato viabilizaram a expansão comercial francesa" (TAKEYA, 1992, p. 331-332).

Efeitos sobre o ambiente Embora no Brasil da época já fosse corrente o discurso contra a devastação das matas, as fontes que utilizamos não adotam esse discurso. Na verdade, MARQUES (1908) justifica mesmo, com argumentos econômicos, o largo uso das *queimadas* na agricultura do Estado (p. 260). Por seu lado, LISBOA (1909) constata alterações na composição botânica dos campos da Vacaria, mas ele as encara sob um ponto de vista positivo ¾ notando que, como efeito da secular ocupação desses campos pelo gado, havia ocorrido "o desaparecimento das gramíneas mais duras e ruins [...], o que permitiu a expansão das gramíneas tenras" (p. 116-117). Note-se contudo que o mesmo MARQUES, em obra posterior, deplora o "mau costume", por ele observado no SMT, "de se estabelecerem as habitações a montante das cabeceiras, prejudicando imensamente as vertentes, algumas das quais já estão quase extintas" (MARQUES, 1913, p. 403).

Devido à exigüidade do espaço, deixamos de referir-nos mais longamente ao *contrabando* e às *receitas públicas*. Registramos contudo que os tributos sobre a exportação representavam mais da metade das receitas estaduais orçadas para os anos iniciais do século; por outro lado, na arrecadação do imposto sobre transmissão de propriedade, nos anos finais da década, nota-se uma participação majoritária do SMT, cujos municípios, entre 1907 e 1910, responderam sempre por mais da metade do total arrecadado (ALBUM, p. 101-102, 100). Registre-se também a importância econômica do contrabando, que constituía prática largamente reconhecida nas fronteiras do SMT; em 1904, o próprio presidente do Estado afirmou que "o contrabando havido na exportação de gado e de seringa" era uma dentre as duas principais causas do déficit orçamentário do Estado (*apud* CORRÊA, p. 83).

Enfim, a título de conclusão pode-se dizer que no SMT, na época considerada, as atividades produtivas "viáveis", no sentido capitalista, estruturavam-se basicamente com vistas a mercados externos e vinculavam-se a distintos pólos econômicos, situados fora da região. A delimitação das áreas de influência desses pólos, e portanto a orientação dos fluxos de capitais,

relacionava-se com fatores entrecruzados, destacando-se as características naturais das distintas zonas da região (com suas conseqüentes "aptidões" produtivas e sua maior ou menor facilidade de comunicação com um ou outro pólo) e a localização dos mercados consumidores. As atividades produtivas ligadas ao mercado interno, por seu lado, debatiam-se com a estreiteza desse mercado, que não lhes permitia alçarem-se à condição mercantil. Nessas circunstâncias não é de estranhar-se o domínio exercido sobre a economia regional, pelos enclaves por um lado, e pela esfera comercial por outro. No contexto descrito, intui-se que o melhoramento das comunicações com áreas vizinhas não poderia ter, pelo menos num primeiro momento, senão o efeito de reforçar essas características.

### Fontes Citadas

- Abreu, D. S. Comunicações Entre O Sul De Mato Grosso E O Sudoeste De São Paulo : O Comércio De Gado. Revista De História, São Paulo, V. 53, N. 105, P. 191-214, Jan./Mar. 1976.
- Album Graphico Do Estado De Matto-Grosso. Org. S. C. Ayala E F. Simon. Corumbá, Hamburgo, 1914.
- Alves, G. L. Mato Grosso E A História: 1870-1929 (Ensaio Sobre A Transição Do Domínio Econômico Da Casa Comercial Para A Hegemonia Do Capital Financeiro). Bol. Paulista De Geogr., N. 61, P. 5-81, 2.Sem.1984.
- Bacellar, J. H. *Memória Justificativa Da Mudança Do Traçado [...] Para Levá-La Às Margens Do Rio Paraná [...] Em Vez De Terminar [...] Em Frente À Foz Do Rio Tibagi*. São Paulo, 1909. 6p. Dat.
- Barbosa, E. G. *Panoramas Do Sul De Mato Grosso*. Campo Grande : Correio Do Estado, 1963.
- Barreto, E. D. *Expedição A Matto-Grosso : A Revolução De 1906*. Rio De Janeiro : Laemmert, 1907.
- Bello, W., Silva, M. [1907a]. Exploração De Madeiras. In: O Brasil..., T. 1. 1907. P. 203-274.
- ¾¾¾¾¾¾¾¾¾¾ [1907b]. Plantas Ornamentais. In: O Brasil..., T. 1. 1907. P. 317-330.
- Bello, W. Extração De Borracha. In: O Brasil..., T. 1. 1907. P. 1-74.
- Brandão Júnior, J. B. O Planalto Do Amambahy. In: Album Graphico... P. 422-429.
- O Brasil : Suas Riquezas Naturaes, Suas Industrias. R. De Janeiro : Centro Industrial Do Brasil, 1907. T. 1 (Introd., Ind. Extrativa). Ed. Fac-Similar In: Séries Estatísticas Retrospectivas. Rj : lbge, 1986. V. 2, T. 1.
- O Brasil : Suas Riquezas Naturaes, Suas Industrias. R. De Janeiro : Centro Industrial Do Brasil, 1908. T. 2 (Ind. Agrícola). Ed. Fac-Similar In: Séries Estatísticas Retrospectivas. Rj : lbge, 1986. V. 2, T. 2.
- O Brasil : Suas Riquezas Naturaes, Suas Industrias. R. De Janeiro : Centro Industrial Do Brasil, 1909. T. 3 (Ind. De Transportes, Ind. Fabril). Ed. Fac-Similar In: Séries Estatísticas Retrospectivas. Rj : lbge, 1986. V. 2, T. 3.
- Burlamaqui, A. *A Marinha Mercante Brasileira*. Rio De Janeiro : Imprensa Nacional, 1918.

- Cano, W. Alguns Aspectos Da Concentração Industrial. In: Formação Econômica Do Brasil : A Experiência Da Industrialização. Org. F. R. Versiani E J. R. Mendonça De Barros. São Paulo : Saraiva, 1977. P. 63-120.
- Castro, J. A. Aquidauana [Julho De 1913]. In: Album Graphico... P. 405-409.
- Catalogo Dos Productos Enviados Pelo Estado De Matto-Grosso Para A Exposição Nacional [De] 1908. Cuiabá : Estabelecimento Avelino De Siqueira, 1908. 140 P.
- Cavalcante, M. P. Cereais E Legumes. In: O Brasil..., T. 2. 1908. P. 277-319.
- Corrêa, L. S. Corumbá: Um Núcleo Comercial Na Fronteira De Mato Grosso, 1870-1920. São Paulo, 1980. 152p. Dissertação (Mestrado Em História) ¼ Ffch/Usp.
- Lisboa, M. A. R. [1909]. Sul De Mato-Grosso, Oeste De S. Paulo : Geologia, Industria Mineral, Clima, Vegetação, Solo Agrícola, Industria Pastoral. Rj : E. F. Noroeste Do Brasil, 1909. 172p.
- ¼¼¼¼¼¼ [1918]. Relatório Preliminar Sobre As Jazidas De Minérios De Manganês E Ferro De Urucum. R. De Janeiro : Min. Da Agricultura. Dep. Nac. Da Prod. Mineral, 1944. 81p. II.
- Machado, E. Ó. Campo Grande. In: Album Graphico... P. 410-412.
- Maciel, S. A. O Município De Corumbá. In: Album Graphico... P. 325-330.
- Marques, J. A. C. [1908]. Agricultura [Agosto De 1908]. In: Album Graphico... P. 260-275.
- ¼¼¼¼¼¼ [1913]. O Sul Do Estado [Extrato Da Mensagem Enviada À Assembléia Legislativa Em Maio De 1913]. In: Album Graphico... P. 394-403.
- Mendonça, E. Quadro Chorographico De Matto-Grosso. Cuiabá : Esc. Prof. Salesianas, 1906.
- Mesa De Rendas Em Bella Vista. A Reacção, Assunção [Paraguai], Ano 1, N. 13, P. 3-4, 30 Out. 1902.
- Monteiro, T. Industria Fabril. In: O Brasil..., T. 3. 1909. P. 255-273.
- Rego, F. H. M. Navegação De Cabotagem E Fluvial. In: O Brasil..., T. 3. 1909. P. 87-138.
- Sena, J. C. C., Pires, A. O. S. Reino Mineral. In: O Brasil..., T. 1. 1907. P. 429-519.
- SILVA, H. Industria Pastoral. In: O Brasil..., T. 2. 1908. P. 403-465.
- SIMON, F. Madeiras. In: Album Graphico... P. 257-258.
- TAKEYA, D. M. Europa, França E Ceará : A Expansão Comercial Francesa No Brasil E As Casas Comerciais. São Paulo, 1992. 380p. Tese (Doutorado Em História Econômica) ¼ Ffch/Usp.
- THIER, Pierre M. [informações sobre a compagnie de l'urucum]. in: catalogo... p. 130-132.
- WHITAKER, F. Recordações. [2.Ed. Rev. 1934]. In: Abreu, D. S. O Desbravamento Da Alta Sorocabana Por Um Bandeirante Moderno. Revista De História, N. 62, P. 447-462, Abr./Jun. 1965.
- A Legislação Citada Encontra-Se Na Coleção Das Leis Do Brasil, Publicada Pela Imprensa Nacional.

## 7 CAPITAL E MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA

### CAPITAL AGRÁRIO E INVESTIMENTO NA CAFEICULTURA DA ZONA DA MATA MINEIRA - 1870/1929

*Anderson Pires\**

Nossa principal intenção ao dimensionarmos a categoria "capital agrário" como o núcleo fundamental de nossas preocupações foi a de verificar o comportamento desta forma específica do capital cafeeiro, identificada com a economia agroexportadora da Zona da Mata de Minas Gerais, no correr do processo de modernização capitalista que ocorreu nesta região, como de resto em todo o país, entre o final do século XIX e o início do século XX. Mais especificamente, procuramos entender e esclarecer, no interior dos parâmetros da economia regional e através da noção de "inversão econômica", as eventuais articulações que se estabeleceram entre aquela parcela do excedente gerado e retido no núcleo produtivo da economia agroexportadora e o processo de diversificação econômica de natureza urbano-industrial, concretizado pela eleição de um núcleo urbano de referência (Juiz de Fora, no caso da Zona da Mata mineira) em cujas atividades e setores podem, em grande parte, ser identificados os principais vetores da expansão capitalista que então se verificava.

No entanto, na medida em que íamos delimitando este objeto verificávamos que sua mera definição se colocava frontalmente contrária às principais interpretações que predominam na historiografia relativa ao tema e à região. De uma maneira geral, esta historiografia tem procurado ressaltar determinados aspectos que teriam marcado tanto a organização estrutural quanto as condições de dinâmica da economia cafeeira da Mata mineira frente aos principais núcleos de produção agroexportadores do país. Dada a correlação entre a temática desenvolvida neste trabalho é as interpretações aqui em referência, convém que nos detenhamos, mesmo que momentaneamente, na sua caracterização.

No que se refere à sua organização estrutural, a economia agroexportadora que se desenvolveu na Zona da Mata de Minas Gerais teria se fundamentado em um regime de propriedade fundiária marcado pelo predomínio de pequenas e médias propriedades, o que teria limitado a capacidade de retenção do excedente na órbita produtiva da economia -em seu espaço "microeconômico"- e determinado a pequena envergadura como característica básica do capital agrário local. Além disso, esta mesma economia teria eleito o núcleo comercial-financeiro localizado no Rio de Janeiro como o principal canal de exportação

\* Professor de História Econômica da Universidade Federal de Juiz de Fora

dos fluxos de produção da região, o que, dadas as funções desempenhadas pelo capital comercial e sua posição privilegiada na distribuição do excedente no interior de uma economia ainda fundamentalmente pré-capitalista, teria correspondido a um importante mecanismo de evasão dos recursos gerados na Zona da Mata para aquele centro, tornando novamente problemática a retenção do excedente, desta feita a nível "macroeconômico", ou seja, tomando-se como referência o conjunto do espaço regional e da estrutura econômica que nele se definiu.

Já no que se refere às condições de dinâmica econômica, aqui considerada pelo comportamento e o potencial da produção, a economia agroexportadora regional teria entrado em um processo de crise irreversível, provocada pelo esgotamento dos solos, já a partir da abolição da escravidão ou, no mais tardar, a partir da crise dos preços do café do início do século XX, restringindo o processo de acumulação do capital cafeeiro e, dado o potencial de diversificação econômica nele implícito, limitando a dinâmica econômica do sistema regional em sua totalidade na maior parte do período aqui considerado.

Desta forma, e este ponto de vista tem se tornado quase um consenso no seio da historiografia aqui em referência, o capital agrário, refletindo as condições gerais da estrutura econômica que o determinava, teria desempenhado apenas "funções agrárias", não sendo capaz, durante seu processo de inversão e valorização, de ultrapassar os limites definidos pela esfera produtiva que o originou e atingir e dinamizar outros setores da economia. Mais do que isso, no caso de uma economia fundamentada no setor exportador, esta situação teria representado a imposição de limites bastante visíveis para a ocorrência do processo de modernização capitalista na região.

A análise que apresentamos no trabalho é significativamente diferenciada das interpretações aqui em referência. Elegendo o município de Juiz de Fora como objeto básico de investigação, tentamos demonstrar que a economia agroexportadora que se desenvolveu no município e na região reuniu condições, determinadas tanto por sua evolução estrutural quanto sua dinâmica econômica interna, que propiciaram o surgimento e a expansão de uma série de atividades por sua própria natureza associadas ao universo urbano da economia e cujo desenvolvimento se vinculou estreitamente ao seu núcleo produtivo cafeeiro, seja pela ampliação das condições de reprodução da própria economia agroexportadora, seja pelo espaço e oportunidades que representaram ao movimento de inversão do capital identificado com o referido núcleo agroexportador. Para alcançarmos estes objetivos, e diante as principais colocações da vertente historiográfica caracterizada acima, a análise se constituiu em três momentos fundamentais, que podem ser identificados com a própria estrutura do trabalho.

Um primeiro momento fez referência à questão geral da formação e principalmente da retenção do excedente econômico não só no espaço definido pela esfera produtiva como naquele identificado com o próprio sistema econômico regional. O principal objetivo neste momento era o de delimitar e

entender o "significado" do capital agrário local, o que remontou a análise a uma caracterização dos aspectos básicos da estrutura produtiva da atividade agroexportadora regional: o sistema agrário cafeeiro e a estrutura da propriedade fundiária que o fundamentou. A caracterização do sistema agrário se fez necessária para a percepção de categorias elementares para a compreensão e entendimento não só da evolução e comportamento geral da produção, mas também do próprio "ciclo cafeeiro" que caracterizou a economia agroexportadora do município e de toda a região da Zona da Mata. Já a caracterização da estrutura fundiária nos colocou diretamente diante das possibilidades de retenção e acumulação de excedente na órbita produtiva. A distribuição da propriedade fundiária ao se apresentar de forma concentrada, ou seja com nítido predomínio de grandes propriedades, criou, de forma análoga a outros núcleos de produção agroexportadores, os pressupostos básicos para a retenção de capital no espaço definido pela esfera produtiva.

Quanto as transferências regionais de excedente, decorrentes da intermediação financeira realizada por agentes localizados no Rio de Janeiro, o surgimento de um segmento financeiro local, concretizado pela fundação do Banco de Crédito Real em Juiz de Fora em 1889, vai abrir pelo menos parcialmente a possibilidade de retenção de uma parte dos recursos gerados no núcleo produtivo da economia no interior do próprio espaço da região. Rompendo com formas pré-capitalistas de financiamento e correspondendo à organização de um espaço de catalização dos recursos gerados no seio da economia, o setor financeiro local acaba por obstruir um importante canal de evasão de excedente da estrutura econômica regional. A partir dele, estrutura-se na economia agroexportadora da Mata mineira uma "circuito", inexistente na situação anterior, onde oferta e demanda de recursos monetários começam a se efetivar no mesmo espaço econômico.

Em um segundo momento, a referência principal se deslocou para a verificação da capacidade de geração de excedente a partir do núcleo produtivo do setor agroexportador regional. O principal objetivo neste momento foi o entendimento do potencial de dinamização econômica originado no setor cafeeiro, o que remontou a análise não só ao comportamento da produção cafeeira como também ao processo de acumulação do capital a ela associado. Tomamos como ponto de partida o comportamento da produção do estado de Minas Gerais mantendo como preocupação principal, por um lado, uma delimitação do impacto provocado pela abolição da escravidão e pela crise dos preços do café do início do século XX e, por outro, uma comparação da evolução da produção mineira frente aos principais núcleos de produção cafeeira do país -Rio de Janeiro e São Paulo, principalmente. Pudemos verificar que as tendências da produção cafeeira do estado de Minas Gerais se distinguem nitidamente daquelas que predominaram no Rio de Janeiro e que o impacto provocado pela abolição da escravidão e, posteriormente, pela crise dos preços do café que caracteriza o período 1896/1910, apesar de severo, foi apenas de natureza conjuntural, o que pode ser comprovado pela

recuperação da produção já na década de 1910, estimulada pela elevação dos preços e sustentada pela existência de condições de reprodução ampliada no interior das unidades, como veremos a seguir.

Por outro lado, a análise da distribuição regional da produção no interior do estado de Minas Gerais demonstrou que a Zona da Mata vai se constituir como a principal região produtora do estado, mantendo ela mesma uma produção ascendente no correr de todo o período da pesquisa. A verificação do processo de expansão da cultura cafeeira na região permitiu a distinção de duas áreas relativamente diferenciadas no que diz respeito às condições gerais em que se efetivava a produção agroexportadora da Zona da Mata: uma primeira, localizada mais ao sul da região, de ocupação mais antiga, sustentou a produção da Zona da Mata e seu primado no contexto do estado até o final do século XIX e início do século XX, quando há um deslocamento do eixo fundamental da produção para uma segunda área, localizada mais ao norte, de ocupação mais recente e que possibilitou o comportamento ascendente da produção da região até o final do período considerado.

O fato do processo de incorporação produtiva da área de ocupação mais recente ter correspondido ao fechamento da fronteira na Zona da Mata obviamente vai denunciar a existência de limites para a ocorrência dos processos de reprodução e dinâmica na economia agroexportadora regional. Contudo, a análise das condições da produção de um município como o de Juiz de Fora -um dos mais representativos da área de ocupação mais antiga- vai demonstrar que, mesmo para aquela área potencialmente mais adversa à produção cafeeira, vão existir condições de reprodução ampliada até a década de 1920. É apenas neste período que se configura um processo de crise definitiva da produção agroexportadora na região, de acordo com a lógica do sistema de uso extensivo do solo: um esgotamento, no interior das unidades produtivas, das matas virgens e um prodomínio absoluto dos pastos, inviabilizando a continuidade da produção na região.

Sendo assim, as condições da produção da economia agroexportadora local e regional vão permitir a efetivação do processo de acumulação de capital gerado na atividade cafeeira -com todo o potencial de diversificação econômica que implicou- até praticamente o final do período da análise, garantindo os pressupostos fundamentais da dinâmica econômica do sistema considerado como um todo.

Por fim, num terceiro momento, a análise se voltou para o entendimento do comportamento dos investimentos do capital agrário no período em que se estendeu a pesquisa. Atingindo propriamente a temática do trabalho, nossa principal preocupação neste momento foi a de evidenciar as articulações entre a estrutura agroexportadora e o movimento de diversificação urbano-industrial que caracterizou a evolução da estrutura sócio-econômica do município de Juiz de Fora. Como já foi observado, procuramos estabelecer tais articulações tanto a nível do movimento de reprodução da estrutura agroexportadora quanto do processo de acumulação do capital vinculado à dinâmica econômica desta

estrutura. No primeiro caso, destacamos principalmente os vínculos que se estabeleceram entre os processos específicos de industrialização -parte integrante do movimento de diversificação acima referido- e o de reprodução da força de trabalho radicada principalmente no núcleo produtivo cafeeiro, vínculos estes que só podem ser completamente entendidos se levarmos conta a reorganização das formas de trabalho no período pós-abolicionista e a redinamização da demanda interna que implicou.

Já no que diz respeito ao processo de acumulação de capital, tomamos como referência inicial o comportamento tendencial das inversões do capital agrário local e pudemos verificar que as condições de lucratividade do setor agroexportador se colocaram como um dos determinantes fundamentais para os investimentos deste capital no universo externo ao das unidades produtivas e do setor econômico que representavam: os dados por nós analisados permitiram que estabelecêssemos uma correlação visível entre as variações do preço do café e aquelas que marcaram o comportamento dos investimentos do capital agrário.

Por outro lado, verificamos as articulações do capital agrário local com o processo de modernização capitalista e de diversificação urbano-industrial através da análise das formas específicas que assumiram as inversões deste capital. A partir do final do século XIX há um predomínio evidente dos ativos diretamente relacionados a este movimento -as "ações e títulos da dívida pública"- que além de poder ser considerado uma evidência de que o capital agrário local acompanhou as tendências da expansão capitalista vinha ocorrendo, também demonstra que aquele mesmo capital gerado e retido no núcleo produtivo da economia ultrapassou, como decorrência de movimento de acumulação, os limites definidos pela produção agroexportadora, atingindo e dinamizando os setores urbanos desta mesma economia. A presença das ações é, neste sentido, particularmente significativa já que em sua grande maioria se refere a empresas localizadas no município e abrangendo um espectro relativamente diferenciado de setores indo desde a infraestrutura até a indústria propriamente dita, passando pelo setor financeiro e bancário.

Os elementos reunidos no referido trabalho demonstram, ao contrário de determinadas interpretações da historiografia local mais recente, que a economia agroexportadora que se organizou em Juiz de Fora e na Zona da Mata de Minas Gerais reuniu condições que permitiram a retenção de pelo menos uma parte do excedente produzido nos limites definidos pela órbita produtiva. Além disso, as condições da produção dessa economia possibilitaram a realização do processo de acumulação do capital identificado com seu núcleo produtivo mais importante até o final do período da análise, garantindo os pressupostos fundamentais da dinâmica econômica do sistema que constituía a base. De qualquer forma, evidencia-se nas relações inter-setoriais que se estabeleceram no interior do sistema econômico regional uma natureza de reciprocidade e complementariedade que torna impensável a presença do setor urbano-industrial destituído do universo agroexportador de onde se originou.

Além disso, pensamos ter reunido no trabalho elementos suficientes para avançarmos na idéia de que a estrutura sócio-econômica que se desenvolveu no espaço regional da Zona da Mata mineira pode, em grande parte, ser considerada como um núcleo agroexportador dotado de identidade própria e uma relativa autonomia frente àqueles mesmos núcleos localizados no Rio de Janeiro e São Paulo. Inserida em uma unidade político-administrativa diferenciada, o próprio estado de Minas Gerais, marcado por uma profunda diversidade regional interna, a ponto de suas várias regiões terem se desenvolvido numa "linha diferenciada de tempo", onde a Mata mineira ocupava apenas 5% do território, as elites agrárias identificadas com a exportação raramente assumiram a hegemonia do poder do estado, o que é fundamental se tivermos em mente o poder de instrumentalização de política econômica das unidades federativas no período. Assim, a economia regional se subordinou a comportamentos bastante diferenciados de política econômica (imigração, fornecimento de crédito à lavoura, política fiscal sobre as exportações, investimentos em setores estratégicos de infraestrutura etc.)

Por outro lado, no núcleo agroexportador regional se constituiu uma situação, bastante semelhante a de seus pares, onde o desenvolvimento da atividade agrária de exportação gerou oportunidades de investimento satisfeitas por recursos originados na própria economia local. Aqui, novamente, temos a presença de um "circuito" onde demanda e resposta a investimentos vão se efetivar no espaço econômico regional. Como resultado, temos o surgimento de uma estrutura sócio-econômica que assumiu uma grande complexidade, concretizada pelo desenvolvimento de um leque significativamente diferenciado de setores econômicos (transportes, indústrias várias, comércio atacadista, agricultura de subsistência, bancos etc.) cujo interrelacionamento constituiu a base de um mercado regional relativamente delimitado e que foi suficiente para reter os recursos gerados por sua atividade mais importante em seu próprio espaço interno. O surgimento e expansão de um polo urbano no interior do próprio espaço da região, a um só tempo beneficiário dos recursos gerados pela produção agroexportadora local e responsável pela diversidade setorial acima referida, é, neste sentido, ilustrativa.

De qualquer forma, o verdadeiro universo de pesquisa que constitui o processo de modernização capitalista em Minas Gerais, ou mais especificamente de suas regiões cafeeiras, dentro dos vários aspectos em que este processo pode ser estudado -imigração, comportamento empresarial, investimento econômico, transformação das relações de trabalho, industrialização, história empresarial etc.- pode e deve ter seu ponto de partida alterado. Contudo, obviamente, tais afirmações, em sua generalidade, devem ser vistas exclusivamente como ponto de partida para futuras pesquisas e análises que tenham efetivamente como compromisso o aprofundamento do conhecimento sobre a evolução sócio econômica da região da mata mineira e do próprio estado de Minas Gerais.

## AGRICULTURA E PROGRESSO TÉCNICO: O USO DA INFORMÁTICA NA GESTÃO E NA PRODUÇÃO

José Carlos Tartaglia\*

A expansão do chamado complexo eletrônico e a utilização generalizada da microeletrônica e informática sugerem uma investigação para se saber como a agricultura paulista tem investido nessa área. A literatura mais avançada sobre o tema ressalta o papel da microeletrônica e informática numa possível transformação do processo produtivo agrícola tornando-o semelhante ao processo produtivo industrial. Procuramos verificar se os organizadores da produção de citros estavam investindo em informática com esse objetivo. Para isso selecionamos grandes empresas produtoras de laranja na região de Araraquara e realizamos entrevistas com diretores ou gerentes das mesmas. O resultado parcial desse trabalho mostra que a informática está sendo introduzida na agricultura mais como instrumento de gestão e planejamento do que como um elemento transformador do processo produtivo no sentido de tornar a agricultura uma indústria.

Antes de entrar no conteúdo e na discussão das entrevistas, é preciso esclarecer que ao longo dos anos 90, no cenário mundial, podem ser detectadas algumas tendências para o setor industrial, mas que afetam também a produção agropecuária. Essas tendências segundo Coutinho, L. (1992) são: "o peso crescente do complexo eletrônico; um novo paradigma de produção industrial - automação integrada flexível; revolução nos processos de trabalho; transformação das estruturas e estratégias empresariais; as novas bases da competitividade; a "globalização" como aprofundamento da internacionalização; e as "alianças tecnológicas" como forma de competição."

Entretanto, a discussão dos efeitos da microeletrônica nos processos produtivos e desenvolvimento agrícola não pode ser feita nos mesmos padrões utilizados para o setor industrial. Isso porque a agricultura apresenta algumas características particulares (ou barreiras) que afetam seus processos de produção, investimentos, decisão, organização e modernização, que podem ser assim explicitados:

- o uso, a propriedade e monopolização da terra, que é o elemento essencial e ainda não reprodutível (em larga escala) para a produção agropecuária;
- as condições naturais (sol, chuva, etc.), o tempo natural de produção e reprodução das plantas e animais;
- a diferença entre o tempo de trabalho e o tempo de produção no processo agrícola (nesses dois últimos itens, embora a ciência tenha feito progressos notáveis e apontado as tendências de mudança, a agricultura ainda depende das condições naturais para produção em larga escala);
- as formas de renda fundiária.

\* Depto Economia - UNESP/Araraquara

A partir dessas considerações de ordem geral devemos destacar duas teses principais sobre o comportamento futuro do desenvolvimento agrícola. A primeira tese, de Goodman, Sorj e Wilkinson, diz que

*“a chave para compreender o caráter único da agricultura, (...) não está nem em sua estrutura social nem na dotação dos fatores. Ao contrário, a agricultura confronta o capitalismo com um processo de produção natural. Diferentemente dos setores da atividade artesanal, a agricultura não poderia ser diretamente transformada num ramo da produção industrial. Não havia alternativa industrial à transformação biológica da energia solar em alimento. A industrialização da agricultura, portanto, tomou um caminho decididamente diferente.*

*Este caminho foi determinado pelas limitações estruturais do processo de produção agrícola, representadas pela natureza enquanto conversão biológica de energia, enquanto tempo biológico no crescimento das plantas e na gestação animal, e enquanto espaço nas atividades rurais baseadas na terra.”*

*Existe uma “incapacidade histórica do capital industrial em transformar o sistema agroalimentício, da produção agrícola até o consumo final do alimento, como um todo unificado. Frações individuais do capital, portanto, intervieram em diferentes pontos do sistema, dando surgimento a estratégias de acumulação e de crescimento específicas e, às vezes, em mútua competição. Embora haja áreas sobrepostas, (...) os capitais apropriacionistas estão associados principalmente com o processo de produção rural e com a transformação primária das safras, enquanto os capitais substitucionistas estão envolvidos nas etapas posteriores da fabricação de alimentos.*

*A agricultura tem-se constituído no principal obstáculo à imposição de um processo de produção capitalista unificado no sistema agroalimentício e, conseqüentemente, à capacidade de revolucionar os meios de produção. As principais limitações são representadas pela natureza orgânica, pela terra e pelo espaço, e estes fatores determinaram o padrão e a trajetória da apropriação.”(Goodman e alii, 1990;1,5)*

Em contraposição às idéias acima sintetizadas a segunda tese, de Graziano da Silva, diz que “a apropriação capitalista do processo de produção e de trabalho na agricultura, apesar de este ser “discreto e descontínuo” - lento, foi o adjetivo preferido dos autores marxistas clássicos - , está gradativamente superando as “limitações estruturais” representadas pela natureza ( conversão biológica de energia, tempo de crescimento e de gestação) e pelo espaço físico (representado pela terra como meio de produção fundamental). Mais do que isso: “ está conduzindo a agropecuária a um processo de industrialização”, como reconhecem os próprios autores citados (acima). Quando muito pode-se dizer que é mais lento que em outros ramos de atividades ...

Segundo, ressalta que

*“essa reestruturação não chega a constituir-se numa transformação unificada” tem uma resposta já consagrada na literatura clássica: a agricultura encontra ainda na etapa da manufatura, na qual essa transformação é mesmo parcial. (...) Mais importante: os autores (Goodman e alii, 1990) não consideram a hipótese de, dada as amplas possibilidades abertas pelas aplicações das “novas tecnologias” - em especial a engenharia genética, a informática e a robótica - não ser mais necessária essa “passagem prévia” pela etapa manufatureira; e muito menos ser necessário caminhar para a “grande indústria” nos moldes da segunda revolução industrial. Hoje podemos pensar num “salto de etapas”, da base natural à produção flexível, pôr exemplo. Seria absurdo por acaso considerar uma agricultura pós-industrial à base de um exército de robôs controlados por computadores em paralelo, com plantas e animais fotossensíveis à luz elétrica? Ao contrário do que possa parecer, isso hoje não é mais apenas um sonho”. (Graziano da Silva, 1992, 165, 166)*

Evidentemente não temos condições de discutir as duas teses, o que exigiria conhecimento aprofundado dos processos agrícolas mais avançados dos países capitalistas e que não é nosso propósito nesse texto. Utilizaremos as duas teses como balizamento da discussão que pretendemos realizar sobre o processo de investimento em informática na citricultura. Primeiramente, queremos deixar claro o sentido do uso do conceito de progresso técnico que utilizaremos ao abordar a questão da informática e seu uso na agricultura.

O progresso técnico, visto como “progresso das técnicas capitalistas de produção no processo de valorização do capital”, (Graziano da Silva, 1981, 24) tem sido aplicado de modo diferente na agricultura, quando comparado à indústria e outros setores, exatamente por conta, e principalmente, das barreiras

acima apontadas. Entretanto, "o sentido do progresso técnico na agricultura tem sido justamente o de superar as limitações que o capital encontra para o seu desenvolvimento de modo que as únicas barreiras que lhe restem sejam aquelas colocadas pela própria produção capitalista." (Graziano da Silva, 1981, 28). Assim as inovações capitalistas na agricultura que impulsionaram a produção agropecuária podem ser classificadas de:

- inovações mecânicas, que afetam de modo particular a intensidade e o ritmo da jornada de trabalho; (além das inovações já disseminadas, atualmente na área de inovações mecânicas a aplicação da robótica na agricultura se encontra em fase de estudos ou avaliações (devido em grande parte às limitações das tecnologias disponíveis) e dentre as aplicações existem protótipos para colheitas de frutas, tosquia de ovelhas, ordenha e veículos auto-guiados, tratores por exemplo, conforme Arraes, 1993, cap.5); as inovações físico-químicas que modificam as condições naturais do solo, elevando a produtividade do trabalho aplicado a esse meio de produção básico (a irrigação é amplamente utilizada em vários países); as inovações biológicas, que afetam principalmente a velocidade de rotação do capital adiantado no processo produtivo, através da redução do período de produção, e da potenciação dos efeitos das inovações mecânicas e físico-químicas (as variedades, precocidade, tamanho e cor da laranja, as variedades cana de açúcar, trigo, soja, tomate, a hidroponia, etc. seriam exemplos).

O amplo desenvolvimento, difusão e utilização dessas inovações, embora tenha colocado a agropecuária como um setor da indústria não rompeu, definitivamente, as barreiras acima apontadas. A produção agrícola criou um sistema de mão dupla com a produção industrial tanto a montante como a jusante, ou seja, embora dependa da produção industrial nas duas pontas para produzir e realizar seu produto ela passa a ser importante demanda efetiva que estimula e fortalece as atividades industriais. (Por exemplo a produção de citros e cana-de-açúcar são fundamentais para a existência de determinados grupos de empresas industriais de insumos agrícolas.) As estratégias empresariais e a gestão das empresas agrícolas se alteraram. Formaram-se as cadeias agro-industriais. Reduziu-se a incerteza. Mas os processos de produção industrial, o uso da microeletrônica, da informática e da robótica ainda encontram barreiras para sua ampla utilização na agricultura. Aqui é preciso acrescentar que, muito provavelmente, junto com as barreiras naturais, e tecnológica, a forma de organização fundiária e o tipo de administração (familiar ou empresarial) dos estabelecimentos agrícolas são elementos que afetam também a transformação do processo de produção agrícola através do uso da microeletrônica.

Como estamos tentando deixar claro, o processo chamado de industrialização da agricultura não permite dizer que o processo de produção agrícola é igual ou semelhante ao processo de produção industrial. O progresso técnico, sem embargo, alterou profundamente a produtividade do trabalho e da terra, mas não removeu, ainda, as barreiras para que a produção agrícola

possa ser comparada às diferentes formas de produção industrial. Muito embora todas as mudanças na tecnologia, nos processos e nas relações de trabalho, as plantas e os animais, bem como os solos de que tanto estes como aquelas ainda dependem, continuam sendo os principais meios de produção do setor agropecuário. Este apresenta a tendência de transformar-se numa indústria por meio do progresso técnico, mas com a tecnologia disponível ele dificilmente se transformará num ramo industrial como os demais.

Na agricultura quando se prepara a terra e semeia-se arroz, ou qualquer outro cereal, o produto final será uma determinada qualidade de arroz, ou de outra mercadoria. Além do que há que se dar o tempo necessário para a germinação, crescimento e maturação, ou seja as transformações biológicas das plantas. Não há, mesmo com a introdução de máquinas e acessórios, equipados com componentes microeletrônicos, formas de alterar esse processo. Não há a possibilidade de flexibilizar a produção de acordo com a demanda do mercado ou necessidades de alterações técnicas, uma vez iniciado o processo de produção não há como alterá-lo, a não ser destruindo-o e recomeçando outro. Mesmo na produção de aves ou verduras e legumes por processos de hidroponia, já bastante industrializados, a flexibilização ainda é impossível, ou seja, não se pode transformar frango em peru, ou alface em couve.

(Entendemos a flexibilização como a "capacidade do sistema produtivo de produzir, num prazo bastante reduzido de tempo, um grupo de produtos. O grau de flexibilidade será determinado pelo número e diversidade dos produtos que compõem esse grupo." (Moraes Neto, B.R. 1995, pg8)

Poderíamos projetar o futuro, nesse caso, em que a hidroponia, ao eliminar a terra e o sol como elementos fundamentais do processo produtivo, flexibilizaria a produção de legumes e verduras, pois permitiria, a qualquer momento, iniciar a produção de diferentes tipos de produtos demandados pelo mercado. Mas restará a questão do tempo de produção, do qual a genética deve encarregar-se de encurtar. Feito isso poderíamos até comparar esse tipo de processo de produção ao processo de fluxo contínuo. Este é definido como:

*"(um) tipo de indústria que se baseia num complexo integrado de autômatas industriais. O que é importante ressaltar, nessa caracterização, é o aspecto integrado. Quer dizer que não se trata de autômatas colocados isoladamente. Trata-se de uma cadeia integrada de autômatas e isso implica em que o processo de produção desse produto não passa pela manipulação exterior, ele é feito dentro dessa cadeia de autômatas. A manipulação humana é restrita, limita-se ao momento da carga do sistema, do começo da operação, e, depois, no momento da descarga, da manipulação final. Mas, durante o processo de produção, não existe interferência*

*manual. Podemos dar uma caracterização ainda mais precisa desse tipo de processo de trabalho, dizendo que, no fundo, ele repousa na realização, a nível industrial, de um conjunto de reações físico-químicas. Essa caracterização é que permite definir esse tipo de indústria como indústria de propriedade em comparação às indústrias ditas de forma.” (Coriat, B. apud Moraes Neto, B.R. 1995, pg 8)*

Dentro dessa definição e do estágio de progresso técnico em que se encontra a produção de aves e verduras poderíamos pensar que em breve com pequenas adaptações na definição acima a agropecuária, pelo menos nesses sub-ramos, estaria industrializada e automatizada.

Mas é importante esclarecer que mesmo no interior da produção industrial a introdução do uso da microeletrônica não produziu efeitos equivalentes, ou seja, a indústria de fluxo contínuo, a indústria de montagem, a metal mecânica, absorveram e evoluíram de forma diferenciada com a microeletrônica. Nas palavras de Coriat, B. citado por Moraes Neto, B.R.(1995, pg 9)

*“A automação industrial manifesta-se de formas diferenciadas a partir da natureza dos processos e produtos.” [E complementa Moraes Neto, B. R.(1995, pg 15)] “importante é ter em conta que o movimento não foi no sentido de que mudanças nas indústrias de propriedade (fluxo contínuo) e nas indústrias de forma teriam feito com que ambas se aproximassem. Na realidade, foi o revolucionamento da indústria de forma que levou-a a se aproximar da indústria de fluxo contínuo. Essa aproximação não tem a ver com flexibilidade, coisa estranha à indústria de fluxo contínuo, mas sim com a disseminação para toda a atividade industrial daquelas características fundamentais, já de há muito assentadas para a indústria de fluxo contínuo, quais sejam: integração, interdependência e continuidade dos processos produtivo”,*

ou seja no futuro próximo todas as indústrias terão as características da indústria de fluxo contínuo.

Com base nas afirmações acima poderíamos nos perguntar com qual tipo de produção industrial e , portanto, com qual processo de produção, trabalho e organização, a produção agrícola se assemelhará ao absorver as inovações tecnológicas desenvolvidas pela microeletrônica e informática, será uma indústria de forma ou de fluxo contínuo?

A produção agrícola pode ser dividida, do ponto de vistas da organização da produção e do processo de trabalho, em dois grandes blocos: culturas

temporárias e culturas permanentes. Dentro desses dois blocos cada cultura apresenta características particulares que não vamos considerar na discussão. Dentro dessa divisão geral, a produção de grãos está mais avançada do ponto de vista da mecanização, absorção de inovações tecnológicas e onde a racionalização do processo de trabalho permitiu a maior redução entre tempo de trabalho e tempo de produção. Além disso, é onde se vislumbra a maior possibilidade de utilização de autômatas na produção. A produção de trigo, soja e milho, por exemplo, já totalmente mecanizadas poderia ser totalmente automatizada num futuro não muito remoto. A produção de laranja e café, por outro lado, requerem por suas características, trabalhos manuais (enxertias, plantio,colheita, por exemplo) que a automação ainda não soluciona.

Desse ponto de vista, como a produção de laranja daria o salto para a grande indústria automatizada? Com o objetivo de ajudar a responder essa questão, ainda que de forma exploratória, é que examinaremos a utilização da informática nos processos de produção e gestão desse produto na região de Araraquara.

As entrevistas, com diretores e gerentes de três empresas, (identificadas no texto como A, B e C) que englobam mais de uma dezena de fazendas, com produção de citros acima de um milhão de caixas, mostraram que a estratégia de introdução da informática estava baseada no controle de informações para organização dos custos de produção como elemento de gestão e planejamento. A informática ainda é um instrumento novo para o setor agrícola e por isso, para os empresários agrícolas, ela não é ainda um instrumento para transformação e controle do processo produtivo. Portanto, a forma de introdução da informática e microeletrônica não é vislumbrada como elemento de transformação do processo agrícola em industrial como explicitamos acima.

Primeiramente, é preciso esclarecer que o produtor de laranja está no interior de uma cadeia produtiva, na qual o setor processador da fruta é o elo final e mais forte. Entre a empresa processadora e o produtor de citros existe uma queda de braços para o estabelecimento do preço da caixa de laranja. Como exemplo, o pagamento é feito por caixa/peso de laranja e não pela qualidade da fruta, sendo que perto de 95% da laranja plantada é destinada ao esmagamento e exportação de suco concentrado congelado e seus subprodutos. Essa disputa evoluiu e, hoje, as organizações de produtores e processadores são fortes, os contratos coletivos e individuais predominam, ou seja, as empresas processadoras tratam os grandes e pequenos produtores de forma diferenciada na compra da laranja. O importante a ressaltar é que produtor e processador se vêem como “inimigos” dentro da cadeia produtiva. Não há uma unidade para a defesa do setor e as informações sobre custos, pesquisas, produção, qualidade do produto, etc. são tratadas como segredo. Nas entrevistas todos reclamaram da ausência de uma maior união dentro do setor e citaram várias vezes o setor sucroalcooleiro como exemplo de união. Como resultado disso as pesquisas da citricultura estão atrasadas; as crises levam pânico aos citricultores que não tem como se defender, a não ser

individualmente, dos preços baixos; os processadores desenvolveram pomares próprios e pressionam os produtores de laranja com uma reserva de frutas que chega a 25% do total produzido; as modificações na demanda internacional significam maior risco para o citricultor do que para os processadores; quando o preço internacional do suco cai, simultaneamente cai o preço da caixa/peso de laranja; com a redução do preço da caixa o citricultor é que tem que resolver sozinho como reduzir seus custos e tomar decisões. Como a laranja é uma cultura perene a mudança para outro tipo de produção não é um processo de decisão simples. Por ser uma cultura perene a estratégia de investimento é pensada no longo prazo e qualquer mudança para um tipo de produção alternativa deve levar em consideração esse aspecto. Além disso os aspectos fitossanitários, tratamentos culturais, colheita, perecibilidade do produto, variedade de fruta plantada, entre outras características interferem na estratégia e na tomada de decisão dos produtores de citros.

Esses elementos, resumidos de forma grosseira, é que constituem os antecedentes mais gerais que o citricultor deveria considerar na formulação de sua estratégia para a implantação e utilização da informática na sua empresa. Evidentemente existem outros elementos mais específicos que também são considerados e que trataremos no decorrer do texto.

Para as empresas entrevistadas a informática é uma ferramenta de trabalho que complementa a atividade principal, a produção de laranjas, que é vista como "uma indústria sem telhado".

Essa "indústria sem telhado", porém, tem uma característica que é a sua dependência de fatores da natureza (quantidade e qualidade da terra, nível de chuva, insolação, fertilização), ou seja, é uma fábrica que não domina inteiramente os elementos constitutivos de seu processo de produção e os entrevistados ressaltaram esses aspectos com insistência.

As entrevistas deixaram claro que essa "indústria sem telhado", que significa milhões de pés de laranja, além de não deter o controle da natureza, não detinha também o controle de informações mais gerais (detalhamento dos custos de produção, infestações de pragas, tamanho e qualidade da fruta, produtividade, etc.) importantes elementos da atividade principal. Considerando-se que a produção de sucos e sua exportação cresceram muito a partir da década de 1970 e a informática, segundo as entrevistas, só começa a ser utilizada em fins de 1980, pode-se pensar que a lucratividade da cadeia produtiva era alta a ponto de não exigir tal tipo de preocupação, ou seja, controle, gestão e planejamento através dos custos de produção. (Com base em que tipo de informação, a não ser o preço da caixa, o empresário do setor citrícola tomava suas decisões? Isso seria um tema para outra pesquisa.)

Nas entrevistas, o problema da alta lucratividade ficou claro quando a maior parte dos entrevistados afirmou que, no período das vacas gordas os produtores investiram os lucros no setor urbano ao invés de aplicarem no melhoramento dos pomares e da produção citrícola. Essa falta de investimento aparece claramente nos momentos de preços baixos e crises do setor, quando se

percebe que pouco se fez para planejar, controlar e reduzir custos e melhorar a competitividade.

Apesar da existência de um setor produtor de softwares para a agricultura ele não atende ainda às particularidades das diferentes tipos de produção e às suas formas de organização empresarial e administrativa. Segundo, Arraes, N.A.M., 1993, 170, 171, 186,

*"Entre os programas para produção vegetal, verifica-se que todos são dirigidos às culturas integradas a agroindústria cana-de-açúcar (usinas e destilarias), citricultura (indústria de sucos) e silvicultura (indústria de papel e celulose). De modo geral, a atividade de produção vegetal apresenta-se pouco explorada, inexistindo programas dirigidos a culturas temporárias ou aplicados ao planejamento da irrigação, controle de pragas e doenças, controle da adubação, efeito das condições climáticas sobre a produtividade das culturas, etc. (...) Os programas para produção agro-industrial/insumos realizam, principalmente, o planejamento do processo de produção através de técnicas de otimização. Eles são dirigidos às usinas/destilarias, fábricas de ração, fábricas de fertilizante e sistemas integrados de produção avícola. Esta atividade também apresenta-se pouco explorada, inexistindo programas para controle de fornecimento, amostragem e análise de matéria-prima, e controle de armazenamento e comercialização. (...) Em relação às soft-houses: 1- trata-se de empresas que atuam na área de consultoria em informática e planejamento da produção ou consultoria agropecuária e agro-industrial que começaram a atuar a partir de 1980 na área agrícola; 2- são pequenas empresas com menos de 10 funcionários em sua maioria; 3- a demanda por programas, por empresa, apresenta grande concentração, com menos de 20% sendo responsáveis por mais de 60% da base instalada total."*

É preciso diferenciar também o uso da informática através da compra e utilização de programas (para adubação, custos, etc.) da informatização da empresa, o que é uma operação muito mais complexa, demorada e exige a contratação de consultoria ou profissional para integrar os programas e as

atividades controladas e ofertar relatórios que respondam às demandas dos dirigentes para tomada de decisões e dar manutenção ao processo de informatização.

Muito provavelmente devido às informações acima é que as empresas entrevistadas não compraram softwares, ao contrário tiveram que criar seus próprios softwares em função das características de suas propriedades ou estabelecimentos, das características do pomar, da forma como organizam a produção, do tipo de controle que se propuseram a estabelecer e das informações que buscavam controlar para tomar decisões. Os programas desenvolvidos para agricultura e colocados à venda pelas soft-houses são padronizados o que é um fator limitante para sua utilização já que os estabelecimentos e propriedades agrícolas não possuem necessariamente as mesmas características (físicas, locais, combinação de produtos entre outras) e os mesmos tipos e qualidades de pomares.

As três empresas produtoras de laranja iniciaram a implantação da informática contratando profissionais (empresas B e C) e um "bureau" (empresa A) para criarem o software necessário para informatizar suas fazendas, controlar os custos (de mão-de-obra, insumos, estoques, máquinas) e só depois introduziram a informática no controle dos pomares (tipo, idade, produtividade dos pés de fruta, talhões, etc.). Nenhuma delas ainda desenvolveu, comprou ou pesquisou software para intervir diretamente na produção, como por exemplo desenvolver a fertirrigação, espaçamento, colheita, etc.

Os primeiros programas desenvolvidos e implantados foram no setor de gestão (setor de pessoal, contabilidade, pagamentos, máquinas, etc.) e depois entraram no controle da produção propriamente dita (número, idade, variedade, produtividade, enxertia, etc.).

Na produção de laranja da fazenda A, situada no município de Boa Esperança, o programa desenvolvido parte do cadastramento da árvore, tipo de fruta, tipo de enxerto, acompanhamento fitossanitário, nutricional, operacional, talhão, colheita.

Para o responsável pela fazenda A: "a informática não é uma atitude que venha transformar as atividades básicas, ou as alavancas básicas da produção. O que eu vejo sim, são informações que podem permitir análises um pouco mais pormenorizadas, para você poder tomar decisões um pouco mais acertadas. Mas isto é muito pouco em relação ao que a informática como um todo pode oferecer."

Os resultados já conseguidos pela fazenda A, que produz cerca de 1,3 milhão de caixas de laranja, são assim descritos: "... separando os fatos em nichos. Você tem a gestão financeira, (...) então tem um ganho porque tem a informação sempre atualizada. Esse é um ponto positivo, isso agilizou muito com a informática. (...) No aspecto operacional, por exemplo, tem a manutenção preventiva. Então, no fim da tarde, você aponta quantas horas está o horímetro do trator, então se faz a indicação das manutenções preventivas. Por outro

lado, tem-se um ganho nos suprimentos dos produtos, quando você trabalha com listagens pode acompanhar a realidade dos estoques, da rotatividade e também tem o consumo, não se pode deixar dinheiro parado e devemos investir em algo produtivo. (...) Por outro lado, você consegue dentro da necessidade fazer comparativos de produção e produtividade das árvores, efetivamente do tipo de laranja, do tipo de adubação e tipo de trato oferecido à árvore. Isso é um ganho representativo. (...) Então a informática te dá essa facilidade e essa segurança. Enfim, a informática representa ganhos de confiabilidade, de resultados, de velocidade de informação e é um grande aliado para o trabalho."

Na empresa B, do município de Araraquara, com três fazendas que produzem mais de 3,5 milhões de caixas de laranja, iniciou a informatização em 1990, na mesma seqüência da empresa A, mas contratou um profissional para produzir e implantar seu sistema de informatização que inclui uma rede de computadores para as fazendas e administração central. A descrição dos resultados obtidos é a mesma, ou seja, a preocupação principal em organizar informações com o objetivo de controlar, reduzir custos e planejar as atividades. No controle da produção existe uma diferença de concepção na fazenda B, onde este não se dá a partir do pé de laranja plantado mas sim do talhão. Em ambas, os programas passam por acertos constantes para se aprimorar a obtenção de informações e relatórios mais enxutos e de acordo com os objetivos. Para os organizadores do sistema de informática o início é o mais difícil, pois trata-se de educar e treinar as pessoas, em todos os níveis, a fim de que compreendam o que é e para que serve a informática e desse modo possam pedir corretamente o que desejam. Mesmo assim aqueles que vão fazer uso da informática solicitam aos programadores e analistas informações desnecessárias e que muitas vezes não sabem como utilizar. Existe também a dificuldade do desenvolvimento do trabalho em si mesmo, onde devem interagir um analista ou programador que pouco conhecimento tem da produção agrícola e um agrônomo ou técnico agrícola que não domina a informática.

Nas palavras do analista da empresa B: "Para isto funcionar você tem que mudar um pouco, talvez a mentalidade do pessoal que trabalha. Porque na fazenda existe um pouco daquela cultura de ir fazendo sem controle algum, pega um papel de pão anota o que fez. (...) É aí que o pessoal sente muita dificuldade de se adaptar. Você vai chegar para o administrador que trabalha na fazenda e dizer, de hoje em diante não pode simplesmente dizer que amanhã vai fazer tal coisa, colocar dez pessoas no talhão e quando passar do lado tirar duas pessoas e colocar em outro serviço. Você vai ter que programar. (...) Mas o grande problema de se implantar um sistema desses em fazenda é isso, treinamento desde pessoas que não sabem ler, escrever."

Mas a empresa B, devido às suas características, montou um sistema informatizado, tipo rede, para as suas unidades de produção e contratou consultores para aprimorar seus programas e desse modo centralizou informações para tomar decisões mais rapidamente.

Através das entrevistas ficou claro que, apesar de algumas dificuldades, a implantação da informática no setor de gestão da empresa agrícola não difere das empresas do setor urbano, muito embora os resultados na agricultura sejam mais expressivos dada a precariedade do controle das informações ali existentes. As informações acima mostram também que os programas, em forma de pacote, são mais difíceis de serem utilizados porque necessitariam de adaptações às características das empresas e isso exigiria um profissional capacitado para essa tarefa. Além disso, mesmo com pacotes de softwares haveria a necessidade de treinamento dos empresários e seus trabalhadores para a implantação, coleta de dados e utilização dos resultados produzidos pela informática e possíveis adaptações e manutenção. Nas entrevistas ficou claro que, os dirigentes, nem sempre conseguem interpretar um relatório adequadamente o que acaba gerando um problema, ou seja, tem-se informações mas não se sabe o que fazer com elas. Isso é uma barreira tanto para a implantação como para o avanço na utilização da informática na agricultura.

Uma vez vencida a etapa do primeiro treinamento e implantado o sistema os ganhos em informação podem chegar a ser instantâneos como explica o dirigente da empresa C, do município de Matão, "... como fator de maior importância é a possibilidade de você ser alertado diariamente do que está ocorrendo de irregular, daquilo que se está gastando a mais, ou daquilo que está utilizando a mais de forma diária, sendo possível corrigir isso. Para se ter uma idéia, do cem por cento do orçamento, trinta por cento corresponde à gastos com mão-de-obra, dez por cento é maquinário e sessenta por cento são insumos. ... Se tiver um sistema informatizado para os insumos e mão-de-obra noventa por cento dos custos estão sob controle." Essa empresa vai mais longe pois está preocupada com o estabelecimento de padrões de custos das operações para comparação ao longo do tempo. "A partir do momento em que se levanta os rendimentos padrões para se fazer um determinado trabalho, por exemplo o plantio, onde são compreendidas diversas operações, há condições de ter um sistema diário controlando o rendimento e tomando medidas em tempo hábil. Deve-se também comparar seu padrão com os padrões técnicos do mercado e desse modo avaliar sua produtividade, segundo o dirigente da empresa C.

Nessa empresa o detalhamento do controle das máquinas também é bastante detalhado, "temos um controle informatizado, pneus, troca de óleo, tudo. Não se tem ainda a via direta, ou seja, a máquina-computador, o que se pretende é que a informação venha direto para o computador, sem a necessidade da coleta no horímetro, etc."

Muito diferente, entretanto, é a aplicação da informática na produção, tanto no controle quanto no processo produtivo.

Vimos que o controle dos pomares facilita o processo de tomada de decisões. Nas palavras do agrônomo da fazenda B: "tendo o controle da produção, com o auxílio do computador, facilita a decisão que você vai tomar

do ponto de vista técnico. (...) Por exemplo, aquele talhão produziu 20 toneladas por hectare, ele tem vinte anos e me custou x. Cada caixa desse talhão está custando dois dólares. Se eu vendo a caixa a um e oitenta, na média da fazenda estou ganhando, mas aquele talhão está "roubando" a minha média. Então eu decido arrancar aquele talhão. Mas esse deve ser um problema fitossanitário qualquer. Então vamos ver a média dos últimos três anos. Percebo que esse talhão está dando prejuízo há três anos. Então eu deveria ter tomado essa decisão antes. Com a informática eu evito isso."

O controle da produção propicia também um ganho indireto na produção porque, quando se tem informações, a adubação, a pulverização, e outros controles permitem melhorar a produtividade dos pés da fruta.

As fazendas também não se preocupam tanto com a qualidade da fruta porque a indústria paga por peso. "Hoje o controle da qualidade da fruta, do ponto de vista industrial, ou seja, teor de sólidos e solúveis, todas as informações de qualidade tecnológica da fruta, que inclui também tamanho, cor, tamanho da casca, etc., são informações que só importam atualmente para a indústria. Porque para nós, a gente ganha por peso. Então não faz sentido a gente criar uma estrutura para controlar isso, se o interesse é da indústria. (...) A tendência atual é a responsabilidade de colheita e transporte passar a ser do produtor. O segundo passo é a indústria pagar pela qualidade do produto, pelo teor de sólidos e solúveis. Aí a preocupação passa a ser minha. Aí eu tenho que ter um controle muito bem feito da produção, e o computador vai ser fundamental. Informações constantes me dizendo qual a hora exata, onde eu vou ter mais lucro, para colher."

Quanto mais detalhada for a informação mais fácil e rápida ficam as tomadas de decisões, como por exemplo na fazenda A, controla-se o pé de laranja plantado desde a sua origem e enxertia.

A empresa C que começou a implantação em 1988, atualmente tem nove fazendas com produção estimada em seis milhões de caixas, implantou um tipo de controle a partir das quadras, com informações sobre o tipo de planta, variedade do porta enxerto, data do plantio, espaçamento, quantidade de pés e controla a produtividade por hectare plantado e não por pé de laranja.

Podemos dizer, com base nesses relatos, que não basta existir tecnologia disponível para o aprimoramento de determinado processo produtivo. Deve haver dentro da cadeia produtiva agro-industrial condições que não criem barreiras, como as acima citadas, para sua implantação e desenvolvimento. Mas mesmo assim as características gerais da produção agrícola do país, dos preços relativos da terra versus tecnologia, do grau de organização e concorrência do setor produtor de informática e microeletrônica, entre outros interferem nas decisões de investimento. Como exemplo, se as barreiras fossem mínimas na citricultura, mesmo assim isso não significa que todos os produtores dentro da cadeia adotariam as novas tecnologias. No caso do complexo citrícola a distância do produtor em relação à unidade processadora é e será de fundamental importância na definição das margens de ganhos.

Aqueles produtores que estiverem muito distantes do centro processador, mesmo com o uso de altas tecnologias no processo produtivo, não conseguirão reduzir o custo do frete, o que pode significar sua eliminação do complexo, dadas as mudanças que estão ocorrendo em função do crescimento da produção nos EUA e a redução da demanda e preços do suco brasileiro.

Essas observações valem também para a adoção da fertirrigação, que é uma tecnologia disponível para interferir diretamente no processo produtivo. Essa tecnologia combina irrigação com a fertilização das plantas. O problema para a citricultura é se compensa irrigar ou não. Nas palavras do agrônomo da fazenda B: "Isso (as chuvas) varia muito de ano para ano. É diferente de uma região onde você tem um nível de chuvas bem determinado. Por exemplo, na nossa região estamos tendo secas relativamente grandes há dois anos, mas se formos olhar a três ou quatro anos atrás quase não tinha esse problema. Isso faz com que uma hora seja viável, outra hora não. (...) Então se você não vai ter ganho com a irrigação ela passa a ser um negócio caro. (...) Se a empresa opta por irrigação localizada, ela com certeza vai optar pela irrigação inteligente, que custa mais ou menos US\$2.220,00 a US\$5.000,00 por hectare (a irrigação mais o software). (...) O problema é que você precisaria desenvolver uma tecnologia de irrigação para país tropical. Porque existem outros fatores. É importante que a planta sinta a seca, o "estresse" da seca, porque o nosso "estresse" não é por temperatura, como nos países de clima temperado. Então se você não irrigar adequadamente, você pode não ter esse "estresse", e a sua produção será menor do que se você tivesse irrigado. (...) O que precisa ser bem determinado no Brasil é quanto é esse "estresse". Isso precisará de mais um pouco de estudos." Os agrônomos da fazenda C acrescentaram que, além desses problemas, as plantações em larga escala também são uma barreira à utilização da irrigação e fertirrigação dado o custo dela comparado com o preço da terra no Brasil. Isso para eles significaria investimento suficiente para comprar outra fazenda, ou seja, a fertirrigação seria como colocar uma fazenda dentro da outra. Nas palavras do agrônomo: "um alqueire de terra nosso aqui está quatro, cinco mil dólares, nos EUA está oitenta mil dólares o alqueire, terra ruim, areia mesmo. Então nós temos um potencial de terra muito barato e em grande extensão. Então eu acho difícil substituir só por tecnologia. Eu acho que pode ser complementada essa terra com tecnologia. (...) Quando se fala em retorno do investimento (em fertirrigação) se você fizer uma análise fria, vai obter o retorno do investimento depois de dez, doze anos. Se você contar que o período de vida útil do seu pomar é de dezesseis anos, e o máximo de produção seria atingido com seis, sete anos, somente se houver dois períodos de estiagem, como nós passamos estes dois últimos anos é que se consegue pagar o investimento, mas seca igual à do ano passado nós só tivemos em meados dos anos cinquenta."

Essa argumentação sugere barreiras que se impõem ao controle do processo produtivo e sua transformação, que são características da agricultura brasileira e que não basta a existência do processo de globalização e a concorrência direta dos pomares americanos para que os agricultores citrícolas brasileiros passem a adotar tecnologias de ponta. Enquanto vigorarem

determinadas vantagens comparativas frente aos riscos e investimentos elevados as tecnologias permanecerão nas gavetas ou nos sentimentos mas não nas decisões capitalistas.

Muito diferente é a decisão de implantar a informatização para o controle das atividades que permitam avaliação dos custos (mão-de-obra, insumos e máquinas) para organizar o processo de gestão e planejamento visando redução de custos, melhoria da produtividade em geral nesse setor agrícola. Nessa decisão quase não se encontra barreiras e os ganhos de curto prazo são necessários, dado que as mudanças que ocorrem no setor citrícola exigem essa alternativa para a permanência na atividade.

#### Referências bibliográficas

- GRAZIANO DA SILVA, J. 1981. *PROGRESSO TÉCNICO E RELAÇÕES DE TRABALHO NA AGRICULTURA*, SÃO PAULO: EDITORA HUCITEC
- GRAZIANO DA SILVA, J. 1992. FIM DO "AGRIBUSINESS" OU EMERGÊNCIA DA BIOTECNOLOGIA?. *REVISTA ECONOMIA E SOCIEDADE*, N.1, AGOSTO DE 1992, PG. 163-167
- GOODMAN, D. E OUTROS, *DA LAVOURA ÀS BIOTECNOLOGIAS. AGRICULTURA E INDÚSTRIA NO SISTEMA INTERNACIONAL*. RIO DE JANEIRO: EDITORA CAMPUS.
- ARRAES, N.A.M. 1993. *LEVANTAMENTO DAS APLICAÇÕES DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO NO MEIO RURAL COM ESTUDO DE CASO SOBRE A OFERTA DE SOFTWARE AGRÍCOLA NO ESTADO DE SÃO PAULO*. DISSERTAÇÃO DE Mestrado APRESENTADA À FACULDADE DE ENGENHARIA ELÉTRICA DA UNICAMP, CAMPINAS.
- COUTINHO, L. 1992. A TERCEIRA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E TECNOLOGIA. *REVISTA ECONOMIA E SOCIEDADE*, N.1, AGOSTO DE 1992, PG. 69-87
- MORAES NETO, B. R. MICROELETRÔNICA E PRODUÇÃO INDUSTRIAL: UMA CRÍTICA À NOÇÃO DE "REVOLUÇÃO GENERALIZADA", *TEXTOS PARA DISCUSSÃO*, N.24, SETEMBRO DE 1995, D.E./F.C.L./UNESP, ARARAQUARA.

## SOJA: A RECONQUISTA DO BRASIL À ECONOMIA AGRO-INDUSTRIAL DO COMÉRCIO INTERNACIONAL (1960-1990)

Geraldo Moreira Prado\*

### Introdução

Neste ensaio analisarei alguns aspectos relacionados ao desenvolvimento histórico da transferência de informação tecnológica aos produtores brasileiros de soja nestes últimos 30 anos: 1960-1990. A escolha dessa data, é em decorrência da própria história da soja no Brasil que teve o seu início no final dos anos 50 e início dos anos 60. Nesse período a soja ainda era produzida por pequenos produtores (produção familiar) no Estado do Rio Grande do Sul. Foi a partir dessas experiências que ela se constituiu nessa época, em um marco básico da economia agrícola nacional, para 10 anos mais tarde assumir

\* Prof. do Mestrado de Ciência da Informação (conv. CNPq/IBICT-UFRJ/ECO), do Mestrado em Economia do Comércio Internacional da Universidade Estácio de Sá/UNESA/RJ e doutorando em desenvolvimento Agrícola pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ

a função privilegiada de novo "produto-rei" na recondução do Brasil à reconquista da economia agro-industrial do comércio internacional.

Esses aspectos serão analisados neste ensaio, olhando a ação do estado brasileiro que do início dos anos 60 ao final dos anos 80, atuou na função de agente direcionador da produção econômica nacional, cujas ações principais no campo da produção agro-industrial, voltavam-se diretamente - e de forma enfática - para a organização social da produção econômica da soja onde os atores (firmas multinacionais de beneficiamento e de comercialização internacional da soja, bolsas de valores, produtores rurais e países consumidores no âmbito internacional) digladiaram-se na competição de um lugar na lista da espera para se integrarem ao universo produtivo/comercial dessa nova e promissora atividade produtiva.

### Uma Breve Retrospectiva Agronômica da Soja

A Soja, conhecida cientificamente por *Soja hispida*, *Glycine hispida* ou *Glycine max*, é uma planta herbácea como o feijão e a lentilha, pertence ao subgrupo da família das leguminosas e tem a sua origem conhecida na China milenar. Nesta parte do mundo, ela era cultivada tanto nas regiões frias do Norte, quanto nas zonas tropicais e só passou a ter uma expressão um pouco mais comercial, a partir de 1949, após o triunfo da Revolução Chinesa. A sua adaptação ao ambiente onde está sendo cultivada depende, fundamentalmente, de três fatores básicos: 1) condições climáticas; 2) tipo de solo e 3) técnicas de cultivo. De acordo com tais fatores, ela varia de 0,3 a 2 m de altura. As suas folhas são de forma trifoliada e se dividem em diferentes ramificações. As flores pequenas, são dispostas em grupos e têm cores violetas ou amareladas. Os frutos, sob forma de vagens, variam de 3 a 10 cm de comprimento. Dependendo das suas variedades, contém de 5 a 10 grãos por vagem. A colheita é feita, em média, duas vezes por ano em quase todas as partes do mundo, normalmente em janeiro e agosto ou abril e setembro, dependendo das condições climáticas onde é cultivada.

De acordo com estudos técnicos desenvolvidos pela FAO<sup>1</sup>, o solo e as condições climáticas ideais para se desenvolver uma boa produção de soja, deve ter as seguintes características: 1) temperatura diurna de 23 a 29°C e noturna de 18 a 28°C; 2) solo apropriado - apesar de se adaptar a muitos tipos de solo - é aquele que apresenta uma formação orgânica argilosa-arenosa, composta de cal, fósforo e potássio suficientes; 3) topologia. Este é um outro fator importante, visto que em função do seu cultivo em escala industrial, deve ser utilizado áreas onde sejam de fácil aplicação de tecnologias e insumos modernos, tais como o uso de máquinas e equipamentos mais sofisticados, do que aqueles normalmente utilizados na produção familiar. Os especialistas

<sup>1</sup> FAO. Las Semillas Agrícolas e Hortícolas. Roma: FAO/ORGANIZACION DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACION Y LA AGRICULTURA, 1961. P. 414.

da área não recomendam o uso de solos encharcados nem muito ácidos ou alcalinos<sup>2</sup>. Dependendo, portanto, dessas características, a produtividade da soja pode atingir a um rendimento médio de grãos que varia de 300 a 1.800 Kg. por hectare mas com potencialidade de chegar até aos 3.000 Kg/ha.

Como todas as leguminosas, a soja possui características biológicas especiais. Ela se desenvolve em simbiose com as bactérias (*Rizobium*) que proliferam com a "inchação" das raízes nodosas. Estas bactérias têm a propriedade de fixar nitrogênio atmosférico no solo e, posteriormente, restituído às plantas, formando assim o ciclo simbiótico da natureza. Após a colheita, os resíduos da planta que subsistem no solo, enriquecem-no de nitrogênio. Para o agricultor, de um modo geral, a adubação nitrogenada constitui um bom precedente cultural, permitindo-lhes alguns ganhos econômicos imediatos, em relação à outras culturas leguminosas, tais como o feijão e a lentilha.

### Trituração Industrial e Uso da Soja

Na longa história do cultivo da soja observa-se os seus diferentes usos. No Ocidente, desde a antiguidade clássica até aproximadamente o final do século XVIII, a soja foi utilizada, em grande parte, como forragem para alimentos de animais e conservação do solo, mediante práticas rotativas do cultivo agrícola. Nem mesmo nos séculos XV, XVI, XVII e XVIII que foram marcados pelas grandes transformações econômicas, políticas, sociais, técnicas e ambientais - séculos de intensivos intercâmbios de espécies vegetais, cuja contribuição foi bastante representativa para estimular o processo de mudança da biodiversidade e do ambiente paisagista mundial - conseguiram introduzir a soja no Ocidente, como produto de valor comercial, como aconteceu, por exemplo, com o café originariamente cultivado na Arábia Saudita. Ainda no século XIX, ela era apreciada e utilizada apenas por uma pequena parcela da população ocidental que tinha um poder aquisitivo mais alto e já consumia outros produtos similares, as chamadas especiarias orientais.

Mas graças a riqueza de proteínas dos seus grãos, ela adquiriu um grande sucesso no decorrer do seu processo histórico, e hoje assume um lugar de destaque entre o conjunto das matérias-primas de origem vegetal, na disputa pela liderança do mercado internacional da produção industrial de ponta. A trituração industrial dos seus grãos permitiu obter óleo e demais derivados, tais como o leite, o queijo (tofu), a farinha, entre outros derivados que são considerados riquíssimos em PVT (proteínas vegetais texturadas<sup>3</sup>). Esses subprodutos são muito utilizados, hoje em dia, nos grandes centros urbanos

<sup>2</sup> Idem. p. 415

<sup>3</sup> Cf. BERTRAND Jean-Pierre et al. Le monde du soja. Paris: La Découverte/Maspero, 1983. p.114.

do mundo, em suas diferentes modalidades de estabelecimentos e serviços alimentares tais como: redes de fast-food, restaurantes industriais, forças armadas, merenda escolar, hospitais etc.

Estima-se que hoje em dia os alimentos baseados em proteínas animais, como por exemplo a carne de hambúrguer, a salsicha e outros similares, absorvem aproximadamente 30% de PVT. A soja também passou a ser usada nesses últimos anos em escala de consumo comercial considerada, na alimentação natural em função dos seus altos valores nutritivos e da baixa taxa de gordura, fatores esses fundamentais à preservação da saúde humana. Além destes subprodutos, a soja fornece ainda a torta e o farelo que atualmente são utilizados como alimentação básica para animais (bovinos, ovinos, suínos, etc) confinados e destinados à produção de carne em escala industrial.

No extremo Oriente a soja representa, ainda nos dias atuais, uma das suas principais bases de proteínas de origem vegetal. Lá se consomem os grãos germinados, sejam verdes ou secos, como legumes ou transformados em farinha. Este tipo de consumo é usado pela maioria da população dessa região, em particular aquela que habita no meio rural e tem como base econômica, o cultivo de produtos agrícolas do subgrupo das leguminosas. A Europa Ocidental começou a se interessar pelo cultivo da soja não mais como um "produto ornamental", mas em escala experimental, somente a partir da segunda metade do século XIX com a criação, em 1858, do Jardim d'Acclimatation em Paris<sup>4</sup>. Essa "instituição" foi criada com o objetivo de procurar desenvolver pesquisas no campo da aclimação de espécies estrangeiras às condições climáticas e ambientais francesas. Os agricultores europeus daquela época ainda não estavam convencidos - ou não tinham conhecimentos suficientes - sobre a importância nutritiva, industrial e comercial da soja.

Mas o interesse da França - e de modo geral de todo o continente europeu - pelo cultivo da soja em escala industrial - e, evidentemente, comercial - só vai ser despertado a partir do final da Primeira Guerra Mundial, em decorrência dos Estados Unidos terem começado a cultivá-la aplicando técnicas agrônomicas avançadas e produção em escala industrial. Nessa época, os árabes - em relação aos europeus e outros povos ocidentais - possuíam mais conhecimentos sobre as técnicas de cultivo embora tradicionais e do valor nutritivo da soja, e já usavam-na desde as primeiras décadas do século XX, como o ingrediente básico da sua culinária<sup>5</sup>.

### **A Cultura da Soja nas Américas o caso dos Estados Unidos**

Os Estados Unidos só passaram a se interessar pela soja, a partir dos anos 20 deste século. Mesmo assim, o seu interesse inicial foi o de usá-la como planta forrageira destinando, entre 1924 a 1926, uma área aproximada

<sup>4</sup> Idem, p. 43.

<sup>5</sup> Para mim a melhor análise sobre os aspectos acima referidos é a de BERTRAND Jean-Pierre et al. Op. cit.

de 720.000 ha. para o seu plantio. A partir do momento que esse país descobriu o grande potencial protéico, industrial e comercial da soja como substituição de produtos agro-industriais derivados do algodão e do coco (em especial o óleo, a farinha, o leite e a torta), usados nas atividades industriais e na alimentação humana e animal, a sua área cultivada cresceu, em menos de 20 anos, para aproximadamente 4,2 milhões de ha. Nessa época (1922) deu-se também o começo da criação de usinas destinadas, especificamente, à trituração dos grãos de soja. Essa inovação tecnológica deu uma contribuição expressiva ao aumento da produção industrializada dos subprodutos da soja na expansão da indústria de margarina<sup>6</sup>.

Essa tendência vem crescendo gradativamente durante os decênios de 1930 a 1960, onde aquele país fez maciças inversão de capital na criação de instituições de pesquisas e desenvolvimento tecnológico em novas espécies resistentes às pragas e outras da natureza, assim como também, em indústrias de transformação da soja. Como resultado desses investimentos, pode-se observar o grande boom da soja americana a partir do final dos anos 60. Nos anos 70, por exemplo, a indústria da soja passou a ocupar, nos Estados Unidos, o primeiro lugar entre as suas cinqüentas maiores indústrias, participando com 97,4 % na Parcela das Exportações Mundiais Totais, em 1971. Nos anos 80, esse país perde a sua hegemonia como produtor mundial de soja para o Brasil. Nessa década - mais exatamente no ano de 1985 - a indústria americana de soja passou a ocupar o sexto lugar com 67,1% da sua participação na Parcela das Exportações Mundiais Totais. Essa participação continuou caindo, em relação aos demais setores industriais americanos, particularmente, para os de filmes fotográficos (81,9), coque de petróleo (80,3), aviões e helicópteros (79,4), fertilizantes manufaturados (69,6) e Milhão não-moído (69,5)<sup>7</sup>. Mesmo perdendo a sua importância no contexto das Exportações Mundiais Totais americanas, a partir dos últimos anos da década de 80 e a primeira metade dos anos noventa, a soja volta a situar os Estados Unidos em primeiro lugar na produção mundial, tirando a hegemonia do Brasil e colocando-o em segundo lugar.

### **O caso do Brasil**

Um, entre muitos outros pontos relevantes deste ensaio, é mostrar que a baixa produtividade da agricultura brasileira nas décadas de 60, 70 e 80, não vinha dando a contribuição satisfatória à economia nacional, pois as metas dos Planos Nacionais de Desenvolvimento - I, II e III PNDs - da época eram de crescer a economia para gerar excedente comercial, uma vez que o país precisaria pagar as despesas com as importações de petróleo e de tecnologias

<sup>6</sup> idem, p. 49.

<sup>7</sup> PORTER, Michael E. A Vantagem Competitiva. pp. 833-859. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1993. Tradução de Waltensir Dutra. 897 p.

modernas para o setor produtivo (com destaque para os setores industrial e agrícola), produtos esses indispensáveis à modernização industrial do país. Os economistas e planejadores governamentais da época, diante do quadro caótico em que se encontrava a economia nacional, passaram a apostar na modernização da agricultura como o setor que iria dar uma grande contribuição à solução dessa problemática. Mais exatamente a partir dos anos 70, vamos observar o empenho do governo brasileiro na reformulação da política agrícola, cujo discurso enfatizava a necessidade da modernização tecnológica dos setores ditos produtivos da agricultura brasileira, em especial para aqueles voltados para o mercado externo, visto que o governo brasileiro tinha como objetivo principal - que chegou a se transformar num lema da política econômica do país daquele momento - "produzir mais para exportar mais".

Os diversos estudos realizados pelo IPLAN/IPEA (órgão governamental que foi criado e funcionou junto ao Ministério do Planejamento), apontavam para a urgência do Governo Federal adotar medidas estratégicas para a modernização agrícola, uma vez que o tradicional modelo agrário-exportador brasileiro não mais atendia as necessidades do capital, no sentido de retorno financeiro satisfatório e imediato para gerar excedente comercial necessário à modernização industrial do país. Nesta perspectiva, o governo brasileiro teria mesmo de assumir a postura de agente estimulador da modernização (mesmo que fosse de caráter conservador) da agricultura nacional, investindo capital em tecnologias agrícolas modernas que pudessem alterar o índice de produtividade da terra, embora mantesse praticamente intacta a tradicional estrutura fundiária e a força de trabalho rural. Nesse contexto político foi desativado o "velho" sistema de pesquisa e extensão rural coordenado pelo Ministério da Agricultura e criadas a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA, e a Empresa Brasileira de Extensão Rural-EMBRATER que passaram a funcionar, respectivamente, como as cabeças dos sistemas da pesquisa agrícola e da extensão rural do país.

De acordo com tais objetivos, o governo brasileiro vai instrumentalizar a EMBRAPA e transformá-la no principal centro de excelência da pesquisa tecnológica em agricultura da América Ibérica. A partir daí, a EMBRAPA impulsionou o desenvolvimento de pesquisas bio-genéticas na agropecuária, mediante a aplicação de novas tecnologias, em especial a engenharia genética e a biotecnologia. A EMBRAPA intensificou as aplicações de inversão de capital em tecnologias modernas para a produção de arroz, milho, feijão preto e outros produtos agrícolas similares, porém o resultado não foi tão satisfatório como esperavam os governos brasileiros naquelas décadas. De acordo com esse modelo teórico, o produto agrícola ideal para atender tais exigências, foi a soja, visto que a sua capacidade produtiva já havia sido comprovada nos Estados Unidos mediante aplicação de tecnologias modernas nas fases da preparação do solo, e nas do plantio, cultivo, coleta, trituração dos grãos, transporte e armazenamento do cereal.

Os diversos estudos sobre a viabilidade econômica da soja realizados por economistas, principalmente da USP, UFRJ e PUC/RJ, ao demonstrarem que a produção da soja em escala industrial teve sucesso nos Estados Unidos, fazia sentido, portanto, incentivar o cultivo da soja no Brasil, uma vez que este país possuía - melhor do que muitos outros já consagrados produtores mundiais - todas as condições ideais para um pleno sucesso de cultivo, industrialização e comercialização dessa nova leguminosa, tais como topografia formada em sua maioria por terrenos planos e/ou platôs, condições estas fundamentais à mecanização para o plantio, a colheita e o transporte do local da produção ao da exportação; predominância de solos argilosos-arenosos com estrutura orgânica composta de cal, fósforo e potássio, não encharcados nem muito ácidos ou alcalinos e temperatura diurna, em determinadas micro-regiões homogêneas e épocas do ano, variando entre 23 a 29°C, e noturna entre 18 a 28°C. Estes aspectos geoclimáticos se constituem nos principais fatores de adaptação da espécie ao ambiente onde está sendo cultivada. Uma vez confirmada as vantagens dos fenômenos naturais as dos fatores políticos e econômicos, mesmo não tendo tradição de uso nas dietas alimentícias da população brasileira, a soja passa a ser considerado como um produto que tem potencial de retorno garantido e imediato, e começa a se destacar no cenário agrícola brasileiro e a ser produzida em escala comercial, somente a partir do final dos anos 60, sendo que a sua primeira grande produção de grãos (68/69) foi de aproximadamente 1.508.600 ton. colhida em uma área cultivada de 1.318.800 ha. Essa produção foi quase toda colhida no estado do Rio Grande do Sul e mais de 70% destinou-se ao mercado externo de consumo de grãos<sup>8</sup>.

Nas décadas seguintes, a soja se estendeu pelos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Pará e, em menor escala, nos demais estados da região amazônicas. No início dos anos 60, a área ocupada com o cultivo da soja no Brasil era, aproximadamente, de 171.400 ha. produzindo uma média de 205,700 ton. de soja (em grão) ao ano, e cujo rendimento médio era de 1200 Kg/ha. Do período de 1970 a 1990, observou-se com mais constância no país, a presença e de grandes firmas multinacionais<sup>9</sup> operando no beneficiamento e, industrialização e comércio internacional de produtos agrícolas brasileiros.

<sup>8</sup> Idem, ibidem.

<sup>9</sup> Entre essas firmas multinacionais, conforme nos mostra BERTRAND Jean-Pierre et al. Op. cit., a que mais se destacou neste ramo comercial naquela época foi Anderson Clayton (seguida da Ceval, Cutrale Quintela, entre outras) cuja atuação no Brasil data do decênio de 1950, e controlava a maior fatia da comercialização de produtos agro-industriais Brasileiros, tais como o café, o algodão, o milho, leite de coco, sucos de frutas, etc. A partir dos anos 80, o mercado passou a ser dividido gradativamente por uma meia dúzia de firmas multinacionais que controlavam o mercado internacional da soja e seus derivados. Ana Célia Castro e Maria da Graça D. Fonseca na sua pesquisa sobre "A Dinâmica Agroindustrial do Centro Oeste" afirmam que "a presença das grandes empresas nacionais no setor da produção e refino da soja no Estado de Goiás. Ver: CASTRO, Ana C. e FONSECA, Maria da Graça D. p. 56. In: A Dinâmica Agroindustrial do Centro Oeste. 1ª. edição. IPEA: Brasília, 1995. 220 p. Série IPEA nº. 148.

A partir dessa data pode-se observar um índice elevadíssimo, tanto em nível de área cultivada, cujo crescimento foi da ordem dos 6.639,2% - passando de 1.318.800 ha em 1970, para 11.551.000 ha em 1990 e reduzindo para 11.545.401 ha em 1995 - quanto da produção de graus que alcançou um índice de crescimento foi de 9.672,5% - de 1.508.600 para 20.102.000 ton., no mesmo período e atingindo, em 1995, a cifra das 25.842.961 ton. O índice de rendimento kg/ha, no final da década de 80, foi da ordem de 1800 kg/ha. De acordo com estes dados, podemos observar um pequeno aumento da produtividade da soja, aumento esse provavelmente associado à aplicação de técnicas agrícolas modernas, cujo rendimento kg/ha., em 1995, os dados preliminares do IBGE apontam para 2.338, o que aproxima do seu nível máximo de produtividade estabelecido pelos especialistas da área, que é de 3000 kg/ha. No campo das tecnologias industriais de trituração da soja, os números evidenciam apenas um crescimento de 45%<sup>10</sup>, o que é extremamente baixo se comparado com os demais índices de crescimento. Tais fatores contribuíram também para a ampliação do então restrito mercado consumidor interno dos subprodutos industrializados da soja, entre os quais destacam-se o farelo, o óleo, a margarina entre outros.

### Os Fatores Favoráveis à Expansão da Soja no Brasil

Alguns fatores favoreceram a rápida expansão do cultivo da soja em escala industrial e comercial transformando-a, em um curto período de tempo, na principal matéria-prima da Agroindústria moderna do Brasil. A seguir, apresentaremos aqueles que consideramos básicos para uma melhor análise deste ensaio, tais como:

II) políticos: 1) O papel de intervenção do Estado: a) como estimulador a entrada e/ou desenvolvimento de indústria de equipamentos para trituração de grão, maquinarias e adubação artificial (basicamente a química); b) como agente de confrontação e de resolução dos conflitos entre os produtores; b) nas definições políticas interior e exterior, tomando medidas e interferindo (especialmente entre os anos 68/69 a 88/89) sobre a produção e o comércio internacional de produtos agro-industriais; c) implementação de políticas de fixação dos preços e garantia de financiamento aos produtores, em particular a política de preços mínimos para a soja in natura e/ou industrializada; d) estabelecimento de políticas aduaneiras; e) posição em relação às negociações internacionais; f) definição de uma política tecnológica para a agricultura, com destaque para a produção de soja; g) estabelecimento de políticas de beneficiamento, estocagem e distribuição da produção em nível interno e externo; h) como agente formulador de políticas de regulação e de competitividade de mercado.

<sup>10</sup> Cf. Tabela I em anexo

III) econômicos: a) o Estado agindo diretamente como agente econômico e intervindo na produção; b) definição de linhas de créditos ao produtor; c) criação de infra-estrutura de transportes; d) reestruturação e/ou criação de empresas e instituições públicas de pesquisas e comercialização da produção; e) estabelecimento de políticas de competitividade de preços, especialmente em relação a soja americana; f) estabelecimento de normas sobre contratos de compra e venda da soja e seus derivados, de competitividade, de mercados interno e externo) e de contratos de livre comércio junto às Bolsas de comércio internacional, especialmente a de Chicago, por ser esta a principal Bolsa internacional de comércio agrícola e, g) organização social da produção baseada em uma estrutura produtiva com predominância da grande propriedade fundiária, com aplicação de tecnologias produtivas relativamente modernas e com utilização de mão-de-obra quase sempre despreparada<sup>11</sup>

### Os Principais Países Importadores da Soja Brasileira

As estatísticas sobre a produção da soja Brasileira indicam que a exportação desse produto em grãos, nas últimas três décadas, teve uma taxa de crescimento na ordem de 23.966,7% passando de 75.000 ton. em 1965 para 18.050.000 em 1988<sup>12</sup>. Inicialmente, a maioria absoluta da produção brasileira voltava-se para atender a demanda do mercado internacional europeu - tradicional importador de produtos agrários brasileiros - como por exemplo a Inglaterra, França, Itália, Espanha, ex-U.R.S.S., entre outros. Tomamos apenas como exemplo, o ocorrido nos anos 1982 a 1984 - período de maiores safras da história da soja brasileira - onde mais de 70% da exportação da soja brasileira foi exportada, em grão, para a Espanha (mesmo sendo esse o principal produtor europeu) e para a ex-U.R.S.S.<sup>13</sup>. Os 30% restantes destinou-se à exportação para alguns países europeus (França, Itália, Alemanha) e asiáticos (Japão, especialmente), e ao mercado consumidor interno que começava a se aquecer, e já estava absorvendo uma parcela considerável de produtos derivados da soja voltados para a alimentação humana (margarina, óleo, farinha, etc) e animal (a torta).

Ainda na segunda quinzena da década de 80, com a grande crise provocada pela queda na agricultura americana, os Estados Unidos passaram a importar esses produtos do Brasil. Dessa data até os dias atuais, o Brasil se manteve numa posição privilegiada como produtor e exportador (e também como consumidor) desses produtos, apesar de não se ter presenciado mais um segundo boom na produção/exportação. Neste sentido, o Brasil continuou mantendo o mesmo países importadores de antes, entre os quais situam-se também Taiwan, Cingapura, Coréia, Vietnã, México, Argentina, Uruguai (estes

<sup>11</sup> ver BERTRAND Jean-Pierre et al. Op. cit

<sup>12</sup> Cf. Tabela II em anexo

<sup>13</sup> Cf. BERTRAND, Jean-Pierre. op. cit. p. 79.

três em menor escala), Canadá, Japão, os países escandinavos, e até mesmo a China, embora em tempos remotos este último país tenha sido o pioneiro e único maior produtor e consumidor mundial da soja in natura.

Estes foram os principais aspectos políticos e econômicos que favoreceram a introdução e o sucesso do cultivo da soja no setor produtivo brasileiro. O Governo Federal estimulou, gradativamente, a política de modernização agrícola e é a partir dela que o Brasil vai atingir o seu primeiro boom de produção e exportação de produtos agro-industriais entre 1981 a 1984 quando atingiu um volume de exportação de derivados de soja, de aproximadamente 1,45 milhões de toneladas. Com esse volume de exportação, o Brasil conquistou, nesse curto período de tempo, o primeiro lugar como produtor e exportador mundial desses produtos. A partir desse momento, em decorrência de uma série de fatores implícitos e explícitos à política brasileira, assim como também em razão do crescimento da produção da soja na Argentina, no Uruguai, no Paraguai e, principalmente, nos Estados Unidos que redefiniu a sua política de estímulo à produção interna desse setor produtivo, passou-se a evidenciar que o Brasil havia perdido a sua liderança no mercado internacional, mas conseguiu conquistar, até os dias atuais, o segundo lugar de produtor e exportador mundial de soja em grãos e seus derivados<sup>14</sup>.

#### Bibliografia Consultada e de Apoio

- AGUIAR, DANILO ROLIM DIAS DE. *FORMAÇÃO DE PREÇO NA INDÚSTRIA BRASILEIRA DE SOJA - 1982-1989*. PIRACICABA/SP: ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA "LUIZ DE QUIROZ"/USP, 1990 (DISSERTAÇÃO DE MESTRADO).
- BERTRAND, JEAN-PIERRE ET ALI. *LE MONDE DU SOJA*. ÉDITIONS LA DÉCOUVERT/MASPERO. PARIS, 1980. EDIÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA: O MUNDO DA SOJA. SÃO PAULO: HUCITEC, 1987;
- \_\_\_\_\_. "LES TROIS GRANDS AXES DE LA POLITIQUE AGRICOLE BRÉSILIENNE: MODERNIZATION DE L'AGRICULTURE, DEVELOPPEMENT DU COMMERCE EXTÉRIEUR ET DE L'AGRO-INDUSTRIE". PARIS: *PROBLÈMES DE L'AMÉRIQUE LATINE*, n. 4567-68, 17 AVRIL 1980;
- \_\_\_\_\_. "LE BOOM DU SOJA AU BRÉSIL: LES FORMES DE DÉVELOPPEMENT AGRICOLE ET ALIMENTAIRE ADOPTÉES PEUVENT-ELLES SERVIR DE PARADIGME POUR LE TIERS MOND?" PARIS: *ECONOMIE RURALE*, n. 147-148, 1982;
- BISCHOFF, EGON ELIASAR. *POLÍTICA COMERCIAL E A EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE SOJA*. VIÇOSA: UNIVERSIDADE FEDERAL (TESE DE DOUTORADO), 1986;
- BOS, ANTONIO MIGUEL GONÇALVES. *A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS BÁSICOS NO BRASIL E A EXPANSÃO DA SOJA*. PORTO ALEGRE: FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS/UFRGS DISSERTAÇÃO DE MESTRADO), 1989;
- BRASIL: IBGE. *ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS DO BRASIL*. 1986 A 1994;
- \_\_\_\_\_. *CENSO AGROPECUÁRIO*. VÁRIOS ANOS;
- \_\_\_\_\_. *CENSO INDUSTRIAL*. VÁRIOS ANOS;

<sup>14</sup> idem ibid

- \_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO. SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR/BANCO DO BRASIL/DECEC. VÁRIOS INFORMATIVOS SEMANAIS;
- \_\_\_\_\_. SUDECO-MINISTÉRIO DO INTERIOR. *A NOVA FRONTEIRA* (DATILOGRAFADO). BRASÍLIA, 1981;
- BURCH, DAVID W. & ARAÚJO, JOSÉ DINIZ DE. *MERCADO DE SOJA: UM MODELO ALTERNATIVO*. BRASÍLIA: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (COMISSÃO DE FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO - CFP) 1979;
- CASTRO, ANA C. E FONSECA, MARIA DA GRAÇA D. P. 56. IN: *A DINÂMICA AGROINDUSTRIAL DO CENTRO OESTE*. 1ª. EDIÇÃO. IPEA: BRASÍLIA, 1995. 220 P. SÉRIE IPEA Nº. 148.
- COMISSÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA (1974): *SOJA*. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. PORTO ALEGRE;
- CONCEIÇÃO, O.A.C. "A EXPANSÃO DA SOJA NO RIO GRANDE DO SUL 1950 - 1975" IN: *TESES DA FUNDAÇÃO ECONÔMICA E ESTATÍSTICA* N. 6. PORTO ALEGRE, 1984;
- COSIA, A. "SOJA SUS PERSPECTIVAS ECONÔMICAS EN LA ARGENTINA. BUENOS AIRES/ARGENTINA: INTA, 1972 (INFORM TÉCNICO N. 112);
- HOUCK, J. P & MANN, J. S. *AN ANALYSIS OF DOMESTIC AND FOREIGN DEMAND FOR U.S. SOYBEANS AND SOYBEAN PRODUCTS*. UNIVERSITY OF MINNESOTA AGR. STATION. TEC. BULL. 256. 1968;
- \_\_\_\_\_. *SOYBEAN AND THEIR PRODUCTS: MARKETS, MODELS AN POLICY*. UNIVERSITY OF MINNESOTA PRES, 1972;
- \_\_\_\_\_. *A STUDY OF SOYBEAN AND SOYBEAN MEAL. TECH AND POLICY*. UNIVERSITY OF MINNESOTA - 309. 1976;
- LEITE, CARLOS ANTONIO MOREIRA. *MODELO ECONOMÉTRICO DOS MERCADOS E DE EXPORTAÇÃO DA SOJA DO BRASIL*. VIÇOSA: UNIVERSIDADE FEDERAL, 1975 (DISSERTAÇÃO DE MESTRADO);
- LIHWINEJ, MARIENE. O USO DE BACULOVÍRUS POR AGRICULTORES DE SOJA DO PARANÁ. IN: HASENCLEVER, LIA. *A EMERGÊNCIA DOS MERCADOS EM BIOTECNOLOGIA NO BRASIL* (RELATÓRIO FINAL - DATILOGRAFADO). RIO DE JANEIRO: UFRJ/FEA, 1994;
- LOUREIRO, MARIA RITA. (ORG.) *COMPLEXO AGRO-INDUSTRIAL E MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA*. SÃO PAULO: HUCITEC, 1989;
- \_\_\_\_\_. *O CAI BRASILEIRO E AS TRANSNACIONAIS E O CAI SOJA/INDÚSTRIAS DAS OLEAGINOSAS*. SÃO PAULO: FGV. RELATÓRIO DE PESQUISA (DATILOGRAFADO), 1984;
- MALUF, RENATO S. *ENSAIO MERCOSUL E AS CADEIAS AGRO-INDUSTRIAIS*. CPDA/UFRRJ (DATILOGRAFADO). RIO DE JANEIRO, 1992;
- MIYASAKA, SHIRO & MEDINA, JÚLIO CÉSAR. *A SOJA NO BRASIL*. CAMPINAS: EDIT. UNICAMP, 1981;
- OLIVEIRA, TITO CARLOS MACHADO DE. *AGROINDÚSTRIA E REPRODUÇÃO DO ESPAÇO (O CASO DA SOJA NO MATO GROSSO DO SUL)*. TESE DE DOUTORADO NO DEPTO. DE GEOGRAFIA DA USP. 1994. 217 P.
- ONU/FAO. *LAS SEMILLAS AGRÍCOLAS Y HORICOLAS*. ROMA: ORGANIZACION DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACION, 1961;
- PORTER, MICHAEL E. *A VANTAGEM COMPETITIVA DA NAÇÕES*. RIO DE JANEIRO: EDITORA CAMPUS, 1993;
- SAVASINI, J. A. & ZOCKUM, M. H. "DIAGNÓSTICO DO SETOR SOJA: PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO". SÃO PAULO: FIPE (ENSAIOS ECONÔMICOS), FEVEREIRO DE 1977;

- SCOTT, W. O. & ALDRICH, S.R. *MODERN SOYBEAN PRODUCTION. THE FARM QUARTELY*, CINCINATI, OHIO, E.U.A., 1970;
- SILVA, MARÍLIA TEREZINHA DOMINGOS LEÃO. *COMPORTAMENTO DO PREÇO DA SOJA NO BRASIL LAVRAS/MG: ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA*, 1988 (DISSERTAÇÃO DE MESTRADO);
- STEFANELO, EUGÊNIO LIBRELOTO. *ANÁLISE ECONÔMICA E RELAÇÃO TÉCNICA ENTRE O RENDIMENTO DA SOJA E O EMPREGO DE FERTILIZANTES EM DEZ LOCAIS DO RIO GRANDE DO SUL. PORTO ALEGRE: FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS/UFRGS (DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ECONOMIA RURAL)*, 1975;
- VARÃO, JOSÉ RÉGIS AZEVEDO. *CONFISCO CAMBIAL SOBRE AS EXPORTAÇÕES DA SOJA DO BRASIL: AVALIAÇÃO DOS EFEITOS MULTIPLICADORES, DE TRANSFORMAÇÃO E DE BEM-ESTAR. VIÇOSA/UFV/MG.*, 1982. (DISSERTAÇÃO DE MESTRADO);
- WILLIAMS, G.W. & THOMPSON, R. L. *A INDÚSTRIA DA SOJA NO BRASIL, ESTRUTURA ECONÔMICA E POLÍTICAS DE INTERVENÇÃO DO GOVERNO NO MERCADO. BRASÍLIA: CIA. DE FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO (COLEÇÃO DE ANÁLISES E PESQUISA, N. 34)*, 1988;
- ZOCKUN, MARIA HELENA. *A EXPANSÃO DA SOJA NO BRASIL: ALGUNS ASPECTOS DA PRODUÇÃO. SÃO PAULO: USP (FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO)*, 1978. (DISSERTAÇÃO DE MESTRADO)

OK 100